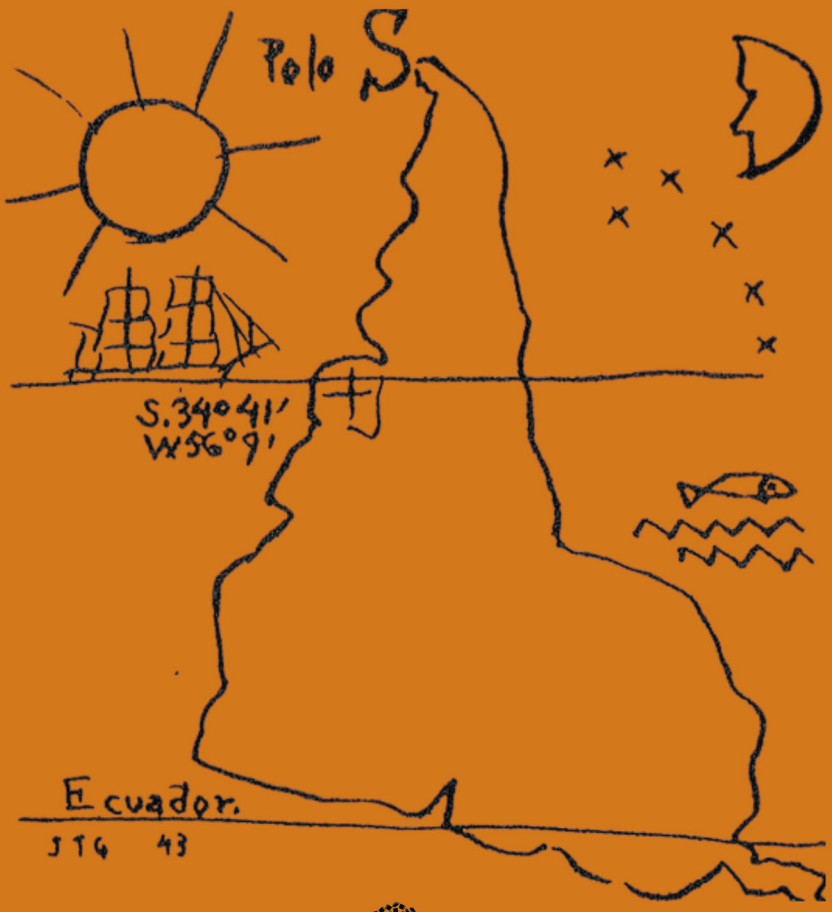
ORGANIZAÇÃO
ALEJANDRA JOSIOWICZ • DECIO ROCHA • POLIANA ARANTES • RODRIGO CAMPOS

DECOLONIALIDADE

QUESTÕES DE LINGUAGEM



Pontes

Todos os direitos desta edição reservados à Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora. Os infratores estão sujeitos às penas da lei. A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Este livro foi financiado com recursos PROAP/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ.

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

J83d Josiowicz, Alejandra Judith et al. (org.).
Decolonialidade: questões de linguagem /
Organizadores: Alejandra Judith Josiowicz, Décio Orlando Soares da Rocha, Poliana Coeli Costa Arantes e Rodrigo da Silva Campos.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2026; figs.; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-217-0977-0

1. Análise do Discurso. 2. Educação. 3. Linguística.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação. 370
2. Análise do discurso. 401.41
3. Linguística. 410

ORGANIZAÇÃO
ALEJANDRA JOSIOWICZ • DECIO ROCHA • POLIANA ARANTES • RODRIGO CAMPOS

DECOLONIALIDADE

QUESTÕES DE LINGUAGEM

Copyright © 2026 - Dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Revisão: Luisa Gontijo
Capa: Jorge Paulino (a partir da obra «América Invertida», de Joaquín Torres García, 1943)

Conselho Editorial:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho
(UnB – Brasília)

Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva
(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES
Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PENSANDO A LÍNGUA(GEM) POLITICAMENTE: POR UMA DECOLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA.....17
Patrícia Helena da Silva Costa

GENEALOGIAS DECOLONIAIS EM DJAMILA RIBEIRO 31
Ana Cristina Andrade dos Santos

O PRESSUPOSTO DA AUSÊNCIA NA CONSTRUÇÃO E NA MANUTENÇÃO DA NEGRITUDE.....51
Juliana Rettich
Tatiana Jardim

A DESCONSTRUÇÃO DOS IMAGINÁRIOS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DO AMOR: UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DE *O PEQUENO PRÍNCIPE PRETO PARA PEQUENOS* 81
Catarina Lobo Gonçalves
Barbara Luzzen
Beatriz dos Santos Feres

INCLUSÃO OU EXCLUSÃO: MITOS LINGUÍSTICOS SOBRE O USO DA LINGUAGEM INCLUSIVA/NEUTRA.....103
Clara Villarinho
Renê Forster

"NÃO AOS FEIOS, AFEMINADOS E POBRES": CONSTRUÇÕES DA IMAGEM DE SI E DE OUTROS EM ESPAÇOS GAYS DA WEB 117
Almerindo Cardoso Simões Junior

A EXPERIÊNCIA DE TER PRODUZIDO A "I SEMANA DE VISIBILIDADE LÉSBICA" EM DIÁLOGO E EM FRICÇÃO COM A CISHETERONORMATIVIDADE INSTITUCIONAL.....141
Júlia Gatto de Lira

HETERODISCURSIVIDADE NA PRAÇA PÚBLICA: O CARNAVAL DO BLOCO SIRIRICANDO.....159
Romulo Flores Dias Bolivar
Bárbara Falcão

SEXUALIDADE NA MODERNIDADE RECENTE: ANÁLISE DE NARRATIVAS HOMOAFETIVAS EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS.....179
Leandro Bolivar

DISCUSSÕES LINGUÍSTICAS E CONTRA-HEGEMÔNICAS NAS CANÇÕES DE FABIO BRAZZA.....199
Melissa Coutinho Moreira
Danielle Couto Fernandes

"SUMERCÉ POR SIEMPRE SUMERCÉ": ANÁLISIS DE IDEOLOGÍAS LINGÜÍSTICAS, IDENTIDAD E HIBRIDACIÓN CULTURAL.....211
Johana Pardo
Alice Nicolao
Ana Carolina Pires Ribeiro

O(A) PESQUISADOR(A) EM UMA LINGUÍSTICA APLICADA DAS LÍNGUAS DE SINAIS (LALS) DECOLONIAL: REFLEXÕES À LUZ DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE.....241
Ana Paula de Oliveira Siqueira
Alan Ricardo Costa

EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS, REDAÇÃO NO ENEM E MÍDIA: TENSÕES DIALÓGICAS EM DEBATE.....269
Romulo Flores Dias Bolivar

INTEGRANDO PLATAFORMAS E ENSINO: UMA PROPOSTA DIDÁTICA DECOLONIAL ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA COMUNIDADE *GAMER* SOBRE A FRANQUIA DE VIDEOGAMES: *MARVEL'S SPIDER-MAN*.....287
Michele Passos Rommel Silva
Alejandra Judith Josiowicz

EXPLORANDO *ONE PIECE*: UMA ANÁLISE DO MANGÁ JAPONÊS SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS 309
Raphael Freires Pessoa
Alejandra Judith Josiowicz

O PENSAMENTO LIBERAL E CONSERVADOR NA AMÉRICA LATINA: JOSÉ GUILHERME MERQUIOR E MARIO VARGAS LLOSA.....331
Ana Karla Canarinos
Wagner Monteiro

A VERDADE, A CIÊNCIA E A HISTÓRIA: O DISCURSO HISTÓRICO EM PERSPECTIVA PÓS-EMPIRISTA 351
Estêvão de Carvalho Freixo

SOBRE AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES 371

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....375

ÍNDICE REMISSIVO 387

APRESENTAÇÃO

O livro "Decolonialidade: questões de linguagem", organizado pelos professores Alejandra Josiowicz, Décio Rocha, Poliana Arantes e Rodrigo Campos, todos docentes do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), reúne capítulos que abordam, sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, as relações entre linguagem, poder e colonialidade. Ao tratar de temas como racismo, sexualidade, identidade, educação, práticas midiáticas, cultura digital e línguas de sinais, os textos compõem um mosaico crítico que busca tensionar epistemologias hegemônicas e propor deslocamentos discursivos comprometidos com a justiça social e com a valorização de vozes historicamente silenciadas. A obra se inscreve no campo da Linguística Aplicada em interlocução com os estudos decoloniais, oferecendo ao leitor um panorama de reflexões e práticas voltadas à desnaturalização das hierarquias linguístico-discursivas em contextos diversos, da escola à cultura *pop*, da academia às ruas.

O capítulo "Pensando a língua(gem) politicamente: por uma decolonização linguística", de autoria de Patrícia Helena da Silva Costa, propõe uma reflexão sobre a necessidade de compreender a língua(gem) como um fenômeno político, com vistas a uma decolonização linguística. A autora parte de referenciais teóricos que concebem a língua(gem) como prática discursiva, como política e como espaço atravessado pelas lógicas da colonialidade, articulando esses aportes com exemplos que iluminam práticas de dominação e resistência. O texto convoca uma postura crítica

que vá além da simples relação entre língua(gem) e sociedade, abrindo espaço para investigações e práticas transformadoras, capazes de enfrentar desigualdades e assimetrias de poder que se manifestam por meio das línguas.

No capítulo "Genealogias decoloniais em Djamila Ribeiro", Ana Cristina Andrade dos Santos propõe uma análise discursiva decolonial e antirracista de textos da intelectual negra Djamila Ribeiro, destacando sua atuação como escritora decolonial e feminista. Com base em obras como *Lugar de fala*, *Quem tem medo do feminismo negro?* e *Eu me arrependo dos meus silêncios*, o texto evidencia como Djamila Ribeiro articula, por meio de citações e referências a pensadoras como Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e bell hooks, uma rede de saberes que constrói uma identidade coletiva e politicamente engajada.

O capítulo "O pressuposto da ausência na construção e na manutenção da negritude", de Juliana Rettich e Tatiana Jardim, propõe uma análise sobre como a ideia de ausência opera na constituição da experiência negra no Brasil. A partir da observação de enunciados que reiteram a falta como elemento estruturante das vidas de sujeitos negros, as autoras discutem como essa lógica se consolida em práticas discursivas e não discursivas que regulam o modo como pessoas negras e não negras se movimentam socialmente. Com base em autores como Neusa Santos Souza, Frantz Fanon, Aníbal Quijano, Stuart Hall, Sueli Carneiro, Michel Foucault e Oswald Ducrot, o texto investiga como o racismo se articula como dispositivo de poder e de subjetivação.

O capítulo "A desconstrução dos imaginários sociais sob a perspectiva do amor: uma análise semiolinguística de '*O pequeno príncipe preto para pequenos*'", de Catarina Lobo Gonçalves, Barbara Luzzen e Beatriz dos Santos Feres, propõe uma leitura crítica da obra de Rodrigo França à luz de fundamentos da Teoria Semiolinguística. As autoras exploram como esse livro ilustrado, em diálogo com o *Pequeno Manual Antirracista*, de Djamila Ribeiro,

atua na desconstrução de imaginários sociodiscursivos historicamente ancorados em estruturas racistas. A partir da comparação com o clássico *O Pequeno Príncipe*, de Saint-Exupéry, a análise evidencia como as representações sociais operam na reprodução de modelos excludentes e como a releitura brasileira promove um deslocamento epistêmico que valoriza culturas silenciadas.

O capítulo "Inclusão ou exclusão: mitos linguísticos sobre o uso da linguagem inclusiva/neutra", de Clara Villarinho e Renê Forster, aborda criticamente os discursos contrários às propostas de linguagem inclusiva ou neutra que têm ganhado destaque nas mídias e no debate público. No texto, analisa-se a tese recorrente de que tais formas linguísticas seriam, na verdade, excludentes, por supostamente dificultarem o acesso de determinados grupos, como pessoas cegas, surdas, disléxicas ou usuárias de Libras, ao uso pleno da língua. A partir de uma perspectiva fundamentada em teorias cognitivas sobre o funcionamento linguístico, o texto descreve as principais propostas de linguagem inclusiva/neutra e examina os argumentos que sustentam essa crítica.

O capítulo "'Não aos feios, afeminados e pobres': construções da imagem de si e de outros em espaços *gays* da *web*", de Almerindo Cardoso Simões Junior, propõe uma análise dos modos de subjetivação e construção de identidades em perfis de homens *gays* nos espaços digitais. A partir da análise cartográfica do discurso, em diálogo com os conceitos de masculinidade hegemônica e de etos discursivo, o autor investiga como os sujeitos elaboram imagens de si voltadas à conformidade com padrões idealizados de masculinidade cisgênera, ao mesmo tempo em que constroem representações de outros que não se encaixam nesse modelo – os "feios" e "afeminados", que são sistematicamente excluídos e silenciados nesses ambientes.

O capítulo "A experiência de ter produzido a 'I Semana de Visibilidade Lésbica' em diálogo e em fricção com a cisheteronormatividade institucional", de autoria de Júlia Gatto de Lira,

apresenta um relato de experiência sobre a organização da "I Semana de Visibilidade Lésbica", realizada em 2022, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. A autora reconstrói o percurso do evento, desde sua concepção até as mesas temáticas que abordaram questões cruciais para a vida de mulheres lésbicas, como heterossexualidade compulsória, maternidade, sexualidade, políticas públicas e arte sapatão. O capítulo revela os enfrentamentos vividos não apenas nos debates, mas também nos embates com a estrutura cisheteronormativa da universidade, que se manifestaram em dificuldades logísticas, simbólicas e materiais.

O capítulo "Heterodiscursividade na praça pública: o carnaval do Bloco Siriricando", de Rômulo Flores Dias Bolivar e Bárbara Falcão, analisa o carnaval como espaço de embate simbólico e de produção de discursos de resistência por meio da cultura popular. Focalizando a atuação do Bloco Siriricando, coletivo de mulheres lésbicas que desde 2017 ocupa o carnaval de rua de São Paulo com paródias de marchinhas tradicionais, o autor e a autora investigam como essas performances carnavalescas operam como estratégias de enfrentamento à misoginia e à lesbofobia. A análise recai sobre a canção "Mulher não é coisa, não", paródia da marchinha "Cachaça não é água", para demonstrar como a letra mobiliza múltiplas vozes sociais por meio da heterodiscursividade, instaurando um posicionamento que contesta o discurso hegemônico machista.

O capítulo "Sexualidade na modernidade recente: análise de narrativas homoafetivas em contextos educacionais", de Leandro Bolivar, propõe uma reflexão sobre as experiências de homens *gays* no espaço escolar, tomando como ponto de partida a análise de uma entrevista entre o professor Romulo Bolivar e o estudante Samuel, exibida na websérie "Conversas que inspiram". Situando-se na interface entre a Linguística Aplicada contemporânea, a Análise da Narrativa e os estudos da sexualidade, o autor examina como as narrativas pessoais podem atuar como práticas de resistência e de produção de sentidos identitários frente à hegemonia

heteronormativa. O texto articula questões éticas, políticas e discursivas para evidenciar como a vivência da homossexualidade, especialmente em contextos educacionais, está atravessada por marcas de exclusão, silenciamento e dor, mas também por possibilidades de acolhimento e transformação.

O capítulo "Discussões linguísticas e contra-hegemônicas nas canções de Fabio Brazza", de Melissa Coutinho Moreira e Danielle Couto Fernandes, propõe uma análise de trechos das músicas "América Latina" e "México", do *rapper* brasileiro Fabio Brazza, a partir de uma perspectiva discursiva e descolonial. O estudo defende uma educação linguística voltada para o enfrentamento das lógicas de silenciamento e invisibilização de identidades historicamente marginalizadas. Com base em uma abordagem qualitativa e interpretativista, as autoras exploram como as poéticas de Brazza mobilizam práticas translíngues e discursos anti-hegemônicos, dando centralidade às vozes do Sul e promovendo reflexões críticas sobre língua, cultura e poder.

O capítulo "'Sumercé por siempre sumercé': análisis de ideologías lingüísticas, identidad e hibridación cultural", de Johana Pardo Gonzalez, Ana Carolina Pires Ribeiro e Alice Marques, examina o uso da forma de tratamento "sumercé" em memes que circulam nas redes sociais *Facebook* e *X*, analisando seu papel na construção de identidades, na expressão de resistências linguísticas e nos processos de hibridismo cultural na Colômbia. A partir da seleção de memes com temáticas diversas, as autoras investigam como esse vocativo adquire novos valores semânticos e se torna símbolo de pertencimento, resistência e revalorização de práticas linguísticas locais, diante das pressões homogeneizantes do pan-hispanismo.

O capítulo "O(a) pesquisador(a) em uma Linguística Aplicada das Línguas de Sinais (LALS) decolonial: reflexões à luz da educação em saúde", de Ana Paula de Oliveira Siqueira e Alan Ricardo Costa, propõe uma discussão sobre o papel do(a) pesquisador(a)

na interface entre a Linguística Aplicada das Línguas de Sinais e os estudos decoloniais. A partir de uma perspectiva que valoriza as epistemologias do Sul e as demandas locais das comunidades surdas, o autor e a autora refletem sobre os desafios e possibilidades de atuação em contextos de atenção básica à saúde. O texto parte de um mapeamento inicial das produções acadêmicas voltadas à saúde da pessoa surda e, em seguida, apresenta ações práticas desenvolvidas em uma Unidade Básica de Saúde em Boa Vista (RR), demonstrando como o(a) linguista aplicado(a) pode contribuir para políticas e práticas mais inclusivas e sensíveis às especificidades linguísticas e culturais da população surda.

O capítulo "Educação de pessoas surdas, redação do Enem e mídia: tensões dialógicas em debate", de Rômulo Flores Dias Bolívar, analisa os embates discursivos gerados pela escolha do tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2017, que abordou a educação de pessoas surdas no Brasil. A partir de uma perspectiva dialógica, fundamentada nas noções de polêmica aberta e polêmica velada de Mikhail Bakhtin, o autor investiga os discursos que circularam na mídia e nas redes sociais, evidenciando as marcas linguísticas de posições ouvintistas e capacitistas que minimizam a complexidade da pauta surda. O texto discute a centralidade da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como expressão identitária e campo de luta das comunidades surdas, problematizando as contradições entre o reconhecimento legal de direitos e a persistência de práticas excludentes.

O capítulo "Integrando plataformas e ensino: uma proposta didática decolonial através da análise dos discursos da comunidade *gamer* sobre a franquia de videogames: *Marvel's Spider-Man*", de Michele Passos Rommel Silva e Alejandra Judith Josiowicz, propõe uma reflexão sobre o uso de jogos digitais como recurso didático a partir de uma perspectiva decolonial. O foco recai sobre o jogo *Spider-Man 2*, cuja narrativa aborda temas interseccionais e promove resistências antirracistas e LGBTQIA+. Por meio da análise

de discursos veiculados em plataformas digitais como *X*, *Facebook*, *YouTube* e *Wikipedia*, as autoras demonstram como esses espaços se tornam arenas de disputa simbólica, tensionadas por vozes conservadoras que reproduzem discursos racistas, misóginos e homofóbicos, e por discursos de resistência que reivindicam visibilidade, justiça e inclusão.

O capítulo "Explorando *One Piece*: uma análise do mangá japonês sob a perspectiva dos Estudos Culturais", de Raphael Freires Pessoa e Alejandra Judith Josiowicz, propõe uma reflexão sobre o mangá como produto cultural global, com foco na obra *One Piece*, de Eiichiro Oda. A pesquisa se inscreve nos Estudos Culturais de viés decolonial e analisa a circulação do mangá no Brasil como parte das dinâmicas de globalização e do chamado *soft power* (conceito desenvolvido por Joseph Nye para designar a capacidade de influência cultural exercida por um país). Com uma abordagem qualitativa e cartográfica, o autor e a autora investigam elementos discursivos e imagéticos presentes na narrativa do mangá, evidenciando tensões entre grupos hegemônicos e marginalizados, além de temas como liberdade, poder e resistência.

O capítulo "O pensamento liberal e conservador na América Latina: José Guilherme Merquior e Mario Vargas Llosa", de Ana Karla Canarinos e Wagner Monteiro, propõe uma análise das contribuições de dois importantes ensaístas latino-americanos do século XX ao debate político-ideológico na região. A partir das obras *La llamada de la tribu* (2018), de Mario Vargas Llosa, e *O argumento liberal* (1983), de José Guilherme Merquior, o autor e a autora investigam como esses intelectuais articulam discursos conservadores e liberais, ao mesmo tempo em que reivindicam uma reflexão crítica enraizada nas especificidades históricas e culturais da América Latina.

Por fim, o capítulo "A verdade, a ciência e a história: o discurso histórico em perspectiva pós-empirista", de Estêvão de Carvalho Freixo, apresenta uma reflexão sobre os fundamentos

epistemológicos da ciência histórica à luz das transformações teóricas ocorridas ao longo do século XX. Partindo de uma crítica ao universalismo e ao cientificismo herdado da modernidade, o autor analisa como os discursos da verdade e da objetividade foram problematizados a partir das contribuições do pós-estruturalismo, da filosofia da linguagem e dos estudos discursivos. O texto articula as perspectivas de Michel de Certeau e Paul Ricoeur para pensar a história como prática discursiva, marcada por condicionantes institucionais, procedimentos retóricos e operações de linguagem que produzem seus objetos e efeitos de verdade.

Ao reunir reflexões ancoradas em diferentes campos do saber e experiências marcadas por disputas simbólicas, resistências e insurgências, este livro convida à desnaturalização de discursos que sustentam desigualdades e violências. Os capítulos articulam práticas e teorias comprometidas com uma Linguística Aplicada crítica e decolonial, que não apenas denuncia estruturas de opressão, mas também aposta na construção de outras formas de existência, de ensino e de pesquisa. As vozes presentes na obra tensionam normatividades, convocam à escuta de sujeitos historicamente silenciados e afirmam a linguagem como território de disputa, criação e transformação social. Convidamos você, leitor(a), a percorrer estas páginas, permitindo que os textos provoquem, inquietem e inspirem novos modos de ver, sentir e atuar no mundo. Boa leitura!

PENSANDO A LÍNGUA(GEM) POLITICAMENTE: POR UMA DECOLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA

Patrícia Helena da Silva Costa

Introdução

Em um mundo em que nada se faz sem língua(gem), precisamos de uma forma de olhar para a língua(gem) que não se limite a observar a sociedade e as instituições, que não somente inclua uma compreensão das interações do cotidiano, mas que também procure entender como essas interações são institucionalmente emolduradas e como tais instituições são interacionalmente realizadas.

Ao situar este capítulo no âmbito da Linguística Aplicada, o meu propósito é partir de uma abordagem crítica que vá além da simples correlação entre língua(gem) e sociedade. Em vez disso, desafia aspectos referentes a dominação, desigualdade, discriminação, diferença, desejo e poder.

Para alcançar esse objetivo, o capítulo divide-se em três seções. Inicio as discussões apresentando uma concepção de língua(gem) situada sócio, histórica e culturalmente, assim como os/as falantes que fazem uso da língua(gem). Em seguida, defendo a ideia de que toda língua(gem) é política, dada a sua dimensão intrinsicamente discursiva e, consequentemente, ideológica. Na terceira seção, com base na perspectiva de que a ideologia dominante

é de caráter colonizador, no qual as noções sobre língua(gem) celebradas são as advindas do eixo euro-norte-americano de produção de conhecimento, advogo por uma decolonização linguística que desafie a matriz estrutural-colonial-racial. Nas considerações finais, faço algumas observações a respeito das problematizações feitas ao longo do texto e levanto um questionamento que possa dar continuidade às discussões.

Língua(gem): uma prática sócio, histórica e culturalmente situada

Tão importante quanto pensar a língua(gem) politicamente é concebê-la em sua dimensão social. É nas interações com outras pessoas que aprendemos a usar a língua(gem), não como uma unidade da língua, mas como unidade real de comunicação verbal (Bakhtin, 1979 [1997]).

Ao interagir com a fala dos outros, isto é, com os enunciados dos outros, usam-se palavras e frases não como unidades da língua, dicionarizadas, mas na forma de enunciados únicos e concretos. Únicos porque os enunciados produzidos não são iguais aos enunciados com os quais se interage, ainda que remetam a eles. Concretos porque os enunciados se materializam no discurso, produzidos por alguém em um determinado momento e lugar, a partir de um determinado propósito, e, sendo assim, estão carregados de valor. É no discurso que são criados os sentidos dos enunciados produzidos, pois, no campo discursivo, considera-se não somente a materialização linguística das frases, mas também quem as produziu, a quem são dirigidas, com quais propósitos e em quais contextos.

Assim, "a realidade efetiva da linguagem" é "o acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados" (Volóchinov, 1929 [2017], p. 219), como

uma cadeia de ressignificações discursivas construídas nas/pelas relações entre sujeitos. E, nessas interações discursivas, em uma compreensão como atitude responsiva ativa, ao respondermos a enunciados anteriores e ao projetarmos enunciados posteriores, esses podem ser corroborados, refutados e até mesmo ampliados. O que se vê aqui é um diálogo, no sentido de que todo enunciado é uma réplica a outros enunciados, ditos ou não. Nesse sentido, "o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo, não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo" (Volóchinov, 1929 [2017], p. 219).

Ao valorizar a enunciação, Volóchinov (1929 [2017]) expõe a indissolúvel ligação dessa com as condições da comunicação, que, por sua vez, estão intimamente relacionadas às esferas sociais. A natureza exclusivamente social dos enunciados é que confere a eles o caráter ideológico que perpassa os significados construídos nas interações sociais. É por meio dos enunciados que se entende o posicionamento dos/as interlocutores/as e a valoração do que eles/elas dizem.

Dado o caráter intrinsicamente socioideológico no qual se dão as (trans)formações de nossas palavras e consciência, a língua(gem), o discurso, os enunciados são permeados por diferentes posicionamentos, ideologias, intenções e pontos de vistas de sujeitos historicamente organizados, ou seja, por uma multiplicidade de vozes sociais (Bakhtin, 2002b).

Ao compreender a língua(gem) a partir de sua concepção dialógica, Bakhtin (2002a, 2002b) ressalta que o verdadeiro meio da enunciação é o embate entre as diversas vozes sociais, é a heteroglossia (Bakhtin, 2002b). Dessa forma, a língua(gem) é vista como um conjunto de perspectivas ideológicas que se confrontam. Confronto esse que se efetiva no ambiente das relações dialógicas.

> Todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas, que lhe dão determinadas significações concretas e que se organizam no romance em um sistema estilístico harmonioso, expressando a posição socioideológica diferenciada do autor no seio dos diferentes discursos da sua época (Bakhtin, 2002b, p. 106).

Destaca-se, portanto, a diversidade de posições sociais avaliativas que ocorrem no processo de comunicação verbal, de modo que o embate entre as diversas vozes sociais se dá em meio a tensas relações de poder.

Por entender a natureza enunciativa, dialógica e ideológica da linguagem, pretendo que este capítulo seja uma possibilidade de se pensar a língua(gem) como um lugar de construção de significados sobre o que é uma língua(gem), sobre o que se faz com essa língua(gem), sobre seus/suas falantes, sobre o *status quo* dessa língua(gem) etc. Situo, portanto, a língua(gem) em um campo de batalha entre vozes sociais, imerso em relações de poder, que necessita ser discutido, analisado e problematizado, movimento esse que será feito na próxima seção.

Língua(gem): política da cabeça aos pés

Pensar a língua(gem) por um viés político pressupõe entendê-la como uma construção social. Isso significa que a língua(gem) é formada na e pelas relações sociais; a maneira como interpretamos o que os outros dizem é profundamente influenciada por aspectos sociais, culturais, de gênero, de raça etc. Sendo assim, língua(gem) é política. É justamente dessa construção social que emanam as relações de poder entre os sujeitos. Nesse sentido, Pennycook (2021) nos alerta para o fato de que toda língua(gem) é política.

Cabe ressaltar, entretanto, que a noção de político aqui empregada não diz respeito a domínios políticos formais como governos, eleições ou instituições do Estado. Político é aqui utilizado em termos das relações de poder entre as pessoas. Ao compartilhar com Pennycook (2021) a visão de poder como algo que perpassa todos os domínios da vida, estendo esse pensamento à língua(gem).

Nesse movimento, Pennycook (2021) chama a atenção para a importância de se distinguir entre noções de poder que focam no indivíduo e versões mais sociológicas e críticas de poder. No que diz respeito à primeira versão, o linguista aplicado nos alerta para o fato de que, ao nos atermos ao poder como algo que um indivíduo tem, perdemos a compreensão de onde se origina o poder e de como ele é socialmente produzido e reproduzido. Ao que se refere à segunda versão, o perigo está em focar apenas em amplos construtos sociais de poder e deixar de lado a influência do poder em um nível mais local.

Sendo assim, ao nos debruçarmos sobre as relações entre política e linguagem, faz-se necessário entender como o poder opera na e pelas pessoas que atuam em tarefas tais como ensino e aprendizagem de línguas, tradução, criação e implementação de políticas linguísticas etc.

Atrelada a essa visão política de língua(gem) está a concepção de língua(gem) como uma ferramenta que reflete e refrata as relações sociais. Para além de um mero reflexo da realidade, a língua(gem) passa a ser entendida como um mecanismo de ação e de ressiginificação das práticas sociais nas quais a própria língua(gem) é parte integrante e fundamental. Nesse sentido, língua(gem) é discurso, realizada nas interações entre os sujeitos, que constitui e é constituída por questões de classe, raça, gênero, sexualidade e poder e, que, dado o seu caráter inerentemente ideológico, deve ser criticamente analisada.

Tomemos a língua inglesa como exemplo, para explorar diferentes maneiras de compreender língua(gem) e poder. Se por um lado temos a visão de inglês como um meio global de comunicação, por outro, temos a visão de uma língua que carrega as marcas do colonialismo, uma *commodity* em que quem a domina se distingue socioeconomicamente de quem não a domina (Bourdieu, 1989). Tais marcas vêm sendo historicamente perpetuadas por meio de um ensino turístico que, ao privilegiar viagens, compras e comportamentos, reproduz e reforça a ideologia do consumo em suas práticas e leva o/a estudante a admirar o Norte global (Santos, 2010), isto é, o eixo euro-norte-americano de produção de conhecimento, como modelo a ser seguido.

Olhando mais especificamente para as políticas linguísticas no contexto educacional brasileiro, uma análise crítica da relação entre língua(gem) e poder nos mostra ações que celebram os benefícios da língua inglesa acima de outras línguas, sugerindo, portanto, que esse idioma é superior a outras línguas. É o caso da obrigatoriedade do ensino de inglês a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9.394/96). Em uma das alterações feitas pela Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, o componente Língua Estrangeira[1] foi substituído pelo componente Língua Inglesa, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma, onde antes havia a obrigatoriedade de pelo menos uma língua adicional, possibilitando a oferta de ensino de outras línguas, como espanhol e francês, por exemplo, cuja escolha ficaria sob a responsabilidade da comunidade escolar, considerando-se suas possibilidades, agora, instala-se um cenário de caráter colonial e autoritário, no qual apenas um único idioma está garantido no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental.

1 Este capítulo adota o termo língua adicional. A expressão Línguas Estrangeiras foi utilizada em referência ao termo empregado na LDB.

Frente a esse panorama, ao analisarmos o alcance da língua inglesa em contextos locais que, consequentemente, incluem efeitos de políticas globais e forças econômicas, torna-se urgente investigar a língua inglesa e seus/suas falantes, assim como as teorias de poder que perpassam esses contextos (Pennycook, 2021).

> Para entender língua(gem) e poder em relação ao Inglês, nós precisamos incorporar um entendimento de desejo (para todas aquelas coisas prometidas pelo Inglês), juntamente com dominação (os efeitos contingentes e contextuais da expansão da língua), desigualdade (as injustas formas de acesso ao Inglês, a outras línguas, e aos bens em oferta), discriminação (as muitas imagens e relatos excludentes incorporados nos discursos) e diferença (a cultura política com a qual o Inglês está imbricado) (Pennycook, 2021, p. 75)[2].

Isso significa que as análises sobre o que está em jogo na relação entre língua(gem) e poder demandam não apenas grandes narrativas de políticas linguísticas, as quais nos fornecem percepções sobre como a língua(gem) opera globalmente, mas, também, requerem o entendimento do que ocorre em contextos locais nos quais a língua(gem) também opera, como uma maneira de pensar em alternativas outras para as situações que se apresentam. Falo, portanto, de uma visão de língua(gem) que promova mudanças nas relações sociais de poder. É essa visão que abordo na seção seguinte.

2 Tradução minha de "To understand language and power in relation to English, therefore, we need to incorporate an understanding of desire (for all those things promised by English) alongside domination(the contingent and contextual effects of this spread), disparity (the inequitable forms of access to English, other languages, and the goods on offer), discrimination (the many exclusionary images and accounts of others embedded in English discourses), and difference (the cultural politics with which English is entangled)".

Por uma decolonização linguística

Conforme discutido na seção anterior, a investigação acerca da relação entre língua(gem) e poder requer o entendimento de como as pessoas reagem a formas de poder, resistência e mudança. Nesse sentido, não somos meros respondentes das estruturas sociais e ideológicas. Somos agentes sociais que também resistem à opressão. Dentro desse contexto, advogo por uma decolonização linguística, o que significa questionar a matriz colonial de poder que gera desigualdades em torno da língua(gem) e as formas pelas quais a língua(gem) é entendida.

Desafiar a lógica colonial pressupõe a existência, ainda persistente, de estruturas de poder racializado e hierarquizado, marcadas pela globalização do modo capitalista de produção que invade e destrói demais formas de organização social. Para além de poder econômico e político, a manutenção dessa matriz estrutural-colonial-racial está intrinsicamente ligada a línguas(gens), culturas, estilos, meios de comunicação, sistema educacionais entre outras dimensões.

No que tange à construção de conhecimento, temos testemunhado o protagonismo do Norte Global (Santos, 2010) e sua produção acadêmica, por meio de disciplinas como antropologia, linguística e economia, áreas desenvolvidas durante ou como parte do processo colonial. Diante disso, é importante termos em mente que determinadas concepções acerca da língua(gem) e de seus/suas falantes também são fruto desse processo. Trazendo a discussão para o contexto do ensino de línguas adicionais no Brasil, somos diariamente bombardeados/as por propagandas de cursos privados de idiomas que têm como carro-chefe a figura do professor/a nativo/a. Soma-se a isso a constante e insistente veiculação de um ensino turístico marcado por referências estereotipadas e hegemônicas do que seja ensinar e aprender uma língua adicional.

Receio dizer que minha experiência de 11 anos como professora de língua inglesa na Educação Básica em escolas públicas tenha me possibilitado presenciar tais práticas colonizadas sendo reproduzidas por meio de propostas pedagógicas centradas no eixo euro-norte-americano. Assim como a lógica colonial atravessa o mercado, as políticas linguísticas e a formação docente também são permeadas por visões hegemônicas e monoculturais de ensino de línguas, uma vez que a "colonialidade como nós a conhecemos provavelmente jamais desaparecerá" (Walsh, 2018, p. 81)[3]. A fim de desafiar esse legado colonial linguístico, precisamos de estratégias de decolonização.

A postura aqui adotada se aproxima da perspectiva teórica "Modernidade/Colonialidade" (MC). A partir da ideia de que "a colonialidade é constitutiva da modernidade" (Mignolo, 2005, p. 47) expressa por um grupo de pesquisadores latino-americanos, os denominados intelectuais decoloniais[4], essa perspectiva "vem se construindo como força política, epistemológica e pedagógica" (Walsh; Oliveira; Candau, 2018, p. 3).

Para os/as pensadores/as da vertente teórica MC, colonialidade e modernidade andam lado a lado, processo esse que está relacionado ao modo de implementação da modernidade, que, ao estabelecer seus saberes como verdades únicas e incontestáveis, ocultou seu lado perverso que é a colonialidade. Ao problematizar o discurso da modernidade e as práticas da colonialidade, a perspectiva MC se constrói tanto como uma intervenção política quanto pedagógica, ou seja, como um trabalho de politização da ação pedagógica (Walsh; Oliveira; Candau, 2018).

3 Tradução minha de "coloniality as we know it will probably never disappear".

4 Entre os pensadores deste grupo estão: o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o semiólogo e teórico cultural argentino Walter Mignolo, a socióloga-pedagoga norte-americana radicada no Equador Catherine Walsh, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado- Torres, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, dentre outros.

Nesse sentido, os intelectuais decoloniais se ocupam dos permanentes padrões de poder que emergem como resultado do colonialismo e que definem noções de cultura, trabalho, relações sociais e produção de conhecimento. Trata-se de problematizar os contínuos efeitos do poder colonial, ao passo que reivindica maneiras outras de pensar, para além de ideologias universais e ocidentais.

Faz parte de um processo de decolonização linguística

> [...] um trabalho de orientação decolonial, dirigido a romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella; desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X; e desaprender o aprendido para voltar a aprender, como argumenta o avô do movimento afroequatoriano Juan García. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos (Walsh, 2009, p. 24).

Dessa forma, ao analisarmos criticamente a relação entre língua(gem) e poder, cabe o questionamento sobre os efeitos da colonização nas subjetividades modernas, assim como as contribuições de subjetividades racializadas e colonizadas para a produção de conhecimento.

No âmbito da Linguística Aplicada, Kumaravadivelu (2016) defende uma gramática da decolonialidade. De acordo com o linguista aplicado, o que nós precisamos, em vez de discursos coloniais de métodos, falantes nativos, aulas somente em inglês etc., são "estratégias instrucionais específicas do contexto,

que levam em conta as exigências históricas, políticas, sociais, culturais e educacionais locais" (Kumaravadivelu, 2016, p. 81)[5].

Colocando em prática a gramática da decolonialidade, trago a concepção de ensino e aprendizagem de língua inglesa apresentada pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), doravante, BNCC, que, acompanhando as alterações feitas na LDB pela Lei nº 13.415/2017, prevê a língua inglesa como a única língua adicional a ser ofertada nos anos finais do Ensino Fundamental. Segundo a BNCC,

> [a]prender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias. Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos (Brasil, 2018, p. 241).

Considerando-se a visão de língua(gem) aqui defendida, verifica-se que a proposta de educação linguística consciente e crítica inscrita na Base pode ser estendida a toda e qualquer língua, seja ela adicional ou não. Desse modo, pode-se dizer que "Aprender **uma língua (adicional)** propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, (...)" (Brasil, 2018, p. 241). Ainda no mesmo excerto, caberia dizer que "(...) o estudo

5 Tradução minha de "context-specific instructional strategies that take into account the local historical, political, social, cultural, and educational exigencies".

de uma língua (adicional) pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, (...)" (Brasil, 2018, p. 241)[6].

Ao desafiar o discurso colonial atrelado à proposta da BNCC (Brasil, 2018) para o ensino e aprendizagem de língua inglesa, vemos um giro em direção ao local, ao situado e ao específico dentro de uma política linguística mais abrangente.

Considerações finais

O presente capítulo se ocupa de um dos tópicos centrais dentro da Linguística Aplicada: como a língua(gem) opera em relação ao poder. Ao entender a língua(gem) como prática sócio, histórica e culturalmente situada, permeada por relações de poder que reproduzem a lógica da colonialidade, as discussões aqui desenvolvidas direcionam a questão não apenas para aspectos relativos a políticas linguísticas, mas, também, à nossa própria compreensão do que seja língua(gem).

As perspectivas apresentadas e criticamente analisadas neste capítulo mostram que abordagens que insistem no imperialismo linguístico ou cultural exercido no e pelo Norte Global (Santos, 2010) não conseguem contabilizar as práticas linguísticas e culturais produzidas em contextos contra-hegemônicos.

Diante desse cenário, somos convidados a pensar língua(gem) politicamente em termos de práticas situadas. Em se tratando de línguas adicionais, quando pensamos em contextos locais de língua(gem), passamos a compreender como a língua(gem) é atravessada por efeitos locais e globais de poder.

Ao nos aproximarmos de discussões acerca da política da língua(gem), a pergunta que não pode deixar de ser feita é "Que

6 Alterações e negritos da autora.

tipos de ações linguísticas aplicadas podem ajudar as pessoas a alcançar certos objetivos?". Acredito que uma resposta possível seria dizer que, ao abordarmos criticamente língua(gem) e poder, precisamos desenvolver uma análise situada, social, política e econômica, que produza formas de investigação que levem à transformação das relações sociais.

Referências

BAKHTIN, M. M. [1997]. *Estética da criação verbal*. PEREIRA M. E. G. G. (Trad.). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BAKHTIN, M. M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. BEZERRA, P. (Trad.). 3. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2002a.

BAKHTIN, M. M. O discurso no romance. *In*: BAKHTIN, M. M. *Questões de literatura e de estética:* A teoria do romance. BERNARDINI, A. F. *et al*. (Trads.). 5. ed. São Paulo: Hucitec, p. 71-210, 2002b.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 1 maio 2024.

KUMARAVADIVELU, B. The Decolonial Option in English Teaching: Can the Subaltern Act? *Tesol Quartely*, vol. 50, n. 1, p. 66-85, 2016.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. (Ed.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005, p. 35-54. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 21 jul. 2024.

PENNYCOOK, A. *Critical applied linguistics:* a critical reintroduction. 2. ed. New York: Routledge, 2021.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo:* para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

VOLÓCHINOV, V. [2017] *Marximismo e filosofia da linguagem:* problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. GRILLO, S.; AMÉRICO, E. V. (Trads). 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1929.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, V. M. *Educação intercultural na América Latina:* Entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 letras, p. 12- 42, 2009.

WALSH, C. On Decolonial Dangers, Decolonial Cracks, and Decolonial Pedagogies Rising. *In*: MIGNOLO, W.; WALSH, C. *On Decoloniality:* Concepts, Analytics, Praxis. Durham, NC: Duke University Press, p. 81-98, 2018.

WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n. 83, 2018. Disponível em: https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/3874. Acesso em: 21 jul. 2024.

GENEALOGIAS DECOLONIAIS EM DJAMILA RIBEIRO

Ana Cristina Andrade dos Santos

Para uma genealogia antirracista: a performance de Djamila Ribeiro ao nomear intelectuais negras

Este trabalho parte de uma abordagem discursiva que analisa como Djamila Ribeiro (1979-), filósofa, ativista, autora e editora da coleção *Feminismos Plurais*, dedicada ao feminismo e ao antirracismo, emerge como criadora de uma cartografia de sentidos sobre as mulheres negras, uma genealogia antirracista, ao nomear outras intelectuais negras, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Audre Lorde, Grada Kilomba, bell hooks, Patricia Hill Collins, como uma maneira de manter viva a memória e de construir alianças entre o passado, o presente e o futuro. Ribeiro e todas essas intelectuais negras mencionadas por ela trazem ao debate público temas como poder, silenciamento, democracia racial, memória, sob uma perspectiva decolonial, e, neste trabalho, refletimos sobre como as menções a essas mulheres podem construir uma caixa de ferramentas teórica, ao mesmo tempo que uma comunidade discursiva, quanto à história das opressões sofridas.

Com uma perspectiva feminista, antirracista e decolonial, o marco teórico tem na Análise do Discurso uma ferramenta capaz de pensar a memória como interdiscurso (Orlandi, 2005); a categoria da enunciação, da linguagem como intervenção (Ro-

cha, 2014); da nomeação como uma forma de performatividade (Josiowicz, 2023); o conceito de cartografia (Deusdará; Rocha, 2021) e as categorias de interdiscursividade e polêmica. Ao criar uma biblioteca decolonial, Djamila Ribeiro assume a posição de enunciadora de seus discursos, como modo de nomear esse grupo de autoras negras, criando coletividade, irmandade, sororidade ou "dororidade" (Piedade, 2019) entre essas intelectuais. Dessa forma, estabelece aliados e demarca embates com inimigos, em uma sorte de guerra verbal, um território de luta discursiva, com a palavra sendo um simulacro de guerra verbal (Josiowicz; Deusdará, 2022).

A linguista Eni Orlandi afirma que "as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados" (Orlandi, 2005, p. 21). Nessa direção, podemos pensar que, quando Ribeiro cita essas intelectuais negras, está intervindo, agindo, através da linguagem, para reivindicar o direito a uma existência digna para todas as mulheres negras, e propondo uma teoria do social. Também nessa rota trazemos leituras sobre os caminhos para se pensar nos efeitos de sentido do que se enuncia (Rocha; Deusdará, 2021). O *corpus* deste trabalho está constituído pela obra *Lugar de Fala* (Ribeiro, 2020) e pelo texto "Eu me arrependo dos meus silêncios" (Ribeiro, 2019), publicado em sua coluna *on-line* no jornal *Folha de S. Paulo*.

Para refletirmos sobre a criação dessa genealogia, também são relevantes os conceitos de "dororidade" (Piedade, 2019) e de "lugar de fala" (Ribeiro, 2020), já que a intelectual Djamila Ribeiro assume a posição de enunciadora de seus discursos, ocupando um *locus* privilegiado, de poder, de autoridade. Dessa forma, suas obras provocam um efeito catalisador na sociedade, relembrando a luta da população negra no Brasil, colonizada e escravizada. Ribeiro explora vozes que foram silenciadas, mas não esquecidas, e que emergem em um espaço discursivo em que se definem relações de afetividade, de aliança, de uma sororidade entre mulheres negras que ultrapassa os limites das experiências das mulheres brancas e

que valoriza e expõe as vivências das mulheres negras no Brasil, fortalecendo, assim, novas coletividades.

Sobre genealogias criadas por Djamila Ribeiro: paisagens conceituais

"Não me foi dado o direito de saber de onde vim", reflete Djamila Ribeiro, em uma entrevista à ONU News, sobre mais um direito que foi negado à população negra brasileira (Polo, 2023). O tema genealogia remete ao conhecimento da ancestralidade de um povo, sua origem, e a intelectual precisou recorrer a um teste genético para saber sua origem, que confirmou ser de 80% nigeriana, já que arquivos referentes ao período da escravidão foram destruídos (*idem*). Partindo desse dado, a memória surge como um recurso fundamental no que se refere à história dessa população, "esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita" (Gonzalez, 1984). Tal como aparece na reflexão de Lélia Gonzalez, é preciso resgatar o passado para se construir um outro futuro, mais igualitário.

Em relação à Análise do Discurso, a pesquisadora Eni Orlandi sublinha que "qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, consequentemente, com a ideologia)" (Barreto, 2006). O traçado de uma genealogia e de uma biblioteca de intelectuais negras nos textos de Ribeiro se relaciona com contextos ideológicos, os quais permitem avanços nas agendas decoloniais no Brasil, iluminando essas intelectuais invisibilizadas pelo cânone. Trazer essas memórias, como mecanismo para explicitar as lutas da população negra contra o racismo, é fundamental para repensarmos o sequestro da população negra de suas raízes, lembrando que "a diáspora negra deu suor, lágrimas e sangue ao gosto do Mar" (Akotirene, 2023, p. 42). Toda essa memória reflete as experiências de dor, mas também de sabedoria, que foram passadas por gerações e que se inscreveram

como necessidade de se ouvir essas vozes também na academia, que ainda privilegia autores brancos.

Por isso, resulta importante para a sociedade brasileira repensar o "mito da democracia racial" (Gonzalez, 1984, p. 228), afirmado por alguns brasileiros, visto que a população negra ainda sofre consequências do colonialismo, manifestado na dinâmica de nossa sociedade, que enfrenta desafios e conflitos perpassados pelo racismo e sexismo. Daí que o termo "democracia racial" precisa ser pensado em uma perspectiva discursiva, pois que o efeito de sentido do termo é atravessado pela produção linguageira, que institui a linguagem como cocriadora de sentidos, que caminha junto com as práticas sociais.

> Se discurso é tudo isso – simultaneamente produção textual e produção de uma comunidade –, então, não é possível supor que ele mantenha uma relação de mera representação com o mundo: o discurso não pode simplesmente representá-lo porque ele não está distanciado do mundo, ou seja, ele também participa desse mundo. Seria, talvez, preferível assumir que a linguagem tem, sim, algum poder de representação, mas o mundo já não coincidiria exatamente com a representação desse mundo por intermédio da linguagem, uma vez que, ao fazer referência a esse mundo, a linguagem congela o tempo, altera distâncias, oferecendo-nos um retrato – sempre parcial – de um dado momento, o retrato de uma realidade passada e/ou de uma nova paisagem que não coincide com as coordenadas geográficas de tudo o que pode ser verificado no "mundo ao vivo" (Rocha, 2014, p. 624).

Tematizamos a relação da palavra como discurso e os efeitos de sentido do termo "democracia racial", porque cria uma máscara, simula uma relação de paridade, de harmonia, de semelhança entre

grupos de pessoas que não têm os mesmos direitos e oportunidades, dado que "o discurso que molda as relações raciais é o mito da democracia racial. Sua construção e permanência até os dias atuais evidencia, por si só, sua função estratégica, sobretudo, como apaziguador das tensões étnico-raciais" (Carneiro, 2023, p. 50).

Tais relações de suposta paridade criam uma tensão, um conflito social entre pessoas negras e brancas, atravessadas por conflitos que não podem ser ignorados, já que esses grupos vivenciam experiências muito diferentes em relação a oportunidades de trabalho, de estudo, de visibilidade. É fundamental pontuar que essas tensões também se dão entre pessoas da mesma etnia e gênero, como é o caso das mulheres, conforme elucida Djamila Ribeiro, em sua coluna no jornal *Folha de S. Paulo*:

> As disputas intragrupo são reflexo das desigualdades abismais que tornam as oportunidades escassas. Entrecruzando gênero com raça, mulheres negras e indígenas se veem em um panorama de mais sub-representação.
> (...)
> Como afirma a feminista negra bell hooks em sua obra "Anseios: raça, gênero e políticas culturais", "a solidariedade feminista entre mulheres negras/mulheres não brancas deve ser construída de uma maneira que nos permita engajar em críticas significativas e trocas intelectuais rigorosas, sem fazer críticas destrutivas ou contestar as outras de forma brutal".
> O compromisso com a solidariedade, escreve a autora, deve vir de uma atenção perene, "considerando que vivemos em uma sociedade em que o racismo e o machismo internalizados fazem com que tratarmos uns aos outros de maneira dura e desrespeitosa seja a norma" (Ribeiro, 2024)[1].

1 O acesso ao texto é exclusivo para assinantes do jornal *on-line* da *Folha de S. Paulo*.

Considerando o caráter interligado das determinações sociais, de raça, gênero e classe social, Ribeiro traz à luz a interseccionalidade, termo cunhado pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002), para levantar reflexões sobre as disparidades existentes entre as mulheres, que ampliam as tensões e provocam rupturas nas relações sociais e afetivas, inclusive, acirrando disputas que favorecem o patriarcado.

A autora e professora Vilma Piedade (2019), também uma mulher negra, inaugurou o conceito de "dororidade", para se referir "à cumplicidade entre mulheres negras, pois existe dor que só as mulheres negras reconhecem, por isso a sororidade não alcança toda a experiência vivida pelas mulheres negras em seu existir histórico" (Francisco, 2017).

> Um conceito nunca está pronto, definitivo e imutável. Não está descolado de seu tempo e, portanto, não é estático. Pelo contrário: pressupõe movimento, crítica e transformação. (...) Todo conceito carrega elementos que, por sua vez, remetem a outros conceitos, e assim sucessivamente, num movimento circular e múltiplo.
> É a partir dessas noções de conceito que proponho um novo. Estou inaugurando o conceito de dororidade – e divido aqui a história dessa construção.
> Dororidade, como se pode presumir, faz referência à palavra sororidade, um dos pilares do movimento feminista. Numa definição muito abreviada, podemos dizer que sororidade significa a união de mulheres em várias instâncias da vida, do âmbito privado ao ativismo público. Ela abarca outros tantos significados – empatia, acolhimento e respeito às diferentes vozes femininas, entre outros.

Disponível em: colunahttps://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2024/02/precisamos-estar-atentas-a-estrategias-que-alimentam-o-patriarcado-racista.shtml. Acesso em 10 mar. 2024.

> Mas, se existe a sororidade, qual é a finalidade de criar outro conceito? A sororidade já não ancora o feminismo? Será que, como mulheres feministas, o conceito de sororidade não nos basta?
> Pois, de meu lugar de fala, respondo: não, não basta. Meu lugar de fala, que é sempre um lugar de pertencimento, é o de mulher preta. Ativista. Feminista. De axé. É também um lugar que foi de minhas ancestrais, marcado pelo racismo e pela ausência na História. Um lugar-ausência. E daqui eu digo que a sororidade une e irmana, mas não basta. Não para nós, mulheres pretas.
> A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude (Piedade, 2017).

Quando Djamila Ribeiro evoca as experiências de várias intelectuais negras em seus textos, cria uma aliança, uma coletividade, que possibilita o compartilhamento de dores, de afetos, e também de muitos saberes, fazendo uma intervenção na sociedade por meio da linguagem, da nomeação (Rocha, 2014). Além disso, até o século XX, havia poucos estudos sobre a intelectualidade latino-americana, sendo a maioria sobre elites, especialmente compostas por homens brancos (Josiowicz, 2023, p. 4).

Abordar a categoria de nomeação das intelectuais negras em espaços digitais coloca em cena a performatividade tecnodiscursiva:

> Las performances tecnodiscursivas de nombrar a estas intelectuales, entendidas como prácticas culturales generadoras de sentido a través de una amplia gama de dispositivos retóricos, son capaces de integrar colectividades, de estructurar narrativas, códigos y mitos, de establecer aliados y enemigos (Alexander, 2011; Brock, 2020). Están incrustadas en guiones sociales que producen conexión emocional y

> proyectan significado cultural. Así recrean y reexperimentan significados relacionados con la historia de la exclusión, el colonialismo, el racismo y el sexismo en América Latina (Josiowicz, 2023, p. 5).

Ao reunir os nomes de diversas intelectuais negras em seus textos, Ribeiro cria uma coletividade antirracista, feminista, que projeta uma nova perspectiva social, indo de encontro ao que ainda é valorizado pela sociedade, nas instituições, na literatura, como o homem branco em lugar de destaque. Então, nomear Carneiro, Gonzalez, bell hooks e outras tantas autoras antirracistas constitui uma "práctica cultural performativa a partir de los tecnodiscursos que movilizan a sus figuras y a su pensamiento" (Josiowicz, 2023, p. 5). Dessa forma, a linguagem age, intervém na sociedade, fazendo-a se mover, se deslocar:

> Devemos lembrar um dos aportes fundamentais da pragmática: a linguagem como forma de ação sobre o mundo. Ora, assim como os homens se organizam em sociedade, trabalham, modificam a ordem das coisas que os rodeiam, eles também produzem linguagem, produzem textos, o que seria uma outra forma de atuar sobre esse mundo. A investigação das interações verbais tem contribuído para reafirmar uma tal perspectiva, na medida em que a palavra desempenha um papel de regulação/construção do vasto leque de relações que se estabelecem entre os homens: relações de dominação, de enfrentamento, de definição de identidades, de produção de diferentes modos de subjetivação (Rocha, 2014, p. 523).

A promoção de uma biblioteca de intelectuais negras por Ribeiro joga luz sobre essas mulheres, suas histórias, seus saberes, e, em conjunto, todas se fortalecem, inclusive, a própria filósofa, pois não está sozinha nesse processo, que entende há muito tempo que apenas a sororidade não sustenta a agenda antirracista e feminista

de nossa sociedade, que se propõe democrática. É preciso unir forças e, por meio da palavra, como enunciadora, Ribeiro faz uso da categoria de nomeação como uma performance para nomear outras autoras negras.

A memória como dispositivo para criação de uma biblioteca antirracista e feminista: procedimentos e análises

Antes de refletirmos sobre memória, acreditamos ser importante a menção aos processos de produção de textos e de produção social como partes da cartografia dos discursos (Rocha; Deusdará, 2021).

> Com efeito, discursos não podem ser reduzidos a textos – materialidade que estabiliza e, ao mesmo tempo, os torna possíveis –, nem mesmo aprisioná-los a certos usos ritualizados, como quando se fala de discursos de posse, de formatura, ou ainda quando se faz referência aos curtos pronunciamentos feitos à imprensa após uma partida de futebol. De fato, mesmo a mais simples conversa é atravessada por coerções, rituais, modos de distribuir os lugares sociais dos participantes, os turnos de fala, de fixar-lhes objetivos, de incidir sobre a organização do espaço-tempo em que se desenvolvem (Rocha; Deusdará, 2021, p. 169-170).

A ação de nomear intelectuais negras instaura subjetividades, demarca lugares sociais e intervém, por meio da linguagem, para uma nova proposição de sociedade. Djamila Ribeiro fala de um lugar social específico, de uma formação filosófica, de autora e editora em evidência, ou seja, de um lugar de poder em que resgata a memória dessas mulheres, como uma forma de manter e expandir seus saberes.

> A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (Orlandi, 2005, p. 31).

Como se vê, quando Ribeiro explora a memória de pensadoras negras, retoma algo que já foi dito, que se insere no seu modo de dizer, já afetado. A partir dessa perspectiva, passaremos a analisar alguns trechos da obra *Lugar de fala* (Ribeiro, 2020) e do texto "Eu me arrependo dos meus silêncios" (Ribeiro, 2019), em que a filósofa cria genealogias e uma biblioteca feminista, antirracista e decolonial.

> Sueli Carneiro, no artigo *Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, nos mostra uma interessante perspectiva de entendimento sobre a categoria mulheres negras.
> "Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?
> Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...

> Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (...).
> As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (...)."
> Carneiro nos mostra que o racismo determina as hierarquias de gênero em nossa sociedade, sendo assim necessário que os movimentos feministas pensem maneiras de combater essa opressão, caso contrário, também contribui por manter as relações entre as mulheres hierarquizadas reproduzindo o discurso hegemônico. A análise da estudiosa ainda nos permite perceber a necessidade de uma identidade reivindicada de mulher negra que se constitui como sujeito histórico e político. Porém, é fundamental atentarmos para as heterogeneidades que circundam essa categoria, para que não pensemos nessa categoria de modo fixo e estável.
> Uma característica interessante de muitas feministas negras é que elas não se restringem a se pensar somente como teóricas, mas como ativistas, militantes (...)" (Ribeiro, 2020, p. 46-47).

Nesse trecho de *Lugar de fala* (Ribeiro, 2020), Djamila Ribeiro se alia à fala de Sueli Carneiro e nos lembra que a mulher negra foi e é considerada uma subcategoria de mulher, pois que não é vista como frágil nem como modelo de beleza. Destacamos também o

fato de serem sexualizadas, principalmente em festas populares, como o Carnaval do Brasil. Daí que feministas negras precisam ser ativistas, e não apenas teóricas.

Para serem respeitadas, muitas vezes, mulheres negras precisam se impor, mas, "Como mulheres, fomos ensinadas a calar, a não saber dizer não para não incomodar, a falar baixo ou falar o que se espera de 'uma mulher'" (Ribeiro, 2019). Daí ser vista como "raivosa ou agressiva, a 'barraqueira' ou, como dizia a grande intelectual Lélia Gonzalez, 'a criadora de caso'" (Ribeiro, 2019). Conforme a própria Djamila Ribeiro ensina, "toda mulher que foge do que lhe é imposto é tida como a louca, a histérica. (...) E nós crescemos acreditando que mulher boa é quieta, pois fazer barulho desestabiliza" (Ribeiro, 2019). Nessa linha de pensamento, Ribeiro celebra a autora premiada e somente há pouco reconhecida como grande nome da literatura, Conceição Evaristo, eleita, em 8 de março de 2024, Dia Internacional da Mulher, para a Academia Mineira de Letras (AML), como a "primeira escritora negra e a décima mulher a fazer parte da AML, uma instituição que já completou 115 anos" (Cruz, 2024), configurando uma quebra de paradigma, ainda que tardio. Essa é umas das artimanhas do racismo, silenciar essas mulheres, através da não legitimação de seus saberes:

> Outra forma de silenciar é não respeitar a produção intelectual de mulheres negras. Todo mundo quer debochar ou falar a respeito disso sem conhecer de fato — para não se sentirem incomodados nos seus sonos injustos, parafraseando Conceição Evaristo.
> Para criticar, é preciso conhecer seu objeto de crítica, mas muita gente se sente autorizada a falar sobre o que não sabe. Ou ainda, em vez de debater ideias, ataca o interlocutor.
> Se a interlocutora for mulher, sobretudo uma mulher negra, dupla antítese de branquitude e masculini-

> dade, como afirma Kilomba, não há alteridade, há a necessidade de aniquilação, de botá-la "no seu lugar", seja atacando, seja debochando — próprio de quem se julgou como autorizado a falar, de quem não tem argumentos para contrapor "ethos" desconhecidos por eles.
> Desconhecidos, posto que historicamente silenciados. Quando Lélia Gonzalez diz "o lixo vai falar e numa boa", a intelectual afronta e transcende o sujeito supostamente autorizado que vai se incomodar com a quebra do silêncio.
> Romper silêncios não é fácil, mas muitas mulheres negras nos mostram o quão necessário é para nossa libertação.
> Dá medo. Quem está no poder sabe punir aquelas que ousaram falar — pelo boicote, deslegitimação ou apagamento (Ribeiro, 2019).

Com essa explanação, Ribeiro aponta para silêncios que precisam ser rompidos pelas mulheres negras, que desde sempre enfrentam o sexismo e o racismo para se colocar e afirmar sua identidade, mesmo com o risco de sofrerem toda sorte de boicotes.

> Já engoli ou guardei silêncios que me machucaram, nem sempre tive o entendimento necessário ou a força, mas quando sinto medo, recorro a essas mulheres. Em "A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação", Audre Lorde nos brinda com um excelente incentivo.
> Penso, por mais difícil que seja e entendendo alguns limites, compreender a importância e potência que Lorde nos traz.
> "Do que mais me arrependo são dos meus silêncios. Por causa do silêncio, cada uma de nós leva na cara a imagem do seu próprio temor: temor ao desprezo, à censura, aos julgamentos, à aniquilação. Mas, acima

> de tudo, o temor à invisibilidade. Nós, mulheres negras, sempre temos sido muito visíveis, por um lado, e por outro somos invisibilizadas como consequência da despersonalização do racismo.
> Há muitas maneiras de ser vulnerável e não posso evitá-las. Não vou me tornar ainda mais vulnerável colocando o silêncio como uma arma nas mãos dos meus inimigos" (Ribeiro, 2019).

Ribeiro reconhece que os silêncios guardados provocam dores e que uma das maneiras de reunir forças é se aliando a outras mulheres que padecem da mesma dor. A criação dessa genealogia, dessa nomeação de autoras negras, é acreditar na potência, na união, no amparo que todas elas podem oferecer umas às outras, assim como Ribeiro faz ao citar Audre Lorde, feminista negra caribenha, que

> nos instiga a pensar na necessidade de reconhecermos nossas diferenças e não mais vê-las como algo negativo. O problema seria quando as diferenças significam desigualdades. O não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experenciamos gênero de modo diferente, leva a legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo. Essa atenção ao que a autora chama de evasão de responsabilidade das mulheres brancas, por não se comprometerem com a mudança, pode ser entendida como uma falta de postura ética em pensar o mundo a partir dos seus lugares (Ribeiro, 2020, p. 49-50).

Audre Lorde repensa as diferenças que envolvem as mulheres e reivindica que mulheres brancas assumam a responsabilidade de se aliarem às mulheres negras na luta por igualdade e oportunidade para todas, para que os debates avancem e não sejam

esvaziados. Ainda referenciando teóricas negras, Ribeiro traz o pensamento de Grada Kilomba sobre lugares de fala, pois

> é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar. A autora coloca essa dificuldade da pessoa branca em ouvir, por conta do incômodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe com a voz única. Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do *Outro*, serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os *Outros*, enquanto esses *Outros* permanecem silenciados (Ribeiro, 2020, p. 78-79).

Ribeiro, mais uma vez, desestabiliza a hegemonia ao confrontar as pessoas brancas, afirmando que para elas é cômodo se manterem em sua zona de conforto, mas que precisam ouvir outras vozes, outras narrativas, caso contrário, *os Outros* continuarão silenciados. Propor uma nova ordem, outra possibilidade de acesso aos saberes de intelectuais negras, é um desafio para Djamila Ribeiro, tendo em vista que mulheres negras são sistematicamente questionadas sobre seus conhecimentos. Em *Lugar de fala* (2020), Ribeiro compartilha do pensamento de bell hooks:

> A pensadora afirma que a combinação entre racismo e sexismo implica em sermos vistas como intrusas por pessoas de mentalidade estreita. Para além disso, a própria conceituação ocidental branca do que seria uma intelectual faz com que esse caminho se torne mais difícil para mulheres negras (p. 27).

Referenciar teóricas negras do Sul e do Norte Global põe em evidência um embate discursivo, em um simulacro de guerra ver-

bal em que, de um lado, Ribeiro nomeia suas aliadas e, de outro, silencia seus inimigos, dado que não os nomeia:

> Numa sociedade em que somos impelidas a nos calar, penso essa frase como um importante alerta.
> Quantas vezes, ao lutar contra injustiças, escutamos coisas como "deixa para lá", "pare de criar caso", "tenha mais senso de humor".
> Interessante perceber que a pessoa ofendida é quem precisa se calar ou ser superior moralmente em vez de exigir que quem ofende pare (Ribeiro, 2019).

O uso da terceira pessoa indetermina o sujeito, isto é, para Ribeiro, não nomear seus algozes funciona como uma estratégia para silenciá-los. Os inimigos, segundo a filósofa, desconsideram seus questionamentos, deslegitimam suas vozes, fazendo com que suas reivindicações sejam ignoradas ("deixa pra lá", "pare de criar caso", "tenha mais senso de humor"). De outro lado, resulta fundamental nomear mulheres que, como ela, compartilham dores por existirem em uma sociedade racista e patriarcal, conforme elencado parágrafos antes. Essas cenas ilustram uma espécie de disputa, de guerra verbal (Josiowicz; Deusdará, 2022), com inimigos e aliadas marcando sua posição, determinando seus lugares de fala.

> O conceito *outsider within*, o qual numa tradução seria o mais próximo a "forasteira de dentro", é muito importante para posteriormente entendermos lugares de fala. Para Collins, a mulher negra dentro do movimento feminista ocupa esse lugar de "forasteira de dentro", por ser feminista e pleitear o lugar da mulher negra como sujeito político, mas ao mesmo tempo ser "uma de fora" pela maneira como é vista e tratada dentro do seio do próprio movimento, a começar pelo modo pelo qual as reivindicações do movimento feminista foram feitas, críticas que tam-

> bém se estende quando falamos de teoria feminista (Ribeiro, 2020, p. 44-45).

Patricia Hill Collins, renomada pensadora feminista norte-americana, ensina que a mulher negra ocupa um não lugar, pois, ao mesmo tempo que são fundamentais para se pensar o feminismo, e o feminismo negro, também são consideradas como "de fora", pois, suas pautas não recebem o tratamento devido, já que esse grupo é atravessado por várias interseções, como gênero e raça.

Como se vê, a criação de uma biblioteca decolonial, com todas essas intelectuais, emerge como prática discursiva, que recupera a memória como um dispositivo para se pensar nessas mulheres como criadoras de teorias que não podem ser esquecidas e como pessoas capazes de transformar a sociedade.

Conclusão: Genealogias como travessias para as Humanidades

Neste trabalho, analisamos como a nomeação de intelectuais negras do Sul e do Norte Global pela filósofa Djamila Ribeiro pode promover e ampliar debates em torno de memória, decolonialidade, feminismo negro, racismo, como uma intervenção por meio da linguagem, para que se crie uma existência plena, igualitária e digna para todas as mulheres negras, com reflexo em toda a sociedade.

O feminismo negro aponta para a interconexão entre raça, classe e gênero, que fazem parte das experiências das mulheres negras: sexismo, desigualdades, violências, e convida toda a sociedade brasileira a "enegrecer o feminismo", de modo que reivindicações históricas do movimento negro sejam atendidas e que o estabelecimento de alianças transnacionais entre mulheres não brancas da América Latina e do Caribe se consolide (Carneiro, 2019).

A pensadora Lélia Gonzalez já afirmava que a lógica da dominação apartou as mulheres negras do lugar de enunciação, e Ribeiro as coloca em destaque em sua obra *Lugar de fala* e no texto "Eu me arrependo dos meus silêncios", valorizando suas memórias, conquistas, dores, fazendo explodir seus conhecimentos por meio de genealogias, da criação de uma biblioteca de teóricas negras, como Carneiro, Gonzalez, Evaristo, Collins, Kilomba, Lorde e bell hooks. Essas mulheres são aliadas de Ribeiro na luta pela legitimação de seus saberes, pela democracia, pela igualdade de direitos. Dessa forma, Djamila Ribeiro subverte a hegemonia e instaura uma nova forma de valorização dessas intelectuais, recuperando suas memórias e possibilitando o acesso através de seus textos. Todo esse movimento de se pensar um lugar de fala para esse grupo de pensadoras desestabiliza, tensiona, porque é contra-hegemônico:

> Sim, esses discursos trazidos por essas autoras são contra hegemônicos no sentido de que visam desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias; visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante (Ribeiro, 2020, p. 50).

Esses confrontos são necessários para que pessoas brancas se sintam incomodadas em seu conforto e possam se juntar a grupos subalternizados, para reivindicar a promoção da igualdade.

Em conclusão, acreditamos na importância de Djamila Ribeiro como enunciadora para as Humanidades, como uma voz potente, que evoca outras teóricas para o compartilhamento de saberes e experiências, em uma sociedade racista e sexista, cuja história da opressão das mulheres negras atravessa a história do Brasil e da América Latina.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. *In*: RIBEIRO, D. *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 152.

BARRETO, R. G. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. *Teias*. Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24623/17602. Acesso em: 9 mar. 2024.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2019. p. 341-356.

CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jul. 2002, pp. 171-188. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 mar. 2024.

CRUZ, M. M. Conceição Evaristo toma posse na Academia Mineira de Letras. Escritora é a primeira mulher negra a entrar para a instituição de 115 anos. Folha de S. Paulo, Piauí, *Questões Literárias,* 9 mar. 2024. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/conceicao-evaristo-toma-posse-na-academia-mineira-de-letras/. Acesso em: 12 mar. 2024.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise cartográfica do discurso*: temas em construção. São Paulo: Mercado de Letras, 2021.

FRANCISCO, M. A dororidade e a dor que só as mulheres negras reconhecem. Portal Geledés, São Paulo, 23 dez. 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

JOSIOWICZ, A. El poder de nombrar intelectuales antirracistas feministas brasileñas en plataformas digitales. *Dossier*. Sex., Salud Soc. Rio de Janeiro, vol. 39, 2023, Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2023.39.e22303.a.es. Acesso em: 8 mar. 2024.

JOSIOWICZ, A.; DEUSDARÁ, B. Análise tecnodiscursiva de manifestações em torno de D. Maradona: metodologias de delimitação de regiões do dizer no Twitter. *Bakhtiniana.* Revista de Estudos do Discurso. São Paulo, vol. 17, n. 3, Port.156–181 / Eng. 172, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2176-4573p57464. Acesso em: 14 set. 2023.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*: princípios & procedimentos. 6. ed. Campinas (SP): Pontes, 2005.

PIEDADE, V. *Dororidade*. São Paulo: Nós, 2019.

PIEDADE, V. Dororidade. *Folha de S. Paulo.* São Paulo, 2017. Coluna Agora É Que São Elas. Disponível em: https://agoraequesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/06/23/dororidade/. Acesso em: 5 mar. 2024.

POLO, R. Djamila Ribeiro: como negra, não tive direito de saber de onde vim. *Revista Raça*. Terra. São Paulo, 03 abr. 2023. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/04/03/nao-tive-o-direito-de-saber-de-onde-vim-diz-djamila-ribeiro.htm?cmpid. Acesso em: 12 mar. 2024.

RIBEIRO, D. Eu me arrependo dos meus silêncios. *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 2019. Coluna Opinião. Disponível para assinantes em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2019/08/eu-me-arrependo-dos-meus-silencios.shtml. Acesso em: 9 jan. 2024.

RIBEIRO, D. Lugar de fala. RIBEIRO, S. (Org.). *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. 112p.

RIBEIRO, D. Precisamos estar atentas a estratégias que alimentam o patriarcado racista. Disputa entre mulheres por espaço, às vezes, as coloca em posição de confronto. *Folha de S. Paulo*. Coluna Todas. 29 fev. 2024. Disponível para assinantes em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2024/02/precisamos-estar-atentas-a-estrategias-que-alimentam-o-patriarcado-racista.shtml. Acesso em: 13 mar. 2024.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-140310-4513. Acesso em: 25 fev. 2024.

O PRESSUPOSTO DA AUSÊNCIA NA CONSTRUÇÃO E NA MANUTENÇÃO DA NEGRITUDE

Juliana Rettich
Tatiana Jardim

Iniciando o percurso

Raça é uma questão. Diante dos percursos históricos, das práticas e das recorrências com as quais convivemos, urge assumirmos e debatermos a racialidade e o racismo. Ocorre, no entanto, que o racismo não é um sistema que segue o mesmo percurso no tempo, nos espaços e na história e, tampouco, é um sistema que se organiza e se projeta na experiência dos sujeitos de maneira uniforme. O racismo tem seus percursos e suas engrenagens. Ele se refina e sequestra as subjetividades; quando convém, faz emergir o sujeito, sobretudo, o sujeito racializado, para criminalizá-lo ou para tokenizá-lo; ou o faz desaparecer na estrutura, para isenção daquele que o pratica.

No Brasil, o racismo tem contornos singulares, em virtude da história, das apropriações, das reorientações, das insurgências, das distintas políticas, das tomadas de consciência que se operam gradativamente. Esses e outros elementos geram conjunturas que reorientam o racismo, reconfiguram e atualizam seu estatuto e sua prática. Assim, não se pode falar no racismo como um bloco sólido cuja existência circula, mas como um conglomerado moldado e moldável. Nesse sentido, é

fundamental compreender que, como todo sistema de poder, vai ser praticado e processado com distintas estratégias para se manter e se perpetuar, para abarcar, de forma irrestrita, corpos, existências. E, como sistema de poder, faz-se por meio de relações de forças, fortalecem-se ou se enfraquecem, construindo esse sistema de poder tal como ele é hoje, que não é exatamente como era antes, até porque, primeiro, não acreditamos que o poder existe, *a priori*, ele é resultado das práticas que o produzem como poder; segundo, como já dito, há forças de resistência que reconfiguram esse sistema de poder.

É nessa direção que vamos neste artigo. Nosso objetivo é transitar pelo território do racismo, observando a ausência como um pressuposto que quase sempre está presente em interações em que pessoas negras estejam presentes ou, ainda, em que esses sejam os objetos de discurso. Nesse sentido, compreendemos a ausência como uma estratégia, pois é possível observar sua recorrência em diferentes contextos em que pessoas negras estão inseridas, e, pior, é possível identificá-la como uma pedagogia que orienta sujeitos, políticas e discursos para a manutenção da falta, da falha, da escassez e da miséria.

Neste texto, portanto, confrontamos o *modus operandi* que insiste em normalizar e atribuir precariedades às pessoas negras. Fazemos isso partindo da compreensão do discurso como produtor e mantenedor de realidades e da sensibilidade para esses discursos, isto é, do entendimento da dimensão ética que comportam. Desse modo, fazemos aqui um exercício teórico-prático que engrossa o conjunto de práticas que objetivam desmontar e superar o racismo, esse sistema de poder cuja força se dá, sobretudo, pela circulação das narrativas de ausência sobre aquele que é racializado, tendo o branco como referência de presença, do que não falta, do que é completo em sua humanidade, ou seja, superior, dentro da lógica ocidental.

Raça e discursividade

Tratar de raça, de racialidade, é estar em um terreno arenoso. Isso porque essa categoria comporta a complexidade, o emaranhado de relações que vêm se constituindo (e se renovando) no tempo e nos espaços. Sendo assim, é impossível falar em raça sem considerar as forças que lhe dão existência, bem como aquelas que a sustentam.

Nesta seção, expomos as relações entre raça e discurso, no entanto, precisamos traçar um percurso que possibilite a visualização da história da categoria raça, isto é, que explicite os fios que tecem esse marcador que vem sendo imposto ao ser humano, que vem sendo praticado e, cada vez mais, atualizado nas sociedades. Em virtude dos objetivos deste trabalho, não apresentamos um histórico minucioso, mas aquele que possibilita trilharmos o caminho que compreendemos ser condizente com as reflexões que queremos compartilhar.

Nada há de natural nas lógicas que nos circundam, nas regras que seguimos ou não, nas concepções políticas que acolhemos ou rejeitamos. Essas e muitas outras instâncias são produções geradas por relações de saber e poder, pela engrenagem homem-mundo. No tocante à raça, não seria diferente. As diferenças biológicas e fenotípicas entre os seres humanos, por si só, não gerariam e não sustentariam um ideal de raça, visto que não impediriam que os diferentes empreendessem ações nos distintos domínios humanos. A raça, portanto, deve ser compreendida sob o prisma do que é: uma invenção.

Conceber a raça como invenção é colocá-la no nível das criações que se alinham aos sistemas de verdades. Nessa direção, Foucault (1978 [2015], p.12) nos adverte: "A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder". Desse modo, a raça acontece a partir da instauração de um sistema de veridicção

que perdura e se refina: o colonialismo. O colonialismo é uma empreitada. Afirmamos isso considerando o modo como esse se expandiu, se afirmou, gerou materialidades, simbologias e, sobretudo, como vem se refinando ao longo da história. O colonialismo é um sistema de apropriação e domínio que se estende por vários âmbitos das sociedades. Esse fluxo, portanto, deve ser compreendido.

É fundamental, então, compreendermos que o colonialismo requer corpos, corporeidades, já que sua instituição e manutenção se dão a partir do outro como massa explorada e vilipendiada. É nesse ponto que podemos argumentar a respeito da raça como invenção colonial. Sabemos que as diferenças biológicas existentes entre os homens foram e são objeto de classificação, e as diferenças biológicas foram e continuam sendo captadas, capturadas e catalogadas como elementos de divisão. Para o colonizador (o europeu), a diferença não é um traço agregador, mas determinante para o estabelecimento de relações hierárquicas de poder e saber. Logo, na esteira colonial o corpo material importa, mas esse não é o objeto final, e sim a porta de entrada para os domínios do outro e de suas singularidades.

Os corpos, ou melhor, as corporeidades, estão no bojo da colonialidade, visto que a apreensão de suas peculiaridades, dos seus fenótipos, funciona como os indicadores das lógicas de superioridade e de inferioridade que devem ser geradas e mantidas. Sobre a raça, como categoria mental da modernidade, e, mais especificamente, sobre essa questão na América Latina, Quijano (2005, p. 117) defende:

> A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América **identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras**. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então in-

> dicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades **foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população** (grifos nossos).

Afirmar a racialidade do outro é atribuir-lhe uma marca que o coloca em uma categoria que pode e deve receber o tratamento condizente com um *status*, por isso, a ideia de etiquetar os sujeitos com uma raça é tão importante no colonialismo. A raça, então, passa a ser o que referencia os povos que estão fora da Europa, passa a ser o marcador que sustenta a diferença separatista e autoriza a exclusão e a violência, e, "Com o tempo, os colonizadores **codificaram como cor** os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial" (Quijano, 2005, p. 11, grifo nosso).

A raça é assumida como ferramenta que dá ao colonizador a condição de senhor que dirige as vidas daqueles que considera inferiores e determina destinos utilitaristas e descartáveis para essas corporeidades, já que tudo que as constitui, no campo físico, simbólico e subjetivo, passa a ser considerado igualmente inferior. Tal inferioridade, inicialmente, convém pontuar, não advinha do construído estigma da cor. Para além disso, eram destacadas outras características dos não brancos como traços de ausência de humanidade: a ausência de roupas, a ausência de talheres, a ausência de religião, a ausência de civilidade. O outro é aquilo que aquele que o constrói como outro não é – o branco. O negro não é o que

o branco tem, não necessariamente pela cor da sua pele, mas por todos os outros traços que o fazem ser esse outro construído. Aqui, falamos do negro, mas essa lógica de poder é aplicada a todos os outros que não fazem parte da categoria brancos. A questão da cor veio posteriormente; dentre tantas narrativas sobre ausências em relatos de colonizadores sobre esse outro que eles construíram – ausência de religião, de civilidade, de razão, de língua, portanto, de humanidade –, a cor era mais um traço distintivo, a partir do qual os europeus se constroem como brancos e, assim, essas pessoas criam o negro. Aqui, estamos falando de maneiras de se nomear uma realidade dando existência a ela com o que se diz sobre ela. A rigor, brancos e negros não existiam, até os europeus assim se nomearem e nomearem os outros. Os não brancos, então, estavam em uma categoria com várias características que os diferenciavam dos civilizados brancos. O problema é quando esses não brancos, por imposição colonial, passam a se vestir, comer, professar a fé, tal como o colonizador, o que, portanto, faz com que a cor da pele se torne um signo de diferença para demarcação de superioridade e inferioridade.

Se o colonizador definiu e redefiniu identidades novas ("índios", negros), redefiniu outras e, ainda, codificou como cor os traços fenotípicos e singulares dos sujeitos das Américas e da África, o fez para colocar em prática uma lógica, o fez para dominar, o fez pela linguagem. A linguagem, que serve para viver, como bem afirma Benveniste (2006, p. 222), é produtora e mantenedora de objetos, relações, subjetividades, tecnologias, sistemas sociais e de tudo que é gerado e experienciado por nós. Assim, a linguagem, imbricada com a história e suas conjunturas, atua e propicia que os sujeitos atuem para manter em vigor seus projetos de dizer, seus discursos.

O discurso, aqui, é compreendido como prática, pois sua composição e sua circulação se dão a partir de um trabalho que reúne sujeitos e condições de produção. Este trabalho se dá

sob a reunião de elementos regulares, sejam eles enunciativos, subjetivos, temáticos ou estratégicos. Nesse sentido, compreender o entrelaçamento entre raça e discursividade é admitir o caráter inventivo das práticas discursivas. É enxergar a construção e a manutenção das práticas discursivas sob a perspectiva da raça.

Sendo a raça uma invenção pautada no olhar e na ética do colonizador sobre os povos não europeus, devemos admitir que a discursividade em torno desses sujeitos atuou e atua para a subalternização, para a redução. As práticas discursivas, então, emergem e circulam impregnadas por tal lógica; as práticas discursivas constroem, a todo tempo, o negro tal como o vemos, tal como tivemos nossas subjetividades forjadas para concebê-lo de um modo e não de outro, porque, como Foucault apresenta em seu trabalho arqueológico, os objetos não existem antes das práticas que os criam. Os enunciados, portanto, carregam, de forma mais ou menos explícita, o potencial da lógica racial e cumprem o projeto discursivo que é manter certos sujeitos, os não brancos, em posição de inferioridade. Nesse sentido, a relação entre raça e discursividade deve ser colocada em evidência, já que o discurso, como bem defende Foucault (2009, p. 49), é a reverberação de uma verdade que nasce diante dos nossos olhos.

O discurso é instância produzida e colocada em circulação em conjunturas muito específicas, é uma produção atrelada a tempo, espaço e sujeitos únicos. O discurso não é um conglomerado que emerge e se conserva de forma imutável, pois seu aparecimento e seu exercício se ligam a diferentes circunstâncias, a distintos sujeitos e a diferentes materialidades. O discurso é heterogêneo e multifacetado e sua instituição demanda um trabalho, por isso, trata-se de uma prática, pois essa diz respeito à reversibilidade essencial entre texto e comunidade discursiva, como defende Maingueneau (1997, p. 56).

Se a raça, como explicitamos e argumentamos em linhas anteriores, é uma invenção oriunda da captura dos traços dos sujeitos, isso significa que se aliam às questões atinentes ao olhar e à percepção dos que a inventaram, à linguagem, à linguagem situada, à discursividade que perpassa esse processo. Hall (1995) afirma:

> [...] quero defender que raça funciona como uma linguagem. E os **significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, a suas práticas de produção de sentido.** E essas coisas ganham sentido não por causa do que contêm em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação (p.3, grifo nosso).

Com essa afirmação, Hall assume a raça como uma construção discursiva, e o discurso, como já dito, constrói objetos, pois sua elaboração liga-se a uma formação discursiva, a sujeitos, a condições de produção, portanto, as práticas discursivas são erguidas e regidas por coerções. Mas cabe compreendermos que essa construção não fica no campo das ideias, dos conceitos, do não palpável. Hall nos alerta que a raça, como construção discursiva, nos coloca diante das materialidades fenotípicas, biológicas, pois essas são efetivamente capturadas pelos sistemas de poder e de saber para classificar os seres humanos, e essa captura, por sua vez, se dá no discurso que faz circular ideias, conceitos que sedimentam a raça como significante.

> Apenas quando essas diferenças foram organizadas dentro da linguagem, dentro do discurso, dentro dos sistemas de sentido, é que podemos dizer que as diferenças adquiriram sentido e se tornaram fatores da cultura humana e da regulação de condutas — essa é a natureza do que estou chamando de conceito discur-

> sivo de raça. **Não é que as diferenças não existam, mas sim que o que importa são os sistemas que utilizamos para dar sentido a elas, para tornar as sociedades humanas inteligíveis** (...) (Hall,1995, p. 5, grifos nossos).

Para encerrar, se a construção de raça se deu por meio da linguagem, por meio de narrativas cujas práticas discursivas construíram esse objeto raça tal como o temos, parece óbvio, mas, talvez, seja importante destacar que esse foi o discurso construído hegemonicamente para sustentar a colonialidade até hoje. No entanto, não quer dizer que houve silêncio, ausência, para se contrapor a essa construção. A questão-chave certamente está em compreender que o regime de poder colonial se estabeleceu e se estabelece na lógica dos "cídios", das políticas de morte, da busca pela subalternização do negro em condições de escravidão, destituindo-o de seus laços afetivos, culturais, geográficos e linguísticos no sequestro do Atlântico, e, no contexto da abolição, destituindo-o de políticas públicas para a promoção da vida desses indivíduos agora libertos. A desarticulação do negro em múltiplos sentidos também é parte do projeto colonial, incluindo a interdição do discurso sobre racismo por anos e o incentivo à mestiçagem, aos relacionamentos interraciais, como bem destaca Abdias Nascimento ([1978] 2016). O epistemicídio destacado por Boaventura de Sousa Santos é, sem dúvida, uma das mais poderosas armas que impedem o conhecimento dessas narrativas de resistência que eram capazes de construir outras subjetividades que não as hegemônicas sobre o negro, outros objetos que não o criado pelo branco em sua lógica de dominação. O não civilizado, o que não tem fé, o que pode ser morto sem a culpa cristã, só assim foi construído pelo branco, porque ele promove a ideia do "Penso, logo existo", com o Discurso do Método de Descartes, em 1637, em que há a promoção da desvalorização das percepções corpo-

rais como fontes de produção de conhecimento e a promoção da produção de conhecimento pretendida universal (Dussel, 1994; Grosfoguel, neste livro) (Bernadino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018, p. 11-12)

Desde o período colonial, o negro é construído e constantemente reatualizado nessa construção como o sujeito sem razão, portanto, com ausência de humanidade, e o que vai ser a base para o projeto colonial genocida. É o que se constitui como base para que aquilo que o negro falou, fez, fala ou faz não venha à tona, porque o lugar da ausência não pode ser preenchido, ele precisa se manter assim, vazio. Então, para isso, interdita-se qualquer discurso que coloque o negro em outro lugar que não seja o dessa ausência e o desse desejo de ser a partir do branco. É preciso que o próprio negro se constitua como tal nesse lugar, para que busque usar as máscaras brancas, porque sua psiquê foi sequestrada junto com o tráfico no Atlântico (Fanon, [1952] 2008.) É preciso que ele seja silenciado, e só se silencia quem tem voz.

Quando falamos aqui sobre os discursos que constroem o negro nesse lugar da ausência, refletimos também sobre o cuidado que devemos ter de não reproduzir a ideia de que havia silêncio e submissão, sobretudo, daqueles que se transformaram em objeto de subalternização das práticas coloniais. A necessidade de perpetuação da prática colonial, para além do refinamento usado no passado e vindo até os dias atuais, também é indício de que os povos subalternizados são e sempre foram capazes de produzir resistência.

Negritude: uma questão de ser e de saber

Negra. Negro. Não é simplesmente uma questão de ser, pois é uma questão de raça, que é uma invenção sócio-histórica com uma engrenagem específica. Dizer-se negra ou negro, afirmar-se negra ou negro, ser apontado como negra ou negro é receber uma etiqueta que referência o sujeito no mundo, mas é também ser

compreendida(o) e compreender-se em conformidade com uma modulação histórica muito específica, uma vez que é impossível passar incólume pela experiência colonial. Essa é, inegavelmente, uma memória. Não só pelo vilipêndio, pelo apagamento, pela história de escravização, mas pela necessidade incessante de reformulação, de resistência imputada aos sujeitos pretos. Desse modo, a obviedade da negritude, a marca visível, nomeável, não basta, pois é fundamental apropriar-se de si, apropriar-se da história, percorrer as minúcias da lógica que atravessam a racialização do corpo.

A negritude ou, simplesmente, ser negro é uma categoria assumida socialmente depois de inventada pelo colonizador. Dizemos assumida, porque, embora as pessoas pretas tivessem existência plena antes da invenção racial, sabemos que a nomeação fundamentou e fundamenta os percursos sociais e atribuiu e atribui lugares a essas pessoas. Então, assumir a negritude é reorientar os sentidos, é afirmar no e para o mundo uma corporeidade e uma presença. É, talvez, tomar as rédeas dessa narrativa criada pelo branco; é, talvez, sair da neurose, como diz Fanon, de um inconsciente forjado para o desejo de ser aquilo que o branco quer que todos queiram: ser branco. Aqui é a resistência, a força criativa, não que resiste, mas que produz outras possibilidades e formas de vida diante das forças dominantes. Assumir a negritude pode ser uma forma de assumir esse signo e dar a ele significados fora dos agenciamentos já dados. A lógica colonial racista está dada, vista, denunciada tantas vezes. Não que ainda não seja o tempo de denúncia, mas, talvez, seja, também, o tempo de repensar os circuitos desses afetos de morte produzidos pelos discursos que constroem há anos o negro.

Neusa Santos pensa a construção do sujeito negro no Brasil considerando a (não) integração desse à sociedade. A psicanalista trata dessa construção entrelaçando questões de natureza psíquica e social e mostra que a inserção e a ascensão das pessoas negras

à sociedade desde o pós-abolição se dão a partir do "sacrifício" do próprio ser para adequações a partir do sujeito branco. Afirma a autora:

> A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais.É a história da submissão ideológica de um estoque racial sem presença de outro que se lê faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (Santos, 1983, p. 39).

O que compreendemos, portanto, como subjetividade negra, identidade negra ou presença negra na sociedade foi, e ainda é, uma produção engendrada, erguida sob a regência da subjetividade branca. Regência essa que parece ser a ausência de raça na lógica do branco, e, talvez, um excesso de presença de humanidade que esse vê em si e nos seus semelhantes e não vê nos que racializa. Essa subjetividade, então, não é praticada ou compreendida como mais uma, mas como uma entidade superior, ou melhor, como uma arquissubjetividade, que perpassa o trânsito das pessoas negras na sociedade e dirige o modo como essas são recebidas, compreendidas na sociedade. Nesse sentido, a negritude está aliada à cor da pele e a outros traços que indicam o pertencimento à raça, mas, sobretudo, está entrelaçada e ligada às construções sócio-históricas que criam e determinam lugares para todos que são assim compreendidos.

No Brasil, especificamente, onde as questões raciais foram produzidas e são praticadas ainda dentro da lógica da mestiçagem que, em termos gerais, é usada como argumento para afirmar uma igualdade ilusória e apagar o debate fundamental, é preciso afirmar e reafirmar que a subjetividade negra é uma construção em curso. Isso não diz respeito a um momento inaugural, porque as

construções são constantes, mas se trata de um outro movimento, de um movimento de assunção e de desvinculação da branquitude. Desvinculação dessas subjetividades que se pretendem hegemônicas, desses atravessamentos que podemos, de repente, resumir como branquitude, conjunto de modos de agenciamento dos sujeitos para a formação de subjetividades que sempre humanizam o branco e desumanizam os demais; desvinculação, então, desse fantasma criado pela branquitude, desse mito negro, conforme afirma Neusa Santos (1983):

> Incrustado em nossa formação social, matriz constitutiva do superego de pais e filhos, o mito negro, na plenitude de sua contingência, se impõe como desafio a todo negro que recusa o destino da submissão. Interpelado num tom e numa linguagem que o dilacera inteiro, o negro se vê diante do desafio múltiplo de conhecê-lo e eliminá-lo. (...). Obviamente, cabe a negros e não negros a consecução desse intento, mesmo porque o mito negro é feito de imagos fantasmáticos compartilhados por ambos (1983, p. 34).

Como Beatriz Nascimento (1977), que se espanta e questiona o "eterno estudo do escravo"[1] na historiografia brasileira, também entendemos que é preciso salientar que as subjetividades negras nunca deixaram de resistir, aliás, sempre o fizeram, em todas as épocas, no entanto, a lógica colonial, com seus refinamentos e sua positividade de poder, se espraia e se refina, é multiplicada pelos sujeitos, gera outras lógicas de aprisionamento. Esse tornar-se negro também está atrelado ao reconhecimento das lutas de ontem e de hoje, das edificações teóricas, práticas e reparativas que vêm se firmando ao longo da história. A negritude precisa ser compreendida como uma produção inacabada, pois seu curso segue em conjunto

1 A fala da historiadora Beatriz Nascimento está presente no documentário Orí ("cabeça", na língua africana yorubá. Esse espanto é o dispositivo que gera a contranarrativa de Beatriz para o resgate e a emergência da história do negro no Brasil.

com a explicitação e com o entendimento da questão racial como instituinte do panorama social. A negritude é um devir, é um vir a ser, já que só nos tornamos o que podemos alcançar.

Ausência: uma produção que cria pressupostos

Ao negro, faltava-lhe nada. Tampouco, a classificação como tal. Como analistas do discurso, o que queremos afirmar em nossos trabalhos é, dentre outras questões, uma que nos é cara: a língua constrói o mundo. Estamos, nestas linhas, buscando apresentar como essa construção do negro como predominantemente vemos ainda hoje foi, sobretudo, a partir daquilo que se falava sobre ele. Ao negro nada faltava em termos de construções de subjetividade, organização social e cultural, por exemplo. Por isso, é preciso, como parte do refinamento do projeto colonial, ao ausentar o negro de seu território, tirar dele laços afetivos e familiares, sua língua, sua história. O Brasil empreendeu políticas e esforços para isso. Se pensarmos, por exemplo, em uma memória documental, as pessoas negras não têm, ou têm de forma precária, acesso à sua história, às suas origens geográficas. Isso não se dá só pelo tempo, mas por ações. Abdias Nascimento nos lembra que

> É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isso não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas, principalmente, consequência da lamentável Circular n.29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo ministro das Finanças Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral (1978 [2016] p. 58).

Assim, o apagamento, a ausência e a invisibilidade observados no correr do tempo e no cotidiano acerca dos corpos negros

não têm nada de natural; são uma construção pautada no tecido das ideias, do imaginário e de práticas materiais que parecem ter um duplo objetivo: privar esses sujeitos do conhecimento de si e tentar apagar as provas do empreendimento colonial. Com isso, podemos afirmar que a ausência que ainda impregna as falas, as percepções, os discursos dirigidos às pessoas negras são um pressuposto cuja constituição é heterogênea.

Se o posto é enunciado, depende das condições de enunciação, o pressuposto, igualmente. Posto e pressuposto não estão objetivamente na estrutura da frase, porque a frase só acontece em termos de produção de sentido nas condições enunciativas. Se falamos do negro como esse corpo-discurso construído nas dinâmicas das ausências, carregando pressupostos de ausência, só é possível pelos regimes de verdade instituídos. Imaginemos antes do processo colonial: o negro seria o signo da morte, da ausência, da fratura? O negro não era nem negro, como temos trazido aqui.

Um enunciado é um acontecimento, como define Foucault (1969 [2016]. Ele não se repete, o seu momento, a enunciação, é um acontecimento único. Quanto à não unicidade do sujeito que enuncia, Foucault e Ducrot vão na mesma direção, rompendo com a ideia do sujeito da razão consciente de suas ações. Nesse sentido, admitem a polifonia dos enunciados

> Mas esta teoria de Bakhtine, segundo meu conhecimento, sempre foi aplicada a textos, ou seja, a sequência de enunciados, jamais aos enunciados de que estes textos são constituídos. De modo que ela não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual o enunciado isolado faz ouvir uma única voz (1987, p. 161).

Outro ponto importante e que tem relação entre Foucault e Ducrot, além de outros autores que trazem perspectivas importantes para o estudo dos enunciados, é a noção de sujeito empí-

rico, enunciador e locutor. Ducrot (1987) usará como exemplo a assinatura de responsáveis num documento escolar, escrito pela escola, porém, entregue pela filha aos pais.

> Assim, vale destacar a diferença entre locutor, enunciador e autor empírico. Ducrot (1987) define o locutor "como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade do enunciado" (p.182), podendo ser ele distinto do autor empírico. Ele explica isso com o exemplo da assinatura dos responsáveis num documento escolar, escrito pela escola, mas entregue a ele por sua filha. O locutor, nesse caso, seriam os responsáveis, e o autor empírico, a escola. Já o enunciador, o que me interessa para a minha análise, é o ponto de vista do enunciado. "O locutor, responsável pelo enunciado, dá existências, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes" (Ducrot; 1987, p. 193; Rettich, 2018, p. 89).

O que isso nos implica aqui, diante do que estamos discutindo? Não é, de modo algum, que aquele que diz algo sobre o negro não tenha responsabilidade acerca do que fala, mas aquilo que se diz sobre o negro está dentro de um regime de dizer que possibilita esse enunciado. Ou seja, não é um enunciado interditado, que faça parte de um discurso interditado, senão, não seria enunciado. Quando temos, por exemplo, uma foto[2] de um menino negro vendo os fogos em Copacabana, na festa da virada de ano, dentre muitas falas sobre essa foto, houve uma regularidade de compartilhamento da imagem junto com legendas que traziam para essa criança a realidade de um abandono. O pressuposto do corpo negro em relação às ausências é o que possibilita às pessoas produzirem textos nas redes sociais, afirmando, sem conhecer a história dessa criança, que aquela é uma imagem da desigualdade

2 A foto pode ser vista em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/02/politica/1514924485_498274.html.

social do país (ausência de bens materiais, em comparação com as outras pessoas que ali estavam festejando) ou ausência de familiares, pressupondo ser uma criança abandonada.

Adicionada a isso, a ausência de direitos, uma vez que sua foto foi tirada e sua imagem difundida sem qualquer proteção ao direito de imagem da criança[3]. O que temos é a regularidade presente nas práticas discursivas compostas por enunciados que não só sustentam a lógica colonial. Não é uma herança, não é um passado cujo resquício ainda encontramos hoje. É a continuidade de um regime de dizer que produz todo dia a realidade da superioridade branca. O pressuposto da ausência está fortemente pautado na lógica criada pelo branco: o branco é aquilo que não pode ser o negro. Ainda caminhando com a teoria da argumentatividade da linguagem, Carel (2011) dirá que a polifonia trazida por Ducrot se difere da de Bakhtin porque, na pragmática, a polifonia é semântica, e, nos estudos bakhtinianos, ela seria intertextual. Sem entrar nesses debates teóricos mais especificamente, se entendemos que a língua sem contexto é nada, podemos afirmar que, em todo texto, o que temos é uma vida que acontece em torno dele e por meio dele, ou seja, separar sintaxe e semântica, desconsiderar os contextos em que a língua, com seu sistema, sua estrutura, seus sentidos, está inserida é, inclusive, o que já falamos em outro trabalho nosso, uma necrolinguística. Nesse sentido, reafirmamos que posto e pressuposto só existem como tais, nessa relação, porque acontecem em contextos sócio-históricos, ainda quando são situações artificiais, como frases feitas para exemplos em livros didáticos.

Sendo assim, e, para concluir, temos uma legenda da foto do menino como "imagem da exclusão social", lembrando que só era

3 Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

a imagem de um menino negro vendo os fogos, porque o pressuposto do signo menino negro é o do campo do sentido. E sentido só se dá nas condições de produção de enunciados.

Não precisamos fazer um exercício difícil de colocar no lugar do menino negro um branco. Vamos trabalhar com posto e pressuposto:

1. um menino negro é a imagem da exclusão social.
2. um menino não negro é a imagem da inclusão social.

Sendo assim, brancos e negros o são como são porque, antes de tudo, é dito sobre o que é o branco e o que é o negro.

Percursos da ausência, afirmação da presença: um exercício cartográfico

Nesta seção, expomos e demonstramos como o pressuposto da ausência se manifesta na materialidade linguística. Centramos nosso percurso no âmbito discursivo, tendo em vista o fato de sermos trabalhadoras sociais que se ocupam com o discurso e compreendem que esse é produtor e mantenedor de verdades, sujeitos, objetos e percursos. Lemos enunciados e questões mostrando as condições de produção que os alicerçam no campo da ausência atribuída à negritude, mostrando que o que estamos denominando como pressuposto da ausência é o que sustenta a produção de dados enunciados e de dadas práticas em relação aos sujeitos negros.

Todo enunciado está atrelado a uma prática discursiva. Por mais que não tenhamos acesso a um conglomerado de enunciados similares, sempre é possível acessar uma prática discursiva, pois

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipo de

> enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 1969 [2016], p. 47).

Desse modo, quando nos propomos a mostrar que a ausência é um pressuposto que rege, organiza práticas discursivas, propomo-nos a identificar, em enunciados, traços, regularidades que nos remetam a essa lógica, propomo-nos a mostrar palavras de ordem, ou seja, a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos [...] As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma "obrigação social." [...] (Deleuze , Guattari, 2011, p. 17). Vamos à análise.

O primeiro enunciado analisado está presente no *podcast* Bom dia, Obvious, episódio 217[4]. A entrevistada é Jojo Todynho, nome artístico de Jordana Gleise de Jesus Menezes, mulher negra, cantora, apresentadora e empresária, nascida e criada em Bangu, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

> Luanda Vieira: "Oh, Jojo, eu quero muito falar sobre a faculdade, mas antes eu queria falar sobre o seu material escolar que foi uma coisa que viralizou demais-...E eu... Eu sou uma pessoa muito emocionada, né? Então, quando eu te vi com aquele material e feliz e tal eu pensei muito sobre você estar alimentando a sua criança. Então, eu queria que você me falasse sobre isso. Qual é a importância de entregar pra criança Jojo,hoje, o que talvez ela não poderia ter no passado?

4 Acesso ao podcast: https://open.spotify.com/episode/1NiSomMxhJd90QV9fvqagy.

> Jojo: Cara, eu vou te falar: eu tive. A minha vó, na medida do possível, ela sempre... Meu material de escola, roupa de escola sempre foi impecável. A minha vó levantava 40 minutos antes pra passar nossas roupas de escola ou ela passava à noite, deixava tudo organizado. De manhã, antes de ir pra escola era mate quente, pãozinho com manteiga... Eu molhava o pão francês no mate. Ai, gente, era uma maravilha, memória afetiva. E assim, na medida do possível, minha vó sempre fez tudo pra mim, pro meu irmão, pra minha prima. Eu tive uma infância que tem suas marcas né porque eu perdi meu país, mas eu tive uma infância muito feliz, eu tive muitas pessoas que foram alicerce na minha infância. Meus padrinhos, meus pais de consideração, Moisés e Maria Helena, sempre fui muito querida. Todas as festas da rua sempre convidaram a gente. Então, assim, eu não tenho o que falar. Apresentação de escola... Foi assim... Sempre tudo maravilhoso. Eu lembro que teve uma apresentação de balé da professora Norma. E aí, minha vó não teve condições de comprar o body e ela falou: - Dona Rita, fica tranquila. Ela vai tá transformada no balé. Ela comprou o body, ela penteou o meu cabelo, fez o coque. Foi linda a apresentação. Então, assim, eu sempre fui muito quista pelas pessoas que estavam ali ao redor, as pessoas sempre foram solícitas pra ajudar né. Então eu sou muito grata. Tia Lúcia, Tia Lúcia (beijos), amo a senhora. Todos, todos, minha madrinha Eni, todos. A cada vizinho, eu tenho um carinho. Tem pessoas que hoje eu não tenho mais contato também por coisas que aconteceram na juventude, mas que tão guardado no meu coração porque fizeram parte da minha vida.

No *podcast*, a entrevista passa por alguns pontos da vida de Jojo. Entre eles, o da vida estudantil. Ela, que hoje está no terceiro

período do curso de Direito, expõe e divide com seus seguidores as trocas de material, os modelos de caderno, caneta e toda a sorte de elementos necessários para um estudante. O questionamento da entrevistadora tem como objeto e objetivo compreender o zelo, o capricho e o desejo de Jojo pelo material de estudo que vem apresentando nas redes sociais. A apresentadora pressupõe que essa exposição está ligada à ausência, à falta, à falta de material escolar ou à falta de material escolar com a qualidade dos que Jordana teve acesso na sua infância. Interessa-nos, aqui, explicitarmos o pressuposto da ausência a partir da resposta da entrevistada, pois os seus enunciados confrontam essa lógica e, ao mesmo tempo, a presentificam. Vejamos.

A apresentadora fala brevemente do material e pergunta: "[...] Então, quando eu te vi com aquele material e feliz e tal eu pensei muito sobre você estar alimentando a sua criança. Então, eu queria que você me falasse sobre isso. Qual é a importância de entregar pra criança Jojo, hoje, o que talvez ela não poderia ter no passado?" Embora a entrevistadora afirme que ficou pensando, embora vejamos a presença do advérbio talvez modalizando o questionamento, o todo do enunciado faz referência à relação corporeidade-posse ou corporeidade-poder. O material de estudo de qualidade, cercado de capricho, parece funcionar como um dispositivo que faz emergir o imaginário da ausência ligado ao sujeito negro. Ter um material e ter uma determinada qualidade de material parece comunicar uma recompensa para esse corpo que, teoricamente, sofreu privações. Podemos observar que a enunciadora usa as expressões "alimentando a criança interior e entregar pra criança Jojo". Se pensarmos com Maingueneau (2008) que o vocabulário, em uma prática discursiva, assume estatuto de pertencimento, esses termos colocam o objeto do enunciado em um enquadramento discursivo psicologizante que produz a imagem de Jojo como sujeito da falta e como sujeito autossuficiente que supre a própria falta. Portanto, a ausência presente no questionamento abarca a ausência como pressu-

posto. Nesse caso, ausência de recursos como os que Jojo tem atualmente.

Ainda nessa dinâmica das ausências, a fala sobre Jojo alimentar sua criança interior e ser compreendida como autossuficiente, como destacamos, pode indicar uma outra questão construída sobre o negro: a ele também faltam pessoas que se coloquem como cuidadoras, afetuosas, imbuídas de suprir as necessidades do negro; essa raça construída a partir de fraturas e ausências no sequestro do Atlântico e ainda hoje, com narrativas que circulam compostas por enunciados como o que estamos analisando aqui ou com enunciados presentes em enredos ficcionais, por exemplo, nos quais a pessoa negra aparece, tantas vezes, destituída de laços de parentesco, como as constantes personagens negras e empregadas, em novelas globais, ou motoristas e jardineiros dessas produções, cuja existência se dá em torno das famílias para as quais esses personagens trabalham. Não têm companheiros ou companheiras, tantas vezes, filhos, pais, irmãos etc., existem apenas para estarem ali, servindo e sendo tratados como se fossem da família, uma família que eles não teriam.

A resposta de Jojo confronta essa perspectiva de ausência, de falta admitida como psicologizante, como inerente ao negro, e ainda explicita outro viés, outra concepção do que significa ter um material de estudo. Jojo inicia respondendo: "Eu tive. A minha vó, na medida do possível, ela sempre... Meu material de escola, roupa de escola sempre foi impecável". Mais uma vez, vemos o vocabulário presentificar o pressuposto da ausência e a afirmação da presença. A interação entre o verbo ter, indicando e confirmando a posse, a afirmação do cuidado através da citação da figura da avó e a explicitação da excelência do material escolar, através do adjetivo impecável, faz emergir não só uma resposta ao questionamento que contém o pressuposto da ausência, mas uma atitude responsiva que quebra uma expectativa relacionada a um roteiro historicamente construído. Há, portanto, a desconstrução

da regularidade inerente ao pressuposto da ausência sobre o corpo negro. Nesse caso, a desconstrução da perspectiva de ausência no que tange a recursos de ordem material para estudo.

Caminhando mais um pouco pelo território do relato, compreendemos que a materialidade não evidencia somente uma narrativa, uma exposição de memórias, mas a explicitação e a afirmação do cuidado, elemento que, muitas vezes, não é concebido, é dispensado ou até enunciado ou compreendido como desnecessário para pessoas negras. Desse modo, destacamos os seguintes enunciados presentes na resposta de Jojo:

> "[...] na medida do possível, minha vó sempre fez tudo pra mim, pro meu irmão, pra minha prima. Eu tive uma infância que tem suas marcas né, porque eu perdi meu pai, mas eu tive uma infância muito feliz, eu tive muitas pessoas que foram alicerce na minha infância [...] / [...] Então, assim, eu não tenho o que falar. Apresentação de escola... Foi assim...Sempre tudo maravilhoso [...] / [...] Então, assim, eu sempre fui muito quista pelas pessoas que estavam ali ao redor, as pessoas sempre foram solícitas pra ajudar né [...]".

Nesses excertos, fica evidente a presença do afeto e do cuidado na vida de Jojo. Se retomarmos a construção da raça como instrumento de poder subalternizante, a negritude como uma construção e uma assunção histórica e o sujeito da enunciação, compreendemos que os enunciados de Jojo podem ser caracterizados como testemunhos. Sueli Carneiro (2005 [2023]) denomina como testemunhas insurgentes os sujeitos entrevistados em sua pesquisa. Isso porque a filósofa se recusou a tratar os sujeitos e seus depoimentos como objeto de pesquisa, apagando assim seus estatutos de sujeito do conhecimento e suas experiências. Nesse sentido, a autora recorre à perspectiva de teoria do testemunho

desenvolvida por Márcio Seligmann-Silva (2004), que identifica para a abordagem latino-americana a predominância da contra-história em que a testemunha apresenta as provas do outro ponto de vista, discrepante da história oficial [...] (Seligman-Silva, 2004, p. 192).

A segunda análise é a retomada do que foi mencionado na seção anterior. Uma criança negra, de 9 anos, assiste aos fogos da virada em Copacabana, no Ano Novo de 2017 para 2018. O fotógrafo Lucas Landau registra o momento para a agência Reuters. O menino está em primeiro plano, escolha do fotógrafo; em segundo plano estão as pessoas se abraçando, muitas de costas para a queima de fogos e, consequentemente, para o menino. Elas estão na beira do mar, vestidas de branco; a criança com um *short* escuro molhado e sem camisa. O menino olha para os fogos com a boca um pouco aberta e os pulsos entrelaçados. Essa imagem viraliza com inúmeras legendas, nas quais a regularidade desses enunciados está nesse campo da ausência que temos discutido. "Invisibilidade do nosso cotidiano"; "imagem da exclusão social"; "consequências do golpe" e "soco no estômago" foram legendas que acompanharam a foto.

Como temos defendido aqui, os enunciados constroem os objetos sobre os quais esses enunciados falam e eles somente são proferidos porque existe um regime de dizer que os permite existir e dar existência ao que eles enunciam. É possível perceber que algumas das legendas vêm em tom de denúncia sobre as supostas mazelas da sociedade, com constatações que são sustentadas pela imagem de um menino negro vendo os fogos: é o retrato da exclusão social, dizia uma das legendas. Um menino negro vendo os fogos apenas. Essas supostas denúncias parecem mais, na verdade, é denunciar o que está no imaginário coletivo acerca da pessoa negra – um corpo sempre desprezado, ausente de direitos, de alegria, de festa. Por que a interpretação majoritária não foi a de um menino surpreso e encantado? Ele

não poderia estar se divertindo; ele não poderia estar feliz. "Ele está excluído, eu posso ver e, por isso, denuncio". Porque, talvez, possamos dizer que o corpo negro é o signo cujo sentido, nos contextos de produção de enunciado que produzem o negro como tal, está relacionado, com tantas ausências, ao estigma da dor. Quando começam a circular enunciados sobre a necessidade de combatermos o racismo, de termos posturas antirracistas, essas denúncias, em forma de legenda, emergem como uma produção de enunciados progressistas, dentro de formações discursivas de combate ao racismo. Entretanto, os variados enunciados frutos de variadas interpretações dão a possibilidade ao branco, por exemplo, de colocar-se, como desde 1500 aqui no país, no lugar do salvador desses povos, adultos e crianças racializadas, uma vez que ele está ali na condição de fazer o mundo enxergar as violências sofridas pelo negro e, assim, protegê-lo ou transformar a sociedade para uma equidade racial.

A questão, entretanto, complexifica-se se analisarmos, ainda que reconheçamos determinadas situações de violência e ausências geradas para a população negra, quem as gera. Essas situações são promovidas por quem? Quem são os agentes da exclusão social, da desigualdade social, do golpe, da segregação racial? Quem são os sujeitos que produzem o racismo em enunciados que invocam o fim do racismo? Quem são os sujeitos da ação em tantas notícias como "criança sofre racismo na escola" ou "funcionária de loja sofre racismo"? O apagamento desse sujeito em tantos enunciados, talvez, seja a materialidade do refinamento do dispositivo racial que ora coloca o branco como o sujeito da presença e o negro da ausência, ora coloca o branco no lugar da neutralidade, da invisibilidade, da oração sem sujeito. E a escolha, neste artigo, pelo branco em alguns contextos e por branquitude em outros tem relação com a compreensão de que branquitude se refere ao conjunto de subjetividades que atravessam os sujeitos, e branco como uma representação desse sujeito perpassado por essas subjetividades, mas que não pode ser visto como não

responsável por suas ações; não podendo se isentar apenas porque existem as subjetividades que o atravessam, como se ele não tivesse qualquer possibilidade de escolha de agir de outra forma; não podemos aceitar a justificativa do racismo estrutural, quando uma pessoa em particular é apontada como racista. Esse sujeito que não aparece nas frases mencionadas, em termos sintáticos, é o enunciador branco, seja o não empírico, aquele que sustenta um ponto de vista, e essa sustentação é atravessada por diversas subjetividades; seja o sujeito empírico mesmo, o locutor, se formos usar a expressão de Ducrot.

Nesse ponto, entramos, inclusive, em um importante debate que não será desenvolvido neste trabalho, porque é um empreendimento que exige tempo e análises para chegarmos a conclusões mais consistentes. De todo modo, esse enunciador não empírico, ao olharmos a perspectiva racial, se constrói por meio de constructos brancos, muitas vezes, é um enunciador que sustenta pontos de vista a partir do agenciamento de um sistema enunciativo e não enunciativo embranquecido, independentemente da cor do sujeito empírico que enuncia. Um exemplo disso é a entrevista da análise anterior: uma mulher negra é perguntada por outra mulher negra sobre a sua infância, produzindo um sentido de que a entrevistada não teria tido o material escolar na infância. A entrevistadora traz enunciados com um etos branco ou embranquecido.

Assumindo que estamos em um contexto sócio-histórico, a materialidade linguística (o enunciado de Jojo e as legendas da foto do menino) faz parte de um dos percursos que precisam ser percorridos para identificarmos os modos como a questão racial se desenha e se reafirma em nossas práticas, em nossa sociedade. Um país cujos pensadores de uma época conseguiram difundir o mito da democracia racial precisa rever o seu percurso histórico, as suas narrativas, os enunciados que as compõem para compreender as engrenagens refinadas do sistema racial,

se quisermos pensar em uma sociedade capaz de desmontar tais engrenagens e superar esse projeto colonial que ainda está em curso e bastante vivo.

Finalizando o percurso

Estamos certas de que as conclusões de nossos trabalhos são inconclusivas, uma vez que as discussões não se encerram aqui e não se encerram na sociedade. Por ora, buscamos trazer neste artigo algumas inquietações nossas ao percebermos, em muitos espaços que frequentamos, o que chamamos aqui de pressuposto da ausência, dispositivo que ativa a superioridade da branquitude, seja quando as pessoas subjetivadas por ela acreditam que estão em uma luta antirracista e se colocam como indivíduos salvadores, seja na comparação com aqueles que são racistas mais explicitamente.

Como analistas da Análise Cartográfica do Discurso, é preciso apontar que nosso artigo começou em dezembro, mais efetivamente, quando começamos a pensar em algum material de análise e quando começamos a ter algumas intuições a partir de situações que nem estavam interligadas à atividade "produzir um artigo". E isso é cartografia. A cartografia aparece da escolha do *corpus* ao percurso teórico que trouxemos aqui. É dispersão, não linearidade.

Não desenvolvemos neste trabalho, porque não seria possível, a pergunta levantada por Fábio Sampaio[5], em um contexto de congresso, e que até hoje também nos inquieta: Como lidar com esse chamado enunciador que não é empírico na perspectiva racial, uma vez que estamos nos pautando em teorias europeias que construíram universais linguísticos a partir de si mesmas: os brancos.

5 Fábio Sampaio é docente do CEFET-RJ, *Campus* Petrópolis, e docente pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino (PPFEN), da mesma instituição.

Sinalizamos também que a motivação da pergunta, ao final deste artigo, a respeito do porquê de mortes de negros não gerarem comoção, foi motivada pelo ainda incipiente conhecimento acerca do trabalho da filósofa e artista Denise Ferreira. É preciso romper com a lógica colonial vigente nos nossos conscientes e inconscientes; é preciso lançar luz às múltiplas presenças do povo negro na história do mundo.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundador do ser*. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. KOMESU, F. (Trad.). 3. ed. São Paulo: Contexto, [2004] 2012.

CUNHA, E. A propósito de "Raça, o significante flutuante", de Stuart Hall. *In*: *Stuart Hall:* contribuições para pensar 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xw4jw1_HPgE&t=613s. Acesso em: 02 jan. 2026.

EL PAÍS. *Foto do menino negro que fala de como vemos um menino negro*. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/02/politica/1514924485_498274.html. Acesso em: 10 mar. 2024.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise Cartográfica do Discurso:* Temas em construção. São Paulo: Mercado de Letras, 2021.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas (SP): Pontes, 1987.

FANNON, F. *Pele negra máscaras brancas.* SILVEIRA, R. da (Trad.). Salvador: Edufba, [1952] 2008.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber.* NEVES, L. F. B. (Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8. ed. [1969] 2014.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso.* 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HALL, S. *Raça:* o significante flutuante. SOVIK, L. de (Trad.). Em colaboração com Katia Santos. 1995. Disponível em: http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/. Acesso em: 02 jan. 2026.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*. OLIVEIRA, J. (Trad.). Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. SOUZA-E-SILVA, M. C.; ROCHA, D (Trads.). São Paulo: Cortez, 6. ed. ampl. [2002] 2013.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do povo negro brasileiro* – processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectivas, [1978] 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder: Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). *A Colonialidade do Saber:* Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Colección Sur Sur. Clacso. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005. Pág. 227. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/ sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 2 mar. 2024.

RETTICH, J. S. *Cartografia das forças criativas de resistência:* escola e universidade como espaço de embate. 2021. 209 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, N. S. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

A DESCONSTRUÇÃO DOS IMAGINÁRIOS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DO AMOR: UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DE *O PEQUENO PRÍNCIPE PRETO PARA PEQUENOS*

Catarina Lobo Gonçalves
Barbara Luzzen
Beatriz dos Santos Feres

"Cale o cansaço, refaça o laço
Ofereça um abraço quente
A música é só uma semente
Um sorriso ainda é a única língua que todos entende"
(Emicida – Principia).

Introdução

O presente artigo foi elaborado a partir das discussões e estudos realizados na disciplina "O discurso amoroso em livros ilustrados e afins: uma análise semiolinguageira", ministrada pela professora doutora Beatriz Feres e oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF,) no primeiro semestre de 2022. Assim, levando em consideração que vivenciamos tempos em que a intolerância, a discriminação e o ódio transcendem na sociedade, buscou-se, com este estudo, difundir o discurso do amor por meio de uma proposta reflexiva antirracista através da Teoria Semiolinguística.

O racismo estrutural, entranhado na cultura brasileira, camufla-se nas práticas cotidianas. As estatísticas, no entanto, escancaram a dura realidade do país em que vivemos, quando aponta que 78% das pessoas assassinadas por arma de fogo são negras[1]. A autora que norteia essa investigação nos alerta: "Você está fazendo o que pode para contribuir para a luta antirracista?". Djamila Ribeiro, filósofa contemporânea, mostra-nos a reflexão não realizada, o golpe de que não podemos fugir e a ilusão de um país acolhedor que tentamos fazer existir. Não basta ser contra o racismo, já diz a autora de *Pequeno Manual Antirracista*, necessitamos ser antirracistas. Mas como o fazer a partir da linguagem?

Neste texto escrevem três professoras que aprofundaram seus estudos sobre o tema, apoiando-se na perspectiva da Análise do Discurso (AD) para realizar o estudo de um livro que contribui com a luta contra o racismo por intermédio do amor (hooks, 2020). Para a escolha, considerou-se a importância de revelar os imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2006) racistas construídos no tempo em obras infantis, apresentando a transição lenta pela qual estamos passando para oferecer uma visibilidade substancial ao assunto.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo comparar a obra *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry (2009), e *O pequeno príncipe preto para pequenos*, de Rodrigo França (2021), haja vista os diferentes contextos históricos em que os livros ilustrados estão inseridos. Dessa forma, como um movimento antirracista, através de uma perspectiva semiolinguageira dos exemplares, mostraremos como esse processo de desconstrução ocorre em publicação infantojuvenil, a fim de democratizar o saber de minorias.

1 Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-representam-78-das-pessoas--mortas-por-armas-de-fogo-no-brasil/. Acesso em: 10 maio 2022.

Breve panorama sociológico e linguístico sobre a estrutura do racismo no Brasil

A formação da sociedade brasileira nos apresenta marcas profundas quanto à percepção e ao comportamento da população acerca de diversas questões sociais e culturais, sendo o racismo, talvez, um dos maiores problemas enraizados nos pensamentos e nas falas dos cidadãos. Dessa forma, para a construção de uma consciência crítica e combativa à violência racial, investigaremos como ela parece estar consolidada no presente, sob a luz da Sociologia, através do conceito de racismo estrutural (Ribeiro, 2019), e da Sociolinguística, por meio da concepção de linguicídio (Nascimento, 2020).

Racismo estrutural

O racismo estrutural se mostra como uma questão com raízes solidificadas por meio de um processo histórico que abrange, principalmente, o uso das palavras como um componente corroborador e essencial para sua existência no Brasil. Djamila Ribeiro problematiza, por exemplo, o uso do termo 'escrava' para designar grande parte da população negra que vivia em território brasileiro entre os séculos XVI e XIX, visto que tal escolha lexical denota a escravidão como uma condição inerente, natural para esse grupo. A pensadora vai além e sugere a aplicação do vocábulo "escravizada" como opção viável para esclarecer que a exploração das pessoas pretas foi imposta por aqueles que lucravam com o processo de desumanização das mesmas. Assim, não se pode desconsiderar a potência fundamentada na exploração da língua como instrumento de propagação e validação do pensamento racista, já que é pouco provável que o estabelecimento de ideias fundamentalmente preconceituosas tenha ocorrido de modo inculpado e ingênuo por parte daqueles responsáveis pelos

costumes seguidos por diferentes estruturas sociais formadas no decorrer do tempo.

Ao evidenciarmos que não há a possibilidade da existência de um discurso isento de posicionamento político e ideológico, também despertamos para a urgência de uma reflexão capaz de ponderar o exercício prático da fala no meio social. Assumir a escolha deliberada de vocábulos e expressões que denotam algum preconceito, além de compreender as forças que influenciaram a consolidação desse uso de forma recorrente, é um passo crucial para o reconhecimento da magnitude da questão. Nesse viés, a busca pela revisão crítica sobre o funcionamento de nós mesmos e do mundo, segundo Ribeiro (2019, p. 8-9), implica perceber que mesmo quem busca ativamente a consciência racial já compactuou com violências contra grupos oprimidos.

No entanto, não é apenas o uso das palavras que se apresenta apto a fortificar o racismo. A ausência delas também configura uma base crucial para seu desenvolvimento nas ocasiões em que o silêncio é inaceitável, como aponta Almeida:

> Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (Almeida *apud* Ribeiro, 2019).

Destarte, a ponderação acerca do uso – e também do silenciamento – das palavras é essencial para que haja uma indagação provocativa sobre o sistema racista e a insistente negação de sua existência nos atos mais comuns do cotidiano popular.

Epistemicídio e linguicídio: a anulação da língua como aparato racista

Conforme o que fora apresentado até o momento, entendemos que o racismo se baseia em condições históricas, culturais e políticas, mas é na língua que ele se materializa. A relação de dominância por intermédio da comunicação se estabelece a partir do momento em que há uma separação entre aqueles que escrevem e aqueles que não, ou seja, aqueles que designam o que será representado por meio das palavras e o que será relegado à subalternidade, ao silenciamento e, quiçá, ao esquecimento.

Como base para um melhor entendimento desse cenário, podemos elucidar a versão de Sueli Carneiro para o conceito de epistemicídio – cunhado originalmente por Boaventura de Sousa Santos – como "o extermínio do conhecimento do outro, através da definição do que é saber/conhecimento válido e o que não é" (Nascimento, 2020, p. 13). A partir dessa ideia, encontramos dentro do epistemicídio uma possível ramificação que compreende a linguagem como ferramenta capaz de promover uma opressão ou discriminação direta às minorias sociais, seja pela escolha de palavras ofensivas ou pelo extermínio de marcas linguísticas que servem como traço de orgulho cultural desses grupos. Tal processo é indicado por Gabriel Nascimento, em sua obra *Racismo Linguístico:* os subterrâneos da linguagem e do racismo, como um "linguicídio" (2020, p. 13). Logo, depreendemos que:

> [...] o epistemicídio é linguístico quando desapropria o sujeito de seu próprio direito de produção do saber. Ou seja, quando ao sujeito negro ou indígena é negada a possibilidade de ser sujeito da língua e, portanto, compreender e modificar dinamicamente a língua (Nascimento, 2020, p. 26).

Inevitavelmente, encontramos nas produções artísticas, em especial a literária, e até mesmo nas examinações acadêmicas, um processo de esmagamento das significações das palavras que inibe e distorce identidades perseguidas pelo racismo. E se o primeiro passo para o despertar de um pensamento menos preconceituoso é a admissão da existência dessa chaga, o segundo – como veremos a seguir – é apontar as violências sofridas por pessoas pretas e dar voz àquelas que foram silenciadas por tanto tempo.

Prática antirracista: conscientização e aplicação

A conscientização sobre o racismo vem se incorporando na sociedade, mas ainda há muito o que ser feito. Neste tópico, veremos como é possível, por intermédio da educação, mudar essa perspectiva. Para isso, abordaremos, primeiramente, de que maneira essa problemática foi enraizada em nossas produções culturais, sob o prisma de Djamila Ribeiro (2019, p. 73), nas quais os papéis destinados aos pretos transmitiam apenas a visão estereotipada do que o imaginário sociodiscursivo havia construído desde a época do Brasil Colônia. Assim, precisaremos compreender que é "[...] o imaginário sociodiscursivo que permite a identificação, nos textos que circulam na sociedade – também nos contos ilustrados, portanto –, das orientações ideológicas mais conservadoras, ou mais progressistas, entre outras" (Feres, 2021, p. 993).

Em seguida, demonstraremos o efeito das novas abordagens sobre o assunto em análise de livros ilustrados sob a perspectiva da Teoria Semiolinguística, em que o amor e o aprendizado abrem as portas para democratização do conhecimento.

Os imaginários sociais e a produção cultural

Para retomar essa estruturação do racismo realizada até os dias atuais, é necessário entender a construção dos imaginários

sociais. Como descreve Charaudeau (2006), existe a intencionalidade da implementação de visões ou representações; e a existência do que ele denomina como "inconsciente coletivo", quando a assimilação ocorre de maneira natural por grupos de indivíduos. No que se refere ao tema deste artigo, os imaginários hegemônicos criados designam e excluem grupos minorizados. O linguista entende que a "confrontação com a alteridade para provocar uma retomada de consciência" não é realizada, ao passo que as práticas discriminatórias foram se renovando no percurso do tempo. Nas palavras do autor:

> [...] Isso nos leva a concluir que os grupos sociais se encontram em uma situação paradoxal: eles não cessam de produzir, de reinterpretar, na verdade de questionar os imaginários e, ao mesmo tempo, não podem se furtar a essencializá-los, pois esses imaginários só valem por sua pretensão à universalidade: os massacres de populações, os genocídios e outras purificações étnicas não poderiam ser realizados sem o suporte de imaginários com a pretensão universal (Charaudeau, 2006, p. 205-206).

No Brasil, essa realidade era, até pouco tempo atrás, intrínseca às obras artísticas televisivas, nas quais as atrizes e autores negros só tinham espaço em papéis que reforçavam seus estereótipos. À título de exemplificação, Ribeiro (2019, p. 74-75), através dos estudos de Adilson Moreira (2010) sobre racismo recreativo, revela que personagens como o Mussum, do programa "Os trapalhões" e Vera Verão, de "A praça é nossa", eram ridicularizados pelas representações sociais construídas, com o objetivo de fazer comédia. O primeiro, como descreve a autora sob a ótica de Moreira, demonstrava-se como o negro feio e bêbado. Já a segunda, representava "[...] o estereótipo do homessexual negro promíscuo [...]" (Ribeiro, 2019, p. 76). Diante desse fato, torna-se emergente

tratar das discussões sobre as produções culturais do nosso país, para que o grande público não consuma e recrie esses imaginários.

Como iniciar essa mudança, afinal? O ponto-chave em que a autora nos faz imergir é o de entender a forma como o racismo se estruturou na sociedade desde que se iniciou o processo de colonização, resultando, dessa maneira, na apropriação indevida das culturas pretas e indígenas:

> [...] A discussão pertinente é aquela que denuncia o quanto culturas negras e indígenas foram expropriadas e apropriadas historicamente. Nos processos de colonização, a visão da cultura do colonizador foi imposta, enquanto bens culturais eram saqueados [...] (Ribeiro, 2019, p.70).

O tema segue além das telinhas, quando nos referimos a livros. Como os personagens pretos/pretas são representados(as)? Eles/Elas aparecem? Como a criança preta se enxerga em obras com príncipes/princesas loiros(as) e de olhos azuis? O autor/autora é negro(a) ou branco(a)? Para responder a essas perguntas e aplicar nossos conhecimentos em práticas antirracistas na educação, trazemos, no próximo tópico, a análise semiolinguística e diacrônica de duas obras que carregaram em seus textos e representações gráficas os imaginários pertencentes aos seus contextos temporais: *O pequeno príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, e *O pequeno príncipe preto para pequenos*, de Rodrigo França. Como disserta Djamila Ribeiro, precisamos acender esse debate para que elevemos as obras das minorias, a fim de que a conscientização sobre o racismo seja realizada e as atitudes racistas não sejam perpetuadas.

Quem disse que não posso ser um príncipe?

Gerações foram marcadas por histórias infantis, cujos personagens principais, príncipes e princesas, são retratados fisicamente de maneira semelhante: cabelos lisos, olhos claros e pele branca. Como discutido anteriormente, a construção desse imaginário leva as pessoas a acreditarem que esse é o único formato possível de representação, provocando feridas irreparáveis para os grupos minorizados. Percebe-se que, mesmo que a discussão esteja em voga, ainda temos muito trabalho pela frente, quando lemos reportagens sobre injúrias raciais, sobretudo, aquelas cometidas contra crianças. Um exemplo recente desse problema pode ser percebido no caso que ocorreu no ano de 2022, em que uma menina de 10 anos, vestida de princesa Ariel, a personagem sereia do mar da Disney, foi menosprezada quando tirava fotos em um lugar de praia no Estado do Rio de Janeiro[2]. Esse é só um dos muitos que ocorrem no dia a dia dessas pessoas. Um homem que passava, segundo o jornal, disse: "Nunca vi sereia preta, olha lá a sereia preta". O núcleo para essa atitude racista está no epistemicídio, ou seja, o indivíduo que cometeu tal crime reproduz falas preconceituosas, desprezando, por exemplo, as religiões candomblé e umbanda e suas divindades, como o orixá Yemanjá, considerado a rainha do mar. A história contada pela parte dominante acaba se resumindo ao processo escravocrata, anulando todo o saber de um povo.

Como educadoras, preocupamo-nos em trazer mudanças efetivas em relação ao tema para a sala de aula, afinal, é nesse âmbito que auxiliamos o desenvolvimento de sujeitos críticos, seja qual for a disciplina, com o objetivo de episódios como o anteriormente tratado não se repetirem. Djamila Ribeiro ressalta que a exclusão, ou seja, a manutenção do relato escravista, afeta

2 Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2022/04/15/crianca-e-vitima-de-injuria-racial-em-cabo-frio-rj-suspeito-foi-liberado-apos-pagar-fianca.ghtml. Acesso em: 16 jun 2022.

negativamente as minorias, atingindo-as em um nível profundo, inclusive, o educacional. Sob a luz da tese de doutorado de Boaventura Souza Santos, a filósofa disserta:

> [...] Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade educacional no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento de autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar (Ribeiro, 2019, p. 61-62).

Assim, para que ultrapassemos os muros da teoria às práticas, analisaremos, sob a perspectiva do amor, os livros supracitados.

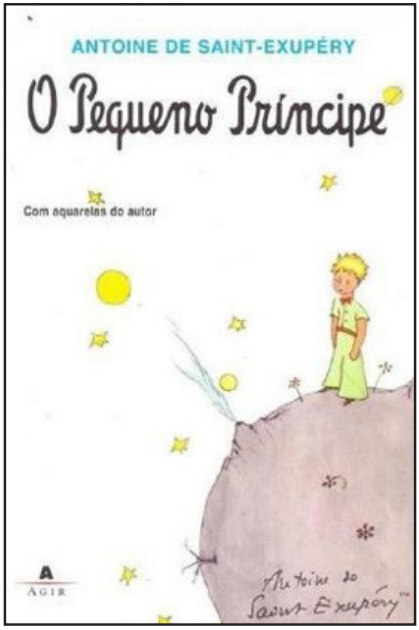
Era uma vez, um pequeno príncipe preto: desconstruindo imaginários

Era uma vez, um pequeno príncipe preto... preto? SIM! Rodrigo França, autor da obra contemporânea, presenteia-nos com uma narrativa rica em referências culturais africanas, recheadas de amor e simplicidade, destinada àqueles que se introduzem no universo da leitura. Diferentemente do clássico *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry[3], *O pequeno príncipe preto para*

3 Utilizamos a edição de 2009, no entanto, a obra data de 1943.

pequenos, que segue em um processo de intertextualidade, mostra-se imponente com um personagem principal representando as minorias, fugindo de todo e qualquer imaginário construído nos últimos tempos. Desse modo, sob o prisma da Semiolinguística, examinaremos a obra de França em comparação ao clássico, com o propósito de refletir a difusão do amor através de práticas antirracistas.

Figura 1: Capa de *O Pequeno Príncipe*



Fonte: SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. O Pequeno Príncipe. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

Figura 2: Capa de *O pequeno príncipe preto para pequenos*

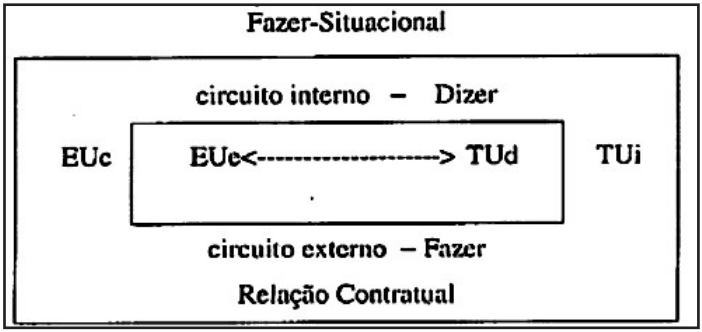
Fonte: FRANÇA, Rodrigo. O pequeno príncipe preto para pequenos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

À primeira vista, os personagens chamam a atenção: dois príncipes e dois mundos bem diferentes. O primeiro, um príncipe branco e loiro, a idealização criada pelo homem branco, formando, assim, um sistema de representação do qual tratamos no tópico precedente (Charaudeau, 2006). Já o segundo, um príncipe preto, com suas características ressaltadas positivamente, sem excessos e distante de uma retratação jocosa tal qual os exemplos que Ribeiro destacou em sua obra.

Percebemos, desde a capa, os imaginários solidificados em seus contextos históricos distintos. Ao construirmos esses sistemas de pensamento, isto é, maneiras de ver e julgar situações, segundo Charaudeau, formamos dois tipos de saberes: (i) o saber de conhecimento – que estabelece uma verdade sobre os fenômenos do mundo; (ii) o saber de crença – a partir

da interpretação do que se constrói no imaginário, interpreta a realidade. Isso posto, analisaremos as relações contratuais desses livros ilustrados.

Figura 3: Esquema das hipóteses de Charaudeau



Fonte: Charaudeau, 2001.

Tomando por base os fundamentos de Charaudeau (2001, p. 29) para o estudo, que definem o ato de linguagem como "[...] produto da ação dos seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade à qual pertencem. [...]", considera-se o fator inicial do contrato os contextos históricos das obras. A circunstância em que o discurso se encontra não é uma justificativa para a prática racista da época. O intuito é realizar a compreensão do que é dito, seja na imagem, seja no texto.

Como o objetivo deste trabalho foi a comparação de alguns aspectos dos dois livros, escolhemos, primeiramente, tratar da visão que os personagens têm sobre a Baobá, uma árvore de grande porte, nativa do continente africano.

Figura 4: A retirada das baobás

príncipe… eram as sementes de baobás. O solo do planeta estava infestado
delas. Ora, se demorar a agir, a pessoa nunca mais consegue se livrar de um
baobá. Ele atravanca todo o planeta. Perfura-o com suas raízes. E, se o
planeta for minúsculo e os baobás forem muitos, estes explodem aquele.

"É uma questão de disciplina", me dizia mais tarde o pequeno príncipe
"Quando termino minha higiene matinal, faço cuidadosamente a limpeza do
planeta. Tenho que me virar para arrancar os baobás tão logo os distingo das
roseiras, com os quais se parecem muito quando brotos. É um trabalho
chatíssimo, mas muito fácil."

Fonte: Saint-Exupéry, 2009.

Nesse trecho, o autor Antoine Saint-Exupéry, que é o sujeito comunicante (EUc), como indicação conceitual de Charaudeau, inicia o processo de interpretação. O personagem principal do livro se mostra descontente com o crescimento de Baobás em seu planeta, querendo "se livrar" delas. Nele, estão contidas, portanto, as impressões do que considerar a imagem de um príncipe (branco, loiro e olhos azuis), por exemplo, e o quanto a Baobá é uma árvore indesejada. Essa mensagem, isto é, o convencimento para a construção desse imaginário, é passada de EUc ao sujeito interpretante (TUi), que é o leitor, para ser concebida. De acordo com o autor (2001, p. 37), a existência da performatividade – o "po-

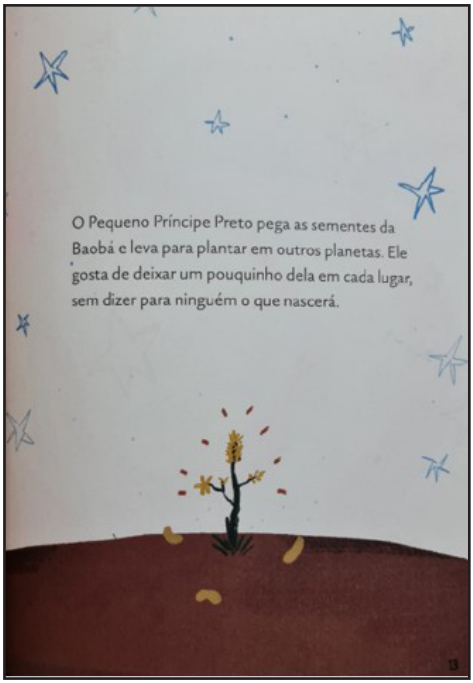
der fazer" – desse ato só será concretizada se no circuito interno (Figura 3) o sujeito enunciador (EUe) realiza o "ato de dizer" ao sujeito destinatário (TUd) no circuito interno, para que o TUi, no circuito externo, acredite que essas informações são verdadeiras. Levando em consideração as raízes históricas preconceituosas que já mencionamos, entende-se que essa performatividade foi efetivada na obra.

Em *O pequeno príncipe preto para pequenos*, vemos uma reviravolta desse contrato:

Figura 5: Plantando a Baobá

Fonte: França, 2021.

Figura 6: Semeando a Baobá



Fonte: França, 2021.

A mensagem do EUc, nesse caso, já não é desprezar ou impor algo. De maneira sutil, França experimenta a narrativa do amor, revelando a Baobá como a árvore que espalha esse sentimento, reconstruindo o seu valor sagrado[4].

Entendendo a importância dessas novas leituras para crianças do Fundamental I, como defende Feres (2020, p. 185), esta análise auxiliará o professor na construção de uma educação pautada na seriedade em tornar aquele indivíduo, que está iniciando o seu percurso de vida, livre da perpetuação de imaginários preconceituosos, deixando-o ser atuante dentro de seu próprio processo de ensino-aprendizagem, a partir da visão do ensino de línguas como

4 Disponível em: https://uenf.br/projetos/arvoresdauenf/especie-2/baoba/. Acesso em: 12 jun. 2022.

prática social, perspectiva base da Linguística Aplicada (Almeida Filho, 2005) para agir em sociedade.

Na narrativa, revelam-se novos imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2006) circulando nos discursos atuais. Nesse novo contrato, o TUi é atingido por um novo testemunho, acolhendo, lentamente, o reconhecimento da necessidade da mudança do tratamento das culturas das minorias, com a sua valorização: "[...] Trata-se, antes, de identificar e valorizar aquilo que, muitas vezes, nem sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, a dimensão cognitiva das lutas de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa opressão [...]" (Santos, 2020, p.18).

Sobressai, no livro, o conceito de "corazonar" (Santos *apud* Feres, 2021), em que o amor e a razão caminham juntos para que o processo decolonial exista. Isso é nítido, em diferentes momentos da obra. Destacamos dois:

Figura 7: A força dos orixás

Fonte: FRANÇA, Rodrigo. *O pequeno príncipe preto para pequenos*. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.**

O primeiro, a ideia de demonstrar os orixás, Iansã e Xangô, na forma como são representados, e sem o temor a que são preconceituosamente remetidos, traz uma leveza ao tema para o leitor jovem. Como evidencia Santos (2020, p. 23), "[...] Não existe justiça social sem justiça cognitiva [...]". Dessa forma, os conhecimentos que antes eram remetidos ao olhar negativo da população, são difundidos em forma de amor, para serem compreendidos, descaracterizando os rótulos elaborados até os dias de hoje.

O segundo está caracterizado no uso do termo "ubuntu" e na exploração do seu peso significativo para a construção de uma noção de coletividade, de pertencimento que impacta não somente as crianças, mas também os adultos que têm acesso a essa nova perspectiva de mundo. Dentro da filosofia africana, essa expressão simboliza a união entre os indivíduos, ao associar a essência de um com a existência do outro. Ainda que a etimologia da palavra não seja um consenso entre os estudiosos, é muito difícil negar a aproximação dessa ideologia com a própria visão de amor de bell hooks (2020).

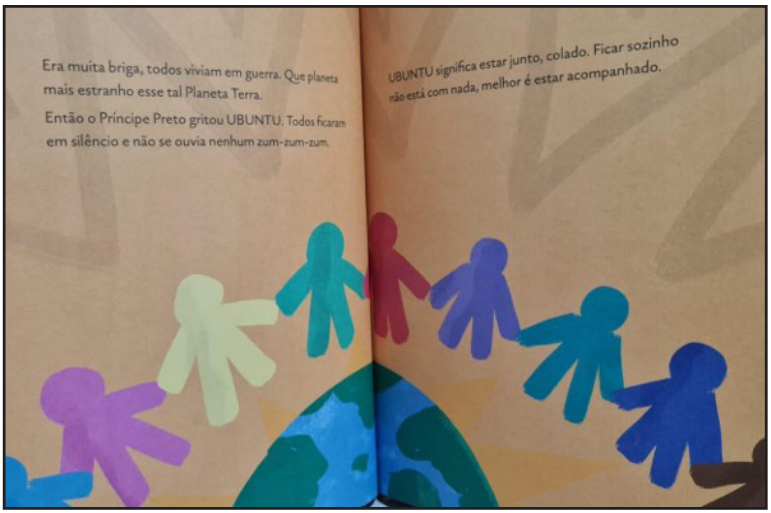
De acordo com a autora,

> Quando entendemos o amor como a vontade de nutrir o nosso crescimento espiritual e o de outra pessoa, fica claro que não podemos dizer que amamos se somos nocivos ou abusivos. Amor e abuso não podem coexistir. Abuso e negligência são, por definição, opostos a cuidado (hooks, 2020, p. 44).

Figura 8: Afeto

Fonte: FRANÇA, Rodrigo. *O pequeno príncipe preto para pequenos*. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.**

Figura 9: Ubuntu, o amor em ser porque o outro é



Fonte: FRANÇA, Rodrigo. *O pequeno príncipe preto para pequenos*. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.**

Ao ponderarmos a definição de hooks, compreendemos que o amor só pode ser vislumbrado em sua forma mais completa, se associado intrinsecamente ao outro, ou seja, não é possível atingir toda a sua potencialidade de forma individual. Desse modo, quando França opta por frisar as palavras "ubuntu" e "afeto" em sua obra, após resgatar a valorização de traços culturais que são frequentemente marginalizados pela sociedade branca racista, uma dupla mensagem surge: nada representa mais o amor do que o respeito com o outro, e é preciso coragem para enfrentar aqueles que não entendem tal prerrogativa.

Conclusão

Os livros ilustrados nos trazem o sabor da infância, um toque do irreal e do real que, juntos, ajudam a edificar sujeitos conscientes da realidade que precisarão enfrentar no futuro. *O pequeno príncipe preto para pequenos* se insere nesse meio, revelando o exercício prático que precisamos exercer para que o racismo se torne um absurdo do passado, sem ser esquecido, pois, a História, como ilustra Djamila Ribeiro, faz parte do processo da manutenção da conscientização.

Na linguagem, a partir das análises semiolinguageiras, buscamos ressaltar a comunicação que França faz com o leitor em sua obra. Com base nos estudos de Charaudeau (2001; 2006), foi constatada a relação contratual, isto é, o ato de linguagem, que manifesta novos imaginários sociodiscursivos por meio da desconstrução dos preconceitos instaurados na sociedade sobre a negritude. Com uma narrativa amável e educadora, o autor marca a presença de um príncipe preto e a diversidade cultural africana, ressignificando a obra de Antoine de Saint-Éxupery, que, preso às convenções de sua época, espelhou a idealização de um príncipe instaurado no imaginário infantojuvenil.

Dessa forma, é importante não apenas a leitura, mas também a discussão reflexiva e analítica de obras que, como aponta Feres (2021), possibilitam uma luta contra a discriminação estabelecida por uma parcela da sociedade que possui o poder de oprimir os outros. Entende-se, assim, que o amor – para com o outro e, consequentemente, para consigo mesmo – não pode ser visto apenas como uma ideologia vaga, sem uma aplicação da potencialidade transformadora, tanto para adultos quanto para crianças.

Ao entendermos que os passos para a mudança podem ser feitos a partir do consumo e do estudo de obras produzidas por autores pretos, propagamos as vozes que foram silenciadas no decorrer de anos de opressão. Ainda dentro da concepção de Feres (2021), a arte assume o papel de explanar essas questões e sua análise põe em evidência os imaginários sociodiscursivos e suas ferramentas capazes de colaborar para a potencialidade questionadora e reflexiva de questões sociais. Mais do que isso, vivemos a experiência do "ubuntu", ao sermos porque os outros tiveram a possibilidade de ser.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. Linguística Aplicada, Aplicação de Linguística e Ensino de Línguas. *In*: ALMEIDA FILHO, J. C. (Org.). *Linguística Aplicada, Ensino de Línguas & Comunicação*. São Paulo: Editora Pontes, 2005. p. 11-33.

CHARAUDEAU, P. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. *In*: MARI, H.; MACHADO, I.; MELLO, R. (Orgs.). *Análise do Discurso:* fundamentos e práticas. MACHADO, I.; MELLO, R.; ROLIM, W. (Trads.). Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. p. 23-37.

CHARAUDEAU, P. *Les discours politiques*: les masques du pouvoir. KOMESU, F. (Trad.). São Paulo: Contexto, 2006.

FERES, B. Como ler contos ilustrados com as crianças? Algumas noções teóricas para uma mediação leitora consciente e crítica. *In*: TAUFER, A.; BALAUS, C.; RAMOS,. (Orgs.). *Mediação de leitura literária e formação de leitores:* Ensino Fundamental I. 1. ed., São Paulo: Paco Editorial, 2020. p. 184-204.

FERES, B. Análise do discurso amoroso em contos ilustrados: uma contribuição para a sociologia das emergências. *Gragoatá*, Niterói, v. 26, n. 56, p. 985-1017, set.-dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/48923. Acesso em: 18 ago. 2022.

FRANÇA, R. *O pequeno príncipe preto para pequenos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

GEISER, L. *La perspective actionnelle dans l'enseignement du texte littéraire en classe d'allemand langue étrangère*: La question du facteur motivationnel. 2017. Mémoire Professionnel. Haute École Pédagogique, Lausanne. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/141539527.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

hooks, b. *Tudo sobre o amor*: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico*: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAINT-EXUPÉRY, A. de. *O Pequeno Príncipe*. BARBOSA, D. M. (Trad.). Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SANTOS, B. de S. *O fim do Império Cognitivo*: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

INCLUSÃO OU EXCLUSÃO: MITOS LINGUÍSTICOS SOBRE O USO DA LINGUAGEM INCLUSIVA/ NEUTRA

Clara Villarinho
Renê Forster

Introdução

A linguagem inclusiva e a linguagem neutra figuram hoje como alguns dos protagonistas na batalha cultural travada entre progressistas e conservadores. No campo progressista, o uso de formas linguísticas inclusivas e/ou neutras surge como uma estratégia para superar a proeminência do gênero gramatical masculino na língua e para incluir a expressão linguística à diversidade de expressões de gênero, dando visibilidade para mulheres e pessoas LGBTQIA+. Como reação, no campo conservador, vemos diferentes argumentos sendo utilizados para invalidar o uso dessas formas. Esse debate tem sido intensificado por iniciativas de ordem jurídica que visam a incentivar ou restringir seu uso (Butturi Junior, Müller Camozatto e Da Silva, 2022; Oliveira da Silva, 2023). Neste texto, pretendemos debater, sob uma perspectiva estrutural e cognitiva da língua, uma das teses sustentadas por esses argumentos: a de que as formas linguísticas neutras e/ou inclusivas seriam, na verdade, excludentes. Essa tese é defendida com base na ideia de que as palavras e regras inovadoras da linguagem neutra e/ou inclu-

siva tornariam mais difícil o uso da língua por parte de certos grupos de usuários, especialmente, cegos, surdos e disléxicos.

Para fazer esse debate, apresentamos, na próxima seção, uma distinção entre os termos linguagem inclusiva e linguagem neutra, descrevendo alguns dos usos propostos no âmbito de cada uma delas. Na sequência, detalhamos o argumento conservador de que as formas neutras seriam excludentes na medida em que dificultariam o uso da língua por parte de indivíduos cegos, surdos e disléxicos. Na seção seguinte, analisamos cada uma dessas situações atípicas de uso da língua, no intuito de refletir em que medida seriam de fato impactadas pela introdução de formas inclusivas/neutras na língua.

Definindo os termos: linguagem inclusiva e linguagem neutra

Neste trabalho, a exemplo de textos anteriores (Folter, 2021; Gomes, 2022; Villarinho e Forster, 2024), optamos por adotar uma distinção entre os termos linguagem inclusiva e linguagem neutra. De antemão, ressaltamos que, embora partamos de definições correntes também adotadas por outros autores, não se trata, contudo, de uma definição consensual (Freitag, 2024)[1].

Por linguagem inclusiva, nos referimos a propostas linguísticas que visam particularmente à superação do uso, já consolidado na língua, do masculino como forma genérica, referindo-se a entidades não apenas do sexo masculino. Nessa perspectiva, o uso de formas como "Brasileiros que lutaram pela liberdade" deve ser evitado, caso "brasileiros" esteja se referindo a homens e mulheres, por exemplo. Alternativamente, deveriam ser consideradas formas linguísticas que dessem visibilidade às mulheres, como

1 Vale ressaltar que, ainda que a distinção entre as duas propostas de inovação linguística seja relevante, há momentos em que nossa análise se aplica igualmente a cada uma delas. Nesses casos, usaremos a expressão "linguagem inclusiva/neutra" para nos referirmos a ambas.

"Brasileiros e brasileiras que lutaram por liberdade". Propostas dessa natureza tendem a, tipicamente, reivindicar uma mudança do comportamento linguístico dos falantes, sem com isso pleitear mudanças mais profundas, em níveis estruturais da língua.

Por linguagem neutra (também chamada de linguagem não binária ou neolinguagem), nos referimos à proposição de formas que superem a dicotomia masculino/feminino no léxico, na gramática da língua e nos usos linguísticos. No português, o gênero gramatical se expressa morfologicamente como masculino ou feminino[2], havendo uma coincidência parcial da expressão gramatical de gênero com sexo, identidade ou expressão social[3]. Segundo os proponentes de formas linguísticas neutras, a existência de uma codificação binária do gênero gramatical, masculino/feminino, na língua invisibiliza pessoas não representadas por essa codificação binária, ao excluir qualquer referência a outras possibilidades de identidade ou expressão social de gênero. Diante disso, reivindica-se a adoção de formas linguísticas inovadoras, em especial, o uso de formas neutras (alunes) em complementação ou substituição às formas binárias (os alunos/as alunas). Essa ideia é concretizada em propostas como o sistema Elu e o sistema Ile (Freitag, 2024), que advogam uma reestruturação de mecanismos morfológicos e sintáticos da língua. Por exemplo, sugere-se o uso de construções como "Ile se lembrou de sue prime e daquile amigue da escola" (Schwindt, 2020), na qual observamos inovações relativas à expressão morfológica da concordância de gênero. As estratégias no âmbito da linguagem neutra podem, assim, englobar não apenas os usos linguísticos, mas também esferas estruturais do funcionamento da língua, como a gramática e a sintaxe – uma

2 Essa marca morfológica de gênero expressa as relações de concordância nominal existentes no âmbito da frase. Outras línguas podem ter sistemas de gênero diferentes. O alemão, por exemplo, possui três gêneros, masculino, feminino e neutro. O polonês pode usar o gênero para distinguir entre seres animados e inanimados, o tâmil, entre seres "racionais" e "não racionais".

3 Ou seja, nem sempre o masculino ou feminino gramaticais indicam masculino ou feminino em termos de identificação sexual/social. Por exemplo, "caneta" e "pessoa" são palavras femininas, mas não se referem a seres do sexo feminino.

discussão mais detalhada sobre o impacto de cada uma dessas propostas nas diferentes esferas de uso e funcionamento a língua pode ser encontrada em Schwindt (2020), Freitag (2024) e Forster e Villarinho (2024).

A tese da exclusão: linguagem inclusiva/neutra e situações atípicas de uso da linguagem

Veículos de guerrilha midiática do campo conservador vêm argumentando que as formas neutras/inclusivas imporiam dificuldades particulares a indivíduos que utilizam o português em situações específicas, ou seja, em circunstâncias atípicas de uso, em especial, nos casos em que os indivíduos podem ter comprometidas algumas das habilidades/capacidades requeridas na utilização típica da língua, na modalidade oral ou escrita. Mais especificamente, a argumentação vai no sentido de apontar supostas dificuldades impostas por formas inclusivas e/ou neutras às seguintes situações: na leitura via *softwares* e/ou no sistema Braille, por pessoas cegas; no uso da Libras e na leitura labial, por pessoas surdas e deficientes auditivas; e nos processos de aprendizagem da língua, por pessoas disléxicas (Lages, 2021; A Hora, 2023; Tribuna do Norte, 2023). Tais argumentos buscam sustentar o que chamaremos aqui de "tese da exclusão". Para ilustrá-los, tomaremos como exemplos alguns trechos de matérias publicadas em três portais de notícias de abrangência nacional: R7, Tribuna do Norte e A Hora.

Em linhas gerais, a tese da exclusão busca contrapor, em termos quantitativos, a população LGBTQIA+ a populações em circunstâncias atípicas de uso da língua, com o intuito de destacar uma pretensa incoerência na adoção de formas inclusivas/neutras como estratégia de inclusão (Evaristo, 2023). Segundo Patrícia Lages, colaboradora do portal R7, vinculado ao Grupo Record de comunicação, de filiação neopentecostal, "para incluir 1,2% da

população que se considera não binária, a linguagem neutra exclui mais de 43 milhões de brasileiros" (Lages, 2021). Lages cita a opinião da "professora de português Cintia Chagas, colunista da Forbes e autora de dois *best-sellers* sobre língua portuguesa": "O dialeto [*sic*] exclui mais do que inclui. É uma aberração linguística" (Lages, 2021).

No que diz respeito ao uso da língua por parte dos indivíduos cegos, podemos citar o argumento trazido pela mesma professora em outra entrevista, reportada em matéria veiculada pelo Tribuna do Norte. Chagas defende que, "na medida em que os cegos precisam fazer leitura através de *softwares*, eles são prejudicados pelo uso da linguagem neutra" (Tribuna do Norte, 2023). No caso dos cegos, além da leitura por *softwares*, a leitura por meio do sistema Braille também é apontada como um empecilho à adoção de formas neutras. Em entrevista ao jornal A Hora, a "escritora e palestrante, especialista em formação de professores" Priscila Boy declara: "Como vou mostrar para o cego, no Braille, todex [*sic*]. É homem ou mulher? Ele nunca vai entender o texto" (A Hora, 2023).

Em relação ao caso de indivíduos surdos, a já mencionada matéria de A Hora reporta novamente a opinião de Boy para sustentar o seguinte argumento: "ao incluir o pronome neutro, exclui-se [*sic*] outras pessoas, como surdos e mudos [*sic*]: 'Para o surdo, como vou colocar em libras um gênero neutro?" Nesse caso, vemos a utilização de formas neutras no português ser considerada como dificuldade aos usuários de língua brasileira de sinais (Libras). Argumenta-se ainda que a leitura labial também poderia encontrar barreiras no emprego de formas inovadoras de gênero: "Da mesma forma, a interpretação da leitura labial dos surdos, que representam 5% da população ou mais de 10,5 milhões de pessoas, fica prejudicada com a mudança em diversas palavras" (Lages, 2021).

No caso de indivíduos disléxicos, a argumentação parece ir no sentido de apontar mudanças linguísticas como óbice à apren-

dizagem: "Quaisquer alterações de linguagem podem representar um aumento da dificuldade no aprendizado" (Lages, 2021). Reforçando essa perspectiva, o Tribuna do Norte reporta a fala da mãe de uma criança disléxica: "Para quem tem esse transtorno de aprendizagem, a inclusão da linguagem neutra vai trazer uma dificuldade superior à que ela já tem por naturalidade" (Tribuna do Norte, 2023).

Análise do uso de formas inovadoras em condições linguísticas diferenciadas

Nesta seção, buscamos demonstrar que, de um ponto de vista estrutural e cognitivo, os argumentos contrários ao uso de formas neutras/inclusivas, reportados acima, são pouco precisos ou simplesmente falsos. Nosso objetivo, em linhas gerais, é argumentar que as formas inovadoras sugeridas no âmbito de iniciativas de linguagem inclusiva/neutra: a) ou não afetam as esferas e mecanismos da língua que os defensores da tese da exclusão assumem que comprometeriam; b) ou geram possíveis dificuldades indistintas daquelas que já estão presentes no uso corrente e consolidado da língua.

Nossa análise parte de uma abordagem estrutural da língua segundo a qual buscamos observar os fenômenos linguísticos de uma perspectiva analítica. Nesse sentido, buscamos entender quais domínios da língua se relacionam às formas inovadoras propostas ou estão afetados pelas condições atípicas de uso da língua com o objetivo de discernir o quanto formas inovadoras poderiam ou não afetar essas situações de uso. Nossa análise considera, ainda, uma abordagem cognitiva da língua, fundamentada na psicolinguística, segundo a qual pode-se conceber algum grau de independência entre diferentes capacidades cognitivas e habilidades linguísticas (Villarinho, 2012).

No que concerne aos sistemas de leitura adotados por cegos, é importante destacar, em primeiro lugar, que o sistema Braille é um código que representa, em relevo, o sistema ortográfico utilizado no português (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Ou seja, qualquer palavra que seja possível escrever no sistema ortográfico do português pode ser escrita em Braille. Isso significa que, uma vez que o nosso sistema ortográfico possibilita a escrita/leitura de uma forma neutra como "alune", é perfeitamente possível que essa forma seja escrita/lida em Braille. Isso vale, inclusive, para o caso de se usarem caracteres especiais, como o @ de "alun@s", já que esse símbolo também tem representação no sistema Braille.

Em relação a *softwares* de leitura ou recursos de *text-to-speech*, as formas inclusivas/neutras não parecem impor nenhuma dificuldade adicional ao uso da língua. Um dos argumentos da tese da exclusão é o de que a leitura de versões inclusivas/neutras como "alun@" ou "alunx" não seria possível para esses *softwares*. Ainda que essas formas possam gerar leituras inadequadas, esse argumento desconsidera que a modalidade escrita tem convenções próprias que nem sempre são plenamente traduzíveis para a fala. É o caso, por exemplo, de recursos já amplamente consolidados, como o uso de (a) em vocativos, como "prezado(a)s senhore(a)s". É também o caso de algumas abreviações como "Ilmo." (em lugar de "Ilustríssimo"), ou as formas contemporâneas "vc" (no lugar de "você") e "p/" (no lugar de "para"). A presença, entretanto, de um ou alguns elementos ininteligíveis em um contexto comunicativo não impossibilita a comunicação. Na verdade, seja na fala ou na escrita, comumente nos deparamos com a impossibilidade de compreender uma palavra por fatores diversos, como nosso desconhecimento de um termo ou a presença de ruído num contexto de fala. O falante engajado no processo de compreensão, na maior parte das vezes, será capaz de depreender, pelo contexto, o significado de elementos ininteligíveis.

Em relação ao caso das pessoas surdas, cabe, em primeiro lugar, destacar que a Libras é uma língua distinta do português e, como tal, possui seus próprios mecanismos de marcação de gênero. Nessa língua, diferentemente do português, as palavras não possuem nenhuma marcação de gênero[4]. A informação sobre o gênero, masculino ou feminino, pode ser explicitada inserindo-se os sinais homem/macho ou mulher/fêmea antes de substantivos e pronomes, entretanto, sua utilização não é obrigatória. Pelo contrário, é realizada apenas em referência a seres animados e em contextos muito específicos[5], sendo a escolha menos frequente entre os usuários da língua, que utilizam majoritariamente os substantivos e pronomes na forma não marcada, ou seja, sem nenhuma informação sobre gênero (Freitas, 2022; Fabrício, 2018; Nery, 2023). Ainda que a não marcação de gênero seja diferente da marcação de gênero neutro (tanto linguisticamente quanto em termos da visibilidade garantida pelo segundo caso, a pessoas não binárias, por exemplo), é possível argumentar que a preferência pela forma não marcada indica que os usuários da Libras assumem preferencialmente uma perspectiva de neutralidade ou equidade de gênero em suas produções (Nery, 2023). Vale mencionar que, ainda que de forma incipiente, a adaptação da Libras para refletir valores de igualdade e diversidade, incluindo a necessidade da adoção de práticas inclusivas na atuação dos tradutores e intérpretes (dentre as quais a utilização do gênero neutro), tem sido discutida (Nery, 2023). Assim, não há nenhuma razão para crer que: a) indivíduos surdos usuários de Libras teriam dificuldade em aprender uma língua com um sistema de marcação de gênero que inclui o gênero neutro; nem que: b) esse sistema traria impedimentos para a tradução e interpretação entre as duas línguas.

4 Similarmente a palavras como "artista" ou "mestre" em português. A diferença é que, em português, a concordância desses substantivos com artigos ou adjetivos explicitaria a marcação de gênero ("a artista", "saudoso mestre"), enquanto na Libras não há concordância de gênero, o que mantém o gênero não marcado.

5 Mesmo nesses casos, é possível que a marcação categórica do gênero seja utilizada na Libras por influência tanto da sociedade hegemônica na qual a comunidade surda está inserida quanto da língua de contato, o português brasileiro (Freitas, 2022).

No caso da leitura labial, na qual, de fato, teremos uma pessoa surda ou deficiente auditiva utilizando o português, deve-se considerar que se trata de uma técnica na qual o interlocutor interpreta gestos motores da fala percebidos pela visão e os recodifica no sistema fonológico do português. Nesse sentido, a leitura labial, de fato, seria impactada pelo uso de formas inclusivas/neutras nos casos em que inovações de natureza sonora/fonológica ainda não presentes na língua gerem impacto na transparência dos gestos motores que empregamos na fala. Contudo, não parece ser esse o caso. Mesmo nas propostas menos conservadoras, que propõem novas formas de marcação do gênero gramatical, essas inovações tendem a ser propostas a partir de mecanismos fonológicos/morfológicos já utilizados na língua (Schwindt, 2020). Isso significa que a dificuldade de se entender uma forma neutra como "alune" seria a mesma de se entender palavras que têm em sua última sílaba a mesma estrutura fonológica, como "impune" ou "imune". Teríamos, no caso dessas palavras, um processo de decodificação gesto motor/fonema similar. Ou seja, assim como defendemos na análise do caso dos *softwares* utilizados por cegos, na leitura labial a introdução de formas inclusivas/neutras não parece trazer nenhuma dificuldade incremental em termos de recursos linguísticos e mecanismos cognitivos empregados.

Em relação à dislexia, cabe, de início, compreender sua caracterização. Em termos gerais, pode-se dizer que se trata de uma condição neurobiológica caracterizada em particular por dificuldades de decodificação na leitura com possível origem no componente fonológico da linguagem (Lyon; Shaywitz; Shaywitz, 2003; Dehaene, 2013; Mota, 2022). Em outros termos, temos uma situação em que o aprendizado e o uso da língua estão prejudicados, no que diz respeito à identificação das informações escritas, por uma dificuldade na integração entre os grafemas e os fonemas da língua. Diante disso, vale retomar o argumento que defendemos em relação às situações de uso da língua por cegos: as formas inclusivas/neutras não parecem sugerir nenhum recurso de nível

ortográfico que já não seja utilizado de alguma forma na escrita corrente. Em sua maioria, as formas inclusivas/neutras recorrem às convenções ortográficas já consolidadas na língua, talvez, exceto pelo caso do uso do @ ou *x* em lugar da vogal associada ao gênero gramatical. Entretanto, como já argumentamos, o uso de caracteres especiais e de formas não plenamente pronunciáveis na escrita – eg. "prezado(a)s senhore(a)s", "Ilmo.", "vc", "p/" – não é uma exclusividade de formas inclusivas/neutras. O mesmo vale em relação ao nível fonológico da língua: mesmo no caso das formas mais inovadoras propostas, há, em geral, alguma correspondência com mecanismos fonológicos/morfológicos já existentes na língua. Por exemplo, a leitura da forma "alune" recorre aos mesmos mecanismos necessários à leitura de outras formas já existentes, como na palavra "estudante" (Schwindt, 2020).

Por fim, vale analisar ainda dois argumentos da tese da exclusão que talvez tenham um caráter mais geral, no sentido de que não se atêm apenas a situações atípicas de uso da língua. O primeiro desses argumentos diz respeito à suposta dificuldade de compreensão de termos que não possuem uma indicação binária de gênero. Essa ideia é defendida na matéria do jornal A Hora (2023), com base na opinião da professora entrevistada: "Como vou mostrar para o cego, no Braille, todex [*sic*]. É homem ou mulher? Ele nunca vai entender o texto". Mais abrangentemente, a posição fica clara no – (nem tão) surpreendente – trecho: "Ela [Priscila Boy] pontua que os gêneros não binários fazem parte do campo das ideias. 'Não é um campo linguístico, nem científico. A escola não pode trabalhar com ideias'" (A HORA, 2023). Esse argumento, além de assumir uma perspectiva determinística radical e de desconsiderar a capacidade intelectual e o pensamento simbólico dos indivíduos, despreza o fato de que palavras que não fazem referência clara a um gênero masculino/feminino não se restringem a formas inclusivas/neutras: o português apresenta diversos exemplos, como as palavras "estudante" ou "pessoa", cujos referentes não necessariamente seriam identificados como

sendo do sexo/gênero feminino ou masculino[6]. Esses exemplos reforçam a ideia apresentada na seção 2, de que não existe no português uma correspondência total entre gênero gramatical e sexo/identificação de gênero (Forster e Villarinho, 2024).

O segundo argumento que parece permear toda a discussão da tese da exclusão é o de que mudanças linguísticas prejudicariam o uso e a aprendizagem da língua. No entanto, a ideia da língua como um sistema estático é uma noção superficial e rejeitada unanimemente no âmbito da Linguística e dos Estudos da Linguagem, no geral. Com maior ou menor velocidade, todas as línguas tendem a mudar ao longo do tempo. Apenas para citar um exemplo bastante conhecido, a forma "você", já amplamente consolidada, foi resultado de um processo de mudança e convive, ainda, com outras formas que também são utilizadas para indicação da segunda pessoa do singular, como a forma "tu". O usuário do português contemporâneo convive, utiliza e compreende essas duas formas pronominais, e emprega uma ou outra em função de variáveis como a região, formalidade e modalidade (escrita/oral). Processos de mudança como esse e tantos outros que ocorreram durante a história da língua não impediram seu uso e nem seu aprendizado ao longo das diversas gerações.

Considerações Finais

Os casos analisados neste capítulo demonstram que, diferentemente do que tem sido argumentado, as formas inovadoras da linguagem inclusiva/neutra não afetam a língua e seu uso em aspectos que gerariam impacto negativo relevante para pessoas surdas, cegas ou disléxicas, nessas condições específicas, para além

6 Embora, no primeiro exemplo, o gênero possa ser depreendido da eventual marcação de concordância nominal (eg. "Estudantes pagam meia entrada" x "As estudantes pagam meia entrada" x "Os estudantes pagam meia entrada"), no segundo exemplo, a concordância é necessariamente sempre marcada pelo feminino, independentemente do gênero/sexo de seu referente (eg. "As pessoas com deficiência pagam meia entrada.").

das dificuldades já enfrentadas regularmente no uso do português. Isso demonstra que a tese da exclusão é pautada em argumentos essencialmente falaciosos, que se baseiam em informações (intencionalmente ou não) falsas e levam a conclusões igualmente falsas – e preconceituosas – sobre as mesmas pessoas cujos interesses (pretensamente) se propõem a defender.

Por um lado, a tese da exclusão toma como premissa a existência de dificuldades e limitações de fato inexistentes para essas populações. Ou seja, se utiliza de – e dissemina – informações falsas, preconceituosas e capacitistas, que subestimam as capacidades linguísticas, sociais e cognitivas desses indivíduos. Por outro lado, ao ignorar as dificuldades reais de acesso à informação e ao exercício da cidadania vividas por pessoas com deficiência e/ou transtornos e ao disseminar desinformação acerca de suas condições, a tese da exclusão contribui na invisibilização também desses grupos minoritários.

Além disso, é necessário reiterar que as linguagens neutra e inclusiva compõem variantes que já circulam na língua e que são produtivas, ainda que de uso restrito. Negar, *a priori*, a possibilidade de acesso de pessoas cegas, surdas e disléxicas a essas formas linguísticas é cercear seus direitos de acesso linguístico, social e cultural[7], além de excluir indivíduos historicamente invisibilizados e silenciados dessa discussão.

Assim, a rejeição da adoção das formas linguísticas neutras/inclusivas com base no argumento da exclusão é completamente infundada e sua utilização como justificativa para a invisibilização de grupos minoritários deve ser rechaçada.

7 Cf. BRASIL, 2015; 2004 e 2000.

REFERÊNCIAS

A HORA. *A linguagem neutra é uma pseudoinclusão*, diz Priscila Boy. A Hora, 2023. Disponível em: https://grupoahora.net.br/conteudos/2023/03/15/a-linguagem-neutra-e-uma-pseudoinclusao-diz-priscila-boy/. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BUTTURI JUNIOR, A.; MÜLLER CAMOZATTO, N.; DA SILVA, B. F. *Uma monstruosidade linguístico-moral:* os discursos sobre a linguagem neutra nos projetos de lei do Brasil. Calidoscópio, v. 20, n. 1, 2022.

DEHAENE, S. *Os neurônios da leitura*. Porto Alegre: Penso, 2012.

EVARISTO, J. *Simpósio A Beleza da Língua Portuguesa e as ruínas da linguagem "neutra"*. 2023. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Eu3L3GDzO8M. Acesso em 19 mai 2023.

FABRÍCIO, R. M. *Flexão nominal na Libras:* análise do *corpus* da grande Florianópolis. 2018. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://tede.ufsc.br/teses/PLLG0764-D.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

FODOR, J. A. *The modularity of mind*. MIT Press, 1983.

FORSTER, R.; VILLARINHO, C. Reflexões sobre Linguagem Inclusiva e Neutra numa perspectiva estrutural e psicolinguística. *In*: DEUSDARÁ, B., ROCHA, D. *Linguagem e sociedade*. Rio de Janeiro: Cartolina, 2024 (no prelo).

FREITAG, R. *Não existe linguagem neutra*. São Paulo: Contexto, 2024.

FREITAS, A. R. de. Gênero em Libras: um estudo sobre marcadores do masculino e do feminino no *corpus* de libras. 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Grafia Braille para a Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104041-anexo-grafia-braille-para-lingua-portguesa/file. Acesso em: 10 abr. 2023.

NERY, V. H. Questões que permeiam o gênero neutro, impactam a língua portuguesa e cruzam a língua de sinais. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Língua Brasileira de Sinais-Libras/Língua Portuguesa), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/19188. Acesso em: 20 jul. 2024.

OLIVEIRA DA SILVA, L. Reflexões sociológicas: proibição da linguagem neutra em Porto Alegre. *Conversas & Controvérsias*, 10(1), 2023. Disponível em: https://doi.org/10.15448/2178-5694.2023.1.44257. Acesso em: 20 jul. 2024.

LAGES, P. *Análise:* Linguagem neutra prejudica mais de 43 milhões de brasileiros. R7, 2021. Disponível em: https://lifestyle.r7.com/patricia-lages/analise-linguagem-neutra-prejudica-mais-de-43-milhoes-de-brasileiros-07102021. Acesso em: 19 maio 2023.

LYON, G. R.; SHAYWITZ, S. E.; SHAYWITZ, B. A. A definition of dyslexia. *Annals of dyslexia*, p. 1-14, 2003.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da Abralin*, p. 1-23, 2020.

TRIBUNA DO NORTE. Linguagem neutra pode dificultar inclusão de pessoas com deficiência. Tribuna do Norte, 2023. Disponível em: https://web.archive.org/web/20230316044136/http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/linguagem-neutra-pode-dificultar-inclusa-o-de-pessoas-com-deficia-ncia/558635. Acesso em: 7 jul. 2024.

VILLARINHO, C. N. G. Um papel para a língua no desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores: o traço de ponto de vista em estruturas completivas e o domínio de crenças falsas. 2012. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

"NÃO AOS FEIOS, AFEMINADOS E POBRES": CONSTRUÇÕES DA IMAGEM DE SI E DE OUTROS EM ESPAÇOS GAYS DA WEB

Almerindo Cardoso Simões Junior

Considerações iniciais

O mundo mudou drasticamente no último meio século – e, inseridos nessas muitas e múltiplas mudanças estão os novos modelos de relações sociais e de interação nas mais variadas formas, entre os mais diversos grupos, dentre eles, também, os HEH[1]. Do *trottoir* do início do século passado na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, até a busca de parceiros em festas, saunas e casas de amigos dos anos 70 do século XX – sem esquecer dos anúncios dos balcões sentimentais nos classificados dos jornais e da maior liberdade sexual anterior ao advento da Aids –, homens *gays* ou aqueles que, não se considerando homossexuais, buscam encontros afetivos e sexuais com outros homens, sempre tiveram de buscar mecanismos outros para a concretização de encontros em seus mais variados aspectos – amizade, afetivos ou puramente sexuais.

A grande revolução, porém, nas interações entre a comunidade homossexual dá-se alguns anos depois, no fim da última

1 Para facilitação e fluência da leitura, preferi usar o termo HEH para me referir a Homens que buscam encontros com homens. Não uso o termo HSH (Homens que fazem sexo com homens), já consagrado em alguns estudos de gênero, pelo fato de que nem todos os sujeitos usuários de *sites* e aplicativos buscarem sexo, considerando anúncios dos próprios usuários.

década do século XX, com a advento da *internet*. A começar com as salas de bate-papo e, em seguida, com plataformas de conversação *on-line* como IRC, Mirc ou o *Messenger*, os indivíduos poderiam se conectar, sem sair de casa, com outros de qualquer lugar do Brasil ou do mundo e – ainda – de forma anônima. Não era mais necessário, pelo menos num primeiro momento, uma interação face a face. O único instrumento para contato com o outro, nesse primeiro momento, era a palavra.

A evolução das salas de bate-papo e das plataformas de conversa para os *sites* e, em seguida, para os aplicativos – graças à tecnologia dos *smartphones* –, foi assustadoramente rápida. Em menos de duas décadas, podemos hoje interagir não apenas por meio da palavra, mas principalmente por meio da imagem – e não somente – mas também através de áudio, *webcams*, ou todas essas ferramentas em conjunto, propiciando um encontro quase que real (e até que ponto não seria) com indivíduos de qualquer lugar do globo. O *sexting*[2] é hoje uma prática cada vez mais usual entre as pessoas.

Dessa forma, mediados pela tecnologia em quase todos os ambientes em que vivemos, os *sites* de relacionamento e aplicativos de encontros são cada vez mais presentes como lugares de socialização. Seja para flertes, namoros, sexo, bate-papo, esses *sites* e aplicativos – evolução das antigas salas de bate-papo – surgiram com a promessa de maior possibilidade de encontros e da construção de uma rede de sociabilidade. Mas, será que isso se deu na prática?

Dada a fluidez das subjetividades nesta segunda década do século XXI, onde a cada ano uma letra é acrescida à sigla referente à população não heteronormativa, seria de se esperar que esses espaços fossem de múltiplas representações da diversidade humana em suas várias formas de ser e de estar no mundo. Mas

2 Junção dos termos em inglês sex e texting, referindo-se à divulgação de conteúdos eróticos – textos, imagens, fotos, vídeos –, em especial, através do celular.

não é bem isso o que acontece. Primeiro, é interessante observar que muitos dos usuários não se consideram *gays*. Inclusive, há uma tendência cada vez maior de esses usuários se identificarem como homens cisgêneros, sendo essa a denominação que se refere àqueles que se identificam, em todos os aspectos, com seu gênero de nascimento. Parece-me, portanto, que só determinado grupo de homens é bem-vindo nesses espaços.

Nos discursos do ciberespaço, entretanto, em especial, entre esses homens que buscam encontro com outros homens, observei algumas constantes em seus textos de apresentação – uma das primeiras formas de exposição, de saída do mundo virtual para o real. Há uma supervalorização na elaboração de suas imagens de masculino, da juventude e do acesso a determinados bens, assim como um superdimensionamento do outro a ser encontrado.

Este texto é fruto de minha tese de doutorado (Simões Jr, 2022). A pesquisa surgiu, em primeiro lugar, a partir de minhas próprias inquietações e questionamentos em relação às elaborações das masculinidades e homossexualidades nos vários discursos. Já em minha dissertação de mestrado, analisei os discursos dos leitores que escreviam para a seção Cartas na Mesa, veiculada no jornal Lampião da Esquina – primeiro jornal *gay* de circulação nacional, vendido nas bancas em plena ditadura militar (Simões Jr, 2011). Pensar sobre os discursos dos *sites* e, posteriormente, dos *apps*, surgiu em um segundo momento, quando aluno do curso de Especialização em Gênero e Sexualidade do Clam/ IMS / Uerj. O projeto ficou engavetado por alguns anos, até a oportunidade de apresentá-lo ao Programa de Pós Graduação do Instituto de Letras da Uerj – e desenvolvê-lo a título de tese de doutorado.

Alguns questionamentos que nortearam o percurso de minha pesquisa foram: Como eram representadas as várias masculinidades e homossexualidades nesses *sites* e aplicativos no âmbito do discurso? Como se relacionavam tais representações e que relações de poder eram possíveis de identificação nos discursos

desses sujeitos? Com que outros discursos dialogavam? Que imagens elaboravam de si e dos outros? Que ou quais sujeitos eram silenciados? Que (des)territorializações e que (re)significações promoviam?

Tomando-se como ponto de partida as construções presentes no senso comum das sociedades ocidentais, que buscam classificar e rotular os indivíduos em trajetórias sociais rígidas e intransponíveis, nas quais aqueles/as que não se encaixam em padrões pré-estabelecidos são postos à margem e considerados/as exceções, percebi que tal ideário hoje também permeia os espaços da *web* 3.0, onde a busca por aceitação e a tentativa de minoração da discriminação propicia o surgimento de "guetos dentro do gueto". Nota-se o claro processo de exclusão daqueles não considerados normais, pois, como muitos usuários descrevem em seus perfis, sua busca é por pessoas "normais", e que as qualificações de um pretendente estão apenas vinculadas a uma questão de gosto pessoal. Faz-se necessário, portanto, refletir sobre o que significa essa "normalidade" e de como esse gosto pessoal é construído também através de aspectos sociais e mercadológicos que valorizam determinadas características em detrimento de outras.

O ideário do que é ser homem em nossa sociedade e o conceito da masculinidade hegemônica – uma breve interlocução com conceitos de sexualidade e gênero

O que faz de um ser humano homem? Aprendemos, desde a mais tenra idade, que a presença de um órgão sexual masculino faz de alguém homem, e que a presença de um órgão sexual feminino faz de alguém mulher, o que, por si só, já desencadeia uma diversidade de dispositivos, jogos de força e relações de sentido e poder. Aliás, com o avanço dos recursos médicos, além do aparato jurídico e comercial – só para citar alguns dos mecanismos de controle aos quais estamos sujeitos –, a construção do masculino

ou feminino em relação a um ser dá-se antes do nascimento, já na expectativa dos pais que preparam toda uma estrutura de acordo com o sexo biológico identificado nos exames de ultrassonografia, como a escolha da cor para a arrumação do quarto ou os chás de revelação, muito comuns na atualidade.

A partir do momento em que o/a profissional médico avisa: "É um menino!" ou "É uma menina!", já somos interpelados, desde antes do nascimento, pelos mais variados dispositivos, oriundos de inúmeras instituições (escola, igreja, família, trabalho), em espaços privados e públicos, regidos por saberes que buscam promover corpos dóceis e obedientes – noções que remetem ao disciplinamento do século XIX – e que recuperam e reproduzem normas reguladoras e estejam a serviço da vontade de verdade de nossa época (Foucault, 2003a), sendo essa vontade de verdade aquilo digno de crédito como de fato verdadeiro em determinado período, podendo deixar de sê-lo conforme a cultura, o tempo e o lugar. Como afirma o filósofo,

> Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas (...). Ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (Foucault, 2003a, p 17).

Ainda Foucault, na História da Sexualidade (2003b), observa que os discursos sobre o sexo (e tomo aqui a liberdade de incluir os papéis de gênero, embora nos 1800 não tivéssemos a concepção que surge no meio do século XX) sempre estiveram a serviço dos jogos de poder, o que fez com que, já no século XVIII, os discursos sobre a sexualidade se tornassem uma questão de polícia – não apenas no sentido pura e simplesmente repressivo, mas dentro de

um sistema estatal, indicando o que e como se poderia falar de e sobre o sexo e o exercício da sexualidade. Uma forma de controle biopolítico:

> No século XVIII o sexo se torna uma questão de "polícia". Mas no sentido pleno e forte que se atribuía em relação a essa palavra – não como repressão da desordem e sim como majoração ordenada das forças coletivas e individuais: Fortalecer e aumentar, pela sabedoria dos seus regulamentos, a potência interior do Estado (...). Polícia do sexo: isto é, a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição (Foucault, 2003a, p. 27-28).

A noção de crescimento populacional como sinônimo para um Estado mais forte, como base para um forte mercado produtor e consumidor, aliada ao discurso da Igreja da necessidade de que as famílias gerem herdeiros – afinal, uma religião forte se faz com um grande número de fiéis –, fortalece a necessidade do sexo com fins de procriação. Não nos esqueçamos de que, ainda, num mundo predominantemente agrário, pequenos produtores necessitavam de mão de obra – diga-se, filhos – para produção de sua agricultura doméstica. Esse era o modelo predominante em voga até os anos 1800.

O advento da Revolução Industrial, em fins do século XVIII, trouxe a necessidade de um certo controle e refinamento no sentido de regular o crescimento populacional. Embora o quantitativo populacional ainda valesse como sinônimo de poderio, algumas cidades – como Londres e Paris – já apresentavam graves problemas sociais, devido ao excesso de indivíduos vivendo em seus territórios.

Nessa época, então, além do controle populacional, auxiliado por um discurso médico higienista, a conduta sexual do indivíduo

passou a ser motivo de controle e intervenção – afinal, corpos saudáveis, higiênicos e dóceis produzem mais, consomem mais, são mais facilmente controlados, o que Foucault chamava de dispositivo da sexualidade. O capital precisa de seu motor para gerar mais riqueza e de corpos disciplinados que trabalhem a serviço do poder:

> Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais – tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. (...) Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram (Foucault, 2003b, p. 29).

Destarte, controlar o sexo dos cidadãos tornou-se uma política de Estado, amparada, em especial, pela Igreja e pela Medicina. Manter o ato sexual dentro do casamento, numa relação monogâmica e heterossexual, com o objetivo de gerar filhos, seria uma forma plausível e potente de "purificação" das raças – ou de manter uma sobre as demais –, bem como de garantir que a riqueza e os títulos se perpetuassem sempre dentro dos mesmos grupos.

Dentro dessa perspectiva, o modo de ser e estar no mundo calcado apenas pela concepção do sexo biológico, dividindo toda a população em dois gêneros, excluía todos os modelos que não se encaixassem nessa dicotomia. Embasados pelas instituições

já mencionadas, acrescidas dos sistemas jurídico e educacional, aqueles e aquelas que não se vinculassem aos protótipos de macho e fêmea, e não "educassem" os seus corpos (parafraseando o título da obra de Guacira Lopes Louro)[3], sofreriam as consequências de suas transgressões – fossem elas o isolamento, o repúdio, o silenciamento, dentre outras. É a emergência de um modelo de biopoder que disciplina, fazendo da sexualidade um dos aspectos mais vigiados e controlados das condutas humanas.

Portanto, a elaboração do que é ser masculino e feminino seguiria um roteiro já estritamente pré-definido, com comportamentos e posturas já pré-construídos e esperados. Com poucas, quase nulas, possibilidades de desvios, atreladas a um forte dispositivo da sexualidade.

Badinter (1993), filósofa francesa, afirma, porém, que o ato de se tornar homem não é tão natural, evidente e simples como se imagina. Na maioria dos casos, o devir – vir a ser – homem, ação forjada no imperativo – seja homem – não se dá apenas pelo fato de possuir um órgão sexual masculino ou de apresentar os cromossomos XY. Ser homem implica um trabalho e um esforço diferente do ser mulher. É mais comum ouvir de um pai ou outro parente homem para seu filho, ou neto, ou sobrinho a ordem "seja homem", do que ouvir de uma mãe, ou parente mulher, para uma filha, neta ou sobrinha o imperativo "seja mulher". A filósofa, portanto, observa que o tornar-se homem constitui-se, tradicionalmente, além de possuir um órgão sexual masculino, em afastar-se de tudo aquilo que seja feminino, ou que represente efeminação. O processo de assujeitamento masculino dá-se em oposição ao processo de assujeitamento feminino.

Inseridos em uma sociedade ocidental, machista e patriarcal, onde os corpos devem ser docilizados e educados, crescemos crendo que o processo de ser homem se dá de uma única manei-

3 Faço referência à obra O corpo educado – pedagogias da sexualidade, organizado por Guacira Lopes Louro e publicada pela Editora Autêntica. 2ª edição. 2007.

ra – sendo essa a natural e aceitável. Ser homem – pelo menos no senso da maioria das pessoas – é ser viril, ter sucesso com as mulheres, não demonstrar fraqueza, ser capaz de ter o maior salário da casa, às vezes, ajudar a mulher nos afazeres domésticos e não ter contato muito íntimo com outro homem – pelo menos não a tal ponto de pôr em questionamento sua masculinidade (Badinter, 1993).

O surgimento dos estudos das mulheres, e, consequentemente, dos estudos de gênero – esse último, em especial, nos anos 60 do século XX – apresentou alguns questionamentos em relação aos papéis destinados e maneiras de ser homem e de ser mulher na contemporaneidade, desestabilizando antigas hierarquias e relações de poder. Os estudos culturais passaram, dessa forma, a problematizar os modelos da masculinidade considerada hegemônica[4], em relação a outras masculinidades consideradas subalternas e feminilidades. Os construtos sociais sobre o tornar-se homem estão tão arraigados em nossa sociedade, que, muitas vezes, grupos oprimidos ou dominados (mulheres, *gays*, trans, afrodescendentes) acabam por reconhecer no modelo de masculinidade hegemônica vigente o único digno de reconhecimento social, aquele que assume o topo numa hierarquia de poder, ainda que todos os outros modelos sejam amplamente subjugados por ele.

Segundo os estudos da professora australiana Raewyn Connell, o termo masculinidade hegemônica surge em pesquisas de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas e a experiência corporal masculina, bem como o debate sobre o papel dos homens na política sindical naquele país. Esse projeto evidenciou a existência de várias hierarquias, entrelaçadas não só de construção de gênero, mas também na de classe.

4 Modelo de masculinidade construído historicamente, perseguido e compartilhado entre os homens, que Raewyn Connell nomeia masculinidade hegemônica (Connell, 2005). Convém mencionar que nas suas primeiras publicações seu nome é registrado como Richard Connell, inclusive, na época de publicação de seu clássico *Masculinities*, em 1995. Após a morte de sua esposa, em 1997, Connell inicia o seu processo de transição de gênero.

O surgimento do movimento *gay* nos anos 70 do século XX traz a possibilidade de uma nova análise – a opressão do homem pelo homem. Segundo Connell e Messerschmidt:

> A ideia de uma hierarquia das masculinidades cresceu diretamente a partir da experiência de homens homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais. O conceito de homofobia originou-se nos anos 1970 e já estava sendo atribuído ao papel masculino convencional. Teóricos desenvolveram contribuições cada vez mais sofisticadas sobre as relações ambivalentes entre os homens gays e o patriarcado e com a masculinidade convencional (2013, p. 244).

Connell, assim, destaca que se pode notar uma grande cisão hierárquica nas masculinidades – aquele objeto de desejo, valorizada socialmente, normativas e as outras, as subordinadas. Mesmo que não seja adotada por todos os homens, ela é o objeto de desejo, o que a maioria deles quer vir a ser. A que dita as normas, e é partir dela que são posicionados os outros homens e as mulheres. A autora ainda afirma que a masculinidade hegemônica não é apenas e tão somente sustentada pela força física ou pela violência – embora possam fazer uso delas para conseguir seus objetivos –, mas que essa legitimação e ascensão são justificadas pela cultura e pelas instituições. Embora, talvez, essa masculinidade não exista 100%, ou seja, nunca possa ser plenamente alcançada, ela é o objetivo a ser perseguido por aqueles que busquem ser bem-sucedidos em termos de hierarquias de gênero.

Da cartografia como possibilidade de mapeamento dos perfis e os caminhos percorridos

Para melhor compreensão dos caminhos percorridos no desenvolvimento de minha pesquisa, preciso fazer uma pausa para descrever brevemente uma grande aliada nesse processo: a cartografia.

O ato de cartografar constrói-se num movimento de transitar sobre uma forma inovadora de fazer pesquisa nas ciências humanas e sociais. Trata-se de trafegar por outros caminhos possíveis em termos de metodologia.

Entendendo a realidade como um campo de conhecimentos heterogêneos e em níveis diversos de evolução, a cartografia prima mais pelo acompanhamento dos processos do que pelos resultados propriamente ditos. Temos, dessa forma, o objetivo primordial da cartografia: "acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas" (Passos, Kastrup, Escócia, 2009, p. 10).

Antes de tudo, faz-se necessário atentar para o fato de que a cartografia tradicional, como a conhecemos, é ligada ao campo de conhecimento da geografia. Tem como objetivo ser um conhecimento preciso, fundado em conceitos estatísticos e matemáticos, além de instrumentos precisos e técnicas sofisticadas. Seu foco principal é traçar mapas, representando no papel territórios, regiões, fronteiras, acidentes geográficos. Pode tratar ainda de aspectos populacionais, industriais, econômicos, de saúde, educação, dentre outros. Porém, não é essa abordagem tradicional que faz sentido para este texto. Prado Filho e Teti afirmam que:

> a cartografia (...) liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações,

> trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (2013, p. 47).

Dessa forma, essa abordagem não se preocupa em desenhar mapas, se tomamos esse ato de desenhar como processo topográfico, mas se interessa, sim, muito mais pelos movimentos e pelos rastros deixados no decorrer do processo. Pela maneira como quem pesquisa afeta e é afetada/o por seu objeto.

O processo de afetar e ser afetado expõe uma topografia dinâmica nesse processo cartográfico: lugares de fala, de silenciamento, relações de poder, construções de memórias. É o espaço do entre, onde sentidos são constituídos, reelaborados ou apagados.

Isso posto, a cartografia, como processo de pesquisa, já se apresenta subversiva em sua própria concepção. Não é um sistema cêntrico, delimitando-se num processo linear de mapeamento, com início, meio e fim, culminando com o encontro de respostas claras e bem-acabadas, mas permitindo sempre a abertura para um outro. Poderia afirmar que o método cartográfico é também um método *queer* de pesquisa[5], já que desestrutura o *establishment* tão caro à academia, nos oferecendo novos lugares nesse amplo espaço topográfico. Ainda Passos, Kastrup e Escóssia, discorrendo sobre a cartografia como metodologia, nos lembram que

> Em um sistema acêntrico, como conceber a direção metodológica? A metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas. Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: metá-hódos. Com essa direção, a pesquisa é

5 Escolhendo justamente como campo de pesquisa a travessia entre as fronteiras de gênero, os estudos *queer* questionam o nosso assujeitamento a um sexo biológico ditado desde o nosso nascimento, e que nos condiciona a determinados comportamentos, por conseguinte, performances pertinentes a uma única forma de desejo, ou a uma forma de desejo que seja "condizente" ao que se espera do masculino ou feminino.

> definida como um caminho (hódos) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o metá-hódos em hódos-metá. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, de que fala Canguilhem. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção (2009, p. 10,11).

Algumas questões, portanto, devem ser levadas em consideração nesse processo. Uma delas seria a constatação de que o processo de investigação cartográfico segue sempre num sentido micropolítico (o desejo, a proposta inicial da pesquisa, a constituição do objeto) para o macropolítico (os resultados, as conclusões, embora falar de conclusão não seja falar de término, mas de determinado platô alcançado, com possibilidade de alcance de novos), num eterno embate de forças permeando a produção das realidades.

Pode-se entender, portanto, que o ato micropolítico de envolver-se e conduzir uma pesquisa está relacionado às

> (...) questões que envolvem os processos de subjetivação em sua relação com o político, o social e o cultural, através dos quais se configuram os contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação coletiva (Rolnik, 2016, p. 11).

Inseridos nesse campo de forças que nos afetam, a constituição de um objeto de pesquisa, bem como a sua condução e os resultados que apresentam, está intrinsicamente atrelada ao corpo do cartógrafo. Um corpo vivo e vibrátil, entendendo esse vibrar como capaz de captar forças que operam além do visível, por onde atravessam uma mistura de afetos – resultados de encontros, por onde reverberam.

Esse processo vibratório, portanto, como parte de um corpo (organismo) vivo, está também atrelado ao desejo. Ou seja, para pesquisar, é preciso desejar. Criar uma relação com o objeto pesquisado na qual uma rede de afetos é estabelecida. Ouso afirmar que essa relação de afetos – onde afetamos e somos afetados pelo nosso objeto – também se estabelece nos encontros: com colegas, nos eventos, com professores e orientadores, com as instituições. A elaboração de uma pesquisa dá-se, acima de tudo, numa grande rede afetiva. O processo de escrita pode até ser solitário, mas muitas das reflexões feitas na trajetória ocorrem no âmbito do coletivo. Rolnik nos lembra que

> O desejo, nesta concepção, consiste no movimento de afetos e de simulação desses afetos em certas máscaras, movimento gerado no encontro dos corpos. (...) O desejo, aqui, consiste também num movimento contínuo de desencantamento, no qual, ao surgirem novos afetos, efeitos de novos encontros, certas máscaras tornam-se obsoletas (...) afetos que já não existem e máscaras que perdem o sentido. (...) E o movimento do desejo – ao mesmo tempo e indissociavelmente energético (produção de intensidades) e semiótico (produção de sentidos) – surge dos agenciamentos que fazem os corpos, em sua qualidade de vibráteis: o desejo só funciona em agenciamento (2016, p. 36,37).

Dessa forma, a pesquisa cartográfica é conduzida nesse movimento de atração e repulsa, onde não há a predominância de um modo certo ou errado de se conduzir um trabalho, mas o modo que melhor dialoga com o processo de estar e devir no mundo.

O que se pode depreender desse movimento de pesquisa é a constatação de que essa faz parte de dois processos extremamente importantes: 1) Os afetos: afetos entre os colegas nas aulas e nos grupos de pesquisa, afeto com o nosso objeto e com todo o processo que envolve o ato de mapear a trajetória, afetos nas várias formas de suporte que são compartilhados quando, muitas vezes, achamos que não daremos conta ou que o caminho é muito árduo, e o solo, infértil e sem vida. 2) Os desejos: Intimamente ligados aos afetos, são resultantes dos movimentos e simulações desses (Rolnik, 2016, p. 36), onde encontros, desencontros, encantamentos e desencantamentos se intercalam, gerando mudanças de rumo, alterações nos percursos e novos mapas. Um processo cartográfico nunca é igual a outro, bem como os mapas obtidos a partir desses processos. Faz-se necessário deixar de lado alguns apetrechos teóricos, abrindo mão de certos aparatos que antes poderiam ser considerados fundamentais nesse curso.

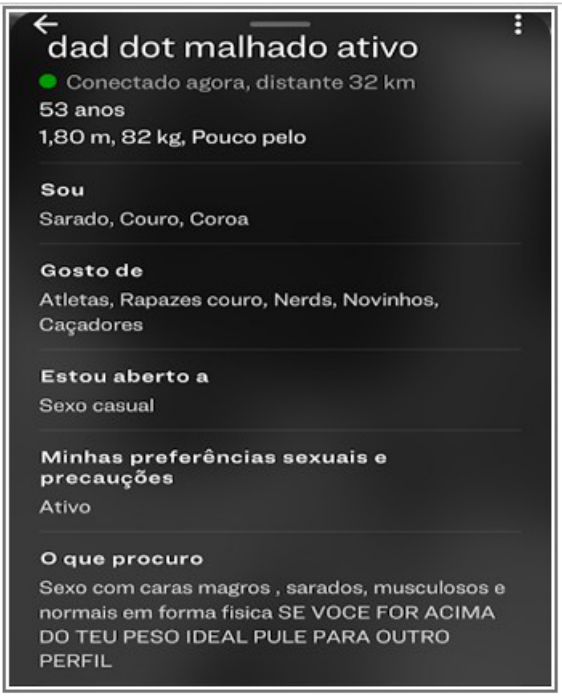
> O desejo, aqui, consiste também num movimento contínuo de desencantamento, no qual, ao surgirem novos afetos, efeito de novos encontros, certas máscaras tornam-se obsoletas; movimentos de quebra de feitiço; afetos que já não existem e máscaras que já perderam o sentido (Rolnik, 2016, p. 36).

Percebo, portanto, que, em consonância com Rolnik (2016), o movimento do desejo é energético – produtor de intensidades – e semiótico – produtor de sentidos –, surgindo "dos agenciamentos que fazem dos corpos, em sua qualidade de vibráteis:

o desejo só funciona em agenciamento" (*Ibid*, p. 37). Dessa forma, no processo de cartografar, do desenvolvimento de uma pesquisa, esse se dá, em grande parte, por um contínuo de produção e agenciamento de sentidos, envolvendo forte processo de subjetivação e a relação de quem mapeia com o seu entorno político, social, cultural e econômico. Enfim, o ato de pesquisar não se dá de forma isolada. Está inserido em um movimento do micro para o macro.

Enfim, o *corpus*...

No percurso de constituição do *corpus*, os perfis selecionados geraram nove leituras de mapas, em que levei em conta os enunciados produzidos, seus movimentos de reiteração e certa materialidade produzida. Foi bem presente, em muitos dos perfis, a necessidade de se ligar a representações das masculinidades intrinsecamente relacionadas a modelos valorizados na hierarquia de gênero. Em um texto como o que escrevo aqui, com um número limitado de páginas, não teria como analisar as nove leituras de mapas, com suas inúmeras possibilidades de leituras e entrecruzamentos possíveis, portanto, recorri a dois momentos da pesquisa – duas leituras de mapas. Um desses mapeamentos chamei de *no feos*:



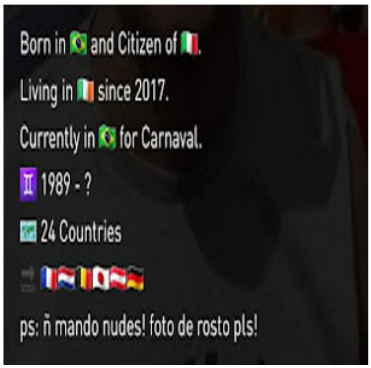
Fonte: http://www.scruff.com

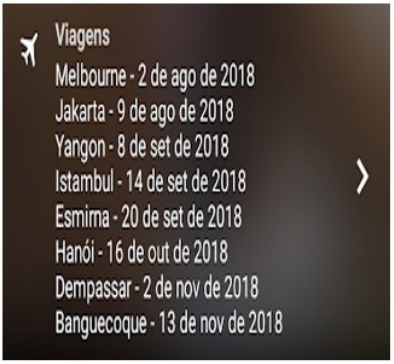
Um dos processos mais importantes para qualquer pesquisa é a constituição do *corpus*, momento em que são confrontados estratégias e dispositivos, e se delimita a materialidade a ser investigada, segundo Deusdará e Rocha (2021).

Muitos enunciados trazem forte referência à questão do corpo – o que também desenvolvi na tese, trazendo também a discussão sobre corpos negros e gordos. Enunciados que contam com vocábulos como atleta, sarado, musculosos ou normais em forma física mostram o reforço de um ideário de beleza que não é atingido por todos, gerando um processo de exclusão daqueles que não se encaixam em determinados padrões físicos. O próprio uso da expressão "normais em forma física" dá a ideia do fato de que existiram, portanto, os que teriam forma física "anormal" – embora seja importante mencionar que o normal seria uma ide-

alização – o que existiria é a construção social do que é normal e a sua aceitação e manutenção (Silva, 2015). Outros fatos a serem levados em consideração são as frases em caixa alta, que, no universo do internetês, a linguagem da internet, corresponderiam a um grito (SE VOCÊ FOR ACIMA DO TEU PESO IDEAL, PULE PARA OUTRO PERFIL), bem como o fato de o enunciador ser um *dad* malhado. No meio *gay*, *dad* ou *dadd*y são homens mais velhos que buscam parceiros mais jovens, o que é confirmado pelo fato de gostar de, entre outros, novinhos. No título de seu perfil, não há menção a questões monetárias, mas há, no senso comum, a noção de que o s*ugar daddy* é o parceiro mais velho que sustenta financeiramente um outro mais jovem. Ele também busca relação com caçadores, o que no universo *bear* são pessoas mais magras, que têm interesse pelos chamados ursos (interessante também é mencionar que nem todos os corpos gordos são objeto de desejo). Fecho essa reflexão de volta ao enunciado de chamada, como uma forma de compensação: ele é mais velho (*dad*) e a juventude é um forte referencial de valor no universo *gay*. Como ele não tem a juventude para oferecer ou exibir nessa grande vitrine de potenciais parceiros em desfile ao toque dos dedos, esse sujeito oferece outros requisitos tão bem cotados quanto: o fato de ter um órgão sexual grande, ser malhado e ativo – três atrativos consideráveis nesse mercado de afetos, tão influenciado, por exemplo, por mercados como o da pornografia.

Necessário também é destacar, a essa altura do meu texto, que as leituras de mapa não são estanques, ou seja, vários perfis dialogam entre duas ou mais categorias. Sigo, assim, com outro mapeamento o qual chamei de **Reiterando o gay-padrão - Sou culto, viajado e visitei 24 países.**





Fonte: www.grindr.com

Muitos dos enunciados nesses *sites* e *apps* fazem menções a viagens. Para além das fotos de roteiros internacionais, junto a símbolos icônicos ou fotos na neve – algo que não é muito comum em um país cortado pela linha do Equador, como o nosso – perfis escritos em línguas estrangeiras, em especial, o inglês, ou com referências a outros idiomas falados pelos usuários, são marcadores que os destacam da grande maioria dos cidadãos. Como no caso da primeira imagem dessa série, onde o enunciador comunica que já visitou 24 países, ou, como na segunda imagem, onde o sujeito relata todas as viagens de 2018. A primeira pergunta que faço ao me deparar com enunciados como esse é: Precisa disso tudo?

Uma das respostas possíveis é: Sim! Precisa disso tudo, a partir da construção de um etos glamouroso, afastado das classes sociais menos favorecidas e altamente atrelado ao capital, bem como de perfis que se associem somente com usuários que morem próximos de seus bairros, em áreas nobres das grandes capitais, ou de outros usuários que tenham acesso a determinados bens de consumo e cuidados com o corpo: homens que curtam a vida ao máximo, viagem, malhem, cuidem do corpo e da mente, tenham bom nível social, e, quiçá, também acadêmico. Dessa forma, tomar parte em atividades valorizadas como sinônimos de vida saudável – ou de construção de um corpo saudável – como ir à praia, fazer

trilha ou correr, bem como frequentar espaços como cinemas, teatros, shows – os considerados bons ambientes – são aspectos valorizados nesse mercado dos encontros. Denotam determinado poder aquisitivo e pertencimento a certo grupo social.

Nunan, em sua dissertação de mestrado e posterior livro, retrata a relação entre homossexualidade e os bens de consumo. Em primeiro lugar, a autora aborda em sua pesquisa o fato de homossexuais terem renda, no geral, um pouco maior do que a maioria da população, já que, se falarmos de casais, em sua maioria, em relações de duas pessoas, sem filhos –, a adoção de crianças por casais homoafetivos tem sido um fato recente e ainda não alcança a maior parte dos lares. Na busca também por sua independência financeira, já que muitos deles passam a viver em grandes cidades e boa parte não conta com o apoio da família, a pesquisa também comprovou um ligeiro nível de escolaridade acima da população em geral. Tais aspectos estão na base do chamado *Pink Money*, ou o dinheiro rosa, que o mercado capitalista descobriu rapidamente e vem buscando com avidez, o que já promove outro debate: a aceitação não é tão sincera e generosa assim – passa pela apropriação de bens e pela capacidade de consumir. Em relação à situação de uniões *gays* sem filhos, cunhou-se a sigla Dink, que significa *double income, no kids*, ou renda dobrada, sem filhos, em tradução livre, o que garantiria mais gastos em artigos supérfluos e de luxo (Nunan, 2003, p. 159). Segundo reportagem da revista Exame, de 2012, com uma população estimada em 18 milhões de pessoas no Brasil (aproximadamente 10 % da população), 78% dos *gays* têm cartão de crédito e gastam até 30% mais em bens de consumo do que os heterossexuais. A renda elevada se explica pelas classes sociais nas quais estão inseridos: 36% pertencem à A e 47% à B, embora, aparentemente, o mercado ainda esteja despertando de forma um tanto quanto tímida em relação a essa população, se comparado com os EUA, o Canadá ou a Europa Ocidental, por exemplo[6]. No Brasil, o potencial financeiro do segmento LGB-

6 https://exame.com/marketing/, Acesso em: 10 jun. 2022.

TQIA+ é estimado em US$ 133 bilhões, o equivalente a R$ 418,9 bilhões, ou 10% do PIB nacional, segundo reportagem do jornal O Globo, veiculada em 2015[7].

Em sua pesquisa, Nunan apresenta o fato de que o excessivo consumismo – e eu adiciono, da necessidade de expor viagens realizadas ou a realizar, ou a explanação de que fala línguas estrangeiras – seria uma forma de lidar com o estresse e a estigmatização, ou seja, uma tentativa de ignorar sentimentos de inferioridade.

> (...)muitos homossexuais dariam importância excessiva ao luxo e à aparência externa devido ao preconceito da sociedade, que faz com que estes indivíduos se sintam constantemente cobrados a mostrar que, apesar do estigma, eles são superiores aos heterossexuais (Nunan, 2003, p. 312).

Dessa maneira, em muitos desses perfis – não tão diferente das fotos e vídeos instagramáveis de muitas pessoas – aparece a necessidade de mostrar uma vida de riqueza e *glamour*, numa busca por aceitação e respeito através do capital. A partir do momento em que se tem acesso a bens de consumo e aos prazeres proporcionados pelo capital (que não são ruins, diga-se de passagem), é como se também fosse garantido a esses sujeitos o passaporte da aceitabilidade.

Breves palavras finais – o que não quer dizer uma conclusão

Após observarmos três dos perfis incluídos no mapeamento de minha pesquisa, percebo que eles estão vinculados à manutenção do *status quo* e atravessados por fortes relações de hierarquia de gênero. Seus discursos reproduzem como que uma

7 https://oglobo.globo.com/economia/, Acesso em: 10 jun. 2022.

homogeneização, onde há a construção de um etos que supervaloriza o masculino e o rechaço do que não é. Esses discursos são também fortemente atravessados por relações sociais e históricas – tangenciadas pelo consumo –, onde na e pela palavra o sujeito elabora uma imagem positiva de si e, por suas lentes lê o outro, rebaixa aquele que não é parecido, ou que não se encaixa no mesmo patamar social. A linguagem é espaço privilegiado de observância desses fenômenos. Nela elabora-se e é representada a nossa homofobia (de forma implícita ou externa), bem como os roteiros sociais esperados que os homens desempenhem, afinal de contas, não há problema em ser homossexual, desde que você seja discreto e masculino – não dê pinta –, essa é a performance aceitável em nossa sociedade.

No desenvolvimento de minha tese – e, muito brevemente, neste texto, até mesmo pelas delimitações desse gênero textual – apresentei alguns dos percursos que percorri. Dialogando com a cartografia, afetando e sendo afetado pelo meu objeto de pesquisa, apresentei aqui dois momentos ou "leituras de mapas" dos nove que mapeei no processo de escrita, quando aluno de programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ.

Este texto não termina por aqui, apenas aponta a possibilidade de mapeamentos outros...

REFERÊNCIAS

BADINTER. E. *XY*: Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CONNELL, R. *Masculinities***.** Berkeley, Califórnia: California University Press, 2005. 2nd ed.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 424, jan./abr. 2013.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise cartográfica do discurso*: temas em construção. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2021.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo. 9. ed. Loyola, 2003a.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*: A vontade de saber. São Paulo. 15. ed. Edições Graal, 2003b.

NUNAN, A. *Homossexualidade:* do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. Apresentação. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. *Pistas do método da cartografia*: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbaroi*, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-49, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora UFGRS, 2016.

SILVA, E. R. A. da. *O corpo nu e as representações sociais do masculino*. São Paulo: Annablume, 2015.

SIMÕES JR, A. C. ...*E havia um lampião na esquina* – Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980). Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

SIMÕES JR, A. C. *Dos armários, fobias, discursos e resistências:* cartografia das masculinidades em ambientes digitais. 2022. 244 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A EXPERIÊNCIA DE TER PRODUZIDO A "I SEMANA DE VISIBILIDADE LÉSBICA" EM DIÁLOGO E EM FRICÇÃO COM A CISHETERONORMATIVIDADE INSTITUCIONAL

Júlia Gatto de Lira

Introdução

A ideia de produzir o evento da "I Semana de Visibilidade Lésbica" veio da necessidade de proporcionar um espaço seguro para o encontro e discussão de assuntos recorrentes nas rodas de conversas informais em espaços culturais entre mulheres lésbicas, bi e transsexuais, tais como: performance de sexualidade; maternidade; políticas públicas; direitos humanos; heterossexualidade compulsória, entre outros temas. Os conceitos-chave deste texto são, de certa forma, subjetivos, pois dizem respeito justamente a subjetividades e parte da minha narrativa que, ainda que ancorada na academia, parte também da minha própria subjetividade.

A partir dessa leitura, será possível que a interlocutora encontre argumentos que legitimem a história oral das pessoas envolvidas no evento, a construção coletiva a partir da fala e do discurso; a invisibilização lésbica em várias esferas da sociedade e os desafios enfrentados para a realização desse evento. Este relato de experiência é importante para que possamos observar como se deu e o que aconteceu durante a proposta da I Semana de Visibilidade Lésbica. Sabemos que as lésbicas são um dos grupos

mais marginalizados da sigla LGBTQIAPN+, e, até por essa razão, é a primeira letra da sigla[1].

No entanto, apesar de ser um grupo marginalizado dentro da própria margem contra-hegemônica, as mulheres lésbicas demonstram que possuem ferramentas importantes de resistência à norma e à normalização, como, por exemplo, a construção coletiva do evento, a coragem de expor suas vidas como mecanismo de emancipação coletiva e a força de enfrentar toda a sorte de desafios por única e exclusivamente romper com a cisheteronormatividade.

Objetivo

O objetivo principal deste relato é analisar o processo de produção do evento: os trâmites burocráticos que a academia impôs sobre o projeto; a ajuda coletiva de várias mulheres em prol do êxito do evento; os desafios relacionados ao sucateamento da universidade pública; os temas de discussão de cada dia e as principais conclusões; e, por fim, de quais formas essa experiência pode ser observada a partir da decolonialidade e da interseccionalidade.

Descrição

O evento aconteceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre os dias 29 de agosto, em que é comemorado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, e 3 de setembro de 2022. O *campus* da universidade onde foi realizado o evento foi o do IFCS, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro.

A principal intervenção do evento consistiu na elaboração de memórias coletivas a partir da história oral, privilegiando a fala e a troca de experiências individuais como meio de construção de

1 https://medium.com/@arielstrauss/s%C3%B3-colocar-o-l-na-frente-da-sigla-n%C3%A3o--basta-4c3391510295

uma memória compartilhada. A proposta central esteve na elaboração conjunta de situações que, recorrentemente, atravessam a existência de muitas mulheres.

As pessoas envolvidas tinham em comum a sexualidade: todas se identificavam como mulheres que amam e se relacionam com outras mulheres. Tinham entre 18 e 45 anos, possuíam ou não Ensino Superior; eram ou não estudantes de alguma universidade pública ou privada; se autodeclararam como pessoas negras, brancas e pardas; algumas eram pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física ou intelectual; moravam na cidade do Rio de Janeiro, em São Gonçalo ou em cidades da Baixada Fluminense.

Construir um evento como esse partiu da necessidade que percebi dentro dos movimentos sociais feministas e, mais especificamente, lésbicos. Decidi criar um projeto que pudesse ser realizado em cinco dias, de segunda a sexta-feira, a começar no Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. A necessidade percebida foi a de, principalmente, um espaço seguro para certos debates, como: performance de sexualidade; educação; política; maternidade; heterossexualidade compulsória e artes.

A atividade foi pensada de forma independente de qualquer outro projeto, coletivo ou autoridade acadêmica. No entanto, quando tentamos submeter o projeto na instituição para obtermos o vínculo como Projeto de Extensão, emitir certificados e datar institucionalmente a experiência inédita, encontramos alguns empecilhos, como a impossibilidade de alunos da pós-graduação serem responsáveis por qualquer projeto de extensão sem que houvesse a figura de autoridade de um/a professor/a titular.

Por isso, na ocasião, recorremos ao Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL), dirigido e coordenado pelo professor doutor Wallace de Moraes. O trabalho do professor Wallace é notadamente um dos pioneiros do Brasil quando se refere ao

anarquismo e à decolonialidade. Em seu coletivo existem mais de 15 pesquisadores/as que trabalham seus objetos de pesquisa a partir da decolonialidade e/ou dos anarquismos. Nessa ocasião, eu compunha o coletivo como pesquisadora, realizei pesquisas sobre afetos, monogamia e sexualidade.

Prontamente, o professor Wallace aceitou ser o responsável institucional pelo evento. Submetemos o projeto a partir de um formulário de inscrição de projetos de extensão da UFRJ, mas a análise desse ficou em andamento por mais de um mês, coincidindo com a data de realização do evento.

Quando perguntávamos ao professor e a outros colegas do coletivo, a resposta que nos forneciam era sobre a demora burocrática em situações como essa, que devíamos ter paciência de esperar a resposta.

A experiência

O material utilizado para o evento foi, basicamente, as existências das mulheres que compuseram cada dia de debate: a presença de cada uma foi de extrema importância para o andamento das discussões, à medida que as experiências particulares puderam ser compartilhadas e pensadas coletivamente. Criamos um evento no qual pudéssemos reunir quatro palestrantes e uma mediadora a cada dia, para que fossem discutidos os assuntos escolhidos como eixo dos debates.

No primeiro dia, tivemos a discussão de **"Heterossexualidade compulsória e maternidade lésbica"**, da qual participaram: Beatriz Prechet, mulher, negra, de 30 anos e que se identifica como lésbica. Beatriz é historiadora, mestre em História do Brasil e doutoranda em História Social na UNIRIO. Nasceu e cresceu na Baixada Fluminense, no município de Mesquita, hoje, mora no Rio de Janeiro. Danily Ramos, mulher indígena, nortista, de 30

anos, moradora do Rio de Janeiro, sapatão e mãe de um menino chamado Ariel. É artista, *chef* de cozinha e fundadora do projeto social SantaSopa, que produz e distribui sopas para pessoas em situação de rua. Contamos também com a presença da artista independente Mardejan França, que é uma pessoa de gênero fluido, sapatão e mãe solo de um menino chamado Pierre, que possui surdez congênita. E, finalmente, Carolina Pasin, mulher branca, de 25 anos, moradora do Rio de Janeiro, advogada e pesquisadora de criminologia e direitos humanos, que se identifica como lésbica. Para mediar a conversa contamos com a psicóloga e pesquisadora de gênero, trabalho e interseccionalidade Thuane Rosa, mulher de 26 anos, branca, moradora da Baixada Fluminense, no município de Belford Roxo, e mãe de dois meninos gêmeos, Bryan e Brenno.

No segundo dia, o tema foi **"Lute como uma professora sapatão"** e contou com a presença de: Bárbara Lima, que é uma mulher negra, de 35 anos, moradora do Rio de Janeiro, historiadora, mestre em História Comparada, professora de História na pós-graduação e de Sociologia para o Ensino Médio; Patrícia Batista, que é uma mulher branca de 24 anos, moradora da Baixada Fluminense, no município de Duque de Caxias, é publicitária e professora técnica de recursos audiovisuais; Isa Furtado, que é uma mulher negra, de 23 anos, moradora do bairro de Guaratiba, no cidade do Rio de Janeiro, é produtora cultural em projetos sociais e professora da Educação Infantil; e Milena Soares, que é uma mulher branca de 25 anos, nascida e criada no subúrbio do Rio de Janeiro, em Pilares, é professora de Língua Portuguesa e mestre em Literatura. Por último, Aline Jerê foi responsável por mediar a mesa desse dia. Formada em gastronomia, Jerê é artesã, artista e promove os principais eventos *de sapatão* na cidade do Rio de Janeiro.

No terceiro dia, o tema foi **"A performance de si: o que é masculino e o que é feminino?"** A mesa foi composta por Sofia Skimma, mulher branca, de 29 anos, moradora do Rio de Janeiro, formada em Artes Visuais pela UERJ e mestranda na

mesma instituição; Savylla Adryan, pessoa não binária, branca, de 25 anos, produtora audiovisual e *videomaker*; Rayssa Guedes, mulher negra, de 25 anos, atriz e produtora cultural; Natália Lima, mulher parda, de 29 anos, moradora da cidade do Rio de Janeiro, enfermeira do programa Médico da Família, especialista em enfermagem clínica e pesquisadora de saúde do trabalhador na UERJ; finalmente, para mediar a discussão, Naty Lima, palestrante, atua na área de gestão de pessoas e de diversidade e inclusão em empresas, é uma mulher branca, de 33 anos, paulista e moradora de São Paulo.

No quarto dia, o tema da mesa foi "**Políticas públicas e (In)visibilidade lésbica**", realizada no dia 1º de setembro de 2022. O evento contou com a presença de: Camila Athayde, mulher, parda, de 32 anos, cientista social, psicóloga e mestre em saúde pública pela ENSP/Fiocruz, nascida e criada no Parque Fluminense, em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense; Gabriella Naccarato, é uma mulher branca, de 26 anos, moradora da Região dos Lagos do Rio de Janeiro, em São Pedro d'Aldeia, é historiadora e mestre em História Comparada pela UFRJ; Camila Marins é uma mulher negra de 38 anos, moradora do Rio de Janeiro, jornalista, mestranda em Políticas Públicas e Direitos Humanos pela UFRJ e fundadora da Revista Brejeiras e Ocupa Sapatão (na época em que o evento foi realizado, Camila Marins estava em meio à sua campanha como candidata a deputada federal, porém, não se elegeu). Além das três supracitadas, contávamos com a presença de Carina Barbosa, mulher branca, de 26 anos, integrante da Comissão da Pessoa com Deficiência na OAB/RJ e mestranda em ciências jurídicas e sociais. No entanto, no dia do evento, houve um imprevisto com a Carina que a impossibilitou de comparecer, lamentavelmente. Por último, como mediadora da conversa, contamos com Tainá Lopes, que é filósofa, advogada criminal, é uma mulher de 30 anos, parda, moradora da cidade de Niterói (RJ).

Finalmente, em 2 de setembro de 2022, foi realizado o último dia de evento da Semana de Visibilidade Lésbica, cujo tema de discussão foi **"A marginalização da mulher lésbica na cena artística"** e contou com a presença de Eliza Rosa, mulher parda de 26 anos, sapatão, percussionista, criadora e produtora cultural de eventos lésbicos, tais como o Sapagode e do trio Cangote. Jéssica Volpi, mulher negra de 26 anos, moradora do município de Mesquita, na Baixada Fluminense, é formada em Letras-Grego/Uerj, é cantora, compositora, escritora, diretora musical e educadora. Na música, pesquisa *blues*, *jazz* e instrumentos de sopro; no teatro, pesquisa canto e corpo baseando-se em vivências a partir da memória dos corpos. Rafé Ferreira é uma pessoa não binária, negra e de 31 anos, se identifica como sapatão e é formada em artes visuais pela Uerj. Além disso, é cabeleireira, DJ, produtora, organizadora do Bailão das Sapatão e do Ocupa Sapatão RJ, ativista das causas LBT+ no Rio de Janeiro. Por último, contávamos com a presença da *rapper*, atriz, poeta e *slammer* Carol Dall Farra, que é uma mulher negra de 27 anos, da periferia do Rio de Janeiro. Dall Farra estrelou o curta Mc Jess, pelo qual recebeu o prêmio de melhor atuação do festival Mix Brasil, o maior festival LGBTQI+ da América Latina. Foi uma das poetas convidadas para realizar a primeira batalha de *slam* no Rock in Rio 2019. No entanto, Carol teve um imprevisto na semana do evento e não pôde comparecer, mas deixou claro seu pesar e se disponibilizou para participar das próximas edições. Por último, tivemos a mediação de Júlia Teodoro, cientista social e pesquisadora de sociologia urbana, violência e política de drogas.

O evento foi feito de forma autônoma por mim, que convidei cada integrante para compor as mesas, bem como as mediadoras. Esse contato se deu de forma independente, descontraída, principalmente em ocasiões sociais, como nas festas: Sapagode, Lambe-Lambe, Bailão das Sapatão e Velcro; nos bares LGBT+ do Rio de Janeiro, como o bar Novo Oeste, Bar Dellas; e em eventos políticos, como o Ocupa Sapatão/RJ; eventos de campanha da

Camila Marins; entre outras ocasiões. A cena lésbica de eventos culturais da cidade foi escolhida como estratégia para os convites em razão da grande movimentação de mulheres (cis e transgêneras) e pessoas não binárias sapatões.

Depois de contatadas e tendo o aceite de todas as pessoas, foi necessário organizar o espaço físico para recebê-las. Nesse momento, recorri ao professor Wallace de Moraes, para que ele pudesse nos auxiliar no processo burocrático de reserva de sala no prédio do IFCS. Como não tínhamos conseguido o aceite oficial da instituição para sediar o nosso evento, combinamos com o professor Wallace para que ele fizesse a reserva de uma sala qualquer em seu nome, onde pudéssemos nos acomodar.

Os debates duraram em torno de 2 horas, com 15 minutos para cada integrante fazer uma explanação; 15 minutos de intervalo e, no retorno do intervalo, mais uma hora de conversa, perguntas da plateia e considerações finais da mediação e das demais participantes.

Compreendemos que a história oral e as falas de si compõem uma esfera revolucionária na construção de movimentos sociais efetivos e de transformação social. Por tal razão, a principal fonte e material utilizados para coletar as informações do evento foram as próprias histórias compartilhadas, as diversas narrativas sobre um mesmo assunto e a troca de informações a partir de diferentes pontos de vista. Tudo foi registrado em relatórios diários feitos pelas participantes e por mim, além uma cobertura completa com fotos, vídeos e reuniões de balanço do que foi experimentado ao longo de vários meses após a realização do evento.

Foi de grande preocupação da produção que as pessoas reunidas em cada mesa pudessem demonstrar pluralidade, isto é, que fossem bastante diferentes: corpos, raças, territórios, identidades, profissões, classes, idades etc. Todos esses recortes sociais de diferença foram importantes na composição das mesas, pois,

como cientistas sociais, consideramos que essas diferenças são elementares para construir lugares de fala múltiplos e que possam se construir a partir dessas diferenças e diversidades.

Resultados

O principal resultado da "I Semana de Visibilidade Lésbica" foi a tentative, com êxito, de uma prática de coalizão entre mulheres cis e transsexuais não heteronormativas, portanto, lésbicas, bis e panssexuais. As mulheres que estiveram no evento ao longo dos cinco dias puderam se conhecer pessoalmente, pensar coletivamente e conhecer histórias e pessoas novas.

A invisibilidade lésbica experimentada no Brasil e, mais especificamente, no Rio de Janeiro, diz respeito a: invisibilidade da sexualidade na família, no ambiente de trabalho e nos ambientes de estudo; marginalização dos espaços frequentados por pessoas lésbicas, bi, trans e pansexuais; falta de assistência do Estado no que diz respeito a políticas públicas; falta de articulação dentro do próprio movimento em relação a performance de sexualidade; violências domésticas e estruturais contra pessoas lésbicas, bi, trans e pansexuais, entre outros.

No primeiro dia de evento, cuja mesa foi intitulada de **"Heterossexualidade compulsória e maternidade lésbica"**, os principais resultados da discussão foram:

- Os desafios de maternar filhos homens em uma sociedade estruturalmente machista;

- As particularidades territoriais de mães que maternam nos grandes centros urbanos e das que exercem essa mesma função nas periferias;

- A importância de rede de apoio para maternar;

• A discriminação sofrida pelas mães dentro do próprio movimento lésbico e bissexual, como se, por terem engravidado, não fossem necessariamente "lésbicas o suficiente";

• O desafio da luta anticapacitista das mães de filhos com deficiência;

• As estratégias de sobrevivência das mulheres que foram criadas e ensinadas para serem heterossexuais e os desafios da subversão sexual pautada pela própria liberdade.

No segundo dia da ISVL, a mesa foi **"Lute como uma professora sapatão"** e os principais resultados da discussão foram:

• As particularidades da docência na rede pública e privada;

• O atravessamento do território na possibilidade de performance ou não da sexualidade;

• As violências institucionais que as profissionais da educação sofrem;

• As violências institucionais e estruturais que os estudantes sofrem;

• A diferença de pensar e discutir sexualidade e gênero nos segmentos do Ensino Básico, Ensino Superior e pós-graduação;

• Os atravessamentos de raça e idade das docentes como um fator de risco para a expressão ou não da sexualidade.

• As políticas públicas voltadas para a educação e as possíveis consequências do estabelecimento do Novo Ensino Médio.

No terceiro dia de evento, a discussão se deu em torno do assunto da performance de sexualidade: **"Performance de si:**

o que é feminino e masculino?" e foi notadamente o dia mais movimentado do evento, que teve lotação quase máxima de uma sala com aproximadamente 70 lugares. As principais pautas levantadas e discutidas foram:

• Os desafios das sapatões que não performam feminilidade dentro da própria comunidade de lésbicas, bissexuais, transsexuais e pansexuais;

• O que seria uma sapatão "*caminhoneira*"/"*butch*"/"*desfem*" e quais os impactos na vida social dessas pessoas dentro e fora da comunidade LBT;

• A objetificação das mulheres *caminhoneiras,* ou seja, que não performam feminilidade, dentro das relações com *"ladys"/"patys"*;

• A deslegitimação das sapatões que performam feminilidade, o questionamento de sua sexualidade e desejo;

• A reprodução de papéis heteronormativos em relações entre *caminhoneiras* e *patys;*

• O que seria, verdadeiramente, ser feminina ou ser masculina?;

• É possível pensar a sexualidade a partir dessas performances?;

• O que é a performance de masculinidade para uma mulher cis ou uma pessoa não binária?;

• Quais os possíveis recursos para o rompimento da heteronormatividade nas relações lésbicas?;

• O impacto da não performance de feminilidade em espaços subalternizados e de classes periféricas;

• A pressão estética sofrida por ambos os grupos, os tidos como femininos e masculinos;
A cisgeneridade como norma e seus fundamentos: a performance de gênero (feminino ou masculino);

• A transfobia sofrida pelas pessoas não binárias;

A mesa de discussão realizada nesse dia foi um momento de muitos desabafos, relatos intensos de experiências pessoais, emoções à flor da pele e acolhimento coletivo. Ao longo dos cinco dias de evento, esse foi o mais movimentado, reunindo cerca de 50 mulheres.

O quarto dia de evento foi dedicado à discussão do cenário político e de direitos humanos no contexto de gênero e sexualidade, denominada "**Políticas públicas e (In)visibilidade lésbica**". A mesa teve como principais resultados de discussão:

• A falta de discussão lésbica na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;

• A dificuldade do acesso à saúde integral e saúde mental para lésbicas e pessoas dissidentes de gênero;

• O legado de Marielle para a história da luta lésbica a partir do Projeto de Lei da Visibilidade Lésbica;

• Os impactos da construção da Lei Luana Barbosa, que busca enfrentar o lesbocídio no Rio de Janeiro;

• A importância de mulheres lésbicas se candidatarem nas eleições estaduais, municipais e federais, a fim de viabilizar a discussão das pautas desse grupo;

• Os desafios da diferença geracional de mulheres lésbicas, os impactos do tempo na construção da subjetividade lésbica;

- • O impacto do etarismo no acesso às políticas públicas de saúde e lazer no contexto carioca.

Finalmente, no último dia de evento, contamos com a discussão sobre **"A marginalização da mulher lésbica na cena artística",** da qual foi possível extrair de principais resultados:

• A falta de apoio e incentivo familiar aos intentos artísticos das mulheres lésbicas;

• O impacto da Igreja como instituição de poder sobre a construção subjetiva da sexualidade e da subjetividade artística;

• A segregação sexista do mercado da música em relação a mulheres lésbicas e, principalmente, mulheres lésbicas negras;

• O impacto do branqueamento da indústria cultural sobre corpos pretos e pardos;

• A invisibilização do trabalho exercido por mulheres lésbicas no meio musical e da produção cultural;

• O impacto burocrático da prefeitura na construção de blocos de carnaval produzidos por produtoras independentes e lésbicas;

• A pressão estética sofrida por bailarinas clássicas e contemporâneas;

• O impacto do território na construção da arte: as diferenças entre ser artista na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e ser artista na Baixada Fluminense;

• Os amores intensos e as desilusões amorosas intensas na mesma medida, como força motriz para a arte musical.

Discussão

A I Semana de Visibilidade Lésbica realizada no IFCS/UFRJ mostra, a partir de uma ação direta, que é através da articulação feminina que podemos buscar por transformações sociais efetivas para a (sobre)vivência e dignidade das sapatonas e grupos parceiros. Nesse contexto, a ação direta se apresenta como uma estratégia política de transgressão, de ocupação e de ressignificação não só de um espaço físico, mas também subjetivo, ao qual as sapatonas foram submetidas. Segundo o filósofo anarquista Gurvich (1983), a ação direta é similar a uma revolução permanente. Reunir mais de 100 sapatonas e grupos apoiadores em uma instituição de poder como a academia, ao longo de uma semana, para poderem falar sobre si e dividir as experiências coletivamente foi uma verdadeira revolução.

É através da elaboração a partir da fala que criamos ferramentas para que possamos construir uma espécie de cartografia das experiências e transformações de nós. Através dos encontros e afetos promovidos nesse evento, foi possível criar uma cartografia de multiplicidades (Haesbaert; Glaco, 2002), um rizoma – conceito deleuziano –, que se transformou, a partir da experiência vivida no evento e na produção dele, como também na escrita deste texto, em um sem número de possibilidades do *devir* sapatão não só meu, mas das que vieram antes e das que virão depois de mim.

As mesas de conversa realizadas ao longo do evento mostraram que as palavras ditas por Audre Lorde no final do século XX ainda se aplicam à realidade das mulheres lésbicas/sapatonas/zami no século XXI: "não são as nossas diferenças que nos dividem. É a nossa inabilidade em reconhecer, aceitar e celebrar tais diferenças" (Lorde, 2021). Portanto, desde o século passado, Audre Lorde já nos apontava para a incapacidade dos movimentos feministas, de lésbicas e negros de compreender que é justamen-

te a partir das diferenças, do que nos difere uns dos outros, que devemos buscar nossas forças.

As diferenças são cooptadas pela estrutura normativa e disciplinar como dispositivos segregatórios e, graças às instituições Família, Igreja, Estado, Escola, Medicina etc formamos nossas subjetividades a partir da ideia de que o diferente, o anormal e os anormais (Foucault, 1975) devem ser aniquilados, pois, são sinônimos de fraqueza e inconsistência. No entanto, Audre Lorde nos inspira a pensar e, mais do que pensar, agir diante do fenômeno do silenciamento de nós mesmas, que temos como condição humana a diferença. Devemos transformar o nosso silêncio, o medo da censura, do julgamento, do desprezo e, portanto, da aniquilação, em linguagem e ação (Lorde, 2021). A I Semana de Visibilidade Lésbica foi um evento histórico de transformação do silêncio coletivo em linguagem, nomeação de dores e ação de superação da invisibilidade.

bell hooks (2019) evoca que podemos erguer a voz e, para tal, temos que subverter a norma que nos foi ensinada desde a mais tenra idade. hooks conta que em sua infância as meninas não eram encorajadas a falar, a se escutar, porque a fala em espaços de discussão era um ato de coragem e ousadia. Por isso, tal prática só era incentivada aos meninos – ainda que, paradoxalmente, nas casas que frequentava somente quem falava eram as mulheres, denotando a característica já conhecida de que mulheres negras eram e ainda são as principais chefes de família.

A autora completa dizendo que o silenciamento feminino ainda é sustentado nos próprios movimentos sociais feministas, já que "o silêncio é, geralmente, visto como o "discurso correto de feminilidade" machista – o sinal da submissão da mulher à autoridade patriarcal" (hooks, 2023). Portanto, dentro de casa, com a família, aprendemos que o silêncio é o que nos cabe, e, nas ruas, nos movimentos sociais, também é o silêncio que devemos escolher. Assim, ao proporcionar um evento no qual a atração

principal é justamente a fala, a cartografia dos sentimentos, experiências, expectativas e perspectivas sapatonas/lésbicas/zami, a I Semana de Visibilidade Lésbica foi uma completa ação direta de contravenção de emancipação sapatão. Lá, as mulheres não só puderam erguer a voz, como suas vozes puderam ser ouvidas e sentidas como protagonistas de um evento. A finalidade da ISVL era exatamente propor isso: encontros com trocas de experiências, acolhimento, transgressão, afetos e produção de memória da cultura sapatão em interface com suas parcerias da sigla LGBTQIAPN+.

Considerações finais

Realizar um evento de tamanha magnitude teve como principal dificuldade a burocracia institucional da academia, a falta de investimento financeiro de qualquer área e, finalmente, a sobrecarga de empregar todo o meu tempo livre (e, às vezes, tempo em que estava trabalhando) à disposição do evento. Foram dois meses vivendo em função da organização, do contato com as participantes, elaboração de quem falaria o que e em quais dias; quais horários; compra de água para as participantes; ajuda de custo para as que moravam longe do centro da cidade; apaziguamento de certas rixas pessoais entre algumas participantes; entre outras questões que surgiram no cotidiano da experiência.

Os aspectos que potencializaram o processo de elaboração do evento foram a genuína construção coletiva de mulheres que se envolveram na causa, se preocuparam em somar de todas as formas possíveis, desde em indicar contatos, se oferecer para ser pontos de apoio na organização corrida nos dias de evento, ou até mesmo para serem ouvidos atentos aos meus vários desabafos durante o processo e me ofereceram acolhimento diante do medo de fracassar e de possivelmente desrespeitar alguém ou alguma história.

Definitivamente, o evento não teria sido possível sem a contribuição de todos os esforços das participantes e ajudantes. Destaco, especialmente, a ajuda incansável de Júlia Teodoro, uma colega de profissão que se tornou uma amiga querida e que se colocou à minha disposição a qualquer hora do dia ou da noite para fazer o evento acontecer. Destaco também as inúmeras conversas com minha amiga, parceira e companheira Camila Athayde, que me inspirou e me motivou a promover não só o evento, como minha própria vida acadêmica.

Finalmente, considero que o que mais potencializou o processo de elaboração da I Semana de Visibilidade Lésbica foi o encontro de todas nós conosco mesmas: com a nossa ancestralidade, nossos gêneros, de onde viemos, para onde desejamos ir, quem já amamos e quem ainda queremos amar ou voltar a amar... Foi possível, a partir desses encontros, transformarmos nossa perspectiva sobre a forma como enxergamos a nós mesmas, já que muito facilmente a rotina neoliberal pós-moderna nos afasta umas das outras e de condições tão humanas e tão simples, mas que parecem ser alienígenas e solitárias, como o nem tão simples ato de amar verdadeiramente outras mulheres de corpo e alma. Deixo registrado para a posteridade minha imensa gratidão pela confiança de todas as pessoas que compartilharam um pouco de suas experiências conosco.

REFERÊNCIAS

GURVICTH, G. *Proudon*. Lisboa, Edições 70, 1983.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, v. 4, n. 7, 7-22, 2022.

hooks, bell. *Erguer a voz:* pensar como feminista, pensar como negra. MARINGOLO, C. B. (Trad.). Editora Elefante, São Paulo, 2023.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

LORDE, A. *Irmã Outsider*. BORGES, S. (Trad.). Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2021.

LORDE, A. *Sou sua irmã*. RIBEIRO, D. (Org.). BORGES, S. (Trad.). Editora Ubu, São Paulo, 2020.

HETERODISCURSIVIDADE NA PRAÇA PÚBLICA: O CARNAVAL DO BLOCO SIRIRICANDO

Romulo Flores Dias Bolivar
Bárbara Falcão

Introdução

A conquista de direitos pela população LGBTQIAP+ avança lentamente em nosso país, como o direito ao casamento e à união estável homoafetiva, que também possibilita a adoção por esses casais; entretanto, essa população enfrenta violências e exclusões que ainda persistem. De acordo com a ONG Grupo Gay da Bahia, que recolhe dados de diferentes fontes, uma vez que não há dados oficiais, foram registradas 257 mortes violentas de pessoas pertencentes a essa comunidade – entre travestis e transgêneros, *gays*, lésbicas e bissexuais –, motivadas pelo ódio a essa população (Cruz, 2024). Embora as lésbicas apareçam em menor número, de acordo com os dados disponibilizados pela ONG, diversas violências ocorrem contra essa população, como aponta o Dossiê sobre o lesbocídio no Brasil e o caso do assassinato de Ana Caroline Sousa Campelo, uma mulher lésbica de 21 anos assassinada cruelmente no Maranhão em 2023 (Nascimento, 2023).

A violência – não só física, mas também verbal – e a invisibilidade de questões graves, como mostrado nos dados anteriores, na mídia e na opinião pública, justificam a importância e a urgência de que mais discursos se voltem para os temas dessa população,

principalmente das mulheres lésbicas. A invisibilidade sobre os problemas e questões desse grupo social é tão notória que há leis municipais e estaduais, como a de São Paulo e sua capital, e uma lei federal para instituir justamente o Dia da Visibilidade Lésbica (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2021).

Na busca por discursos que abordem a visibilidade e o orgulho lésbico por meio de diferentes estilos e tons, selecionamos como *corpus* a letra da canção "Mulher não é coisa, não", uma paródia de uma marchinha, canção tradicional de carnaval, na qual a letra da canção original é alterada, enquanto a melodia é mantida. Essa canção é de autoria coletiva do Bloco Sirericando, que, desde 2017, realiza seu desfile no Carnaval de rua da cidade de São Paulo.

Ao trazer para a esfera carnavalesca, o discurso sobre os direitos e as vivências das mulheres lésbicas ganham diferentes coloridos e estabelecem diferentes relações com os outros discursos sobre esse mesmo objeto, como detalharemos em nosso artigo.

Como base teórico-metodológica, apoiamo-nos na teoria dialógica da linguagem, principalmente em conceitos trazidos pelo pensador russo Bakhtin, como cultura popular, paródia e heterodiscursividade.

Do carnavalesco, da praça pública e da paródia em Bakhtin

Já no final da primeira metade do século XX, Mikhail Bakhtin começa a dedicar-se à sua tese de doutorado, o que o coloca em diálogo com as obras de François Rabelais. Tal percurso aproxima o pesquisador de uma ampla discussão sobre as manifestações carnavalescas e seu papel social, a partir da qual delineia uma teoria crítica acerca da cultura popular tanto medieval quanto da Renascença.

O escritor francês François Rabelais (1493-1553) foi um padre beneditino que recebeu permissão para abandonar o hábito ainda no início do Renascimento. Estudou Direito e conheceu o Humanismo, foi perseguido pelo Estado e exilado. Além disso, estudou Medicina e, nesse período, escreveu Pantagruel e Gargântua (1532 a 1534) (Rabelais, 2021). Tais obras tratam das aventuras de dois gigantes, trazendo cenas de humor baseadas no grotesco, no sexo, nos exageros, o que foi considerado um ataque à Igreja, à polícia, à cavalaria, enfim, às instituições de sua época. Rabelais utilizou recursos linguístico-discursivos, como a alternância entre linguagem popular e erudita, o uso da picardia, do grotesco e do escatológico, estratégias que só seriam reconhecidas e empregadas como forma de estilo, anos depois, na prosa moderna.

A pesquisa desenvolvida por Mikhail Bakhtin, inicialmente intitulada "Rabelais na História do Realismo", não recebera aprovação do Instituto Mundial Gorski. A obra foi redesenhada e reapresentada em 1965, sob o título de "A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais". Nela, Bakhtin, que já havia esboçado um conceito de Carnavalização, em *Problemas da obra de Dostoievski* (1997), aprofunda-se mais na formulação dos conceitos de Carnaval e Carnavalização. A ideia de Carnaval não se apresenta apenas como uma festa específica, mas como variadas festas populares que ocorriam durante o ano, inclusive, as celebrações das vésperas das colheitas. Para além disso, a carnavalização representaria uma forma de acesso, por meio da arte, à realidade de grupos periféricos, marginalizados:

> na concepção de Bakhtin a carnavalização não é um esquema externo e estático que se sobrepõe a um conteúdo acabado, mas uma forma flexível de visão artística, uma espécie de princípio holístico que permite descobrir o novo e o inédito. O carnaval na

> concepção do autor é o locus privilegiado da inversão, onde os marginalizados apropriam-se do centro simbólico, numa espécie de explosão de alteridade, onde se privilegia o marginal, o periférico, o excludente (Soerensen, 2017, p. 318).

Estamos falando de um contexto em que o Positivismo valorizava as ciências exatas e as ciências naturais. Não compreendia, nesse momento, as ciências humanas. Kant (1987, 1988) inova ao afirmar que, além do conhecimento natural, existe o humano. Nesse sentido, a obra bakhtiniana responde tanto à literatura quanto à filosofia de seu tempo.

Em sua obra, Bakhtin encontra na tensão o modo de empreender sua análise. Para isso, parte da discussão da expressão carnaval, não como um termo isolado, mas com a história da palavra e diferentes vozes que categorizaram ao longo dos anos (Bakhtin, 2013, p. 55).

Bakhtin (2013) traz a paródia como forma de apresentar, por meio do estilo carnavalesco, a ideologia do cotidiano, uma manifestação constituída por múltiplos movimentos e que se opõe às instituições oficiais de valores estáticos e retrógrados. A questão do duplo ultrapassa a obra de Bakhtin: se, por um lado, a ambivalência ajuda a caracterizar a singularidade do autor em análise; por outro, confronta o apagamento do pensamento abstrato e moralizador de sua época.

O riso e o corpo, entre os aspectos trazidos por Bakhtin em sua tese, estão diretamente relacionados aos aspectos culturais da realidade concreta. O riso é apresentado como produto do corpo, e o corpo gera valores culturais. A ideia de liberdade se encontra, portanto, na cultura popular, na medida em que se instaura na relação com o outro. O riso está relacionado ao universalismo, à liberdade, ao caráter não oficial. O pesquisador, então, opõe "cultura cômica" à "cultura séria" (Bakhtin, 2013, p. 83).

É importante lembrar que o riso, na Idade Média, estava presente até mesmo em algumas paródias autorizadas pela Igreja. Esse riso permitido assumia um caráter de controle, não somente do próprio riso, como também da vida sexual, do contato com a bebida, pela forma como caracterizava suas personagens (o glutão, a prostituta, o ridículo, o bêbado, entre outros).

Em Bakhtin (2013), o sentido geral das formas da festa popular e do Carnaval, portanto, trazem: o caráter não oficial do Carnaval (organizado pelo povo para o povo); as cerimônias e as figuras ambivalentes; a liberação total da seriedade da vida; a questão das palavras injuriosas.

Existem, nesse sentido, duas formas de compreender os símbolos da festa popular para as quais as reflexões de Goethe (1982) abriram caminho: como símbolos do destino individual, conforme o Romantismo; e como símbolos da onipresença de Deus, segundo a concepção realista. Nesse sentido, as ideias de Goethe sobre a natureza e sobre o todo popular trazem o caráter político da praça pública do Carnaval e do corpo do povo, em sua imortalidade histórica relativa.

Portanto, as manifestações carnavalescas representariam a forma mais genuína de manifestação dos sentimentos populares. Até mesmo a grosseria, para Bakhtin (2013), ao ser considerada sociodiscursivamente, não representa apenas uma obscenidade, mas caracteriza uma forma de estilo em reação às instituições, ao imposto. O que aparentemente seria uma simples tolice, na verdade, revela aspectos de autoria na expressão do ponto de vista.

Heterodiscursividade e paródia

Bakhtin (2016) aponta que uma das características singulares do enunciado é sua relação tanto com o próprio falante (o autor) quanto com os demais participantes da comunicação discursiva.

Ele identifica dois fatores que influenciam a escolha pela forma composicional e pelo estilo do enunciado: "primeiramente, pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido" (Bakhtin, 2016, p. 47). O segundo fator, o "elemento expressivo", refere-se à "relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado. [...] um enunciado absolutamente neutro é impossível" (Bakhtin, 2016, p. 47). Em outras palavras, para Bakhtin, todo texto e enunciado carregam um posicionamento valorativo em relação ao objeto do discurso.

Além disso, Bakhtin (2015) sustenta que, ao orientar o discurso para o objeto, ele se engaja em um diálogo com outros discursos sobre o mesmo objeto. A neutralidade inexistente se deve justamente ao fato de que o discurso interage com outros e com os posicionamentos valorativos desses discursos externos. Portanto, todo discurso está condicionado pelo horizonte social e temporal em que se insere, uma vez que essa relação com o contexto de interação define a estratificação da língua nacional em diversas camadas que se interrelacionam, como Bakhtin descreve no conceito de heterodiscurso social (2015, p. 29).

Ao analisar o romance, Bakhtin (2015, p. 29-30) explica que a língua nacional se divide em uma variedade de linguagens (de grupos sociais, profissões, gêneros e épocas). Essas camadas podem ser descritas como línguas sociais (Bakhtin, 2015, p. 55) que formam o heterodiscurso. O autor as caracteriza como "pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de compreensão verbalizadas, horizontes concreto-semânticos e axiológicos específicos" (Bakhtin, 2015, p. 67).

Desse modo, o posicionamento valorativo em relação ao objeto do discurso, mesmo quando expresso em um enunciado único, está em diálogo com enunciados anteriores sobre o mesmo objeto e se dirige a um interlocutor em busca de resposta. Ele interage com outros enunciados sobre o mesmo objeto dentro de

um horizonte ideológico, concordando, discordando, retificando, aprofundando e estabelecendo relações semântico-axiológicas com outros discursos.

Assim, no que se refere à concepção de paródia, partir da perspectiva de Bakhtin, deflagra-se um embate:

> a segunda voz, depois de se ter alojado na outra fala, entra em antagonismo com a voz original que a recebeu, forçando-a a servir fins diretamente opostos. A fala transforma-a num campo de batalha para interações contrárias. Assim, a fusão de vozes, que é possível na estilização ou no relato do narrador [...] não é possível na paródia; as vozes na paródia não são apenas distintas e emitidas de uma para outra, mas se colocam, de igual modo, antagonicamente (Bakhtin, 1997, p. 472).

Na análise da obra de Dostoiévski, Bakhtin utiliza o conceito de "vozes ideológicas" (Bakhtin, 2022, p. 55), entendidas como "orientações semânticas humanas" (Bakhtin, 2022, p. 250). Essas vozes são vistas como uma cosmovisão ou posicionamento que se manifesta "encarnado no personagem ou no autor", conforme esclarecem as tradutoras no glossário da obra. Para Bakhtin (2022, p. 99), ideias não existem em si mesmas; elas pertencem a indivíduos que interagem com outros. Assim, adotaremos o termo "vozes sociais", conforme a definição de Faraco (2009), para descrever os posicionamentos axiológicos de grupos sociais refletidos no discurso presente em nosso *corpus*.

Nessa mesma obra, Bakhtin argumenta que há discursos com uma dupla orientação que se voltam não apenas ao objeto de seu discurso, mas também às palavras dos outros sobre esse mesmo objeto. É o caso da paródia, na qual a palavra autoral se coloca em oposição com a palavra do outro, obrigando-a a servir a seus fins, em uma luta entre duas vozes.

Da análise da paródia

O Carnaval é uma parte significativa da cultura e da identidade brasileira, sendo uma palavra associada ao país por estrangeiros. Oriundo do entrudo trazido pelos portugueses durante a colonização, o Carnaval foi se desenvolvendo dentro da Cultura Popular como uma de suas mais importantes e grandiosas manifestações em todo o país (Góes, 2002), com desfiles das escolas de samba, ou no Carnaval de rua, com os blocos carnavalesco. Embora a origem desses blocos, que depois se transformam nas escolas de samba, seja nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia, que contam com os grupos mais antigos, o Carnaval de rua de São Paulo aparece hoje como um dos maiores do país, ao lado desses dois estados, com público estimado em 15 milhões de pessoas em 2024 (Bocchini, 2024).

É na expansão do Carnaval de rua de São Paulo – iniciado a partir de políticas públicas, que regularizam os blocos, em 2013, considerados praticamente proibidos anteriormente – que surge o Bloco Sirinicando. Fundado em 2015, é um bloco de "Protagonismo das lésbicas e das bissexuais", "feito para mulheres que amam mulheres", segundo definição em suas redes sociais (Bloco Sirinicando, [2024]).

O Bloco Sirinicando realizou seu primeiro desfile no Carnaval em 2016, apresentando paródias de marchinhas tradicionais. Ao lado do samba, outros gêneros musicais se tornaram tradicionais do Carnaval brasileiro, como as marchinhas; e, valendo-se dessa tradição, as integrantes do Bloco Sirinicando criaram novas letras, em cima de melodias dessas marchinhas populares. Com essas paródias, elas põem em destaque temas e dialogam com discursos sobre a identidade e as vivências das mulheres lésbicas e bissexuais.

Nesse sentido, a letra da paródia "Mulher não é coisa, não" (Mulher [...], 2017), de autoria coletiva das integrantes do Bloco

Sirinicando, subverte a ideologia da marchinha presente na composição tradicional "Cachaça não é água" (1953), assinada por Marinósio Filho, Mirabeau Pinheiro, Heber Lobato e Lúcio de Castro.

Paródia
Mulher não é coisa, não!

Você pensa que mulher é coisa?
Mulher não é coisa não!
Coisa vocÊ domina
No meu corpo ce não manda não!
(2 x)

Eu sou a dona da minha vida
Amo quem eu quiser
E como sabem as Luanas
É embaçado ser mulher

Não preciso de marido
(Disto até acho graça)
Só não quero que me falte
As amigas e as sapatas
REFRÃO
(Mulher [...], 2017).

Letra Original
Cachaça Não É Água

Você pensa que cachaça é água?
Cachaça não é água, não
Cachaça vem do alambique
E água vem do ribeirão

Pode me faltar tudo na vida
Arroz, feijão e pão
Pode me faltar manteiga
E tudo mais não faz falta, não

Pode me faltar o amor
Disso eu até acho graça
Só não quero que me falte
A danada da cachaça
(Castro *et al*. *apud* Malta, c2019).

Na comparação entre as duas letras, nota-se a repetição da mesma estrutura sintática nos versos iniciais. O posicionamento expresso na paródia está presente na materialidade, principalmente na repetição do advérbio de negação no segundo verso, que responde à pergunta dirigida ao interlocutor no verso anterior. Enquanto na letra original há a referência a um objeto (a cachaça) que é comparado a outro objeto (a água), evidenciando a diferença entre ambos pela negação, na paródia, essa mesma estrutura é usada para constituir a tensão entre um discurso de objetificação da mulher. No último verso da primeira estrofe, a comparação entre mulher/coisa é negada, não só por meio da repetição do advérbio "não", mas também pelo pronome possessivo de primeira pessoa, que coloca o sujeito de forma peremptória no discurso da paródia, em uma escolha estilística que adensa a tensão com os discursos que retiram a condição de mulher como sujeito de suas escolhas. Não é apenas a objetificação que é negada, mas o próprio discurso de terceiros sobre a mulher – a presença do pronome possessivo em primeira pessoa, modificando a palavra corpo ("no meu corpo"), coloca essa mulher como sujeito do discurso sobre ela mesma.

Essa reivindicação dos direitos a seu próprio corpo não só se opõe a discursos machistas de objetificação do corpo da mulher, como também pode ser considerada como uma resposta a vozes sociais da esfera religiosa e política, nas quais os direitos reprodutivos das mulheres são constantemente ameaçados. Um exemplo recente é o Projeto de Lei 1.904/24[1], apresentado em 2024 na Câmara dos Deputados, por políticos ligados a organizações pentecostais, que buscavam equiparar o aborto realizado após 22

1 Cf. (Haje; Seabra, 2024).

semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive, nos casos de gravidez resultante de estupro. Medida que dificultaria ainda mais o acesso à interrupção legal da gravidez indesejada, retirando a autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo e vida.

Na estrofe seguinte, a escolha estilística da primeira pessoa do singular é reforçada pela presença dos dois pronomes (eu/minha) e, principalmente, pela palavra "dona", no sentido de possuir e ter direitos sobre sua própria vida. Tal palavra reflete esse posicionamento que tensiona com os discursos misóginos que subjugam as mulheres, mas é o verso seguinte que insere esse discurso autoral na esfera de todas as mulheres, inclusive, das lésbicas e bissexuais. A voz autoral declara que, por ser dona de sua vida, pode direcionar seu amor a quem quiser, novamente, com a presença explícita do pronome pessoal de primeira pessoa (eu). Ao expressar que ama quem quiser, novamente, temos essa tensão com a palavra do outro e discursos reacionários de diversos campos, principalmente das religiões católicas e pentecostais, que colocam a constituição da família dentro de um viés heteronormativo no qual apenas casais formados por um homem e uma mulher podem ter direitos. Ao reivindicar seu amor por quem quiser, essa voz autoral cria tensão com essas vozes que buscam apagar a diversidade das relações e as identidades que não se enquadram em um padrão heteronormativo.

Os dois versos seguintes trazem referências explícitas a discursos do outro, dessa vez, em uma relação de concordância. O terceiro verso traz o nome feminino "Luana" no plural, justamente porque traz uma dupla referência que se relaciona com o verso seguinte. A primeira referência ao nome Luana está relacionada ao crime brutal acontecido em 2016, em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, no qual Luana Barbosa, uma mulher negra, lésbica, periférica e desfem[2], morreu por lesões cerebrais em de-

2 O termo desfem é uma contração da expressão "desfeminilizada" e refere-se a mulheres lésbicas e bissexuais que não performam características femininas.

corrência do brutal espancamento por três policiais, na frente de seu filho de 14 anos, ao defender seu direito e negar ser revistada por esses policiais militares masculinos. O caso ganhou bastante repercussão à época[3] e lançou luz à discussão sobre o lesbocídio, até então, restrita à coletividade lésbica.

A outra referência do nome feminino Luana está relacionada à *rapper* paulista lésbica, negra e periférica Luana Hansen, que se vale do gênero musical *rap* para expressar e denunciar, entre outros temas próprios do ritmo, como violência e exclusão social, questões voltadas ao machismo, à misoginia e à lesbofobia. O último verso da segunda estrofe configura-se como uma resposta direta a uma questão formulada na canção "Flor de Mulher", de Luana Hansen, escrita em 2016 e lançada em 2022. Parte da estrofe na qual a questão se encontra está nos versos:

> Numa situação histórica e permanente,
> A sociedade que se faz indiferente
> Questão cultural, força corporal,
> Visão moral, pressão mental
> Levanta sua voz e me diz qual é que é
> É embaçado ou não é... Ser mulher!? (Hansen, [2022]).

Na canção "Flor de mulher" (Anexo 1), a autora usa diversos dados e estatísticas para denunciar opressões pelas quais as mulheres passam. Em determinada parte da canção, ela lança essa pergunta, sobre ser embaçado ou não ser mulher. A escolha da palavra embaçado remete a uma voz social com a qual Luana se identifica, que traz o dialeto periférico, próprio do gênero, no qual a palavra "embaçado", qualidade de algo opaco ou sem brilho, é semanticamente relacionada a dificuldades e opressões sofridas pelas mulheres, elencadas por Luana Hansen na canção. A voz autoral presente na paródia do Bloco Sirinicando entra em relação dialógica com a triste história de Luana Barbosa e com

3 Cf. (O que [...], 2022).

a canção de Luana Hansen por meio da referência ao nome de ambas e responde ao enunciado poético da *rapper*, confirmando a dificuldade de ser mulher em uma cultura machista e misógina, que não respeita direitos e liberdades individuais básicas, como o direito de amar e ser quem se é.

A última estrofe da paródia, de modo semelhante à primeira, traz a estrutura sintática e, inclusive, a repetição de versos da letra original. Além disso, é nessa estrofe que o humor e a inversão, próprias do Carnaval, podem ser observadas objetivamente. A letra original já dialoga com uma tradição carnavalesca de excessos e liberdade próprios da festa popular, como a exaltação à bebida alcoólica, uma vez que os autores colocam que pode faltar até amor, desde que não falte a cachaça. Na paródia, essa mesma estrutura é utilizada, porém, realizando uma inversão no diálogo com os discursos tradicionais e sua defesa da heteronormatividade. Na paródia há uma alteração da estrutura que, embora possa ter o mesmo significado, se analisada de forma isolada, reforça a inversão no diálogo com os outros discursos sobre o tema. A estrutura sintática "pode me faltar" é substituída na paródia por "não preciso", e, no lugar de amor da letra original, está a palavra "marido". A escolha de "não preciso", no lugar de "pode me faltar", reforça semanticamente a prescindibilidade do complemento do verbo, enquanto o amor "pode faltar", na paródia não há resquícios de uma falta ou necessidade. Novamente, a negação, agora associada à necessidade de um marido, marca essa posição valorativa que se opõe, de modo cômico e dialógico, à formação heteronormativa tradicional de casal e de família, concebida exclusivamente a partir da união entre uma mulher e um homem. Essa dimensão cômica intensifica-se no verso seguinte que, embora idêntico à letra original, adquire um tom jocoso ao não se referir à ausência de amor, mas à inutilidade do marido. Tal formulação mobiliza semanticamente a ideia da presença masculina como figura protetora e provedora, a qual é dispensada pela voz autoral em chave cômica. A negação da necessidade do marido chega a provocar riso,

instaurando uma inversão provocativa dos valores tradicionais por meio do riso, procedimento característico da cultura carnavalesca.

O penúltimo verso também é idêntico à canção original, e o complemento do verbo "faltar", na última estrofe (as amigas e as sapatas), na paródia, desvela o posicionamento da voz autoral que valoriza a amizade e a diversidade de sua realidade sócio-histórica, refletindo esses valores por meio de suas escolhas estilísticas. Enquanto a versão original fala da cachaça como a única coisa que não pode faltar, na paródia, essa necessidade é atualizada para as amigas e as sapatas – uma contração do termo sapatão, uma forma originalmente pejorativa de se referir às mulheres lésbicas, que foi ressignificada e atualmente é usada por essas próprias mulheres. Ao alterar o objeto da necessidade, a voz autoral reforça os valores de amizade e amor entre as mulheres e traz a diversidade e a vivência lésbica para o centro dessa valoração, bem como a amizade entre mulheres. Essa escolha dialoga por oposição a discursos que defendem a necessidade de um marido e uma família, para a felicidade das mulheres e a rivalidade feminina, muito presente em esferas que vão desde a religião, como afirmamos anteriormente, até as esferas publicitária e literária.

Conclusão

As celebrações carnavalescas, uma das principais marcas da identidade cultural brasileira, têm sido popularmente utilizadas como formas de manifestação pública de posicionamentos valorativos de grupos minoritários. Apesar de essa característica do Carnaval ser historicamente estudada no universo literário, as pautas minoritárias se renovam e se atualizam em diferentes formas de se apropriar da voz do outro e subvertê-la, num rico processo de heterodiscursividade paródica.

Se, por um lado, a estrutura composicional se aproxima da canção parodiada na organização dos versos e estrofes, garantin-

do-lhes a explicitação da referência no plano formal; por outro, a seleção lexical e a combinação de alguns itens gramaticais apontam para um discurso de resistência lésbica em oposição a vozes sociais que defendem pontos de vista misóginos e machistas em diferentes esferas.

Por meio da cultura popular, com tom cômico e em diálogo com várias vozes, a paródia criada pelo Bloco Sirinicando se levanta como uma voz em defesa dos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais. Ao trazer as vivências e as lutas dessa população em tons alegres, a paródia se torna uma forma leve para expressar os posicionamentos em relação a conteúdos que tocam temas sensíveis a toda a sociedade.

A paródia apresenta-se, portanto, como um recurso de afirmação da liberdade de amar quem quiser, retomando tensões sociais que condicionam o direito de relacionar-se afetivamente com o outro a padrões heteronormativos. O texto paródico, nesse contexto, é o lugar da resistência lésbica e bissexual contra os discursos, sobretudo, religiosos, que compreendem um modelo de família protagonizado pelo patriarcado, composto tradicionalmente por homem e mulher.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 2013.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso.* Organização, tradução, posfácio e notas: P. Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 [1952-53].

BAKHTIN, M. *Problemas da obra de Dostoiévski.* Tradução, notas e glossário: S. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2022 [1929].

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoievski*. BEZERRA, P. (Trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997[1963].

BAKHTIN, M. *Teoria do romance I:* A estilística. Tradução, prefácio, notas e glossário de P. Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2015.

BLOCO SIRIRICANDO. [*S. l.*]: [2024]. Instagram: @blocosiriricando. Disponível em: https://www.instagram.com/blocosiriricando/. Acesso em: 11 set. 2024.

BOCCHINI, B. SP: carnaval na rua como ativo cultural foi chave para festa explodir. *Agência Brasil*, São Paulo, 10 fev. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/sp-carnaval-na-rua-como-ativo-cultural-foi-chave-para-festa-explodir#:~:text=O%20Carnaval%20de%20rua%20de,de%20pessoas%2C%20segundo%20a%20prefeitura. Acesso em: 24 set. 2024.

CRUZ, E. P. ONG contabiliza 257 mortes violentas de LGBTQIA+ em 2023. *Agência Brasil*, São Paulo, 21 jan. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-e-o-pais-mais-homotransfobico-do-mundo-diz-grupo-gay-da-bahia. Acesso em: 24 set. 2024.

FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo:* as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GÓES, F. A imagem do carnaval brasileiro: do entrudo aos nossos dias. *Brasiliana da Biblioteca Nacional*; guia das fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Nova Fronteira, 2002. p. 573-588.

GOETHE, J. W. V. *Theory of Colours*. Trans. Charles Lock Eastlake. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press, 1982 ISBN 0-262-57021-1. Acesso em: 11 set. 2024.

HAJE, L.; SEABRA, R. Projeto de lei prevê pena de homicídio simples para aborto após 22 semanas de gestação. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 11 jun. 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1071458-projeto-de-lei-preve-penas-de-homicidio-simples-para-aborto-apos-22-semanas-de-gestacao. Acesso em: 11 set. 2024.

HANSEN, Mc L. Flor de Mulher. *Letras*, [2022]. Disponível em: https://www.letras.mus.br/mc-luana-hansen/flor-de-mulher/. Acesso em: 16 set. 2024.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987. v. I.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. II.

MALTA, P. P. Cachaça não é água... e foi a grande 'bomba' do carnaval de 1953. *Discografia brasileira*. [*S. l.*], c2019. Disponível em: https://discografiabrasileira.com.br/posts/246239/cachaca-nao-e-agua-e-foi-a-grande-bomba-do-carnaval-de-1953. Acesso em: 24 set. 2024.

MULHER não é coisa não. Intérprete: Bloco Siriricando. Compositor: Bloco Siriricando. *In*: *BLOCO Siriricando.* 17 fev. 2017. Faixa 1 (1 min). Disponível em: https://soundcloud.com/user-676216195/sets/marchinhas-siriricando. Acesso em: 11 set. 2024.

NASCIMENTO, L. UNE lamenta assassinato de estudante no Maranhão por lesbofobia. *Agência Brasil*, São Luís, 19 dez. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/une-lamenta-assassinato-de-estudante-no-maranhao-por-lesbofobia. Acesso em: 24 set. 2024.

O QUE faz o caso Luana Barbosa tão assustador. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [São Paulo], 2 dez. 2022. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-que-faz-o-caso-luana-barbosa-tao-assustador/. Acesso em: 16 set. 2024.

RABELAIS, F. *Pantagruel e Gargântua*: Obras completas de Rabelais - 1. São Paulo: Editora 34, 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Prefeitura de São Paulo celebra mês da Visibilidade Lésbica com calendário de lives. *Cidade de São Paulo Direitos Humanos e Cidadania*, São Paulo (município), 25 ago. 2021. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/noticias/317035#:~:text=Al%C3%A9m%20desta%20data%2C%20em%2029,SENALE)%2C%20ocorrido%20em%201996. Acesso em: 24 set. 2024.

SOERENSEN, C. A carnavalização e o riso segundo Mikhail Bakhtin. *Travessias*, Cascavel, v. 5, n. 1, p. 318-331, 2011. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4370. Acesso em: 24 set. 2024.

ANEXO 1

Flor de Mulher
MC Luana Hansen

(A cada duas horas uma mulher é assassinada no país)
Mulher, no topo da estatística
32 Anos, uma pobre vítima
Vivendo num sistema machista e patriarcal
Onde se espancar uma mulher é natural.
A dona do lar, a dupla jornada,
Sempre oprimida, desvalorizada
Até quando eu vou passar despercebida
A cada 5 minutos uma mulher é agredida
E você, pensa que isso é um absurdo
A cada hora 2 mulher sofrem abuso
Sai pra trabalhar, pra quê?
Pra ser encoxada por um zé feito você,
Que diz: "eu não consegui me controlar,
Olha o tamanho da roupa que ela usa, rapá!"
A culpada, em todos os lugares,
Violentada, por gestos, palavras, e olhares
Alvo do mais puro preconceito
Já que tá ruim, ela que não fez direito!
Objeto de satisfação do prazer
Desapropriada da opção do querer
Agredida em sua própria residência
Julgada sempre pela aparência
Numa situação histórica e permanente,
A sociedade que se faz indiferente
Questão cultural, força corporal,
Visão moral, pressão mental
Levanta sua voz e me diz qualé que é
É embassado ou não é... Ser mulher!?
(Sim eu sou mulher estou pronta pra lutar)

(Sim eu sou mulher eu vou sempre avançar)
(Sim eu sou mulher ninguém vai me parar,
Ninguém vai me parar!) 2x

A raiz é o espelho
Do que eu digo
E a semente espalha
Tudo o que é dito
No seu jardim nasceu a flor desobediente
Enquanto ela existir vai ser diferente
Destruindo e criando
Saltando barreiras
A faraó, a verdadeira
Valente imperatriz, revolucionária
A pioneira, nunca retardatária!
Símbolo da mais pura ousadia
A venenosa, erva daninha
Lider nata Maestrina
Mulher ipanema, heroína
No grito e no ferro
Que nunca se entrega
Quebrando o tabu
Destruindo as regras
Autêntica, polêmica, combatente
Coloca a mulher sempre a frente
Enigmática, apoiada pela fé
Decidida, sabe sempre o que quer
Estrategista, de uma mente brilhante
Forte, corajosa, cativante
Guerreira, campeã, atrevida
Na luta diária pra ser reconhecida
A dona do seu corpo imponente
De ampla visão, independente.
A favor da liberdade, eliminando o preconceito
Inteligente, merecedora de respeito
A trabalhadora, a chefe de família,
A produtora, a feminista

Levante a sua voz e me diz qualé que é
É embassado ou não é... Ser mulher!?
(sim, eu sou mulher estou pronta pra lutar)
(Sim eu sou mulher eu vou sempre avançar)
(Sim eu sou mulher ninguém vai me parar,
Ninguém vai me parar!)
A raiz é o espelho
Do que eu digo
E a semente espalha
Tudo o que é dito (Hansen, [2022]).

SEXUALIDADE NA MODERNIDADE RECENTE: ANÁLISE DE NARRATIVAS HOMOAFETIVAS EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS

Leandro Bolivar

Introdução

Por muito tempo, ser homem *gay* foi visto pela sociedade como algo abominável, como um verdadeiro afronto às questões de ordem religiosa. No século XIX, por exemplo, devido à Santa Inquisição, éramos lidos como seres anormais (Costa, 2008). Lamentavelmente, já no século XXI, em determinados países, ainda somos perseguidos pela nossa condição sexual. No Brasil, embora tenhamos avançado com leis que amparam a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e outras minorias (LGBT+), ainda sofremos preconceitos enraizados ao longo de nossa história. Isso é refletido em diversos setores do corpo social, como no âmbito do trabalho, da cultura e da educação.

Diante desses aspectos, levar essas questões sociais que nos atravessam como sujeitos para o meio acadêmico pode ser considerado não somente como um ato de marcação de território, mas, também, uma prática de resistência, já que, além de ser *gay* e ter vivido diversas situações de preconceitos ao longo de minha[1] formação como cidadão, venho de origem periférica.

1 A escolha da primeira pessoa do singular em determinados momentos do artigo se deve ao fato de que tratamos da motivação para a realização desta pesquisa, o que envolve transmitir, em nossa opinião, maior intimidade e pessoalidade com o estudo em questão.

Nessa condição, sobreviver, ser professor-pesquisador e estar num espaço privilegiado como a academia não é lugar comum para muitos *gays*. Segundo Oliveira (2020, p. 13), "a cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia", um dado bastante alarmante para um país como o nosso, que traz em sua constituição que todos os seres humanos são iguais.

Na Linguística Aplicada Contemporânea (Moita Lopes, 2013; Kleiman, 2013), em diálogo com os estudos da Sociolinguística (Labov, 1972) e da Análise da Narrativa (Bastos, 2004, 2005; Bastos; Santos, 2013; Bastos; Biar, 2015; Santos, 2020), encontramos caminhos para combater pensamentos hegemônicos que, por muitos anos, marginalizaram a sexualidade do homem *gay*. Entendemos que o conhecimento e todo o poder que permeia a esfera social contribuem para a transformação da realidade de sujeitos advindos da periferia, o que leva à expansão dessas vozes há décadas invisibilizadas. Por conta disso, questiono-me de que modo a produção de narrativas de homens *gays*, a partir de uma entrevista entre duas pessoas de diferentes gerações, podem contribuir para compreensão da sexualidade no contexto da educação como meio de ressignificar o passado, transformar o presente e consolidar um futuro mais justo para a população LGBT+.

Afinal, "ao contar estórias, situamos os outros e nós mesmos numa rede de relações sociais, crenças, valores, ou seja, ao contar estórias, estamos construindo identidades" (Bastos, 2005, p. 81). Nesse sentido, com o intuito de compreender o impacto das narrativas para a construção de sujeitos *gays*, adoto como objeto de estudo a narrativa resultante da conversa entre o professor Romulo Bolivar e o estudante Samuel exibida na websérie "Conversas que Inspiram", projeto da Organização não Governamental *It Gets Better* Brasil, em parceria com o Grupo Dignidade. Concordo que "a construção de sentidos identitários é uma das consequências do engajamento nessa prática discursiva que é a produção e a interpretação da narrativa" (Bastos; Biar, 2015, p. 108). Sendo

assim, com a análise da entrevista em questão, acredito que seja possível fortalecer a identidade do homem *gay* na modernidade recente e promover cenários mais igualitários para uma relação mais justa nos diferentes âmbitos do corpo social.

Olhares sobre a homossexualidade

Sob o viés da Linguística Aplicada na modernidade recente, reconheço que o sujeito, carregado de subjetividades e intersubjetividades construídas a partir das experiências de vida, não se desvincula do saber que produz, tampouco das suas visões, das suas ideologias e dos seus valores como pesquisador (Moita Lopes, 2013). Por conseguinte, "questões de ética, poder e política se tornam inerentes à produção do conhecimento" (Moita Lopes, 2013, p. 17). Embebido desse entendimento, como homem *gay*, professor e linguista aplicado, entendo que esse trabalho sobre a análise de narrativas que envolvem a homoafetividade em contextos educacionais, além de ser um ato político, contribui para áreas das ciências linguísticas, humanas e sociais.

A fim de manter existência e resistência e combater o pensamento hegemônico que perpassa as relações e os setores de poder, anseio, por meio deste artigo, ampliar minha escrita e meu discurso acadêmicos, o que contribui para o desenvolvimento de novos conhecimentos e melhor compreensão sobre o tema estudado, em prol de uma sociedade mais democrática e justa. Filho de pais com menos de 10 anos de estudos, homem *gay* e mestiço, originário de regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro, ocupo, como aluno de doutorado, professor e pesquisador, um espaço privilegiado na sociedade, já que muitos sujeitos de perfil semelhante, desafortunadamente, não estão no mesmo lugar.

Por um lado, por ser lido como pardo, tenho consciência dos benefícios sociais alcançados; por outro, resisto aos preconceitos relacionados à minha condição sexual, vista no século XIX pela

Santa Inquisição e por boa parte sociedade da época como uma anormalidade (Costa, 2008), e, ainda hoje, considerada ilegal em muitos países, inclusive, em alguns do continente africano como a Nigéria (Ilga, 2019), o que é bastante contraditório, já que é um povo que sofre devido a outros tipos de preconceitos, tais como o racial e o de ser estigmatizado pela imagem da pobreza.

Estou de acordo que, em linha geral, "a educação está numa grave crise", em que "os alunos não querem aprender e os professores não querem ensinar" (hooks, 2017, p. 23). Lamentavelmente, ser *gay* num país altamente preconceituoso, cuja "homofobia tem inspiração e se legitima no próprio discurso oficial de personalidades de grande destaque institucional na elite brasileira" (Mott, 2006, p. 514), pode ser ainda mais prejudicial para a educação de jovens pertencentes à comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e outras minorias (LGBT+).

Essa desigualdade é uma entre tantas outras pautas que merecem espaços de discussões para os avanços sociais e para a desconstrução de pensamentos hegemônicos que desejam inferiorizar grupos marginalizados pela sociedade (Kleiman, 2013). Segundo a Anistia Internacional (2021, p. 64), pessoas LGBT+ são "alvos de violência e assassinato em vários países" e, vergonhosamente, "o país que concentrou o maior número de mortes foi o Brasil".

Com a pandemia de Covid-19, a organização aponta que houve um agravamento do tratamento desigual a essa comunidade, cujos direitos são violados devido à discriminação originada historicamente pela falta de desconhecimento sobre questões de sexualidade, o que, hoje, é inadmissível, uma vez que estudos científicos negam que pessoas homossexuais tenham transtornos psicológicos ou doenças. Nesse sentido, é crucial ressaltar que, conforme Costas (2008, p. 362), "em 1985, o homossexualismo perde no Brasil o caráter de desvio e transtorno sexual e, em 1993, a Organização Mundial da Saúde adota o termo homossexualidade no lugar de homossexualismo (identificador de doenças)". Além

do mais, em 1999, entrou em vigor a Resolução nº 01/1999, do Conselho Federal de Psicologia, que ratifica esse estudo.

Devido a atitudes preconceituosas e desumanas, o índice de violência à comunidade LGBT+ é alarmante, dado que

> a cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal seguimento (Oliveira, 2020, p. 13).

Como se pode observar, a violência inclui o fator suicídio como elemento agravante, uma vez que essa parcela da sociedade, frequentemente, vive às margens, é invisibilizada e/ou sofre "algum tipo de LGBTfobia internalizada devido ao *bullying* provocado por sua orientação sexual ou identidade de gênero reprimidas pela família e grupos relacionais" (Oliveira, 2020, p. 17).

A população LGBT+, e tantos outros grupos minoritários – indígenas, homens negros, mulheres negras, classes sociais de baixa renda –, está hoje sob um modelo de gestão altamente preconceituoso. O governo federal, sob o comando do presidente Jair Bolsonaro, "favorece a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais, com consequente inexistência de campanhas de resgate da cidadania voltadas a esse segmento" (Oliveira, 2020, p. 19-20).

Lamentavelmente, aqui no Brasil, vivenciamos um cenário político retrógrado e ameaçador no que se refere à diversidade sexual, às políticas de inclusão e aos direitos sociais. Damares Alves, mulher branca, heterossexual, advogada e pastora evangélica, recebeu um cargo de poder bastante representativo: o comando do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

(MMFDH). O cargo lhe foi atribuído em janeiro de 2019, no governo do então presidente Jair Bolsonaro, homem branco, heterossexual, militar reformado, evangélico. Após a posse do cargo, de modo comemorativo, a ministra defendeu o seguinte pensamento: "É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa".

De modo simbólico e histórico, na sociedade brasileira, a cor azul representa a masculinidade, e a cor rosa representa a feminilidade. Então, entende-se claramente que o discurso feito por Damares se opõe à diversidade sexual e, por meio de seu poder, legitima outras falas de preconceito em uma sociedade estruturalmente preconceituosa. Assim,

> se por um lado, o pronunciamento da ministra foi recebido com jocosidade e desprezo por algumas esferas sociais que reconhecem e criticam seu posicionamento político, por outro, encontrou apoio em grupos que buscam resgatar e conservar uma concepção mais tradicional dos papéis desempenhados por meninos e meninas (Baliscei; Stein, 2019, p. 1).

Desse modo, "essa hierarquia de sexualidade e de gênero, articulada a partir da oposição macho/masculinidade/atividade sexual *versus* fêmea/feminilidade/passividade sexual, busca englobar compulsoriamente todas as categorias e identidades sexuais" (Melo, 2020, p. 5). Acreditamos que o discurso preconceituoso como o da ministra Damares causa impactos negativos à população LGBT+, gera posicionamentos separatistas e fere os direitos garantidos pelo Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, conforme se lê em:

> § Art. 1º O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

> I – políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos, incluídos:
> a) direitos da mulher;
> b) direitos da família;
> c) direitos da criança e do adolescente;
> d) direitos da juventude;
> e) direitos do idoso;
> f) direitos da pessoa com deficiência;
> g) direitos da população negra; e
> h) direitos das minorias étnicas e sociais;
> II – articulação de iniciativas e apoio a projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos humanos, com respeitos aos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito;
> III – exercício da função de ouvidoria nacional em assuntos relativos aos direitos humanos;
> IV – políticas de promoção do reconhecimento e da valorização da dignidade da pessoa humana em sua integralidade; e
> V – combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e intolerância (BRASIL, 2019, s.p.).

É válido ressaltar que, entre tantos direitos presentes no decreto, o Inciso V aborda, justamente, o combate à violência, ao preconceito e à intolerância, o que se opõe ao comportamento da ministra. No que tange a esses aspectos judiciais, vale ressaltar que, "da concepção liberal de igualdade que capta o ser humano em sua conformação abstrata, genérica, o Direito passa a percebê-lo e a tratá-lo em sua especificidade, como ser dotado de características singularizantes" (Gomes, 2001, p. 131). Se, diante do contexto jurídico, somos todos iguais, é inaceitável seguirmos perseguidos, marginalizados e invisibilizados. Como forma de resistência, não nos calaremos e, com isso, a narrativa pode ser um dos caminhos para ampliação de vozes da população LGBT+.

O ato da narrativa em entrevistas como prática cultural

Em nossa visão, por meio das narrativas, somos capazes de ressignificar cenários sociais, muitas vezes, cristalizados devido a falas reproduzidas por aquilo que chamamos de senso comum. A partir da perspectiva da sociolinguística, Labov (1972), por exemplo, rompe com mitos da educação como os que consideram que as falhas do processo de ensino e aprendizagem estão apenas nos alunos. Nesse sentido, narrar está muito além de contar histórias.

Segundo Labov (1972, p. 359), trata-se de "um método de recapitular experiências passadas, combinando uma sequência verbal de orações com uma sequência de fatos que (infere-se) ocorreram de fato". Nesse sentido, por um lado, sob o viés mais funcional e tradicionalista da linguagem, a narrativa pode ser considerada tanto como uma técnica verbal para a recapitulação de experiências. Por outro, numa visão contemporânea, ela pode ser considerada "uma forma de organização básica da experiência humana, a partir da qual pode-se estudar a vida social", já que "contar estórias é uma prática social, uma atividade histórica e culturalmente situada" (Bastos, 2004, p. 119). Compreender o modo como a narrativa é contada e seu contexto de produção torna-se essencial, pois, por detrás da produção do discurso, há determinadas ideologias que transbordam nos enunciados do entrevistado e vão sendo modificadas e contadas de acordo com a leitura que o sujeito tem sobre o mundo.

Sendo a narrativa uma prática cultural, podemos concebê-la "como algo destituído de uma função fundamentalmente informacional" (Bastos; Biar, 2013, p. 164). Com isso, analisar os problemas de ordem social como a questão de gênero, sexo, cor, classe, etc. é crucialmente relevante para a ampliação de vozes marginalizadas. Mishler (1986), em suas pesquisas, considera o estudo da narrativa como um mecanismo fundamental para a identificação de problemas na esfera social. Portanto, uma vez

identificada a adversidade, torna-se possível delinear objetivos capazes de transformar a realidade e de promover formas mais justas de existência humana.

Quando o sujeito narra, também apresenta reflexões críticas sobre a experiência vivenciada. Para Bolzan (2002), por intermédio da narrativa, vive-se continuamente o contexto experiencial, cultural e social, pois, "ao mesmo tempo em que contamos nossas histórias, refletimos sobre nossas vivências, explicitando a todos nossos pensamentos, através de nossas vozes" (Bolzan, 2002, p. 75). Nesse sentido, a narrativa, além de afetar a sociedade, contribui para a formação do sujeito e sua participação ativa quando se pensa em transformar o mundo social.

Pressupomos, então, que transmitimos nossas experiências por meio do discurso narrativo e, com isso, aquilo que se entende como real depende das narrativas para se tornarem concretas (Polkinghorne, 1988). Sob esse aspecto, a tomada de consciência dos fatos narrados permite não só a concretização da própria experiência do sujeito, como também a significação do contexto do mundo social em que trafegamos. Mais especificamente, nosso cérebro pode ser modificado por meio da consciência narrativa, já que ela dá sentido ao que somos e nos permite entender o mundo de maneira integrada. Em outras palavras, o relato na narrativa pode ser compreendido

> como uma construção do que como uma representação do que aconteceu, no sentido de que construímos as estórias que contamos em função da situação de comunicação (quando, onde e para quem contamos), de filtros afetivos e culturais, e do que estamos fazendo ao contar uma história (Bastos, 2005, p. 80).

De fato, a vida do ser humano é permeada de histórias, pois, por meio delas, é possível se divertir, sofrer, refletir sobre nossas

ações, construir vínculos e relações com aqueles que atravessam nosso caminho e dar sentido não só ao que nos cerca, como também a nossa própria existência (Bastos, 2004). Desse modo, conforme Santos (2021), pensar nos estudos sobre narrativa é altamente relevante para entender as questões sociais que afetam o sujeito através do discurso narrativo, dado que podemos buscar ações capazes de gerar mudanças significativas em problemas como os da homossexualidade numa sociedade tão carregada de preconceitos, devido às lamentáveis questões histórias já abordadas na seção anterior. Consideramos, dessa forma, que "o discurso molda e dá sustentação a significados que findam por favorecer um determinado indivíduo ou um grupo em detrimento de outros" (Santos, 2020, p. 57).

A partir da perspectiva de que, com a narrativa, podemos reconhecer o nosso lugar de existência no mundo, a linguagem, para nós, pode ser compreendida justamente como um meio que torna possível a materialização das estórias que contamos. Labov (1972), por exemplo, afirma que o sujeito se utiliza das habilidades verbais para avaliar suas experiências de vida. Nesse sentido, esse ato, além de carregar toda a carga de emoção, apresenta indícios daquilo que o narrador deseja alcançar ao compartilhar sua história. Com esse estudo sobre as narrativas de experiências pessoais, o sociolinguista dá grande importância ao conceito de avaliação e ressalta a questão tanto da carga dramática quanto da emocional, a partir da situação, dos eventos vivenciados ou até mesmo do protagonista da narrativa.

De acordo com a perspectiva laboviana, a avaliação de uma história reportada pelo entrevistado durante esse processo dialógico que é a narrativa pode ocorrer de duas maneiras. A primeira se refere à avaliação externa, que ocorre quando o narrador, por algum momento, interrompe o seu relato e faz um comentário com juízo de valor sobre o que está pensando do evento narrado. Já a segunda, denominada avaliação encaixada, está relacionada à

carga dramática transmitida de modo indireto pelo entrevistado. Isso pode ser observado tanto pelo intermédio dos recursos linguísticos e gramaticais empregados, quanto pelos aspectos prosódicos, como entonação, maior alongamento das vogais, ritmo da velocidade e do tom da voz. Em termos mais amplos, reafirmando o posicionamento de Labov (1972), Bastos afirma que (2004, p. 119) a avaliação é o "componente da narrativa que contém informação sobre sua carga dramática e seu clima emocional".

Em seus argumentos, Labov (1972) sustenta que há duas funções sociais no discurso narrativo. Por um lado, destaca a referencial cujo narrador, por meio da recapitulação de experiências, tem como objetivo fornecer à audiência informações que contribuam para a compreensão do evento contado; por outro, trata da avaliativa, que tem como foco comunicar os significados da narrativa e estabelecer o ponto. É exatamente esse ponto o gerador do sentido do porquê algo está sendo reportado e recontado de modo relevante.

Então, podemos inferir que narrar não significa relatar um fato cotidiano, como sair para comprar pão, ir ao supermercado ou, simplesmente, dizer que tomou café pela manhã. O que faz ser narrativa é todo esse fato emocional, dramático, que envolve o evento a ser enunciado. É válido destacar, ainda, o grau de envolvimento emocional do sujeito com as experiências contadas, dado que isso é outro fator relevante para se compreender por que o evento vivido deve ser contado num determinado contexto de produção de fala.

Nesse viés, convém destacar o que Labov (1972) denomina como ponto, pois isso é a razão que faz do falar sobre algo se tornar de fato uma narrativa provocadora de sentidos. Segundo o autor, é por intermédio desse ato enunciativo que o narrador indica não somente a razão de uma história ser reportável, como também o seu ponto, o que consideramos como justificativa de o porquê uma determinada história deve ser enunciada.

Sobre a narrativa gerada em situações cotidianas ou institucionais, como é o caso da entrevista feita pelo professor Romulo Bolivar ao estudante Samuel na websérie "Conversas que Inspiram", promovida pela organização não governamental *It Gets Better* e pelo Grupo Dignidade, Bastos e Biar (2015) comentam que esse tipo de diálogo pode ser um artifício eficaz para que avaliemos criticamente o ato da narrativa como prática social transformadora de realidades. Cabe lembrar que, tradicionalmente, a entrevista, sob a perspectiva da sociolinguística, não é compreendida como um diálogo, dado que o entrevistado passa a deter o turno de fala, enquanto o entrevistador fica encarregado de direcionar a conversa e fazer com que o seu interlocutor fale cada vez mais.

Numa visão mais contemporânea, ancorada em Mishler (1986, 1999), Bastos e Santos (2013, p. 10), considera-se que "a entrevista é compreendida como um evento social, em que o discurso é cooperativamente construído". Então, "o entrevistado não é mais visto como a fonte de informações a serem objetivamente coletadas e analisadas, mas, antes, como alguém que coconstrói, com o entrevistador, o discurso produzido na situação de entrevista" (Bastos; Santos, 2013, p. 10). Sendo assim, depreendemos que a narrativa se concretiza a partir da interação entre os sujeitos, que juntos vão consolidado as subjetividades discursivas e avaliando os elementos que circundam o evento reportando. Sem a participação do entrevistador, possivelmente, o sentido, as emoções e as escolhas linguísticas ocorreriam de outra maneira, já que, de alguma forma, o entrevistado sofre as influências do discurso do outro. Ampliando essa visão, convém ressaltar que, sob a perspectiva da psicologia discursiva, há um grande interesse pelas histórias de vida produzidas em situação de entrevista, analisadas, sobretudo, para a compreensão do desenvolvimento e da construção da subjetividade dos entrevistados.

Narrativa conversacional é sempre uma narração interacional, mais ou menos polifônica, mas sempre negociada entre

os participantes. O ouvinte não está em estado passivo, mas em um envolvimento ativo no processo de narração. De acordo com Santos (2021, p. 1), não só "o seu contexto de produção (o contexto micro), mas, também, o contexto social e as forças que nele atuam (contexto macro), como relações de gênero, de raça, de poder", são elementos essenciais para se pensar narrativa em contextos de entrevistas. O autor reforça que todas as falas "nesses espaços são muito importantes para a compreensão de como vivem as pessoas, de como elas se relacionam, de como realizam performances identitárias" (Santos, 2021, p. 1).

A partir desses aspectos que permeiam os estudos narrativos, a seguir, analisamos de que modo o discurso molda a construção da identidade de Samuel, que tem 21 anos de idade, após narrar algumas questões de sua vivência escolar na educação básica. Recordamos que a entrevista foi realizada por Romulo Bolivar, homem *gay* e professor atuante no Ensino Médio. Trata-se de uma websérie de domínio público[2] chamada "Conversas que Inspiram", promovida pela organização não governamental *It Gets Better* e pelo Grupo Dignidade. Ao longo da entrevista, Samuel conta um pouco de sua vivência como adolescente *gay* na fase escolar. Por uma questão de recorte, vamos analisar o evento narrativo a partir de duas perguntas feita pelo entrevistador.

Pergunta 1
Romulo: O que você gostaria que seus professores soubessem sobre sua realidade?
Samuel: (após uma pausa de cinco segundos) Eles entendessem que...os alunos têm seus motivos para viverem as coisas. Havia uma cobrança imensa em cima de mim. "Samuel, porque você está faltando aula?" Eu não ia dizer a verdade! Eu não tinha como dizer a verdade! E era aquela pressão... Tanto os alunos, quanto os professores, quanto a diretoria. É... eu só queria me esconder de todo mundo. E não tinha ninguém pra me abrir de verdade.

2 Para acessar a entrevista, acesse: https://www.youtube.com/watch?v=DA7T-9z4mM4&t=60s.

> Não tinha alguém que que falasse, falasse assim: "Samuel, você pode falar o que está acontecendo". A sensação que eu tinha é que se eu falasse, (pausa) tudo ia piorar. Mas olhando hoje, eu acho que se as pessoas tivessem falado comigo que poderia contar com elas, teria sido realmente muito mais fácil. Quanto eu tive umas professoras que falavam sobre o assunto... sobre... Tá tudo bem você ser quem você é! Por mais que eu tivesse vivendo um momento bem ruim, que era tá dentro do armário. Eu senti que naquele segundo tava tudo bem. Tinha alguém que realmente eu podia contar. As coisas, às vezes, são um pouco mais complexas do que elas realmente aparentam ser. Eu não faltava aula só porque eu queria faltar. Eu faltava porque eu não me sentia acolhido, me sentia diferente.

Para responder à pergunta sobre o que Samuel gostaria dizer a seus professores, há uma longa pausa para começar a recapitular sua experiência a partir de um ponto específico de seu passado (Labov, 1972). Com isso, podemos inferir que esse regaste, de alguma forma, precisa ser organizado em sua mente. Esse momento de reflexão contribui para a organização mental das sequências verbais em que a narrativa se estrutura. Considerando o fato de que, por muitos anos, homossexuais foram vistos como pessoas doentes (Costa, 2008) por conta da Santa Inquisição, observamos que essa pausa está carregada desses elementos históricos, o que dificultaria a própria organização sintática em que se constrói a narrativa do entrevistado. Quando diz, por exemplo, "A sensação que eu tinha é que se eu falasse, (pausa) tudo ia piorar", percebemos que há uma nova pausa e ainda comenta que possivelmente seria pior caso falasse que era *gay*, palavra que, muitas vezes, é apagada em seu discurso.

Apesar disso, Samuel interrompe a narrativa para emitir seu posicionamento hoje em relação à época retomada: "Mas, olhando hoje, eu acho que se as pessoas tivessem falado comigo que poderia contar com elas, teria sido realmente muito mais fácil". Se sabemos

que o sujeito se utiliza das habilidades verbais para avaliar suas experiências de vida, a oração condicional escolhida indica um pensamento hipotético, o que retoma a pergunta inicial, inclusive. Até mesmo, podemos compreender que esse pensamento reflete o que ele gostaria de ter tido durante a fase escolar: compreensão de sua sexualidade por aquelas pessoas que viviam ao seu redor.

Considerando o conceito de avaliação de Labov (1972), o protagonista carrega, então, fortes pontos emocionais ao avaliar o evento por que passou. Sobre a questão de faltar a aulas devido a situações de preconceitos sociais, afirma: "Eu faltava porque eu não me sentia acolhido, me sentia diferente". O uso do termo diferente aqui se remente à sua condição sexual como homem *gay*. Por conta da carga dramática que se circunscreve no evento narrativo, ainda, há alguns tabus na apropriação da palavra *gay* no léxico do entrevistado, assim como acontece, lamentavelmente, com muitos sujeitos que se sentem deslocados por não se encaixarem no que a esfera social considera como padrão: a heterossexualidade. Para maior consolidação de nossa análise, seguimos para a segunda pergunta que selecionamos no vídeo.

Pergunta 2
Romulo: Qual foi o pior momento que você viveu em relação a isso na escola?
Samuel: Eu lembro… de uma vez que… eu tava no fu… no fundamental e… nem sabia o que que eu era de verdade, quem eu era. Mas fizeram… os meninos se separam entre… fizeram um grupo de meninos na sala de aula e… inclusive… e eles colocaram todos os meninos da sala naquele grupo. E aí eu perguntei por que eu não podia fazer parte. Aí Falaram: "Ah porque ele é veado". E aí eu… me abri pra professora e falei pra ela sobre isso. E aí ela foi tentar me defender, mas ela me defendeu pro menino falando assim: "Sua mãe… é… sapatão?" "Seu pai é veado?" "Você gostaria que seu pai fosse veado?" "Você gostaria que sua mãe fosse sapatão?" Como se fosse uma coisa ruim. E… aquilo eu acho que

> me atrapalhou mais do que ajudou, sabe? Aceitação não é sobre… heterossexualidade… homossexualidade. E… se tivesse uma simples conversa eh… Vamos… ser amigos de todo mundo. Vamo se abrir. Vamo conversar. Eu acho que… talvez teria sido suficiente pra minha cabeça… de criança, sabe? Eu… Só queria ser aceito por… dependente de quem eu fosse. Eu não sabia o que era ser veado. Mas se eu fosse veado, sabe? Só queria ser aceito. Não queria ser aceito por ser veado. Eu queria ser aceito!

Nesse segundo momento da entrevista, o entrevistador, como um importante personagem que coconstrói, junto ao entrevistado, o discurso produzido (Bastos; Santos, 2013), aumenta a carga dramática do evento ao levar o protagonista a pensar sobre qual foi o momento mais desagradável por que passou na escola. Surge, desse modo, uma quebra das sequências verbais, o que indica uma certa instabilidade de Samuel para recapitular sua experiência.

De qualquer modo, é justamente esse cenário um ponto que faz da história um evento reportável (Labov, 1972), pois temos especificidades de um momento inesquecível na formação da identidade do entrevistado. Essa instabilidade pode ser considerada através de trechos como "Eu lembro… de uma vez que… eu tava no fu… no fundamental e… nem sabia o que que eu era de verdade, quem eu era. Mas fizeram… os meninos se separam entre… fizeram um grupo de meninos na sala de aula e… inclusive". Quebras oracionais como essas não acontecem na primeira pergunta, que demora para responder, mas indica maior organização de seu pensamento. Logicamente, maior segurança para estruturar o evento reportado.

Ao avaliar, ainda, como a sua professora agiu diante do acontecimento inaceitável de seus colegas de classes no trabalho em grupo, Samuel percebe o despreparo da educadora para lidar com as questões de sexualidade na escola. O protagonista reflete sobre o comportamento da professora e diz: "aquilo [o modo de defendê-lo de seus companheiros de classe] eu acho que me atrapalhou

mais do que ajudou, sabe?" Aqui, consideramos que há, até mesmo, uma recuperação da primeira pergunta, pois o que será que gostaria de dizer aos seus professores e às suas professoras daquele tempo? Possivelmente, desejaria informar que agiram de modo inadequado e isso precisa ser revisto na sociedade contemporânea, o ato da narrativa é uma importante prática social (Bastos; Biar, 2015) que contribui para a transformação de realidades para um mundo mais justo e igualitário entre a população LGBT+ e as demais parcelas da sociedade.

Considerações finais

Durante muitas décadas, fomos considerados seres anormais, por conta da Santa Inquisição, que tinha como objetivo combater costumes considerados desviantes pelo catolicismo. Com isso, lamentável e desafortunadamente, passamos por momentos sombrios e grandes injustiças sociais, devido à condição da sexualidade à que fomos submetidos quando nascemos. No Brasil, embora tenhamos avançado com leis que amparam a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e outras minorias (LGBT+), ainda hoje sofremos preconceitos. Isso pode ser percebido em diversas áreas de nossa esfera social, dado que a LGBTfobia tem provocado vítimas pelo país.

Tomados pela consciência de que enfrentamos uma grave crise no campo da educação, não podemos deixar de fora temas que envolvam a homossexualidade, já que isso pode acarretar a inserção da população LGBT+ em espaços formais de aprendizagem e agravar o abismo social entre os que vivem no centro do poder, homens brancos e heterossexuais, e aqueles que vivem às margens.

Por conseguinte, considerar o discurso como instrumento de poder e forma de existência e resistência é fundamental. Sob esse aspecto, pode-se compreender que os estudos da narrativa consti-

tuem um caminho para a ampliação das vozes de sujeitos que, por longos anos, foram inviabilizados e enfrentaram dificuldades de convivência, como é o caso do Samuel, entrevistado pelo professor Rômulo, também homem *gay*, na websérie "Conversas que Inspiram", projeto da organização não governamental *It Gets Better* Brasil, em parceria com o Grupo Dignidade.

Reconheço que, por um lado, a narrativa permite a recapitulação de experiências passadas; por outro, sabemos que ela pode ser vista como uma verdadeira prática social. Então, a análise de entrevistas é um estudo que contribui para a transformação de realidades, pois o discurso produzido em situações como essas consolida as subjetividades do sujeito e materializa histórias que marcaram a sua vida.

A vida humana é atravessada por inúmeros eventos narrativos e, em razão disso, torna-se possível experienciar diferentes sensações, como alegria, tristeza, dor e prazer. Com elas, somos capazes de refletir sobre nossas ações e criar vínculos afetivos com aqueles que cruzam nosso caminho. Nesse sentido, compreendemos que o ato narrativo, além de carregar toda a carga emocional do evento contado, apresenta indícios daquilo que o narrador, como grande protagonista, pretende alcançar ao compartilhar sua história, o que faz dela um instrumento reportável.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2020/2021:* o estado de Direitos Humanos no mundo. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/04/anistia-internacional-informe-anual-2020-21_versao-revisada-01.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

BALISCEI, J. P.; STEIN, V. Mas, por que rosa? Aspectos históricos e artísticos do uso generificado da cor rosa. *In*: *Anais do 8º SBECE* Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação – 2019, Canoas (RS), Ulbra, 2019.

BASTOS, L. C. Narrativa e vida cotidiana. *Scripta*, v. 7, n. 14, p. 118-127, 18 mar. 2004.

BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. *Calidoscópio,* vol. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *Delta* – Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, vol. 31, 2015.

BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. *A entrevista na Pesquisa Qualitativa* – Perspectivas em análise da narrativa e da interação. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2013.

BOLZAN, D. P. V. *A Formação de Professores:* compartilhando e reconstruindo conhecimentos. Porto Alegre: Mediação, 2002.

COSTA, B. P. Reflexões sobre geografia e homoerotismo: representações e territorialidades. *In*: SERPA, A., (Org.) *Espaços culturais:* vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, p. 355-390, 2008.

GOMES, J. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade:* o direito como instrumento de transformação social; a experiência dos EUA. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2001.

HOOKS, B. *Ensinando a Transgredir:* a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

ILGA – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo. Discriminação contra pessoas LGBTI+. *Relatório anual 2019*. Disponível em: <https://ilga-europe.org/report/annual-review-2019/>. Acesso em: 10 set. 2022.

KLEIMAN, A. B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. *In*: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift* para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39- 58.

MISHLER, E. *Research interviewing*. Context and narrative. Cambridge, Harvard University Press, 1986.

MISHLER, E. *Storylines* – Craftartists' Narratives of Identity. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 1999.

LABOV, W. "The transformation of experience in narrative syntax". *In*: *Language in the inner city:* Studies in the Black English Vernacular. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift* para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013.

MOTT, L. Homofobia no Brasil. *Arquipélago:* revista de livros e idéias, 7. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2006.

MELO, I. F. Linguística Queer Que tiro é esse, viado? *In*: MELO, I. F.; AZEVEDO, N. D. (Orgs.) *Corpos dissidentes, corpos resistentes:* do caos à lama. Realize Editora, 2020.

POLKINGHORNE, D. E. *Narrative Knowing and the Human Sciences*. Albany: State University Press, 1988.

SANTOS, W. S. "Coriolano de William Shakespeare: uma narrativa de masculinidades no mundo ocidental". *In*: SANTOS, W. S. (Org.). *Identidades masculinas em Coriolano e Antônio & Cleópatra de William Shakespeare*. São Paulo: Amavisse, 2020.

SANTOS, W. Narrativa como instrumento de compreensão e mudança social. *Revista Indisciplina em Linguística Aplicada*, v. 2, n. 2, 2021.

OLIVEIRA, J. M. D. *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019:* Relatório do Grupo Gay da Bahia/José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

DISCUSSÕES LINGUÍSTICAS E CONTRA-HEGEMÔNICAS NAS CANÇÕES DE FABIO BRAZZA

Melissa Coutinho Moreira
Danielle Couto Fernandes

Introdução

Motivados pelas reflexões de Pratt (2014) e Bakhtin (2004) sobre as relações dialógicas que são travadas todo o tempo como um signo sempre variável e flexível, permitindo que a paisagem global da linguagem se modifique constantemente, nos debruçamos sobre a análise do *corpus* deste artigo, a fim de entendermos como tal dinâmica nos permite refletir sobre a concepção de língua para além de um sistema fechado e impermeável.

Ademais, as comunidades linguísticas não se restringem à presença de somente uma língua em um "território", mas sim a um atravessamento linguístico e histórico nas suas construções comunicativas e relacionais (Andrade, 2021). Considerando-se, portanto, que a linguagem humana é heterogênea e envolve processos distintos (Scholl, 2020).

Nesse contexto, entender a linguagem como "uma organização múltipla de processos que permitem interações que transcendem dinâmicas e práticas históricas e culturais" (Scholl, 2020, p. 3) implica reconhecer que as relações comunicativas decorrem de múltiplos códigos, de maneira fluida e não fragmentadas.

Sob tal ótica, avançamos em direção a um debate sobre a importância de práticas translíngues, a fim de abrir espaços para novas formas de "estar", 'ser" e "transformar" o mundo. Entender que tais práticas se deslocam entre diferentes estruturas do sistema linguístico configura um processo de resistência ao poder hegemônico e monolíngue. Sendo assim, o objeto analítico deste texto se configura a partir de textos verbais, particularmente músicas e poesias, que se estruturam a partir de uma "poética translíngue" (Pratt, 2014, p. 250), contra-hegemônica (Segato, 2018) e direcionada ao Sul (Moita Lopes, 2006).

Para tanto, este artigo se encontra organizado em quatro seções: na primeira, fazemos considerações das teorias e teóricos com os quais fundamentamos a nossa análise. Na seção seguinte, apresentamos uma breve contextualização do cantor e das canções selecionadas. Na terceira, o desenho metodológico e análises de trechos do *corpus* dialogam com os conceitos e reflexões acerca dos temas do artigo. Finalizamos traçando algumas considerações a fim de ampliar a reflexão.

Autores e reflexões

As reflexões propostas neste trabalho baseiam-se numa perspectiva de "língua viva" (Bakhtin, 2004), ou seja, de língua em evolução e variações contínuas, já que as relações dialógicas se realizam ininterruptamente. Portanto, reconhecer a língua apenas como sistema "não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos linguísticos como fatos vivos e em evolução. Ao contrário, ele nos distancia da realidade evolutiva e viva da língua e de suas funções sociais" (Bakhtin, 2004, p. 102).

O estreitamento das relações humanas, principalmente oriundo do avanço tecnológico, tem evidenciado contextos de práticas translíngues que promovem benefícios socioculturais mundialmente importantes. A convivência integrada entre lín-

guas permite a construção de identidades híbridas e sensíveis à diversidade.

Em seu texto "Lenguas viajeras: hacia una imaginación geolingüística", Pratt (2014) problematiza as relações de poder que contribuem para a homogeneização das línguas e suas identidades, associadas, exclusivamente, a territórios fixos. Segundo a autora, ainda que as tradições coloniais tentem manter as pessoas marginalmente "em seus lugares", "as línguas viajam" e, portanto, se constroem, se desconstroem e se reconstroem ininterruptamente, uma vez que, "cuando las personas se mudan, su lenguaje se muda con ellas" (Pratt, 2014, p. 243).

Convergindo com a crítica de Pratt sobre a ideia de que a identidade linguística de uma pessoa deve ser estável, fixa e associada a única língua, **–** geralmente, a língua materna **–,** Molloy (2013) acrescenta, em seu texto "Vivir entre lenguas", uma reflexão sensível sobre o que significa habitar mais de uma língua em um contexto de prática cotidiana fluida e inevitável de coexistência linguística.

Ao narrar a vivência de escrever em uma língua e pensar em outra, ou de recordar afetos e traumas em códigos distintos, a autora compartilha experiências de ser trilíngue **–** espanhol, inglês e francês **–** e os efeitos dessa convivência em sua identidade, memória e prática da escrita.

Ao apresentar um contexto de repertório linguístico integrado, tensionando a ideia de que as línguas são sistemas isolados, Molloy coaduna com a noção de translinguagem como uma construção de sentidos a partir de múltiplos repertórios, rompendo a noção de bilinguismo e multilinguismo como competência de dois ou mais sistemas linguísticos compartimentalizados (Scholl, 2020).

Partindo da necessidade de práticas mais inclusivas e sensíveis à diversidade geolinguística, os estudos sobre o trans-

linguismo têm ganhado relevância ao opor-se à paradigmas monilíngues e problematizar a noção tradicional de bilinguismo e multilinguismo. Segundo Scholl, (2020, p. 3-4), "o conceito de translinguagem nos convida a repensar a comunicação (...) como um tipo de discurso mais complexo, que usa variedades e registros linguísticos e múltiplas modalidades e mídias para fazer sentido no mundo".

Andrade (2021), através da análise de um entrecruzamento do português, do espanhol e do guarani e suas complexas realidades socioculturais, reafirma o dialogismo presente nas práticas translíngues ao explicitar que "las poéticas translingües involucran un dialogismo de voces sobresalientes, en el sentido de dicciones que traspasan la imagen de homogeneidad de la lengua y del sujeto" (Andrade, 2021, p. 116).

Sendo assim, a partir de uma visão decolonial, que estima a consciência de luta de classes e marca a relação entre língua e identidade, é possível resistir a estruturas de isolamento linguístico, pensamento unilateral e poder hegemônico ocidental eurocêntrico.

A percepção de múltiplas realidades a partir de práticas translíngues e contra-hegemônicas está imbricada no (re)conhecimento das vozes do Sul (Moita Lopes, 2006). Portanto, contemplar essas vozes significa imergir em um caminho de desaprendizagem e descaminhos que questionam "verdades", "referências" ou "padrões de normalidade" (Fabrício, 2006) que nos são impostos. Segato (2018) acrescenta que:

> ...la perspectiva decolonial se propone a (...) abrir brechas, fisuras en el tejido estabilizado de la colonial modernidad, y dar camino de continuidad a los proyectos históricos de los pueblos. Como en el caso del postestructuralismo: desestabilizar lo que hay para ver el espectáculo de lo que emerge (Segato, 2018, p. 62).

Identificamos que seja necessário promover escritas, diálogos, estudos e ações que ampliem a percepção de que "… la movilidad de la lengua la vuelve ingobernable. Se la puede apropiar, emitir, descargar y obtener sin autorización. Nadie es dueño de los lenguajes y, por lo menos hasta ahora, no se los puede patentar" (Pratt, 2014, p. 246). Dessa forma, a identidade linguística, social e cultural de um povo permanece viva ainda que o colonialismo tente suprimi-la.

Contextualização do objeto selecionado

Nesta seção, parece-nos pertinente comentar sobre o cantor e as músicas selecionadas, com a finalidade de apresentar ao leitor o (re)conhecimento do *corpus* escolhido e da relação bibliográfica do artista com sua obra.

Fabio Brazza, nascido em São Paulo, cidade onde conheceu o mundo do *rap*, é cantor e compositor e neto de Ronaldo Azeredo, um dos maiores expoentes da poesia concreta do Brasil. Influenciado por seu avô, seu primeiro contato com a música foi através do samba, principalmente de nomes como Noel Rosa e Cartola. Posteriormente, já na adolescência, se identificou com as letras e ritmo das canções do grupo de rap Racionais MC's.

Sua vida exala a transgressão de um garoto que, aos 11 anos, encantou-se pelo mundo do *rap* e de um jovem rapaz criado em um bairro de classe média que, intrigado com as injustiças sociais, decidiu estudar Ciências Sociais na PUC, em São Paulo. Ainda em sua cidade natal, ganhou uma bolsa de estudos para jogar futebol na Universidade de Wingate, na Carolina do Norte, e foi viver nos Estados Unidos, onde cursou Comunicação.

Destacam-se nas músicas de Brazza não somente as rimas que nos fazem refletir sobre a situação atual do Brasil e outros países, mas, sobretudo, o desenvolvimento de um debate sobre

por que estamos onde estamos e como podemos fazer desse um lugar melhor – reflexão que se alimenta das experiências que perpassaram a sua vida. Assim, explora em suas músicas e letras uma identidade linguística potente e corajosa, além de unir a crítica social ao ritmo e à poesia.

A música "México", lançada em 2017 e integrante do álbum "É ritmo mas também é poesia", é o primeiro *rap* gravado em espanhol. Devido às barbáries ditas publicamente por Donald Trump durante sua primeira gestão, Fábio quis escrever algo impactante, mostrando sua solidariedade aos amigos mexicanos que fez quando morou nos Estados Unidos. Já na música "América Latina", lançada em 2018 e integrante do álbum "Colírio da Cólera", o *rapper* denuncia a matança e o aniquilamento dos povos indígenas pelos europeus, demonstrando que a exploração da região continua a existir até os dias atuais.

Através dessa breve descrição, podemos vislumbrar que Fabio viveu (e vive) "entre lenguas" (Molloy, 2016) e, também, "entre mundos", portanto, muitas de suas músicas e poesias evidenciam esse enredado de culturas e idiomas. A seguir, nos dedicamos a duas delas, que se tornaram objeto desta análise.

Desenho metodológico e análise

Antes da análise, esclarecemos que o artigo adota uma pesquisa de natureza bibliográfica e qualitativa, de base interpretativista. Optamos pela pesquisa bibliográfica como apoio referencial às fontes utilizadas para a abordagem e entendimento do objeto. Paiva (2019, p. 59 e 60) define a pesquisa bibliográfica como uma revisão de literatura essencial para qualquer modalidade de investigação e que tem por objetivo "contextualizar uma pesquisa e mostrar o que já existe sobre o objeto investigado"

A natureza qualitativa de uma pesquisa, segundo Bortoni-Ricardo (2008), faz uso de métodos como a observação, espe-

cialmente para a geração e análise de dados, possibilitando ao pesquisador mostrar como e por que está realizando o processo. Assim, a observação das abordagens e promoções de poéticas translíngues e contra-hegemônicas presentes nas canções de Fabio Brazza constitui o principal instrumento analítico desta investigação.

Consideramos que essa observação tem base interpretativista, visto que não há como refletir sobre o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes. A capacidade de compreensão do observador está enraizada em seus próprios significados, pois o pesquisador ou a pesquisadora não é um relator passivo, mas um agente ativo (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 32).

Para dar seguimento à análise do *corpus* desta investigação, relacionamos a utilização dos idiomas português, espanhol e "portunhol" como uma prática translíngue, atravessada por um sem-fim de zonas e identidades. Embora o "portunhol" não seja reconhecido oficialmente como língua, sua utilização está presente em diversos contextos de comunidades latinas. Reconhecê-lo e legitimá-lo é romper com estruturas e políticas arbitrárias. Em conformidade com Moita Lopes (2006, p. 92):

> a possibilidade de experimentar a vida de outros para além da vida local é talvez a grande contribuição da vida contemporânea, ao nos tirar de nosso mundo e de nossas certezas que apagam quem é diferente de nós e não nos possibilitam viver outras formas de sociabilidade.

A maior parte da música "América Latina" está em português, com alguns trechos em espanhol e alguns indícios do portunhol. Acreditamos que a utilização entrelaçada dos idiomas se relacione com o espaço geográfico que constitui o tema da canção. Através desse uso, Fábio transgride fronteiras e o poder dos limites de

Estados. Nessa perspectiva, é importante destacar que uma poética translíngue se refere a "textos o representaciones donde se opera simultáneamente más de un sistema linguístico" (Pratt, 2014, p. 250), como veremos nos trechos a seguir:

> *"Yo soy americano, latino americano / Filho do fardo escrito por Eduardo Galeano"*
>
> *"Gracias a la vida, que ha quitado tanto / Pero aún que resta el canto /Y se me cayo me llevanto América Latina sua sina es luchar /Su estória es um grito a clamar por libertad".*

Seguindo com a análise da música "América Latina", é perceptível, em muitos trechos, a presença de uma forte crítica social aos acontecimentos de exploração e apagamentos históricos, muitas vezes, normalizados pelas repetidas ações de violência (Segato, 2018). A presença dessa violência "normalizada", propagada e servil transparece nos trechos abaixo:

> *"E os mais americanos dentre nós / Nunca tiveram voz / Pois a história foi contada pelos vencedores / Portugueses e Espanhóis"*
>
> *"Quem descobriu Brasil não foi Portugal / Índios já viviam aqui irmão, muito antes de Cabral / Mas sua herança cultural /Foi dizimada pelas garras sedentas da matança colonial".*
>
> *"Problema sério, o nosso solo é fértil / Mas nossa economia é estéril / E ainda é um mistério, os que antes vinham de caravelas /Chegam hoje pelo espaço aéreo".*

A fim de romper com os tecidos estabilizados da colonialidade, faz-se necessário reorientar nossos olhares para o Sul

e valorizar suas vozes latentes, como, no contexto da música, a América Latina, que, para Alexandre (2019, p. 142), "é uma das representantes da voz do Sul, pois trata de uma periferia explorada e que carrega consigo, até hoje, consequências dessa exploração".

Portanto, visibilizá-la significa contribuir para a promoção de diversas identidades não hegemônicas e caminhar por um percurso de mão dupla não imperialista: compreensão e apreço das diferenças (Celani, 2005, p. 5). Um movimento contrário seria retroceder dentro de nossas práticas como educadoras, pesquisadoras e cidadãs, ao reforçar o apagamento de variedades linguísticas, ritos cotidianos e identidades históricas.

Prosseguimos, então, com a análise da música "México", que, como mencionado, foi a primeira a ser gravada em espanhol. Já no início da canção, Fabio Brazza evidencia que sua língua materna é o português, e que, por isso, ao falar espanhol, seus atravessamentos linguísticos influenciarão no uso da língua adicional. Pratt (2014, p. 244) reitera o posicionamento do cantor ao afirmar que "por mucho que se quiera, no es posible convertirse de un idioma a otro de la misma forma en que uno puede convertirse a otra religión o cambiar de dieta. Por más esfuerzos que se hagan, no es posible deshacerse del idioma que se conoce mediante un mero acto de la voluntad".

Entrelaçado em um contexto translíngue, Fabio evidencia, no trecho a seguir, que é atravessado por várias línguas durante a sua vida e não consegue separá-las na sua forma de falar, nos seus costumes e na sua intimidade, ecoando suas experiências nas vividas por Molloy (2016):

> *"Permitame hablar por um momento / "Sou brasileiro" entonces primero perdoname por mi acento / He convivido un poco / Com mexicanos, hermanos lejanos pero tan cerca de nosostros / De la historia, hijos gemelos".*

Com uma abordagem crítica e sensível, Brazza também ressalta as semelhanças culturais, históricas e sociais entre os mexicanos e os brasileiros. Ao apresentar, nos trechos abaixo, figuras emblemáticas, paixões compartilhadas e crítica à colonização ibérica, a canção enfatiza a importância de união e não de segregação dos povos na luta por reconhecimentos identitários.

> *"José da Silva Xavier tiene um poco de Jose Maria Morelos / Sufrimos los mismos danos de años / Y somos todos fanáticos de Roberto Gomes Bolanos / Compartimos la misma herencia cultural / De la mezcla de poblacion y la opression colonial / Las barbáries de portugueses y espanholes / La pasion por los chistes, arroz y frijoles"*

> *"Y por el inolvidable apoyo em la Copa Mundial de 70 / Por las playas que nos calienta de hermosa belleza/ Las bendiciones de su pueblo y su naturaleza / Los gringos quieren nuestra riqueza / No nos quieren en tu casa pero quierem que limpemos a tu mesa".*

Ademais, por meio de sua poética, a canção denuncia as injustiças históricas sofridas como "um construto do colonialismo", que "persiste até hoje como mais um sintoma da colonialidade, reforçando representações de poder" (Silva Júnior, 2022, p. 339):

> *"La tirania estrangera le trajo la guerra / Y te hizo inmigrante en su própria tierra / Sos indiginas muy antes de mexicanos/ Mayas y Aztecas los verdaderos americanos "*

> *"La herencia viva que lo mató los europeos / Un passado que hoy solo queda en los museos".*

Considerações finais

Neste trabalho, entendemos que o reconhecimento de contextos translíngues contribuem para a valorização de entrecruzamento linguísticos, culturais e identitários, ocultados pelas heranças coloniais que deslegitimaram os saberes e as epistemologias locais.

Como evidenciado nas canções "América Latina" e "México", as práticas artísticas de Fabio Brazza ativam uma memória histórica e linguística que confronta os silenciamentos coloniais e reafirma identidades híbridas ao contemplar as vozes do Sul. E o translinguismo que permeia sua composição se caracteriza como um ato político, estético e pedagógico.

Nessa perspectiva, esperamos que as reflexões nos fomentem novos modos de ser, agir e estar em sociedade, de maneira que as repressões e apagamentos se combatam com armas éticas que possuímos: uma escrita, uma prática pedagógica, uma canção ou qualquer outro movimento de resistência.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, D. J. A. "Eu não conheço Frida Kahlo" ou a importância das Vozes do Sul na formação de professores de espanhol no Brasil. *Revista Abehache*, n. 15, p. 139-154, 1.sem 2019.

ANDRADE, A. Una escritura literaria entre lenguas: el portuñol (entrecuzamiento translíngue portugués-español-guaraní) en la trama del diálogo Sur-Sur. *Revista Iberoamericana.* Ibero – Amerikanisches Institut – Berlin, v. 21, 2021, p. 115-133.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004 (1929).

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador:* introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CELANI, M. A. A. English for All... preservando o forró. *In*: FIGUEREDO, C. A.; JESUS, O. F. (Orgs.). Linguística Aplicada. *Aspectos da leitura e do ensino de línguas*. Uberlândia: Edufu, 2005. p. 02-09.

FABRICIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. *In*: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: Problematização dos Construtos que Têm Orientado a Pesquisa. *In*: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 85-107

MOLLOY, S. *Vivir entre lenguas*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2016.

PAIVA, V. L. M. de O. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PRATT, M. L. Lenguas viajeras: hacia una imaginación geolingüística. *Cuadernos de Literatura*, XVIII, 2014, p. 238-253.

SCHOLL, A.P. O conceito de translinguagem suas implicações para os estudo sobre o bilinguismo e o multilinguismo. *Revista Abralin*, v.9, n.2, 2020, p. 1-5

SEGATO, R. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SILVA JUNIOR, A. C. Sulear. In: MATOS, D. C. V. da S.; SOUSA, C. M. C. L. L. de (org.). *Suleando conceitos e linguagens:* decolonialidades e epistemologias outras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

"SUMERCÉ POR SIEMPRE SUMERCÉ": ANÁLISIS DE IDEOLOGÍAS LINGÜÍSTICAS, IDENTIDAD E HIBRIDACIÓN CULTURAL

Johana Pardo
Alice Nicolao
Ana Carolina Pires Ribeiro

Introducción

El presente capítulo, titulado "Sumercé por siempre sumercé: Análisis de ideologías lingüísticas, identidad e hibridación cultural", tiene como objetivo explorar el uso de la forma de tratamiento "sumerce" en posteos en redes sociales. Se pretende realizar un análisis de la materialidad lingüística de los memes sobre la forma de tratamiento "sumercé" que circulan en redes sociales como *Facebook* y *X*. Para este estudio, se seleccionaron seis memes que abordan temas comerciales, políticos y el uso del "sumercé". A través de este análisis, se busca reflexionar sobre el papel de este tratamiento en la indexación de la identidad, su relación con los procesos de hibridación cultural y su potencial como forma de resistencia frente a las ideologías lingüísticas poscoloniales, principalmente gracias a la adquisición de nuevos valores semánticos.

En primer lugar, se realiza una revisión de análisis sociolingüísticos sobre las formas de tratamiento. Luego, se presenta una discusión teórica sobre los conceptos de identidad

cultural (Hall, 2011), hibridismo cultural (Canclini, 2008) e ideología del panhispanismo (Del Valle, 2007). En la última parte, se examina la materialidad lingüística de los memes seleccionados, destacando su relación con la identidad nacional, las tensiones locales y globales, y la conciencia metapragmática de los hablantes.

El "sumercé" en los análisis lingüísticos

La forma de tratamiento "sumercé" y sus variantes ("sumerced" y "su mercé") no es exclusiva de Colombia, sino que también se utiliza en República Dominicana, Ecuador y Perú. Esta expresión tiene un proceso histórico similar a "vuestra merced", siendo un honorífico derivado del posesivo "su" y el sustantivo "merced". En Colombia, se usa principalmente en la región Cundiboyacense, connotando respeto, afabilidad y solidaridad, y sirve como marcador de identidad geográfica en Boyacá. En Bogotá, se utiliza frecuentemente entre personas con bajo grado de escolaridad y ancianos, aunque este patrón ha cambiado.

Diane Uber (1985) muestra que en Boyacá y Cundinamarca, "sumercé" se usa por campesinos para referirse a sus jefes y en Bogotá como vocativo cariñoso dentro de las familias. Uber también señala el uso de "mija" y "mijo" en tercera persona entre amigos y parientes. Cepeda (2018) considera que "sumercé" se comporta como una tercera persona, compartiendo el paradigma de conjugación, clíticos y posesivos con "usted". Este pronombre se puede usar como sujeto, objeto, término de preposición y vocativo. Cepeda (2016) reivindica su estatus como pronombre de sujeto de segunda persona, considerándolo intermedio entre confianza y respeto, y observa una renovación en su uso influenciada por factores mediáticos. Aunque persisten prejuicios hacia su uso rural, el pronombre ha adquirido nuevos valores semánticos y su uso se ha revitalizado, especialmente entre los jóvenes.

Javier Guerrero (2010) también destaca la revitalización de "sumercé", indicando que ya no es exclusivo de personas con bajo grado de escolaridad. Actualmente, "sumercé" se resignifica como una forma de identidad regional y se observa en memes y redes sociales vinculados a la identidad nacional colombiana. Su uso se concentra en Bogotá y la región del altiplano cundiboyacense, reflejando que el estado-nación sigue siendo un proveedor de significados identitarios, contradiciendo la idea del español como patria común. Es esencial situar esta discusión dentro de un marco más amplio de políticas lingüísticas, lo que será abordado en la siguiente discusión teórica.

Dominancia lingüística, codificación y la idea de Patria Común en las políticas lingüísticas

Las políticas lingüísticas, según Calvet (2007), se consolidan como campo disciplinar en la segunda mitad del siglo XX, cuando la relación entre política y planificación lingüística se vuelve central. Este análisis se basa en dos enfoques: dominancia lingüística y procesos de codificación desde una perspectiva pluricéntrica (Muhr) y el concepto de patria común desde una mirada glotopolítica (Del Valle). Estos enfoques ayudan a analizar los memes seleccionados y las ideologías lingüísticas que reflejan.

En las lenguas pluricéntricas, la variedad dominante se considera "pura" y "exclusiva", mientras que otras variedades se ven solo como "variedades". Estas variedades dominantes son usadas por la élite social, que tiene poder económico y político, promoviendo su expansión. Muhr propone que las variedades no dominantes deben codificarse de manera endonormativa para contrarrestar la dominancia. Sin embargo, los diccionarios regionales de estas variedades suelen tener un estatus inferior comparado con los de las naciones dominantes. Muhr también critica los criterios de inclusión de términos en glosarios

regionales, como los de la RAE, y sugiere que la codificación puede reducir el poder de una variedad sobre otra, aunque siempre habrá términos excluidos.

Por su parte, Del Valle (2007) aborda las políticas e ideologías lingüísticas desde una perspectiva glotopolítica, analizando no solo el poder dentro de una lengua, sino también entre lenguas. Del Valle identifica tres propiedades del español promovidas por agentes de control: concordia, internacionalismo y rentabilidad. Estas propiedades funcionan en España, la comunidad hispánica y los mercados internacionales. Además, Del Valle presenta la imagen del español como lo opuesto al nacionalismo, promovido como "patria común" para las naciones hispanohablantes. Esta visión oculta la realidad de la conquista y la expansión de multinacionales españolas en América Latina, encubriendo la centralidad del español peninsular y desvalorizando otras variedades del español y lenguas indígenas.

Para ampliar nuestra comprensión de cómo estos fenómenos interactúan con las identidades culturales y procesos de hibridación, recurriremos a las reflexiones teóricas de Stuart Hall, Néstor García Canclini y Homi Bhabha. Estos enfoques nos ayudarán a entender la representación y resignificación de identidades en los memes seleccionados.

Identidad e hibridación cultural

Stuart Hall (2011) reflexiona sobre el concepto de identidad cultural, destacando la declinación de las antiguas identidades estabilizadas en el mundo social. Hall evalúa que las identidades modernas están descentralizándose, fragmentando los paisajes culturales de clase, género, sexualidad, etnia, raza y nacionalidad, afectando también las identidades personales y las ideas sobre uno mismo. Este fenómeno constituye lo que Hall denomina la crisis de la identidad. Hall discute el sujeto fragmentado en términos

de identidades culturales en el mundo globalizado, analizando las identidades nacionales como transformadas a través de representaciones. Retoma el argumento de Anderson sobre cómo las naciones se imaginan, destacando el papel fundamental de la lengua y su codificación en la definición de los estados-nación, especialmente en el siglo XIX, cuando las lenguas vernáculas adquirieron poder y estatus.

Néstor García Canclini (2008) reflexiona sobre la contradicción en América Latina, donde se intentó instalar la modernidad europea con un modernismo exuberante, pero con una modernización deficiente. Canclini cuestiona la posibilidad de una modernidad cultural en un contexto de desigualdad socioeconómica, argumentando que en América Latina se produce una interacción entre lo culto, lo masivo y lo popular, creando una experiencia híbrida que combina lo tradicional y lo moderno.

Homi Bhabha (1988), desde una perspectiva postcolonial, observa la hibridación como un lugar de posibilidades. Bhabha entiende la cultura como una forma de supervivencia transnacional y traductoria, enraizada en historias de desplazamiento cultural. Instaura la traducción cultural como una forma compleja de significación y argumenta que la identidad cultural y política se constituye a partir de un proceso de alteridad en todas las condiciones minoritarias. Bhabha ve la hibridación cultural como una nueva posibilidad en la acción política, rompiendo con el esencialismo y entendiendo la cultura como un proceso constante de hibridación, constituyendo un tercer espacio para la creación de nuevas estructuras de autoridad e iniciativas políticas.

La hibridación cultural y el concepto de tercer espacio nos proporcionan un marco teórico valioso para comprender cómo se generan y negocian nuevas identidades culturales en contextos de interacción globalizada. Estos procesos son evidentes en la creación y difusión de contenido digital, como los memes, que representan una intersección de imágenes, textos y significados

culturales. Los memes emergen como un fenómeno cultural significativo, actuando como espacios discursivos para nuevas formas de significación y participación en la esfera digital. A continuación, se detallará la metodología empleada en este estudio, basada en un enfoque cualitativo para analizar la materialidad lingüística y visual de los memes seleccionados.

Metodología

La metodología de esta investigación se basa en un enfoque cualitativo, que involucra un análisis detallado de la materialidad lingüística y visual de memes seleccionados a partir de una perspectiva multimodal. Durante el período de recolección de datos, se recopilaron más de 100 memes que circulan en redes sociales como *Facebook* y *X* (anteriormente Twitter). Estos memes fueron recolectados desde el año 2018 hasta 2023.

Como criterios de selección de los seis memes utilizados para este artículo, utilizamos dos aspectos, primero, los temas que vehiculaban, específicamente tres: sentidos comerciales, políticos y de uso lingüístico con relación al tratamiento "sumerce"; y segundo, los componentes multimodales, priorizando memes que tuvieran elementos gráficos y textuales.

De este modo, el tratamiento de este corpus de memes pasó primero por la etapa de recolección y recopilación en grupos cerrados de *Facebook*. Después, se realizó una descripción detallada de los componentes visuales y verbales que componían los memes y los contextos de posteo. Finalmente, se realizó el análisis en relación con el marco teórico norteador de nuestras propuestas. Nos dirigimos ahora a la fase de análisis de los datos, realizado a partir de la descripción de la materialidad lingüística que componen los memes y su contexto de posteo.

Análisis de los datos

El análisis que se presenta a continuación se basa en la selección de seis memes, todos ellos con el elemento común del uso del término "sumercé". Estos memes se han clasificado en tres categorías temáticas: memes comerciales, cuyo objetivo es ofrecer productos; memes políticos, que tratan sobre movimientos sociales; y memes sobre el uso del "sumercé", que demuestran la conciencia metalingüística de los hablantes respecto a su lengua.

Memes de uso comercial

El primer meme analizado circuló en la red social "Twitter", recientemente rebautizada como "X". En el comentario inicial del meme se puede leer: "Esto también es resistencia. Favor de difundir". La intención comunicativa del meme es promocionar y vender productos provenientes del campo. El meme utiliza el término "sumercé" de manera estratégica para conectar con una audiencia que valora tanto la autenticidad de los productos agrícolas como las raíces culturales y lingüísticas que estos representan. Esta elección no solo refuerza la autenticidad del producto, sino que también evoca una sensación de solidaridad y resistencia cultural.

Figura 1: Meme comercial Mercado Sumercé.

Reproducción: Twitter.

En este contexto, "sumercé" se convierte en un símbolo de resistencia cultural, uniendo la promoción comercial con un mensaje más amplio sobre la importancia de mantener vivas las tradiciones lingüísticas y culturales frente a las presiones de la modernidad y la globalización. Esta estrategia de marketing resalta cómo la hibridación cultural puede ser utilizada como una herramienta para conectar emocionalmente con el público, al mismo tiempo que se promueve un producto.

En la cabecera central del meme se encuentra la imagen de una mujer con dos trenzas y un sombrero, evocando una campesina, con una granja y calabazas en el fondo que sugieren un ambiente rural. Debajo de esta imagen, en letras mayúsculas blancas, se

encuentra el título "SUMERCÉ", que en este contexto funciona como el nombre del emprendimiento, seguido del subtítulo "Mercados Campesinos" en letras ligeramente más pequeñas. A continuación, un segundo subtítulo ofrece los productos: "Lleva todos estos productos por cien mil pesos".

El meme presenta una franja con los colores de la bandera de Colombia en tres líneas, seguida por una lista de productos de la canasta familiar, como huevos, frutas y hortalizas. En la parte baja de la imagen, se encuentran tres carteles con los colores de la bandera de Colombia (amarillo, azul y rojo), informando sobre el costo del servicio a domicilio, el número de contacto y los medios de pago.

En el centro, hacia abajo, hay un dibujo de un hombre vestido con el traje típico de la cumbia, una danza tradicional colombiana, que incluye un sombrero y una pañoleta roja en el cuello. A su derecha, una mujer con un vestido con cuello redondo y encajes en los colores de la bandera de Colombia. Ambos sostienen una bandera de Colombia, con edificios y casas en el fondo que simbolizan una ciudad, creando un contrapunto con la imagen inicial del campo.

En este meme, "sumercé" se utiliza como la denominación del mercado a domicilio. Aunque el objetivo es ofrecer productos del campo, también hay un llamado político a la resistencia mediante la compra directa a los mercados campesinos. Es notable el papel de "sumercé" relacionado con lo campesino, mezclado con un llamado a la identidad nacional colombiana, evidenciado por las múltiples menciones a los colores de la bandera nacional y las danzas típicas del país.

Observamos que en este contexto, "sumercé" funciona como un indexador de identidad nacional, activando un sentimiento colectivo de pertenencia. Este sentimiento se fundamenta principalmente en lo campesino. No obstante, a pesar de las

intenciones de resistencia política y apoyo a los productores rurales, el uso de "sumercé" como referente simbólico de lo nacional tiene el efecto de excluir y silenciar otras experiencias culturales y lingüísticas de Colombia. Dado que su uso está limitado principalmente a la capital del país y el departamento de Boyacá, se deja fuera a muchas otras regiones y sus respectivas identidades que no usan este tratamiento, destacando una visión parcial de la diversidad cultural y lingüística colombiana.

El análisis del meme del mercado revela varias tensiones complejas, ya que juega un papel crucial en la construcción de una identidad nacional. Desde la perspectiva de la dominancia lingüística y la codificación, podemos observar que esta representación idealizada y nacionalista de "sumercé" puede contribuir a una forma de centralización. Según Muhr (2012, 2013, 2015), los procesos de codificación lingüística a menudo consolidan una variedad dominante, marginalizando otras formas de habla. En este caso, "sumercé", aunque resuena con autenticidad y resistencia cultural, también puede enraizar una hegemonía lingüística centrada en Bogotá, que es el centro político y cultural del país.

En el contexto colombiano, el uso de "sumercé" refleja una tensión similar: mientras puede cristalizar la hegemonía de la variedad bogotana como el referente simbólico de lo "colombiano", a nivel macro, "sumercé" resulta ser una forma de resistencia contra la idea neocolonialista de la "patria común" promovida por la RAE. Así, aunque "sumercé" tiene el potencial de reforzar una identidad centralizada, también ofrece una herramienta para desafiar las imposiciones lingüísticas externas y resaltar la diversidad cultural del país.

A continuación, analizaremos otro meme que también utiliza "sumercé", pero en un contexto diferente, destacando las interacciones entre lo global y lo local. Este análisis nos permitirá explorar cómo el término se inserta en la dinámica de hibridación

cultural y resistencia identitaria, temas fundamentales para comprender los múltiples significados que los memes pueden ofrecer.

El siguiente meme circula por la red social *Facebook* y presenta un comentario inicial: "Boyacá al día - Tome chicha, Sumercé", acompañado del emoticón de la mano cerrada con el pulgar hacia arriba. El meme consiste en una foto de un paisaje con una casa de tejas de barro. En la pared está pintado un mural que, utilizando el mecanismo de la intertextualidad, reemplaza la globalmente reconocida marca de gaseosa Coca Cola por "tome chicha", una bebida indígena de maíz, con la palabra "sumercé" escrita debajo. En la parte inferior del meme, se repite la frase "Boyacá al día - Tome chicha Sumercé", pero ahora se le suma otra frase: "apoye a los productores de la tierrita". Debajo de esto, está el hashtag #Boyacaaldía, cuya función es agrupar la búsqueda de contenido relacionado con la promoción de productos locales y el departamento de Boyacá en las redes sociales. El hashtag es seguido de tres emoticones: el de «me gusta» (mano con el pulgar hacia arriba), la cara sonriente y el corazón, con el número 875 indicando la cantidad de reacciones recibidas. Finalmente, se muestra el número de compartidos, que fueron 699.

Esta imagen condensa diferentes negociaciones identitarias en las que se mezclan diversas luchas y tradiciones, reflejando la tensión entre lo global (la alusión a Coca Cola) y lo local (la referencia a beber chicha). La imagen retrata claramente los procesos de hibridación que menciona Canclini (2008), especialmente en la forma en que se vive la modernidad en América Latina, donde existen entrecruzamientos socioculturales y lo tradicional y lo moderno se mezclan y coexisten.

Figura 2: meme Coca Cola

Reproducción: *Facebook.*

Hall (2011) argumenta que el hibridismo y el sincretismo son una fuente de creación, produciendo nuevas identificaciones globales y locales. Bhabha (1998) ve el hibridismo como un lugar de creación y nuevas posibilidades de resistencia, utilizando una imagen icónica de un producto vendido globalmente para insertar un llamado a lo local, incentivando el consumo de una bebida indígena.

De forma más tenue, al lado izquierdo del meme se observa el lema con la palabra tabú "fuck" y "Coca Cola". En el comentario final se repite por tercera vez el eslogan "beba chicha, sumercé", acompañado de la frase "apoye a los productores de la tierrita", haciendo nuevamente referencia a los productos del campo mediante el uso del diminutivo.

En conclusión, el análisis de este meme ejemplifica cómo las teorías de identidad e hibridación cultural propuestas por Stuart Hall, Néstor García Canclini y Homi Bhabha se manifiestan en la práctica. La intertextualidad y la mezcla de lo global y lo local reflejan la tensión y negociación de identidades en el contexto de la modernidad, como lo describe Canclini (2008). Hall (2011) resalta que el hibridismo y el sincretismo son fuentes de creación, generando nuevas identificaciones que son tanto globales como locales, lo cual se observa claramente en la manera en que el meme incorpora elementos tradicionales y modernos para construir un mensaje poderoso y resonante. Bhabha (1998) aporta la idea de que el hibridismo no solo es un lugar de creación, sino también de resistencia, lo cual se evidencia en el uso estratégico de una imagen globalmente reconocida para promover una identidad local y resistir las imposiciones culturales poscolonialistas. Así, este meme no solo sirve como un medio de comunicación humorístico, sino también como un espacio de resistencia y reafirmación cultural, encapsulando las complejas dinámicas de la hibridación y la identidad en el ámbito digital contemporáneo.

Después de examinar cómo los memes comerciales utilizan "sumercé" para conectar productos del campo con una identidad nacional y cultural, es importante explorar cómo este término se emplea en contextos políticos. En los memes políticos, "sumercé" se convierte en una herramienta para la movilización social y la resistencia, reflejando la lucha por derechos y reconocimiento. A continuación, analizaremos ejemplos de dos memes políticos que utilizan "sumercé" para entender cómo este tratamiento se resignifica en la esfera pública, sirviendo como un potente símbolo de solidaridad y reivindicación, a partir del proceso de resignificación de nuevos sentidos vehiculados. Pasamos ahora al análisis de los memes políticos. Estos memes destacan por emplear "sumercé" en la movilización social y la resistencia política.

Memes de uso político

Con relación al análisis de los memes políticos, resaltamos que el primero analizado establece una relación de intertextualidad con el icónico póster de Rosie the Riveter, símbolo del feminismo occidental. Este meme presenta un fondo amarillo y azul. En la parte superior, en letras grandes blancas, está escrito "We Can Do It!". Debajo de esta frase, está la expresión "... Su mercé!" en azul claro. En el centro de la imagen, hay una mujer indígena joven, con cabello castaño recogido en una trenza y usando un sombrero de paja decorado con una cinta azul y roja. La mujer lleva una camisa colorida con patrones florales en azul, rojo y amarillo, y una falda azul. La mujer está en una pose poderosa, con el brazo derecho doblado y mostrando el bíceps, simbolizando fuerza y determinación. La expresión en su rostro es seria y decidida. En la parte inferior derecha del póster, hay una franja con los colores de la bandera de Colombia (amarillo, azul y rojo) y una firma.

Figura 3: Cartel "We Can Do It! Su mercé"

Reproducción: *Facebook*.

La figura "We Can Do It" se relaciona con el paro agrario nacional en Colombia en 2013, donde los productores reclaman más recursos y atención por parte del gobierno del presidente Juan Manuel Santos. Tomado de la página web del grupo Sentido, entidad que promueve la lucha por la diversidad sexual y de género; en concreto, apareció en un artículo firmado por la entidad, que reflexionaba sobre una manifestación a raíz del paro agrario nacional en Colombia en 2013, motivado por los efectos nocivos que provocó la implementación del TLC (Tratado de Libre Comercio) entre Corea del Sur y Estados Unidos y circuló por diversos grupos de *Facebook*, como el Memes Para Enseñanza, donde lo encontramos. El texto cuestionó la relación entre las demandas de los campesinos y las luchas de la comunidad LGBT, que, según el colectivo, tenían articulaciones comunes como la exigencia de respeto, trato justo y la lucha por la igualdad y los derechos de ciudadanía plena. De los elementos que componen la escena es necesario destacar: el uso de translenguaje, García (2012), y adición de *su mercé*, la sustitución de *pin up* original por una representación de la identidad sociocultural colombiana frente al movimiento de huelga nacional y la adición de los colores amarillo, rojo y azul en la barra de imágenes.

El uso de translenguaje, mediante la preservación del lema "We Can Do It" – "Podemos hacerlo", puede considerarse un mecanismo político de difusión del mensaje, ya que el cartel propagandístico creado en 1943 se convirtió en un símbolo mundial de la lucha por la independencia y la emancipación femenina. La adición de *su mercé* al cartel, cuyo propósito original era el intento de elevar la moral de los trabajadores fabriles durante la guerra, puede analizarse como un llamado directo al levantamiento y la fuerza de los trabajadores rurales, quienes han resignificado la forma de tratamiento como símbolo de descolonialidad, aún se lo puede mirar como una marca de identificación de clase, además de agitación de masas. El reemplazo de *pin up* original por una representación colombiana es un elemento de creación y

fortalecimiento de la identidad del movimiento de huelga agraria nacional, generando una identidad colectiva interna y externa. La inclusión de los colores amarillo, rojo y azul, representativos de Colombia, tanto en la barra de imágenes como en el sombrero de paja, tiene como objetivo situar geográficamente el movimiento en relación con los colores de la bandera colombiana. Esto busca alejar tanto la imagen como el movimiento de cualquier asociación primaria con los Estados Unidos de América y el movimiento feminista blanco del eje norte, y acercarlo más a la lucha feminista y los movimientos decoloniales.

El póster "We Can Do It, Sumercé" también establece una intersección entre lo global y lo local mediante el uso de translenguaje. La preservación del lema original "*We Can Do It*!" junto con la inclusión de "Sumercé" ejemplifica cómo los símbolos globales pueden ser resignificados para contextos locales y específicos. Este fenómeno es un ejemplo claro de la hibridación cultural que describe Néstor García Canclini (2008), donde lo tradicional y lo moderno se entrelazan para crear nuevas formas de significado. Asimismo, Stuart Hall (2011) argumenta que las identidades modernas se descentralizan y fragmentan, reflejando cambios en la estructura social y cultural. En este sentido, el póster refleja cómo las identidades nacionales y de clase pueden transformarse a través de la representación y el discurso visual. Homi Bhabha (1988) también ve en la hibridación una oportunidad para la creación y la resistencia, un tercer espacio donde nuevas estructuras de autoridad e iniciativas políticas pueden emerger. La representación de una mujer indígena colombiana en lugar de la pin-up original, junto con los colores de la bandera de Colombia, refuerza una identidad nacional y colectiva, contestando la hegemonía cultural norteamericana que impone los símbolos globales, como en este caso, el símbolo del feminismo, a partir de un movimiento de reapropiación y resignificación. Así, el análisis de este póster no solo nos muestra la capacidad de los memes y otros géneros multimodales de actuar como vehículos de

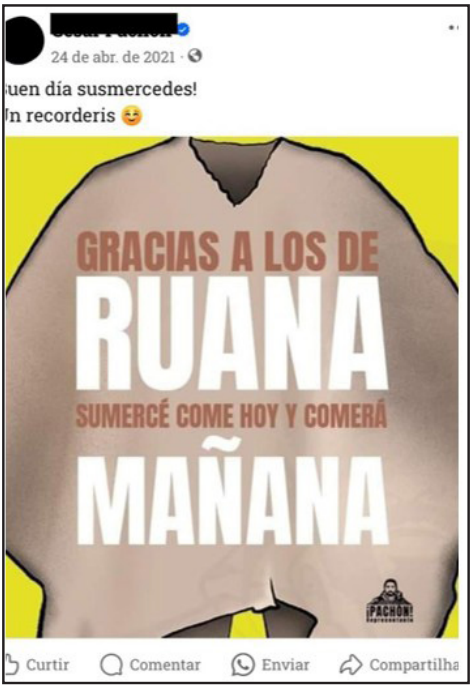
resistencia cultural, sino que también ilustra cómo se negocian y se resignifican las identidades en el contexto globalizado y digital contemporáneo.

En ese contexto, el uso de "sumercé" también juega un papel activo, principalmente a partir de los nuevos significados que ofrece. Aunque en otras épocas fue considerado un tratamiento colonial, servil y jerarquizador, en esta nueva resignificación vemos la indexación de novedosos sentidos de resistencia ante la colonialidad. Esto se logra mediante el fortalecimiento identitario de lo nacional y lo colombiano, transformando "sumercé" en un símbolo de orgullo y pertenencia cultural. Esto parece estar en consonancia con la resignificación ocurrida en el meme de la Coca Cola, en el que se modifica la frase a "tome chicha, sumercé". Esta imagen no solo reemplaza una marca globalmente reconocida con una bebida indígena, sino que también utiliza "sumercé" para conectar lo local con lo global, reflejando la tensión y la negociación de identidades en el contexto de la hibridación cultural. La intertextualidad de estos dos memes destaca cómo lo tradicional y lo moderno se entrelazan para crear nuevos significados, convirtiendo "sumercé" en un marcador de resistencia y reafirmación cultural.

El meme muestra una captura de pantalla de una publicación en *Facebook*. El fondo de la imagen es de color amarillo. En la parte superior, hay un encabezado que incluye un nombre y una fecha, indicando "24 de abr". Debajo, hay un mensaje de texto que dice: "¡Buen día, susmercedes! Un recorderis [emoji amarillo con una sonrisa y un parpadeo]". La imagen principal debajo del texto muestra una ruana, que es una prenda tradicional colombiana, de color beige. Sobre la ruana, hay un texto grande en varias líneas: "GRACIAS A LOS DE" en letras rojas; "RUANA" en letras grandes y blancas; "SUMERCÉ COME HOY Y COMERÁ" en letras más pequeñas y rojas, y "MAÑANA" en letras grandes y blancas.

La impresión de una publicación retirada de *Facebook* trae la frase "Gracias a los de/Ruana/sumercé come hoy y comerá/mañana" en una ruana color pajizo. La imagen se comparte bajo el título "Buenos días sus mercedes! Un recordis [emoji feliz]" y tiene fecha compatible con el paro agrario nacional en Colombia en 2013.

Figura 4: Meme Gracias a los de ruana



Reproducción: *Facebook.*

"Gracias a los de Ruana, sumercé come hoy, comerá mañana" es una frase frecuentemente utilizada en los movimientos y protestas colombianas, no siendo exclusiva del paro agrario nacional y teniendo su origen desconocido, lo que se puede decir es que tiene referencia a los pueblos indígenas, criollos y mestizos. En el grabado cabe destacar la construcción del meme, el uso de ruana como fondo, que es un poncho asociado a las prendas de vestir de las zonas rurales, y los usos de sus mercedes y sumercé.

La creación del meme, un género multimodal originalmente concebido en torno al humor que ha ganado espacio en las redes sociales y la academia, ha generado debates sobre su estructura, críticas y semántica. Cuando los movimientos sociales y políticos lo utilizan como herramienta para propagar un mensaje, su objetivo es alcanzar a una audiencia más amplia y condensar el contenido central para que el lector pueda interactuar de manera rápida y dinámica.

Al emplear la ruana como fondo, una prenda característica y tradicional del altiplano cundiboyacense que fue desarrollada originalmente por indígenas y luego adoptada por criollos y mestizos, se establece también un símbolo nacional debido a su arraigada importancia cultural. Esta elección visual facilita la identificación grupal: al observar el meme, incluso antes de leerlo, el espectador lo asocia con los grupos con los que tiene una conexión histórica y cultural. En caso de que el meme se propague a nivel global, esta imagen sirve como punto de referencia geográfica o identificación, garantizando una mayor trazabilidad y acceso al movimiento. En los usos de sumercé en la publicación vimos dos usos para la forma de tratamiento: "sumercé" y "susmercedes". En el primer caso, la forma de tratamiento se coloca como vocativo (buen día, susmercedes), siendo utilizada como elemento de identificación y aproximación de grupo. En el segundo caso, la forma de tratamiento se presenta en la función de sujeto; la forma de tratamiento lleva la referencia a los grupos vinculados a la huelga agraria.

Este uso plural de "susmercedes" es particularmente significativo, ya que, aunque "sumercé" en singular ha ganado más aceptación y se ha resignificado positivamente, el plural "susmercedes" sigue enfrentando estigmatización por su asociación unívoca con lo "campesino" y lo "mal hablado". Esta dualidad entre la aceptación del singular y la estigmatización del plural muestra las complejas dinámicas de poder y resistencia en las prácticas lingüísticas; en este sentido, la teoría de la dominancia lingüística y la codificación, tal como la describe

Muhr (2012, 2013, 2015), nos ayuda a entender esta dinámica. Muhr argumenta que los procesos de codificación lingüística tienden a consolidar una variedad dominante, marginalizando otras formas de habla. En el caso del "sumercé", aunque su uso en singular ha sido revitalizado y aceptado en ciertos contextos, el plural "susmercedes" sigue enfrentando resistencia debido a su persistente conexión única con lo rural y lo campesino. Este fenómeno se alinea con la idea de que las políticas lingüísticas pueden crear exclusiones y jerarquías dentro de una misma lengua. El meme se convierte así en una herramienta de resistencia cultural, utilizando "sumercé" y "susmercedes" para reafirmar una identidad campesina y regional frente a las presiones de la homogeneización lingüística y cultural.

Memes de uso lingüístico

Figura 5: meme el origen del Sumercé

Reproducción: Facebook.

El meme es una captura de pantalla de una publicación de *Facebook*, de la página "Patata Caricaturas", fechada el 1 de noviembre de 2021. La imagen se divide en tres partes: A la izquierda de la parte superior, un conquistador español, que lleva una túnica larga y oscura con detalles en rojo, amarillo y azul y un sombrero, está hablando con una persona indígena, que viste solo una falda de hojas y un tocado de plumas. La escena está acompañada del texto: "La palabra 'su merced' era usada en América Latina como muestra de respeto para dirigirse a los españoles". A la derecha de la parte superior, hay un mapa de Colombia con el texto: "En Colombia, especialmente en el centro del país, adoptaron la palabra 'sumercé'." En la parte inferior, una persona colombiana, que lleva una ruana y un sombrero, es presentada con el texto: "Pasó de ser una muestra de inferioridad a un trato de respeto y afecto." Abajo, hay también la palabra "SUMERCÉ" escrita en letras grandes y verdes. La publicación recibió 1,9 mil "me gusta", 192 comentarios y fue compartida 11.225 veces.

El uso consciente y reflexivo del lenguaje es un indicativo de la conciencia metapragmática de los hablantes, una habilidad que permite el análisis y la reflexión sobre la propia lengua y sus matices en diversos contextos sociales. Tal como se describe en el elemento del paisaje lingüístico anterior, el término "sumercé" en Colombia es un ejemplo palpable de esta conciencia, especialmente considerando su evolución semántica y funcional a lo largo del tiempo. Este término, que se originó en el período colonial como una forma de respeto a los españoles, ahora lleva connotaciones de respeto y afecto en un entramado sociocultural contemporáneo.

La reflexión metapragmática está intrínsecamente vinculada a la identidad social y al poder (Verschueren, 1999). El uso de "sumercé" puede reforzar tanto las relaciones de solidaridad como subvertir las expectativas en situaciones de formalidad, indicando

un nivel de comprensión pragmática que trasciende el significado literal de las palabras (Lucy, 1993).

El papel de "sumercé" en la sociedad bogotana también refleja la dinámica del poder lingüístico. Según observa Eckert (2000), la variación lingüística no es solo un reflejo de las diferencias sociales, sino también una fuerza activa en la construcción de estas diferencias. El uso de "sumercé" en contextos rurales frente a los urbanos, por ejemplo, puede servir como un marcador de estatus social, identidad regional y afiliación comunitaria. La elección de "sumercé" en lugar de otras formas de tratamiento puede ser una declaración que el apelo a los valores tradicionales refleja a la resistencia a la homogeneización cultural (IrvineGal, 2000).

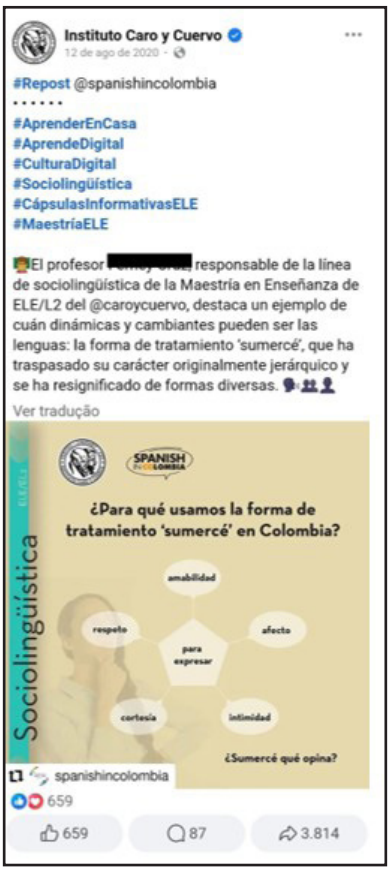
Además, la aplicación de "sumercé" en diferentes contextos de uso revela un rico tapiz de significados y funciones. En interacciones cotidianas, la palabra puede funcionar como un acto de identificación comunitaria, mientras que en esferas públicas y políticas, puede actuar como un símbolo de resistencia y reivindicación de derechos (Blommaert, 2005). Esta flexibilidad demuestra cómo los hablantes adaptan el lenguaje para alcanzar objetivos específicos, reflejando y reforzando estructuras de poder (Bourdieu, 1991).

La conciencia del uso de "sumercé" refleja no solo la comprensión de la palabra en sí, sino también el reconocimiento de su capacidad para evocar historia, identidad y poder. El término se convierte en un recurso a través del cual los hablantes pueden negociar posiciones sociales y ejercer poder (Hil, Irvine, 1993). El lenguaje, en este sentido, no se ve como un conjunto estático de reglas, sino como una herramienta dinámica para la acción social (Cameron, 2001).

El último meme analizado fue publicado en el perfil de *Facebook* del Instituto Caro y Cuervo, una agencia de control de la lengua de Colombia, fundada en 1942, que se especializa en la

difusión e investigación en literatura, filología y lingüística del español y las lenguas nativas de Colombia, nombrado en honor a los filólogos Miguel Antonio Caro y Rufino José Cuervo. Adscrita al Ministerio de Cultura, a la oferta académica coordinada por la Facultad Seminario Andrés Bello, que incluye seis maestrías y diversos diplomados y cursos de extensión. Este instituto, también, afirma promover la cultura y las artes a través de la Biblioteca José Manuel Rivas Sacconi, áreas de museos y la emisora cultural CyC Radio.

Figura 6: Meme "Para qué usamos la forma de tratamiento "Sumercé" en Colombia"



Reproducción: Facebook.

A partir de un análisis glotopolítico, el Instituto Caro y Cuervo ha sido criticado por autores como Xoán Lagares (2013) por reproducir las lógicas normatizadoras de la RAE y el Instituto Cervantes, como por ejemplo en la enseñanza de español como lengua extranjera. De esta forma, a partir de estas acciones, Colombia compite en el mercado de la enseñanza del idioma utilizando herramientas propias de España y radicalizando el discurso de la centralidad normativa.

El post comienza con el logotipo y el nombre del centro "Instituto Caro y Cuervo". Debajo, aparece la fecha de la publicación "12 de agosto de 2020", seguida del hashtag repost @spanishincolombia, indicando que se está compartiendo contenido de ese otro perfil. A continuación, se presentan varios hashtags en una columna: #AprenderEnCasa, #AprendeDigital, #CulturaDigital, #Sociolingüística, #CápsulasInformativasELE, #MaestríaELE. Estos hashtags tienen la función de categorizar el contenido del post, facilitando la búsqueda de temas asociados y aumentando la visibilidad del post en comunidades específicas. Seguido de esto, hay un emoticón de la cara de un hombre de pelo corto con gafas frente a un tablero verde, simbolizando un profesor, seguido del texto: "El profesor, responsable de la línea de sociolingüística de la Maestría en Enseñanza de ELE/L2 del @caroycuervo, destaca un ejemplo de cuán dinámicas y cambiantes pueden ser las lenguas: la forma de tratamiento 'sumercé', que ha traspasado su carácter originalmente jerárquico y se ha resignificado de formas diversas". El texto termina con tres emoticones de siluetas: una persona hablando, dos personas solas y una persona sola. Después, viene la imagen, que repite el logotipo del Instituto Caro y Cuervo junto con un logo que dice "spanish in colombia", seguido de la pregunta "¿Para qué usamos la forma de tratamiento 'su merced' en Colombia?". La imagen incluye un diagrama radial con un nodo central en forma de pentágono, que dice "para expresar", y cinco nodos alrededor en forma de nube, con las palabras "amabilidad", "respeto", "cortesía", "intimidad" y

"afecto". En la parte inferior derecha, está escrito "sumercé, ¿qué opina?", y en la parte inferior izquierda, nuevamente se ve "spanish in colombia". En el fondo de la imagen, de manera transparente, hay una mujer con la mano en el mentón en actitud reflexiva. A la izquierda de la figura, hay una franja vertical en verde con el título "Sociolingüística".

En este posteo del meme sobre los usos de "sumercé", observamos cómo el Instituto Caro y Cuervo se suma a la tendencia de propagación de memes sobre este tratamiento. No obstante, también vemos cómo esta agencia de control gubernamental, históricamente alineada con las políticas de normativización de la lengua con ímpetus neocolonizadores como la RAE, se caracteriza por la elaboración de codificaciones y estandarizaciones del español de manera homogeneizadora, asimétrica y excluyente bajo ideologías como el panhispanismo. Nos preguntamos, ¿qué está haciendo este instituto al publicar un meme sobre los usos del español?

A primera vista, podría considerarse una forma de exaltación y valorización de una forma de tratamiento propia de la variedad colombiana, de la región cundiboyacense, que se legitima en la citación de autoridad del profesor lingüista. Sin embargo, como hemos visto, el tratamiento 'sumercé' ha sido utilizado en memes políticos y económicos como un símbolo de resistencia y reafirmación cultural.

El Instituto Caro y Cuervo parece apropiarse del discurso popular vehiculado por los hablantes para dictar nuevamente, a partir de la autoridad académica del lingüista, cómo debe ser normativizado, entendido y utilizado el 'sumercé' en el español, controlando, centralizando y dando la última palabra sobre la lengua. Este pensamiento opera dentro de la lógica de la estructura del control lingüístico, donde, por ejemplo, no encontramos alusión al plural 'susmecedes'. Quizás los elementos lingüísticos que sufren una fuerte estigmatización no puedan ser vehiculados

por este tipo de agencias, estableciéndose nuevamente una jerarquización entre lo que circula y lo que no. Además, es interesante mencionar las diferentes alusiones que se hacen al hashtag "#SpanishInColombia", lo que parece también entrar en la versión mercadológica de la lengua, esperando vender el producto "español de Colombia", quizás entrando en el ámbito de "la enseñanza de lengua extranjera".

Como afirma Xoán Lagares (2013), el Instituto Caro y Cuervo ha intentado promover a Colombia como un centro de enseñanza de español con el lema "Para aprender el mejor español del mundo, ¡la respuesta es Colombia!". No obstante, este autor considera que el país latinoamericano disputa su entrada en el mercado de enseñanza de lenguas utilizando los instrumentos de España, como materiales didácticos y estrategias de enseñanza del Instituto Cervantes, radicalizando la centralidad normativa y asumiendo un discurso purista y prejuicioso.

Del mismo modo, en el meme se operan y repiten las lógicas colonizadoras de normativización al replicar e imponer patrones de control y homogenización. Los verdaderos significados y la valorización de la lengua y sus componentes deben surgir de la comunidad de hablantes. Parece que el instituto, al intentar controlar y centralizar, puede limitar los esfuerzos de resistencia y diversidad lingüística que han caracterizado el uso popular de 'sumercé'.

Después de examinar detalladamente los memes económicos, políticos y aquellos que abordan el uso lingüístico del "sumercé", sintetizamos a continuación nuestros análisis y reflexiones en las conclusiones.

Conclusiones

La forma de tratamiento "sumercé", tradicionalmente asociada con un uso servil y jerárquico, ha experimentado una revitalización en Bogotá y otras regiones de Colombia. Este proceso

de resignificación ha sido impulsado por factores mediáticos y el reconocimiento de su valor cultural e identitario, lo que ha sido visible en los memes analizados en este estudio que circulan por las redes sociales. El "sumercé" se ha convertido en elemento indexador de identidad regional, así como un símbolo de resistencia cultural frente a las ideologías lingüísticas coloniales y poscoloniales. Su uso, en algunos de los memes analizados, refleja una reivindicación de las identidades locales y una resistencia a la homogeneización lingüística impuesta por las agencias tradicionales del control de la lengua. Lo que es posible gracias a la intertextualidad y la mezcla de elementos globales y locales en los memes, lo que muestran los procesos de hibridación cultural descritos por teóricos como Néstor García Canclini y Homi Bhabha. Estos procesos permiten la creación de nuevos significados y formas de resistencia que desafían las imposiciones culturales externas.

De igual modo, los hablantes muestran una alta conciencia metapragmática en el uso de "sumercé", reconociendo su capacidad para evocar historia, identidad y poder. Esta conciencia permite a los hablantes negociar posiciones sociales y ejercer poder a través del lenguaje.

Aunque "sumercé" en los memes puede denotar resistencia política y cultural, también puede ser relacionado con posiciones hegemónicas cuando se quiere instaurar como referente simbólico nacional. Esta dualidad resalta la complejidad de su uso, ya que puede fortalecer tanto la identidad local como la centralización lingüística, dependiendo del contexto. Por otra parte, los posteos realizados por agencias como el Instituto Caro y Cuervo juegan un papel ambiguo en la normativización y legitimación del uso de "sumercé". Aunque pueden promover la diversidad lingüística, también corren el riesgo de perpetuar dinámicas de control y centralización lingüística que pueden limitar los esfuerzos de resistencia y diversidad cultural, al imponer una nueva norma por medio de la replicación de lógicas coloniales en la aplicación del control lingüístico.

REFERENCIAS

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERTOLOTTI, V. *A mí de vos no me trata ni usted ni nadie.* Sistema e historia de las formas de tratamiento en la lengua española en América. México, D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México/Universidad de la República, 2015.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

BLOMMAERT, J. *Discourse*: A Critical Introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BOURDIEU, P. *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

BROWN, R.; GILMAN, A. *The pronouns of power and solidarity*. *In*: SEBEOK, T. A. (Ed.). Style in language. Cambridge, MA: MIT, 1960.

CAMERON, D. *Working with Spoken Discourse*. London: Sage Publications, 2001.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2008.

CARRICABURO, N. *Las fórmulas de tratamiento en el español actual*. (= Cuadernos de Lengua Española, 48). Madrid: Arco Libros, 1997. [2ª edición actualizada en 2015].

CEPEDA, C. Su merced el juez, le hablo a sumercé: historia americana y uso bogotano actual del pronombre sumercé. Comunicação apresentada no *II Congreso Internacional:* Formas y fórmulas de tratamiento en el mundo hispánico y luso-brasileño, Graz, Austria, del 9 al 11 de junio de 2016.

DEL VALLE, J. *La lengua, patria común*: política lingüística, política exterior y el postnacionalismo hispánico. Miradas sobre la lengua, 2007.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

ECKERT, P. *Linguistic Variation as Social Practice*. Oxford: Blackwell, 2000.

ERSCHUEREN, J. *Understanding Pragmatics*. London: Arnold, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.

FONTANELLA DE WEINBERG, M. Sistemas pronominales de tratamiento usados en el mundo hispánico. *In*: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999. vol. I, pp. 1399-1425.

GARCÍA, O. El papel del translenguar en la enseñanza del español en los Estados Unidos. *In*: *Revista Internacional de Educación Bilingüe*, v. 1, n. 2, p. 45-53, 2013.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUERRERO, J. *Una reflexión sobre las fórmulas de tratamiento*. Sumercé, venga le digo. Innovaciones Pedagógicas (Bogotá), v. 10, p. 55-62, 2010.

HILL, J. H.; IRVINE, J. T. *Responsibility and Evidence in Oral Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HONEY, M. *Creating Rosie the Riveter:* Class, Gender and Propaganda During World War II. Amherst: University of Massachusetts Press, 1984.

IRVINE, J. T.; GAL, S. Language Ideology and Linguistic Differentiation. *In*: KROSKRITY, P. V. (Ed.). *Regimes of Language:* Ideologies, Politics, and Identities. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000. p. 35-84.

KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. Online memes, affinities, and cultural production. *In*: KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. (Eds.). *A new literacies sampler*. New York: Peter Lang, 2007. p. 199-227.

LE PAGE, R. B.; TABOURET-KELLER, A. *Acts of Identity: Creole-based Approaches to Language and Ethnicity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LUCY, J. A. *Reflexive Language:* Reported Speech and Metapragmatics. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MARTINO, L. M. S. *Teoria das mídias digitais:* linguagens, ambientes e redes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *Disinventing and Reconstituting Languages*. Multilingual Matters, 2007.

REVOLLO, C. Reseña crítica sobre el concepto de tercer espacio de Homi Bhabha: del local de la cultura hasta nuevas minorías, nuevos derechos – notas sobre cosmopolitismo vernáculos. *Revista Artes de Educar*, v. 3, n. 3, p. 377-385, 2017.

SHIFMAN, L. Memes in a digital world: reconciling with a conceptual troublemaker. *Journal of Computer-Mediated Communication*, State College, PA, v. 18, n. 3, p. 362-377, 2013.

SKUTNABB-KANGAS, T. *Linguistic Genocide in Education – or Worldwide Diversity and Human Rights?* Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

UBER, D. *The dual function of usted: Forms of address in Bogota, Colombia*. Hispania (American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, Estados Unidos), v. 68, n. 2, p. 388-392, 1985.

O(A) PESQUISADOR(A) EM UMA LINGUÍSTICA APLICADA DAS LÍNGUAS DE SINAIS (LALS) DECOLONIAL: REFLEXÕES À LUZ DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Ana Paula de Oliveira Siqueira
Alan Ricardo Costa

Introdução

Nosso objetivo com este texto é debater um dos aspectos principais de uma área ensejada na agenda de pesquisa atual, a Linguística Aplicada das Línguas de Sinais (LALS), que deve estar em sinergia com os estudos decoloniais, as epistemologias do Sul Global e as demandas locais de comunidades surdas e usuários de línguas de sinais (Araújo; Costa; Oliveira, 2024). O referido aspecto é: a prática de um(a) pesquisador(a) nesse campo de LALS. A necessidade desse debate surge, principalmente, da constatação de que a atuação do(a) linguista aplicado(a) pode ainda ser uma prática mal-compreendida, devido a algumas interpretações inadequadas ou reducionistas em relação à própria Linguística Aplicada, uma área transdisciplinar (ou *in*disciplinar), híbrida, mestiça, crítica e decolonial (Moita Lopes, 2006; Costa *et al.*, 2024). Tais características nem sempre foram vistas de forma positiva ou compreendidas de forma profícua por determinados setores mais conservadores do meio acadêmico.

Soma-se a essa constatação o seguinte imbróglio: muitos estudiosos ainda reduzem a LA ao ensino e à aprendizagem de línguas estrangeiras ou adicionais, principalmente no âmbito escolar, apesar do contínuo esforço de cientistas para expandir os horizontes epistemológicos da área. Na década de 1980, em artigo muito caro aos estudos do campo, intitulado *A propósito de Linguística Aplicada*, Cavalcanti (1986) já destacava que a LA poderia ser feita dentro ou fora da sala de aula. Também Moita Lopes (2006) apontou exemplos de outros espaços de atuação para o(a) linguista aplicado(a), para além das escolas: empresas, clínicas de saúde, delegacias de mulheres, entre outros.

Diante de todo o exposto, buscamos debater, neste capítulo, a atuação de pesquisadores(as) no viés de uma LALS, com base em experiências em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Boa Vista, capital de Roraima. Trata-se, pois, de um texto que versa sobre educação e ensino, mas não na perspectiva mais usual, ou seja, do ensino e da aprendizagem formal de segunda língua. O escopo do debate recai sobre a atenção básica[1] à pessoa surda e a educação em saúde, que, em suma, representa um conjunto de conhecimentos e práticas que visam a prevenir doenças e promover a saúde (Costa; López, 1996). Com efeito, a educação em saúde é um recurso por meio do qual o conhecimento sobre saúde – que é desenvolvido cientificamente e ensinado por profissionais da área – adentra (ou idealmente deveria adentrar) o cotidiano das pessoas, pois a compreensão das condições da interface saúde-doença fornece subsídios para a adoção de novos hábitos e comportamentos.

1 A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção à saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. Leia mais em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/saiba-mais-sobre-a-aps>. Acesso em: 27 fev. 2024.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: primeiramente, após esta seção de introdução, é apresentada a proposta de um campo de LALS sob uma perspectiva decolonial, com base em publicações recentes e com foco na atuação de pesquisadores(as) da área. Em seguida, discutimos a importância do embasamento teórico na atuação prática, razão pela qual recorremos a um levantamento bibliográfico, com o objetivo de identificar o estado da arte sobre o tema. Posteriormente, a partir das vivências e práticas de trabalho em uma UBS do município de Boa Vista (RR), apresentamos ações realizadas em novembro de 2023 junto à comunidade surda. Nessa UBS, como parte da campanha Novembro Azul[2], realizamos atividades que julgamos pertinentes compartilhar e debater no âmbito acadêmico, seja para incentivo à promoção de ações semelhantes entre surdos e profissionais da saúde em todo o país, seja para ilustrar o que pode fazer um(a) pesquisador(a) em LALS.

Uma Linguística Aplicada das línguas de sinais decolonial

Segundo Moita Lopes (2006, p. 16), áreas de investigação mudam quando novos modos de fazer pesquisa, do ponto de vista teórico e metodológico, são percebidos como mais relevantes para alguns pesquisadores que, ao adotar persuasões particulares, começam a (re)pensar determinados contextos por perspectivas diferentes. É nesse sentido que, em publicações recentes, autores propõem um campo de *Applied Sign Linguistics* (Mertzani, 2015) e, no Brasil, uma Linguística Aplicada das Línguas de Sinais (Araújo; Costa; Oliveira, 2024).

2 O movimento Novembro Azul teve origem em 2003, na Austrália, visando a chamar a atenção para a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças que atingem a população masculina. As campanhas de Novembro Azul no Brasil, capitaneadas pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) e pelo Ministério da Saúde, chamam a atenção para o cuidado com a saúde do homem e a prevenção do câncer, especialmente o de próstata, segunda doença que mais mata o público masculino no mundo. Mais informações em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/campanhas/2023/novembro-azul>. Acesso em: 22 fev. 2024.

No artigo intitulado "Uma Linguística Aplicada das Línguas de Sinais no Sul Global e a formação do professor-pesquisador de Libras L2 no Brasil", Araújo, Costa e Oliveira (2024) observam que a proposição e conformação de uma LALS são potentes, mas devem ser feitas de forma cautelosa, sem associações diretas e simplistas. As referidas correspondências são condenáveis tanto pela correlação simplista que pode haver entre Linguística e Linguística Aplicada (como se essa fosse aplicação daquela, perspectiva antiquada e já superada) quanto pela suposta conexão direta entre as línguas orais e as línguas de sinais, cujas particularidades e especificidades devem ser consideradas e respeitadas, em dimensões teóricas e práticas.

Ademais, os autores argumentam que uma LALS deve ser concebida em perspectiva local, sensível a cada contexto e em conformidade com as epistemologias do Sul Global, sem negligências às necessárias reflexões tecidas no viés dos estudos decoloniais (Walsh, 2005; Costa *et al.*, 2024). Destarte,

> discussões profícuas sobre uma *Applied Sign Linguistics* provenientes de diferentes países e continentes podem ser pertinentes aos estudos brasileiros para fins de diálogos horizontais e democráticos, compartilhamentos de experiências em pesquisa, e mesmo comparações de casos quando possível, mas jamais em caráter de obrigatoriedade ou "importação" de conceitos e perspectivas (Araújo; Costa; Oliveira, 2024, p. 151).

Coadunamos com a perspectiva dos autores quanto à conformação de uma LALS à luz da perspectiva decolonial, que pode conferir maior autonomia e visibilidade para línguas minoritarizadas, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como aferir contribuições para questões diretamente atreladas a ela e outras línguas de sinais, como as Línguas Indígenas de Sinais (LIS)

e as línguas de sinais emergentes (Araújo; Costa; Oliveira, 2024). Portanto, visando a contribuir com a proposição de uma LALS, tecemos nossa discussão orbitando a práxis do(a) pesquisador(a) da área. Tendo em vista que a práxis contempla a indissociabilidade entre a ação e a reflexão sobre a ação, de forma recursiva e contínua, propomos, a seguir, debates que visam a ilustrar a atuação de um(a) linguista aplicado(a) no viés da LALS, contemplando a teoria e a prática.

A prática com base na teoria: breve estado da arte

> "A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade" (Paulo Freire).

Em publicação que versa sobre os modos de entender a Linguística Aplicada, Almeida Filho (1991) elucida que a palavra *aplicada* pode erroneamente induzir o leitor não especializado a imaginar que se trata de um campo preocupado exclusivamente com a prática, algo totalmente improcedente: a LA está visceralmente ligada à pesquisa científica para evoluir no terreno teórico, e o corpo de teoria que a área vai gradualmente construindo em forma de modelos/paradigmas permite ao linguista aplicado usufruir de uma compreensão abrangente e articulada do mundo de usos de linguagem em que precisamos viver (Almeida Filho, 1991).

A quem pesquisa em um campo de LALS, portanto, cabe a tarefa de embasar sua prática nas teorizações já existentes, ou naquelas em construção (ou reformulação), para dar conta de questões fundamentais em seu contexto. Para tanto, uma alternativa potente é recorrer às pesquisas de estado da arte, que, segundo Albuquerque e Portilho (2022), consistem em apresentar

quais produções existem até o momento sobre um determinado tema e a posição em que se encontra a ciência sobre um determinado conhecimento. O principal objetivo de um trabalho de estado da arte é explorar diversas fontes confiáveis de produção e disseminação de conhecimento por meio de pesquisas acadêmicas, para mapeamento da literatura da área, com o propósito da organização dos estudos.

Para mapear a bibliografia que pode servir de ancoragem teórica para um(a) pesquisador(a) da LALS com foco na educação em saúde, nos inspiramos em trabalhos prévios (Gomes *et al.*, 2012; Costa; Silva; Jacóbsen, 2019) e recorremos, primeiramente, ao *Google Acadêmico*[3], por ser uma ferramenta gratuita e um dos mais eficientes na localização de resultados (Paiva, 2008). Para orientar nossa busca, recorremos à palavra-chave "saúde de surdos". Apresentamos na Tabela 1, a seguir, os primeiros artigos localizados, destacando a referência bibliográfica, o ano de publicação, o gênero acadêmico e o estado/região do primeiro autor do texto.

3 Também chamado *Google Scholar*, o *Google Acadêmico* é uma ferramenta gratuita do *Google*, específica para buscas de textos acadêmicos, incluindo artigos publicados em periódicos, relatórios, livros e gêneros acadêmicos, em geral. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Tabela 1 - Publicações acadêmicas localizadas pelas palavras-chave "saúde de surdos"

	Referência	Ano	Gênero acadêmico	Localidade/ Região
1	TEDESCO, Janaina dos Reis; JUNGES, José Roque. Desafios da Prática do acolhimento de surdos na atenção primária.	2013	Artigo	São Leopoldo - RS. Sul.
2	OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de; CELINO, Suely Deysny de Matos; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos.	2015	Artigo	Campina Grande - PB. Nordeste.
3	KARSTEN, Raphaela Marques Lopes; VIANNA, Nubia Garcia; SILVA, Eliete Maria. Comunicação do surdo com profissionais de saúde na busca da integralidade.	2017	Artigo	Campina – SP. Sudeste.
4	MAGALHÃES, Isabella Medeiros de Oliveira; *et al.* Validação de Tecnologia em Libras para educação em saúde de surdos.	2019	Artigo	Campina Grande - PB. Nordeste.
5	MAZZU-NASCIMENTO, Thiago; *et al.* Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos.	2020	Artigo	São Carlos - SP. Sudeste.
6	PEREIRA, Antonio Augusto Claudio; *et al.* "Meu sonho é ser compreendido": uma análise da Interação Médico-Paciente Surdo durante Assistência à Saúde.	2020	Artigo	Maringá - PR. Sul.
7	REZENDE, Regiane Ferreira; GUERRA, Leonor Bezerra; CARVALHO, Sirley Alves da Silva. A perspectiva do paciente surdo acerca do atendimento à saúde.	2021	Artigo	Belo Horizonte - MG. Sudeste.
8	SÁ, Ana Karine Laranjeira de; *et al.* Tecnologias educativas utilizadas na educação em saúde de pessoas com surdez: uma revisão integrativa.	2021	Artigo	Rosário - Argentina

9	SOLEMAN, Carla; BOUSQUATl, Aylene. Políticas de saúde e concepções de surdez e deficiência auditiva no SUS: um monólogo?	2021	Artigo	São Paulo - SP. Sudeste.
10	FRANCO, Ludmila Veiga Faria; *et al.* A Lei de Libras e o direito à promoção da saúde dos surdos no advento da pandemia de COVID-19 no Brasil: uma revisão de literatura.	2022	Artigo	Fluminense - RJ. Sudeste.

Fonte: Os autores.

No primeiro texto localizado, Tedesco e Junges (2013) buscam apontar os desafios que profissionais dos postos de saúde comunitária do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), em Porto Alegre (RS), vivenciam no atendimento aos usuários surdos. O estudo – de viés qualitativo – foi realizado a partir de entrevistas semiestruturadas com 12 profissionais, com a Coordenadora da Saúde Comunitária e a coordenação da assessoria no atendimento a usuários com necessidades especiais. Tais entrevistas – que focaram (1) no conhecimento sobre a política de acessibilidade e mobilidade de pessoas com deficiência; e (2) na forma como acontece o atendimento de pessoas surdas no cotidiano das UBS – foram gravadas e interpretadas segundo a análise temática. Resultados da pesquisa mostram que os profissionais buscam diferentes ferramentas para dar conta da dificuldade da comunicação com surdos. Ademais, com base na análise feita, duas categorias se sobressaíram, quais sejam: as ferramentas de comunicação com o usuário surdo e a postura na comunicação com ele. Dentre as ferramentas/estratégias de comunicação, os profissionais da saúde destacaram: a comunicação escrita, a presença de um familiar ou acompanhante e o uso de gestos (Tedesco; Junges, 2013).

No segundo texto mapeado, intitulado "Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos", Oliveira, Celino e Costa (2015) apresentam um estudo de abordagem

qualitativa com o objetivo de revelar como surdos percebem a comunicação com os profissionais de saúde, bem como compreender o significado da presença de um acompanhante oralizado como interlocutor durante atendimento na rede pública de saúde. Para tanto, foram realizadas 11 entrevistas com pessoas surdas (por meio da Libras). As falas dos entrevistados foram traduzidas para o português, transcritas e submetidas à análise de conteúdo temática, o que resultou em três categorias: (1) as ferramentas de comunicação na assistência à saúde dos surdos; (2) a presença do acompanhante como interlocutor; e (3) a comunicação em Libras. As autoras constataram que as estratégias de comunicação com surdos adotadas pelos profissionais de saúde se mostraram ineficientes, e mesmo a presença do acompanhante como interlocutor não garantiu a devida assistência, pois os surdos se mostraram sujeitos passivos no seu próprio processo saúde-doença. Destarte, os participantes salientaram que preferiam ser atendidos por profissionais que usassem língua de sinais, no sentido de estabelecer uma comunicação direta, mantendo sua privacidade e independência.

No terceiro artigo localizado, Karsten, Vianna e Silva (2017) abordam a comunicação do surdo com profissionais de saúde na busca da integralidade. O objetivo das autoras foi problematizar e identificar a concepção do surdo quanto à comunicação com os profissionais de saúde. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e participação de seis surdos adultos (três homens e três mulheres, com idades entre 19 e 44 anos), que tiveram perda auditiva nos primeiros anos de vida e que utilizavam a Libras como principal forma de comunicação. As entrevistas foram realizadas com o auxílio de uma profissional Tradutora Intérprete de Língua de Sinais (TILS), e o conjunto das informações obtidas foi submetido à análise temática de conteúdo. As autoras buscaram apresentar os resultados da pesquisa em duas categorias temáticas, as quais basearam-se (1) na relação profissional-paciente surdo e (2) na promoção da

autonomia dos pacientes surdos, os quais ressaltaram – de forma geral – as dificuldades de comunicação e da promoção de acessibilidade no atendimento em saúde. A conclusão maior do trabalho é: existem barreiras para os surdos na educação em saúde, devido à dificuldade de comunicação com os profissionais de saúde, e o conhecimento de Libras pela equipe de saúde facilitaria a relação profissional-paciente (Karsten; Vianna; Silva, 2017).

O quarto artigo mapeado, de autoria de Magalhães *et al.* (2019), foi produzido com o objetivo de construir e validar um vídeo educativo em Libras para educação em saúde de surdos acerca da Aids e suas formas de transmissão. Em termos metodológicos, o trabalho foi desenvolvido com referencial psicométrico em uma escola de audiocomunicação, com participação de cinco juízes e 18 pessoas surdas. Para a coleta de dados foi empregada a Escala Likert[4]; para a análise, o Alfa de Cronbach[5] e o Índice de Validade de Conteúdo. O vídeo educativo intitulado "Comunicação em Libras: aprendendo sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids)" tem duração de 20 min., e seu roteiro está dividido em três blocos e respectivos itens: Bloco A – Aids, formas de transmissão, sinais e sintomas, diagnóstico, tratamento, prevenção; Bloco B – Tipos de preservativos; Bloco C – Aids, um problema de saúde pública. De forma geral, os autores apresentam à comunidade acadêmica uma pesquisa favorável à promoção da saúde para pessoa surda, por meio de tecnologias digitais, acesso à informação e conteúdos importantes na área da saúde. Esses, infelizmente, nem sempre são informativos e acessíveis para a comunidade surda, contemplando o uso de legenda em vídeos, por exemplo (Magalhães *et al.*, 2019).

4 A *Escala Likert* (ou *Escala de Likert*) é um tipo de escala de resposta psicométrica comumente usada em questionários de pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nessa escala, as pessoas especificam seu nível de concordância (ou discordância) com relação a algumas afirmações.

5 O coeficiente Alfa de Cronbach, proposto por Lee J. Cronbach, é uma ferramenta para estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. Mais informações em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfa_de_Cronbach>. Acesso em: 13 jan. 2024.

No quinto artigo localizado, Mazzu-Nascimento *et al.* (2020) visam a identificar como é a formação de profissionais da saúde quanto à Libras, a partir de um estudo descritivo e transversal, desenvolvido com dados secundários, coletados no banco de dados eletrônico do Ministério da Educação. Para tanto, os autores analisaram a grade curricular e o projeto pedagógico de todos os cursos de graduação na área da saúde em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, com foco na análise da disciplina de Libras. Dos 5.317 cursos localizados, 2.293 (43,1%) ofereciam a referida disciplina, sendo 16,7% como disciplina obrigatória e a maioria (83,3%) como optativa. Em relação ao período ofertado, não houve um padrão, variando desde o primeiro até o décimo. Quanto à carga horária destinada à disciplina, dentre os 2.077 cursos que disponibilizavam essa informação, 11,1% ofertavam a disciplina com carga horária de até 20 horas, 49,4% com carga horária entre 21 e 40 horas, 29,9% entre 41 e 60 horas, 9,1% entre 61 e 80 horas. Apenas 0,5% dos cursos destinavam mais que 80 horas para o ensino de Libras (Mazzu-Nascimento *et al.*, 2020). Em média, os cursos de graduação em IES públicas (N=217) dedicavam 53,1 horas ao ensino de Libras, enquanto os cursos de IES privadas (N=1.860) dedicavam 45,8 horas. A conclusão principal dos autores aponta para fragilidades na formação dos profissionais de saúde quanto ao uso da Libras, o que reflete diretamente no atendimento integral dos surdos.

No sexto artigo exposto na Tabela 1, Pereira *et al.* (2020) tratam de uma análise da interação entre médico e paciente surdo durante a assistência à saúde. O objetivo do artigo em questão foi o de caracterizar os atendimentos de saúde aos surdos, na perspectiva dos profissionais médicos, dos internos de Medicina e dos próprios usuários, bem como discutir estratégias desenvolvidas na interlocução e interação médico-paciente (e as ferramentas para o aprimoramento da prática médica). No que concerne à metodologia, foi realizado um estudo observacional, descritivo, com análise integrada de conteúdo e participação de 181 indi-

víduos, divididos em três grupos: profissionais médicos (n=46), graduandos de Medicina (n=54) e indivíduos surdos (n=81). Pereira *et al.* (2020) empregaram dois instrumentos semiestruturados, um para médicos e internos, outro para surdos. As respostas das questões dissertativas foram organizadas em três *corpus* textuais relacionados ao sentimento dos profissionais médicos, internos e surdos durante o atendimento; e o material coletado foi submetido à análise lexicográfica via *software* IRaMuTeQ. Os resultados indicam que, dentre médicos e acadêmicos, 76% afirmaram que já atenderam um paciente com surdez. Embora 49% dos surdos tenham afirmado que já sentiram algum desconforto e, também, alguma segurança no atendimento, 55,5% mencionaram que já deixaram de ir ao médico por medo de não serem compreendidos, ou relataram algum problema, como dor, desconforto ou angústia (Pereira *et al.*, 2020). A participação de acompanhantes como mediadores da relação médico-paciente foi a estratégia mais apontada por todos os participantes.

No sétimo artigo localizado, Rezende, Guerra e Carvalho (2021) buscam conhecer a perspectiva do surdo quanto às melhorias necessárias no atendimento à saúde para essa população. Para tanto, as autoras realizaram uma pesquisa observacional transversal, com a participação de 124 surdos, que responderam um questionário semiestruturado, composto por questões de amostra (idade, sexo e tipo de comunicação) e uma pergunta aberta: "Você tem alguma sugestão para melhorar o atendimento de saúde ao surdo?". Tal pergunta podia ser respondida de forma escrita (em português) ou sinalizada (em Libras). A maioria dos participantes (83%) respondeu à questão aberta na modalidade escrita, e foram identificadas seis categorias temáticas: 1) Necessidade de melhorias; 2) Barreiras de comunicação); 3) Promoção da saúde; 4) Autonomia; 5) Conquistas; e 6) Legislação (Rezende; Guerra; Carvalho, 2021). Os resultados do trabalho evidenciaram necessidades de melhorias no atendimento à saúde do usuário surdo. A perspectiva da população surda estudada é pautada no desejo

de autonomia, de superação das barreiras de comunicação e de acesso à informação visando à promoção da saúde.

No oitavo artigo mapeado, Sá *et al.* (2021) abordam o papel da tecnologia no acesso à promoção de saúde por parte de pessoas surdas e buscam identificar evidências científicas encontradas na literatura acerca das tecnologias educacionais na área. A partir de uma revisão integrativa de literatura de artigos em português, inglês e espanhol – nas bases de dados MEDLINE via Pubmed, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Cochrane Library* e *Web Of Science* –, os autores organizaram as publicações por ano e chegaram a uma amostra final de 10 artigos, publicados entre 2010 e 2020. Na identificação dos recursos tecnológicos observados, os vídeos educativos merecem destaque, utilizados em quatro publicações, seguidos de avaliações no uso de *sites* em saúde, SMS, aplicativos e cursos *on-line*, o que confirmou certa efetividade das tecnologias assistivas no que concerne à igualdade de acesso, à promoção de saúde e à qualidade de vida para o público surdo.

No nono artigo apresentado na Tabela 1, Soleman e Bousquat (2021) buscaram identificar/analisar as políticas de saúde voltadas às pessoas surdas ou com deficiência auditiva no SUS, por meio de uma pesquisa documental, com foco nas políticas de saúde voltadas à deficiência auditiva/surdez entre 1990 e 2019. Os documentos (n=185) foram identificados na Biblioteca Virtual em Saúde e no Sistema de Legislação da Saúde. Desses, foram selecionados 11 que versavam sobre normativas de implementação tecnológica ou ação prática na assistência com foco na deficiência auditiva/surdez. Resultados evidenciaram que todas as políticas analisadas foram pautadas na concepção orgânico-biológica da surdez, pois nenhuma referência às particularidades linguísticas e culturais do surdo foi identificada. As autoras argumentam que essa lógica pode contribuir para dificultar o acesso do público surdo ao sistema de saúde, sobretudo, por aumentar a barreira

comunicacional, e concluem: para que de fato se cumpram os princípios doutrinários do SUS, é fundamental que políticas de saúde incorporem aspectos socioculturais, refletindo, em suas formulações, o surdo como um cidadão que apreende o mundo pelas vivências e experiências prioritariamente visuais, para o qual a língua de sinais é elemento central (Soleman; Bousquat, 2021).

O décimo e último artigo, de Franco *et al.* (2022), enfocou a pandemia do vírus Sars-CoV-2 (Covid-19). Trata-se de uma revisão de literatura referente a esse período em questão, que representou mudanças e avanços não só na área da saúde, mas, também, para a comunidade surda. A revisão de literatura contemplou um período de 20 anos (desde a aprovação da Lei de Libras) e foi realizada em três bases de dados – Medline, Lilacs e Base de Dados de Enfermagem (BDENF) –, com descritores em português (como "saúde" e "surdos") e em inglês ("*health*" e "*deaf*", por exemplo). Com o estudo, Franco *et al.* (2022) identificaram que, mesmo após duas décadas da aprovação da Lei de Libras, os diversos autores pesquisados apresentam as mesmas dificuldades em diferentes anos de estudo junto à comunidade surda quanto aos aspectos referentes à saúde e sua promoção. Dentre os desafios, a barreira comunicacional se sobressaiu.

Um olhar geral sobre a Tabela 1 nos permite confirmar que a temática da educação em saúde para surdo não é recente, com as produções mapeadas contemplando o período de 2013 a 2022. Ademais, as pesquisas avaliadas também aparentam estar suficientemente distribuídas pelo território nacional, com ausência apenas da Região Norte entre os artigos localizados, dado esse que sabemos ter relação com nosso recorte metodológico, pois conhecemos pesquisas na área da saúde na região, a exemplo de Santos *et al.* (2022) e Siqueira, Santos e Aleixo (2023), entre outros.

No que diz respeito aos gêneros acadêmicos das publicações expostas na Tabela 1, notamos o mapeamento de artigos, exclusivamente. Nesse sentido, para complementação de dados, um(a)

pesquisador(a) pode recorrer a buscas no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES[6], para a localização de pesquisas em nível de pós-graduação. Para nossa pesquisa, usamos a combinação de palavras-chave diferenciadas, a saber, "Educação em saúde" e "Surdez", o que resultou em 25 trabalhos mapeados. Filtramos os resultados a partir da grande área de conhecimento, selecionando as publicações de "Linguística, Letras e Artes". Essa delimitação resultou na diminuição do *corpus* para duas dissertações de mestrado.

Na primeira dissertação de mestrado mapeada, Barros (2019) teve por objetivo compreender, via análise da mediação da fonoaudióloga, o processo de construção/re(con)textualização da narrativa de uma adolescente surda em uma "Oficina Fonoaudiológica de Língua Escrita Mediada pela Libras", no Ambulatório de Surdez da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tal estudo qualitativo – uma pesquisa de campo com participação de uma profissional fonoaudióloga e de uma adolescente surda – contribuiu para a prática profissional fonoaudiológica e a autonomia da pessoa surda quanto ao seu desenvolvimento do discurso narrativo em Libras e no português escrito. Com base na autora, o atendimento bilingue para surdos conecta-se à importância do enfoque do português como segunda língua e da Linguística Aplicada (Barros, 2019).

Na segunda dissertação encontrada, a pesquisa focou nas narrativas de conflito de alunos surdos e TILS nas relações com a família, com a escola e com atividades profissionais. Lemos (2019), o autor, relata sua experiência como TILS no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), onde atua desde 2014, sobretudo, no Curso Bilíngue de Pedagogia, o qual motivou a realização da pesquisa, com objetivo de analisar as narrativas sobre conflitos linguísticos, interculturais e interpessoais. Para tanto, Lemos (2019) realizou uma pesquisa qualitativa e interpretativa com

6 Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>.

coleta de dados a partir de entrevistas, no viés da abordagem sociolinguística e etnometodológica, e propôs, por meio da Linguística Aplicada, gerar inteligibilidades sobre os conflitos e os problemas sociais subjacentes às práticas sociais de linguagem, dentro e fora dos contextos familiar, escolar e de trabalho, que estão imbricados na vida cotidiana.

Com o devido respaldo teórico-epistemológico da literatura da área, o(a) linguista aplicado(a) de uma LALS pode balizar sua atuação e potencializar sua práxis. No caso de um(a) profissional da área da atenção básica à pessoa surda e da educação em saúde, tal atuação pode ser orientada por pressupostos confirmados pelo levantamento do estado da arte, quais sejam: (1) é fundamental o uso da Libras ou de outras línguas de sinais para melhor atendimento em saúde da pessoa surda e humanização do serviço de saúde (*e.g.* Soleman; Bousquat, 2021; Franco *et al.*, 2022), e (2) as tecnologias digitais podem contribuir para a promoção de acessibilidade, de inclusão e de educação em saúde de forma profícua (Sá *et al.*, 2021).

Exemplos de ações práticas

Quando Moita-Lopes (2006) argumentou em prol de uma LA *in*disciplinar e criticou a LA dita "normal", que negligenciava questões sociopolíticas (e, por conseguinte, colaborava com a manutenção de injustiças sociais), o autor levantou questões urgentes sobre a práxis de linguistas aplicados. Conforme Moita-Lopes (2006, p. 22), "Politizar o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social é parte intrínseca dos novos modos de teorizar e fazer LA". Concordamos com essa perspectiva e argumentamos que ela também diz respeito ao papel do(a) pesquisador(a) na LALS.

Também vale mencionar os apontamentos de Leffa (2001) sobre a prática do linguista aplicado: pesquisar um fenômeno

que ocorre sempre do mesmo modo, dentro dos mesmos padrões de regularidade, já é um desafio para o pesquisador. Logo, estudar um fenômeno que muda entre o início e o fim da própria pesquisa, por conseguinte, é um desafio bem maior, pois, quando termina o estudo, o objeto inicial já se transformou em algo diferente. A mobilidade desse objeto de estudo exige, portanto, um paradigma de pesquisa altamente adaptável, que seja capaz de incorporar essas mudanças no momento em que elas ocorrem, uma espécie de "*just in time*" metodológico (Leffa, 2001). Não apenas concordamos com essa perspectiva, como aludimos à ideia de que o linguista aplicado não pesquisa *in vitro*, mas *in vivo* (Costa, 2021).

Para exemplificar e debater a atuação prática de um(a) pesquisador(a) no viés da LALS, passamos a relatar exemplos de ações práticas de educação em saúde e atenção básica para a pessoa surda no município de Boa Vista, capital de Roraima, referentes ao Novembro Azul, em 2023. Conforme registrado, tais ações foram realizadas na UBS do bairro Buritis[7], que possui quatro equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) e três de Estratégia de Saúde Bucal (ESB)[8].

Essas equipes trabalham conforme as demandas do público do bairro e as necessidades de acolhimento de pacientes fora da área do território. A cada mês, as equipes promovem ações voltadas para a saúde preventiva, no viés da educação em saúde, sobretudo, por meio (i) do estudo de riscos e potencialidades do território, (ii) da busca ativa por parte dos ACS, e (iii) do levantamento de dados cadastrais do local, incluindo os índices de hipertensos, diabéticos, pessoas com deficiência, gestantes, crianças e idosos. O objetivo é que as equipes possam intervir com ações voltadas para o âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção à saúde, a pre-

7 A escolha por essa UBS se dá pelo trabalho da primeira autora do capítulo no referido local.

8 Cada equipe de ESF é composta por um médico, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e pelo menos um Agente Comunitário de Saúde (ACS). Cada equipe de ESB é composta por um médico odontológico e um Técnico de Saúde Bucal (TSB).

venção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde (BRASIL, 2019).

No dia 13 de novembro de 2023, se apresentaram à UBS Buritis 10 acadêmicos do sétimo semestre do Curso de Letras Libras (bacharelado) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), para realização de atividades referentes ao componente curricular "Estágio em interpretação da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa: contexto não escolar"[9].

Os acadêmicos estagiários realizaram o convite à comunidade surda e a divulgação da campanha do Novembro Azul na UBS por meio da produção de um vídeo com duração de 2 minutos. Os acadêmicos Eryele Leal, Iasmin Oliveira da Silva e Cássio Almeida[10] realizaram a criação e edição do vídeo informativo, com áudio e legenda, fundamental para ampliar a acessibilidade daquele recurso audiovisual. Primeiramente, eles coletaram com a gestora da unidade as informações necessárias sobre a ação: quais serviços seriam ofertados para a população no dia da ação do Novembro Azul (com foco no público masculino), quais os documentos necessários para o atendimento no dia da ação e outras informações pertinentes à campanha. Após essa primeira coleta, os acadêmicos sistematizaram as informações (com uma espécie de roteiro para a criação do vídeo) e passaram às gravações, realizadas na própria UBS, com o auxílio de um celular e um tripé. O

9 Estágio com carga horária de 40h, incluindo a observação participativa e a atuação prática, realizado sob a orientação de docentes da UFRR. A supervisão da atuação dos estagiários foi realizada pela gestora da UBS, a primeira autora deste capítulo. Vale destacar também que a primeira experiencia de estágio do curso de Letras Libras (bacharelado) da UFRR na referida UBS deu-se em 2022, quando a atual gestora da unidade (1) exercia a função de assistente administrativo na recepção da unidade e (2) atuou como estagiária, enquanto acadêmica do curso Letras Libras (bacharelado) da UFRR. Desde então, e a partir da constatação dos frequentes casos de atendimentos a pessoas surdas na UBS, são realizadas parcerias entre a UBS, o referido curso de Libras e a Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), a qual facilita os trâmites para a execução do estágio. Não podemos deixar de registrar o quanto essa parceria é profícua e de grande potencial formativo para os estagiários, profissionais em formação.

10 Os participantes do estudo aderiram de forma voluntária, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordaram com a divulgação pública do vídeo gravado.

local já estava ornamentado com a temática, o que proporcionou uma contribuição significativa à linguagem visual acerca do tema.

A gravação do vídeo contou com a participação de três dos 10 acadêmicos[11], sendo um deles surdo, o qual atuou como protagonista. O vídeo mostra o rapaz surdo chegando ao posto de saúde e sendo atendido; na sequência, ele comenta (em Libras) sobre a atividade a ser realizada no dia 22 de novembro, com a ajuda das outras duas acadêmicas, que interpretaram as informações sinalizadas por ele, da Libras para o português[12]. Com o aval da professora orientadora do estágio, o vídeo concluído foi compartilhado em variadas plataformas e redes sociais, como o *Instagram* e o *WhatsApp*. O principal meio de compartilhamento deu-se via página do *Instagram* e de outras redes sociais da Associação Suo Jure Surdos de Roraima (ASSJSRR), com o endereço do local da UBS, para que a comunidade surda pudesse ter conhecimento da atividade a ser realizada. A Imagem 1, a seguir, é um *QR Code* para visualização do vídeo[13]:

Imagem 1 – *QR Code* de acesso ao vídeo da ação Novembro Azul na UBS Buritis

Fonte: Os autores.

11 Os demais também contribuíram com a edição do vídeo e o trabalho de pós-produção.

12 Após a conclusão da gravação, os acadêmicos realizaram a edição do vídeo no Laboratório de Informática do Curso de Letras - Libras (bacharelado) da UFRR.

13 Disponível também em: https://youtu.be/tCqMTPw6lOE.

A ação foi promovida pela Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista, e o evento foi realizado no dia 22 de novembro de 2023. O escopo da ação foi a saúde do homem surdo. Sobre esse tema, concordamos com Cesaro, Santos e Silva (2019, p. 1): "Percebe-se que os discursos que colocam os homens como sujeitos que buscam os serviços de saúde apenas quando há agravamento dos sintomas são desprovidos de uma leitura que reconheça que os marcadores sociais da diferença, como classe social e raça, produzem iniquidades em saúde". E acrescentamos: as questões de gênero e masculinidade quanto ao cuidado e à atenção à saúde complexificam-se ainda mais em relação às barreiras comunicacionais/linguísticas no caso de homens surdos.

Dentre as atividades efetivadas no dia da ação, podemos elencar: oferecimento de testes rápidos, realização de consultas médicas e odontológicas, entrega de preservativos e vacinação. Em especial, mencionamos uma palestra sobre a temática da campanha do Novembro Azul, a qual abordou a conscientização sobre e a prevenção do câncer de próstata. A palestra teve a participação da comunidade surda, incluindo ouvintes e acadêmicos do curso de Letras - Libras (Bacharelado) da UFRR.

Na data em questão, foram realizadas atividades no turno da manhã e da tarde. No turno da manhã, a ação começou por volta das 8h, e se estendeu até as 12h, com a participação das ESF e das ESB, além da atuação de uma psicóloga, que integra a equipe multiprofissional da UBS Buritis. No que concerne ao público-alvo do evento (isto é, homens surdos), dois compareceram à ação no turno da manhã, e contaram com acessibilidade no atendimento, em função da atuação dos acadêmicos-estagiários, que intermediaram a comunicação junto aos profissionais da saúde.

A Imagem 2, a seguir, é conformada por dois registros fotográficos das atividades realizadas no turno da manhã e do público presente.

Imagem 2 – Registros da ação Novembro Azul na UBS Buritis, no turno da manhã

Fonte: Os autores.

Para as atividades do turno da tarde, foi solicitada, em parceria com a UFRR, a participação de um TILS, que atuou interpretando as palestras. A primeira palestra realizada começou por volta das 14h, foi ministrada por um profissional da área da odontologia, em parceria com a equipe de ESB, e teve como temática o câncer de boca. Na sequência, tivemos a segunda palestra da tarde, proferida por uma psicóloga, que abordou os tabus referentes à saúde dos homens e aos cuidados desses quanto ao câncer de próstata. Essa fala que desconstrói estigmas mostrou-se fundamental para a introdução da terceira e última palestra do evento, que abordou de forma mais específica o câncer de próstata, os sintomas da doença, os meios para prevenção e os principais tratamentos[14].

A Imagem 3, a seguir, é composta por dois registros fotográficos das atividades realizadas no turno da tarde, que foram encerradas por volta das 18h.

14 As palestras tiveram duração em torno de 60 minutos, ao todo. Quanto ao público-alvo, no turno da tarde, participaram das palestras em torno de 18 homens. Logo após, deu-se continuidade com os atendimentos ofertados.

Imagem 3 – Registros da ação Novembro Azul na UBS Buritis, no turno da tarde

Fonte: Os autores.

De modo geral, a experiência pode ser avaliada como positiva no que concerne à adesão, considerando a participação de cerca de 40 homens, contando com a presença maior da comunidade surda, com a participação de sete homens surdos e uma mulher surda, que acompanhava seu irmão (também surdo). Ademais, vale destacar a participação de acadêmicos estagiários e docentes do Curso de Letras-Libras da UFRR. Também é pertinente registrar a participação do TILS do Departamento de Acessibilidade da UFRR, dos profissionais da UBS e dos profissionais do setor de comunicação da SMSA (que realizaram a cobertura do evento).

Um levantamento quantitativo posterior à ação confirmou que o evento contou com adesão positiva de público/beneficiados. Foram efetuados 44 atendimentos com médicos e enfermeiros, incluindo a realização de testes rápidos; 72 atendimentos na sala de vacina; oito atendimentos odontológicos e variados atendimentos gerais à população, como aferição da pressão arterial (PA), aplicação de vitamina A e medição da glicemia.

Quanto à construção de saberes, a avaliação da ação também foi positiva, sobretudo, no que tange às explanações sobre a prevenção, a causa, os sintomas, o cuidado e o tratamento do câncer de próstata. Alguns dados apresentados – por exemplo, o

câncer de próstata ocupar a segunda posição[15] entre os tipos mais frequentes de câncer no país – repercutiram entre o público. De modo geral, a comunidade surda teve acesso às palestras mediante a interpretação em Libras e contou com atendimentos junto aos profissionais médicos, enfermeiros, odontólogos e técnicos de enfermagem, com distribuição de preservativos e exames rápidos, entre outras ações que se mostram fundamentais para a educação em saúde da pessoa surda.

A atividade resultou em um relato de um dos surdos que participou da ação não só como acadêmico do estágio do Curso de Letras-Libras da UFRR, mas também como usuário do Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo o surdo como protagonista, e com a interpretação de voz direta de uma das acadêmicas do Curso de Letras-Libras, o vídeo contou com tratamento de edição posterior, por parte dos profissionais do setor de comunicação da SMSA. O vídeo foi divulgado como forma de registro das ações que a UBS do município de Boa Vista (RR) realizou[16]. A Imagem 4, a seguir, apresenta um *QR Code* de acesso ao vídeo divulgado nas redes sociais, inclusive, no *YouTube*:

Imagem 4 – Relato em vídeo sobre ação referente ao Novembro Azul na UBS Buritis.

Fonte: Os autores.

15 O câncer de próstata ocupa a segunda posição entre os tipos mais frequentes de câncer no país. Entre os homens, é o câncer mais incidente no Brasil, em todas as regiões. Em 2020, ocorreram 15.841 óbitos por câncer de próstata, equivalentes ao risco de 15,30 mortes a cada 100 mil homens (Radar, 2023).

16 Com o aval da Secretária Municipal de Saúde de Boa Vista, a Exª. Srª. Regiane Matos.

A partir de nossa perspectiva, a ação não só alcançou seus objetivos quanto à educação permanente em saúde, mas também exemplifica alguns dos cuidados mais fundamentais na atuação prática de um(a) pesquisador(a) na LALS, quais sejam: (1) a intervenção direta na realidade social de uma comunidade surda, (2) a promoção de construção de saberes por parte do surdo, com foco em sua autonomia e protagonismo, (3) o uso da Libras ou outras línguas de sinais, e (4) o diálogo potente entre diferentes esferas sociais, tais quais a UBS e a universidade, por exemplo.

Considerações finais

A proposição de uma seara de LALS decolonial – emergente das realidades locais de comunidades surdas e estudiosos das línguas de sinais – abre um leque de questões para debate, dentre as quais destacamos: Qual o papel de um(a) pesquisador na referida área? Neste trabalho, cujo escopo é a atenção básica e a educação em saúde com foco na pessoa surda, entendemos que a atuação do(a) linguista aplicado(a) de uma LALS deve configurar a práxis, isto é, contemplar a ação e a reflexão sobre a ação de forma recursiva, a teoria e a prática de forma contínua. No que concerne à dimensão teórica, é necessário embasar a prática em trabalhos, estudos e pesquisas da área, razão pela qual o estado da arte deve ser considerado. No caso de um(a) pesquisador(a) preocupado com questões de educação em saúde e atenção básica, o levantamento e o estudo da literatura da área indicam a importância do uso das línguas de sinais, do trabalho do TILS e das tecnologias contemporâneas para a promoção de acessibilidade e melhor atendimento da pessoa surda.

No que concerne à dimensão prática, essa deve enfocar questões sociais importantes na realidade local, visando à sua transformação. O prestigiado artigo de Leffa (2001) sobre o compromisso social da Linguística Aplicada já registrava que essa é uma ciência aparentemente talhada para atender a necessidades

sociais. De forma semelhante, uma LALS preocupa-se com seu compromisso social, não em um viés utilitarista, mas preocupada com as demandas das comunidades surdas e suas línguas de sinais. Isso posto, argumentamos que a educação em saúde pode propiciar ações que aprimoram a acessibilidade às pessoas surdas e a garantia de serem inseridas nesse contexto como protagonistas do fazer saúde, razão pela qual, com o respaldo do breve estado da arte apresentado, passamos ao relato de experiência referente às ações práticas realizadas por uma UBS de Boa Vista (RR) referentes ao Novembro Azul. Finalmente, esperamos, com este trabalho, incentivar outras ações semelhantes de educação em saúde e da atenção básica para surdos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, K. C. C.; PORTILHO, E. M. L. State of the art and state of knowledge: a research experience in learning in higher education. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, p. e147111637744, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37744. Acesso em: 16 jan. 2024.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. Maneiras de compreender a Linguística Aplicada. *Revista Letras*, Santa Maria (RS), n. 2, p. 4-10, 1991.

ARAÚJO, P. J. P.; COSTA, A. R.; OLIVEIRA, A. F. Uma Linguística Aplicada das Línguas de Sinais no Sul Global e a formação do professor-pesquisador de Libras L2 no Brasil. *The ESPecialist*, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 146-166, 2024.

BARROS, M. P. G. de. *Da Libras para o Português escrito:* mediação fonoaudiológica na coconstrução e re(con)textualização da narrativa de uma adolescente surda. 2019. 179f. Dissertação (Mestrado em Estudos da linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Atenção Básica*/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

CAVALCANTI, M. C. *A propósito da Linguística Aplicada*. Trabalhos em Linguística Aplicada, n. 7, p. 5-12, 1986.

CESARO, B. C.; SANTOS, H. B.; SILVA, F. N. M. Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem. *Rev. Panam. de Salud Publica.* 42:e119, 2018.

COSTA, A. R.; SILVA JÚNIOR, A. F. da; ZAMBRANO, C. E. G.; SILVA, M. V. da. (Org.) *Caminhar, transitar, transgredir pela Linguística Aplicada crítica e decolonial.* Boa Vista: UERR Edições, 2024. 196p.

COSTA, A. R.; SILVA, P. L. O. da; JACÓBSEN, R. T. Plasticidade cerebral: conceito(s), contribuições ao avanço científico e estudos brasileiros na área de Letras. *Revista Entrepalavras*, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 457-476, 2019.

COSTA, M.; LÓPEZ, E. *Educación para la salud.* Madrid: Pirámide, 1996. p. 25-58.

GARCIA, R. R. de O. *Sinais-termo da área de traumatologia e ortopedia:* uma proposta de glossário bilíngue em Língua Portuguesa - Língua de Sinais Brasileira. 2021. 277f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade de Brasília, DF. 2021.

GOMES, A. F.; COSTA, A. R.; FIALHO, V. R.; SANTOS, L. H. dos. Uma análise da produção de teses e dissertações sobre Objetos de Aprendizagem na área de Linguística e Letras. *Domínios de Lingu@gem*, Uberlândia, v. 6, n. 2, p. 150-169, 2012.

KARSTEN, R. M. L.; VIANNA, N. G.; SILVA, E. M. Comunicação do surdo com profissionais de saúde na busca da integralidade. *Revista Saúde e Pesquisa*, v. 10 n. 2, maio/ago. 2017.

LEFFA, V. J. A Linguística Aplicada e seu compromisso com a sociedade. *In*: *VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada*. Belo Horizonte, outubro de 2001.

LEMOS, G. de S. *Narrativas de conflito com alunos surdos e intérpretes de Libras nas relações com a família, a escola e atividades profissionais*. 2019. 234f. Dissertação (Mestrado em Estudos da linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

MAGALHÃES, I. M. de O.; FRANÇA, I. S. X. de; COURA, A. S.; ARAGÃO, J. da S.; SILVA, A. F. R.; SANTOS, S. R. dos; BASÍLIO, E. E. F.; SOUSA, F. S. de. Validação de Tecnologia em Libras para educação em saúde de surdos. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 32, n. 6, p. 659-666, 2019.

MAZZU-NASCIMENTO, T.; MELO, D. G.; EVANGELISTA, D. N.; SILVA, T. V.; AFONSO, M. G.; CABELLO, J.; MATTOS, A. T. R. de; ABUBAKAR, O.; SOUSA, A. S.; MOREIRA, R. P.; SOARES, M. V. V. N.; SOUZA, L. C. de; RIBEIRO, A. M. F.; CHAVEIRO, N.; PORTO, C. C. Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos. *Audiology - Communication Research* (ACR), n. 25, 2020.

MERTZANI, M. Quão longe fomos com a Linguística Aplicada de Sinais na educação de surdos? *Pro-Posições*, v. 26, n. 3(78), p. 41-58, set./dez. 2015.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

OLIVEIRA, Y. C. A. de; CELINO, S. D. de M.; COSTA, G. M. C. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. *Physis*, 25 (1), 2015.

PAIVA, V. L. M. de O. e. Internet e sistemas de busca: ampliando o universo de professores e aprendizes de língua inglesa. *In*: MACIEL, R. F.; ARAUJO, V. A. (Orgs.). *Ensino da Língua Inglesa:* contribuições da Linguística Aplicada. Campo Grande: Editora UNAES, 2008. p. 43- 58.

PEREIRA, A. A. C.; PASSARIN, N. de P.; NISHIDA, F. S.; GARCEZ, V. F. "Meu sonho é ser compreendido": uma análise da Interação Médico-Paciente Surdo durante Assistência à Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 44(4): e121. 2020.

RADAR DO CÂNCER. *Próstata***.** 2023. Disponível em: https://encurtador.com.br/diAV6. Acesso em: 15 jan. 2024.

REZENDE, R. F.; GUERRA, L. B.; CARVALHO, S. A. da S. A perspectiva do paciente surdo acerca do atendimento à saúde. *Revista Cefac*, 23 (2), 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcefac/a/kZtDr6C98zW6PDQPCvnnJRs/?lang=pt#. Acesso em: 15 jan. 2024.

SÁ, A. K. L. de; MAIA, M. T.; SILVA, A. M. da; CAPPELLETTI, A. Tecnologias educativas utilizadas na educação em saúde de pessoas com surdez: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, 2021.

SANTOS, R. S. dos; CORRÊA, V. C.; SANTOS, R. C. dos; PEDREIRA, E. N.; ABREUW, G. de; CORRÊA, D. L.; CORRÊAS. A. C. L. Educação em saúde bucal em um Centro de Atendimento aos Surdos na região Norte do Brasil: Relato de experiência. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 15(11), 2022.

SIQUEIRA, A. P. de O.; SANTOS, J. de S.; ALEIXO, F. Terminologia em língua brasileira de sinais: um paradigma em construção na área da saúde. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 45, e67751, 2023.

SOLEMAN, C.; BOUSQUAT, A. Políticas de saúde e concepções de surdez e deficiência auditiva no SUS: um monólogo? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 8, 2021. Disponível em: https://encurtador.com.br/cjvNV. Acesso em: 15 dez. 2023.

TEDESCO, J. dos R.; JUNGES, J. R. Desafios da Prática do acolhimento de surdos na atenção primária. Comunicação Breve. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 8, 2013.

WALSH, C. *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial*. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala. 2005.

EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS, REDAÇÃO NO ENEM E MÍDIA: TENSÕES DIALÓGICAS EM DEBATE

Romulo Flores Dias Bolivar

Introdução

No presente artigo, analisamos, com base na materialidade linguística, algumas tensões discursivas, mobilizadas em uma reportagem sobre a repercussão da proposta de redação do Enem de 2017. A publicação em análise apresenta como título "Tema da redação do Enem é 'desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil'". O enunciado em análise organiza-se em oito parágrafos, apresenta título, subtítulo, *hiperlinks* para mais informações sobre o exame, para temas de anos anteriores, e é assinado pela jornalista Paula Ferreira.

O escopo teórico em que nos apoiamos é a análise dialógica da linguagem. Partimos de algumas marcas da língua, para verificar como a língua, compreendida não como uma estrutura rígida, mas como uma manifestação cultural de expressão da vida, caracteriza-se como uma potente ferramenta de elucidação de tensões, visto que os signos são compreendidos de um ponto de vista sócio-histórico e, dessa forma, dialogam com uma memória, que, no caso das pessoas surdas, está imersa em um longo contexto de opressão social, no qual a língua foi o principal meio de concretização.

O artigo está organizado nas seguintes seções: introdução, com apresentação geral sobre o tema; uma seção sobre a perspectiva dialógica da linguagem; e, em seguida, outra seção de análises e considerações; por último, apresentamos as conclusões de nossa investigação.

A língua/linguagem em perspectiva dialógica

No século XIX, a linguística estava orientada por um ponto de vista cognitivo, tendo Wilhelm Humboldt, linguista alemão, como um expoente dessa premissa, a qual consistia na linguagem como condição de existência do pensamento. Sobre essa perspectiva, Bakhtin argumentou que "a língua é deduzida da necessidade de o homem autoexpressar-se, de objetivar-se" (Bakhtin, 2016, p. 23).

Desse ponto de vista, podemos observar uma preocupação na relação sujeito e sua expressão, sendo que a comunicação, o diálogo com o outro, nessa forma de conceber a linguagem, não era uma questão. Também comungava dessa visão outro linguista, citado por Bakhtin, Vossler, linguista alemão, que defendia a premissa da linguagem como "função expressiva", compreendida como forma particular do sujeito expressar sua experiência interna com o mundo, sendo limitada a isso.

Em razão disso, a linguagem como interação – baseada na comunicação entre sujeitos ativos concretos – não era uma discussão nesse momento histórico. Sobre os demais expoentes teóricos citados, influenciados por uma corrente idealista de pensar a linguagem, não tinham o diálogo como um ponto de interesse. Pelo contrário, sob essas perspectivas, a linguagem era vista como forma de expressão do pensamento e, a partir disso, como condição de existência.

Além dos teóricos mencionados, Mikhail Bakhtin também estabeleceu um diálogo, teórico, com a perspectiva estruturalista de

Ferdinand de Saussure, considerado o pai da linguística moderna no Ocidente. O linguista e filósofo russo criticou uma das questões abordadas no Curso de Linguística Geral (CLG), justamente por não considerar o outro, no diálogo falante e ouvinte, como ativo, pelo contrário, concebido apenas como passivo.

Nesse sentido, Bakhtin posiciona-se acerca da premissa estruturalista

> nos cursos de linguística geral (inclusive em alguns tão sérios quanto o de Saussure) aparecem com frequência representações evidentemente esquemáticas dos dois parceiros da comunicação discursiva – o falante e o ouvinte (receptor do discurso); sugere-se um esquema de processos ativos de discurso no falante e de respectivos processos passivos de recepção e compreensão do discurso no ouvinte (Bakhtin, 2016, p. 24).

Tais proposições representam um dos principais pontos da ruptura proposta por Bakhtin, uma vez que, à luz de seus estudos, não há como pensar em uma linguagem que não pressuponha o aspecto dialógico. Trata-se do que a teoria bakhtiniana chama de "responsivo", ou seja, a interação baseia-se no sentido de que todo enunciado gera uma resposta. A partir dessa noção, o autor russo propõe uma forma de visualizarmos a linguagem que supere esse monologismo, de um falante que expressa para um ouvinte passivo, o qual apenas recebe o que está sendo expresso.

A respeito desse caráter responsivo da linguagem, Bakhtin adverte que

> [...] essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da

> fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (Bakhtin, 2016, p. 25).

Dessa forma, o linguista e filósofo russo compreende a linguagem como algo dinâmico, portanto, não há como pensarmos em papéis pré-estabelecidos, como apontam os esquemas da linguística clássica, e nisso está a discordância do autor. Por esse motivo, há uma proposição teórica outra, dado que a linguagem está em relação com sujeitos, pressupõe alguém que se expressa em direção a um interlocutor, que, posteriormente, fará sua réplica, de formas diversas.

Assim, a linguagem é concebida não do ponto de vista estático, como algo já pré-determinado, uma vez que a comunicação discursiva está na vida, logo, marcada por sujeitos singulares em condições concretas diversas e únicas. Diante disso, como argumentou o autor, todo ouvinte é um falante, pois o processo dialógico instaura etapas, sendo essa posição, ouvinte, uma, porém, não é a única, e sim um dos momentos da comunicação ativamente dialógica.

Sobre as etapas que constituem o momento da comunicação ativamente dialógica, "a compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta real e em voz alta" (Bakhtin, 2016, p. 25). Tais reflexões apontam o aspecto dinâmico da linguagem, a qual não prescreve papéis, por se tratarem de posições cristalizadas, mas considera o movimento que caracteriza a relação entre linguagem, vida, circunstâncias e interlocutores plurais.

Nas palavras de Bakhtin,

> todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (Bakhtin, 2016, p. 26).

Com base nessa argumentação do autor, compreendemos a linguagem, na sua dimensão dialógica, caracterizada por esse devir, visto que todo enunciado está constituído de um enunciado posterior. Por isso, prescrever como o diálogo deve acontecer, conforme os manuais de linguística criticados por Bakhtin, não corresponde à linguagem viva, dado que a vida expõe os interlocutores às mais variadas circunstâncias, sendo, assim, inconcebível determinar a forma de expressão e o conteúdo do que será dito para alguém.

Desse ponto de vista, a linguagem inclui o seu caráter sistêmico, pois, segundo a perspectiva bakhtiniana, compõe a integralidade do enunciado vivo, ou seja, a marca da língua não é desprezada nessa concepção. Apesar disso, a linguagem não é autossuficiente, como argumentaram os estruturalistas e formalistas, pois pelo enunciado supõe-se um sujeito que a enuncia para um interlocutor. O caráter dialógico, nesse sentido, não necessariamente está no acordo, mas no desacordo e na polêmica também. A linguagem figura, portanto, como um fluxo discursivo, no qual as palavras são atualizadas pelo sujeito.

No que tange à posição do sujeito, Bakhtin enfatiza que "o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir" (Bakhtin, 2016, p. 28). Assim, a todo enunciado está relacionado um sujeito, uma autoria. Sob esse aspecto, destaca-se o termo enunciado concreto como uma produção discursiva constituída da materialidade verbal e da responsividade de um sujeito na vida, por isso, concreto.

Essa alternância de sujeitos, conforme Bakhtin (2016), é o aspecto que demarca um enunciado, porque não existe enunciado sem a interação discursiva. Essa característica é o que compreendemos por bivocalidade, a linguagem como embate discursivo, em que dois interlocutores instauram a tensão por meio da alternância dos sujeitos do discurso. Tal dinâmica discursiva é estabelecida em acordo com o gênero discursivo, mas sem negar o ativismo do sujeito. Dessa maneira, a alternância de vozes não é algo prescrito, mas singular e concreta.

As tensões no gênero reportagem

O gênero a ser analisado neste trabalho é a reportagem, de circulação na esfera digital. Falando especificamente, trata-se de uma matéria, veiculada pelo jornal O Globo, publicada no dia cinco de novembro de 2017. Essa reportagem tem como título "Tema da redação do Enem é 'desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil'" e foi assinada pela jornalista Paula Ferreira.

Fonte: Captura de tela feita pelos autores (2024).

Com o objetivo de repercutir sobre a escolha da temática da educação de surdos para a redação do Enem daquele ano, a reportagem traz alguns professores e coordenadores, profissionais da educação e linguagens, para discorrerem sobre o assunto abordado no exame. Destacamos que as vozes, reverberadas na matéria, são de profissionais de escolas particulares do Rio de Janeiro, em sua maioria. Além disso, há o uso de um discurso institucional, do Ministério da Educação (MEC), comentando sobre o porquê da escolha desse tema.

Com o objetivo de delimitar o objeto de análise deste trabalho, devido às limitações deste artigo, justificamos a utilização de apenas duas vozes: as falas de dois professores atuantes em escolas particulares. Essas vozes foram privilegiadas para a análise por compreendermos o contexto neoliberal dos cursinhos e

as disputas por poder que circundam as instituições particulares quando se trata de acertarem a temática da redação do Enem. É pertinente também considerar a relevância das redações de nota mil (máxima) no Enem, suas projeções midiáticas, e a apresentação dos temas, de grande repercussão na sociedade.

Já com relação ao conjunto de vozes que repercutem a temática da redação, a primeira a ser destacada na reportagem é a de Rafael Pinna, coordenador de Redação do Colégio de A a Z, do Rio de Janeiro, segundo o qual,

> a proposta de um tema de inclusão de pessoas com deficiência é uma aposta que aparece há bastante tempos nos temas prováveis. Não chega a surpreender, até porque nos últimos anos tem uma tendência de falar de grupos excluídos e marginalizados. Não fugiu dessa lógica (Pinna *apud* Ferreira, 2017).

Além disso, o educador destaca, acerca da proposta de redação, que

> o tema parece mais específico que nos anos anteriores. O aluno deve ter cuidado para não falar genericamente sobre pessoas com deficiência, ou sobre pessoas surdas. Ele deve falar sobre a educação para esse grupo (Pinna *apud* Ferreira, 2017).

Em um primeiro momento, podemos observar a forma como o educador se refere às comunidades surdas do país, "grupos excluídos e marginalizados" (Pinna *apud* Ferreira, 2017). Essa designação já demonstra o reconhecimento, por parte do sujeito enunciador, das lutas históricas que os grupos de pessoas surdas enfrentaram e seguem enfrentando na sociedade de hoje.

Com relação aos termos "excluídos" e "marginalizados", é possível estabelecermos um diálogo com os estudos decoloniais, em especial, o que argumentou Walter Mignolo (2008). Esse autor discutiu identidades no contexto de uma crítica aos modelos imperialistas de produção de identidades. Nas palavras do autor,

> uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do 'real' (Mignolo, 2008, p. 291).

Conforme a argumentação de Mignolo, há uma lógica na produção e articulação social de identidades consideradas inferiores, justamente para manterem, por meio de sua expressão, a legitimação e uma suposta superioridade de outras. Essa superioridade é sistematizada a partir de um conjunto de artefatos, como aspectos teóricos, legislativos e produção de subjetividades.

Com base nisso, é interessante observarmos como o professor adjetivou as comunidades surdas, pois há uma marca de bivocalidade: por um lado, os termos utilizados apontam para a alteridade, no sentido de compreender as singularidades que compõem as vivências surdas, constituídas, sobretudo, no processo de luta política, com a língua – Língua Brasileira de Sinais (Libras) –, o principal signo de enfrentamento político.

Por outro lado, reforça-se também uma posição de estigma, por situar as comunidades surdas em um lugar de menos prestígio, o que está relacionado com o que Carlos Skliar, importante teórico da educação de pessoas surdas. O autor explicitou que "produto da hegemonia de uma ideologia clínica dominante na educação de surdos" (Skliar, 1998, p. 7). No que tange às representações atribuídas às pessoas surdas, há uma tendência em vincular uma ideologia clínica, ao compreender o indivíduo surdo apenas do

ponto de vista da lesão, como uma pessoa vista pela ausência de algo, o que retoma a ideia de um corpo com defeito.

Mediante isso, é disseminada essa identidade considerada como patológica, o que aloca as pessoas surdas sob uma ótica de inferioridade que irá se expressar nos mecanismos sociais, os quais tendem a enxergar as pessoas surdas por um olhar paternalista, que consiste na incapacidade. Por isso, destacamos como há uma problemática quando ocorrem essas designações, utilizadas na fala do educador, por apresentarem, de forma implícita, o reforço de um olhar ouvintista.

Sobre a segunda fala do professor, visualizamos uma dicotomia: pessoa com deficiência e pessoas surdas, com destaque para o termo linguístico utilizado, "ou", uma conjunção que indica um uso alternativo de uma pela outra designação. Isso sinaliza para um esclarecimento, por parte do sujeito, com relação à distinção que há, no campo dos estudos surdos, sobre a compreensão do signo surdo como particularidade linguístico-cultural, o que se afasta da noção de patologia.

Em razão dessa singularidade linguística e cultural, existe, no campo teórico, essa distinção dos termos, deficiência e surdo, pois essa relação sempre foi danosa para as comunidades surdas, por serem, historicamente, representadas a partir de um discurso médico. Já falando dessa relação e suas discussões no campo dos estudos na educação de pessoas surdas, o autor, surdo, britânico Paddy Ladd (2013) argumentou que

> a teoria da deficiência conseguiu vingar nos 1980 quando as pessoas deficientes identificaram atitudes para consigo na base da crença de que não seriam humanos plenos devido à ausência de, ou ao mau funcionamento de uma faculdade física e designaram isto de modelo médico da deficiência que na realidade 'culpava as vítimas' pela sua incapacidade de atingir a igualdade (Ladd, 2013, p. 16).

Conforme Ladd (2013), a deficiência sofreu, e ainda sofre, um estigma ancorado no corpo, regido pela noção de corpo perfeito, relacionado com a questão da produtividade e do capital, portanto, um discurso que emerge do capitalismo e de suas bases coloniais. A partir disso, a concepção do corpo defeituoso irá se instaurar no seio social, o que terá, por consequência, uma representação paternalista sobre as pessoas com deficiência, vistas como incapazes, físico e cognitivamente, e não apropriadas para os processos de produção do capital.

Entretanto, com uma intensa mobilização social, sobretudo, dos movimentos de pessoas com deficiência, ocorre uma guinada, isto é, há uma superação da ideia de se adequar ao modelo social e uma cobrança em direção à sociedade, que deve ser construída para a garantia da cidadania plena de todas as pessoas. Nessa abordagem, o foco se desloca do sujeito para as condições sociais em que ele está inserido, portanto, a garantia das cidadanias, sem distinção de pessoas, é uma responsabilidade social.

Segundo Ladd (2013), isso é o que se convencionou chamar de modelo social da deficiência, ou seja, a compreensão não está mais nas limitações do corpo, mas no contexto social, haja vista que é necessário que haja a garantia de um espaço que garanta a equidade de todas parcelas sociais que compõem a sociedade. Diante disso, há uma importante perspectiva assumida, pois, a discussão, a partir desse momento, gera uma nova tensão, a luta ideológica que o signo deficiência assume.

Já com relação à educação de pessoas surdas, embora haja esse avanço nas discussões, ainda havia um resquício bastante problemático, visto que

> [...] muitos ficam desconfortáveis com a sua inclusão no modelo social da deficiência porque, embora ele se possa construir para os assimilar, o critério utilizado para incluir as comunidades Surdas nos seus

> grupos é o da surdez física – por outras palavras, o conceito médico. Assim a legislação do modelo social é ajustada às necessidades que advém da deficiência auditiva individual, tal como as capinhas luminosas, os telefones de texto e a legendagem da televisão, e é aplicável tanto a Surdos como as pessoas que perdem a audição – não sendo especificamente das comunidades Surdas, nem se dirigem as suas necessidades mais profundas (Ladd, 2013, p. 16).

Em razão disso, essa dicotomia – pessoa com deficiência *versus* pessoa surda – produz uma tensão, a qual gera muitas discussões nos diversos campos, como é caso da educação, em que há grupos de pessoas surdas que argumentam não estar situadas no campo da educação especial, por exemplo, já que são um segmento que se diferencia não pela questão do corpo, mas por uma singularidade linguística.

Essa premissa é assumida pelos segmentos surdos, o que o próprio pesquisador Paddy Ladd (2013) chamou de "modelo linguístico-cultural". Sob essa perspectiva, as pessoas surdas são concebidas como minorias linguísticas, são compreendidas por sua luta pela língua, e não pela centralidade do corpo, o qual, visto pela ótica da lesão, é representado pelo capitalismo como improdutivo na sociedade.

Além disso, destacamos outro termo presente na fala do professor em análise, "genericamente", que também aponta um elemento expressivo interessante, pois é um signo que remete a um grupo de coisas, um gênero ou a aspectos relacionados a ele. Por se tratar, nessa discussão, da educação de pessoas surdas e por essa temática estar, no imaginário popular, ainda atrelada à noção de deficiência, visualizamos como o uso da conjunção "ou" é dotada de uma expressividade, pois não se trata só de um termo da língua, mas de um recurso sígnico utilizado, pelo autor do enunciado, para materializar a concretude da sua fala. Isto é,

na concepção do professor entrevistado, há, em nossa interpretação, uma relação entre os termos "pessoas com deficiência" e "pessoas surdas".

Já com relação à segunda voz presente na reportagem, mais uma vez, trata-se de professor com atuação em escolas particulares do Rio de Janeiro, Raphael Torres, que atua no Colégio Pensi e no curso QG do Enem. Sobre a temática da redação, Torres declarou que,

> mais uma vez, vemos um tema sobre minorias, mas com um nível de especificidade que me surpreendeu. Primeiro pelo fato de realmente trabalhar com uma categoria que sofre invisibilidade social gritante: se analisarmos outras categorias que não têm visibilidade, os surdos têm menos ainda. Além disso, o tema deixa o Estado totalmente exposto. É uma questão que dá para 'detonar' o governo com tranquilidade, abordando a falta de infraestrutura e de oportunidades de inclusão. Os candidatos precisam estar atentos ao fato de que o tema destaca a questão da formação educacional. Isso pode gerar uma confusão, assim como em 2015 quando o tema trazia falava sobre a 'persistência' da violência contra a mulher (Torres *apud* Ferreira, 2017).

Novamente, observamos o uso do substantivo "minorias" para categorizar, de um ponto de vista político, as comunidades surdas do Brasil. Sobre o termo mencionado pelo educador, frisamos a tensão dialógica que o constitui, pois pode apresentar um sentido de valorização, assim como pode, de alguma forma, contribuir no processo de compreensão do estigma, tendo em vista que ratifica as pessoas surdas em um lugar de invisibilidade social.

Em relação à construção de sentidos que compõe a cadeia discursiva em que o signo "surdo" está inserido, destacamos o argumento do pesquisador Carlos Skliar (1998),

> o fato de que a educação dos surdos não se atualize em sua discussão educativa pode revelar a presença de um sentido comum que estabelece uma cadeia de significados obrigatórios, como a seguinte: surdos – deficientes auditivos – outros deficientes – educação especial – reeducação – normalização – integração. Paralelamente a essa continuidade de significados, surge também um conjunto de contrastes binários, que são típicos deste território educacional. Isto é, a pedagogia para surdos se constrói, implícita ou explicitamente, a partir das oposições normalidade/anormalidade, oralidade/gestualidade, etc (Skliar, 1998, p. 8-9).

Com isso, compreendemos como o processo de designação desse segmento social sempre esteve envolto de uma tensão. O estigma do corpo com deficiência foi atrelado ao paradigma educacional da integração política de educação especial. Foi direcionado a pessoas com deficiência e que compreendessem a deficiência pelo olhar do corpo com uma ausência. A partir das lutas dos movimentos surdos no país, a tensão foi sendo intensificada e as vozes/mãos surdas foram estabelecendo os seus sentidos, relacionados com uma perspectiva socioantropológica.

No entanto, o signo "surdo" segue situado em contexto de sentidos discrepantes, dado que há um ponto de vista da normalização do corpo, concebido pela falta da audição, bem como há uma resposta, o acabamento enunciativo, elaborado pelos movimentos surdos, que instauram um embate discursivo ao apresentarem um outro modo de compreender a pessoa surda. Mediante essa discussão, destacamos, na fala de Torres, o uso do substantivo "minorias", pois refrata essa luta interna do signo, na qual os sentidos, em embate, são mobilizados pelo autor que, embora tenha um projeto enunciativo, que irá valorar o signo de um determinado modo, ainda assim, está passivo de atualizações, diálogos, a depender de quem o interpreta.

No que tange à valoração atribuída pelo autor, ressaltamos mais um trecho, "sofre invisibilidade social gritante: se analisarmos outras categorias que não têm visibilidade, os surdos têm menos ainda" (Torres *apud* Ferreira, 2017). Outra vez, podemos constatar a tensão, materializada na língua quando o autor situa as comunidades surdas em uma posição de exclusão, na periferia das opressões. Por isso, há o uso do termo "minorias", pois há uma relação de alteridade, no sentido de compreender as lutas em comum, as quais estão situadas em um processo de combate à matriz colonial da sociedade, que não oportuniza às pessoas surdas – assim como pessoas negras, LGBTQIAP+, mulheres e tantas outras "minorias" – condições dignas na sociedade.

Além disso, podemos encontrar, na fala de Torres, a dicotomia apresentada na argumentação do professor Carlos Skliar, que, no caso do enunciado em análise, consiste na relação visibilidade/invisibilidade. Essas categorizações materializam, do ponto de vista linguístico-discursivo, os processos de lutas enfrentados pelas comunidades surdas na sociedade. Apesar de já terem conseguido algum espaço, a falta de acessibilidade linguística, sobretudo, na educação, segue sendo a principal pauta de denúncia por parte das pessoas surdas.

Considerações finais

Com o objetivo de analisar as tensões discursivas, mobilizadas pelas marcas da língua, em uma reportagem sobre a repercussão da proposta de redação do Enem de 2017, este artigo fez um breve trabalho de compreender os sentidos em disputa nos discursos.

Sobre as conclusões, constatamos a temática da educação de pessoas surdas sendo compreendida sob um ponto de vista macro, o qual ultrapassa a formação educacional, pois entende as lutas surdas como um movimento maior, o qual coloca essa pauta em igualdade com outras lutas históricas: negritudes, di-

reitos LGBTQIAP+, mulheres etc. Com isso, nos dois enunciados analisados, os dois professores situam as pautas surdas como de minorias sociais, sendo a língua, no caso das comunidades surdas, o principal artefato de luta.

Também concluímos que a língua, entendida não como uma estrutura rígida, mas como uma manifestação cultural de expressão da vida, caracteriza-se como uma potente ferramenta de elucidação de tensões, visto que os signos são compreendidos de um ponto de vista sócio-histórico, dialogam com uma memória, que, no caso das pessoas surdas, está imersa em um longo contexto de opressão social, do qual a língua foi o principal meio de concretização.

Ademais, destacamos as dicotomias, as quais nos mostram como há uma segregação na nossa sociedade que separa os corpos pela lógica capitalista da produtividade. Com a utilização de distinções como visibilidade/invisibilidade, surdos/deficientes, podemos observar, na língua, como a vida está presente nos enunciados, pois as marcas linguísticas não são expressas de maneira fortuita, pelo contrário, estão impregnadas de vida, vivências, valores diversos.

Dessa forma, então, argumentamos na língua como enunciado concreto, porque é na articulação da forma da língua com a vida que conseguimos expressar os valores que nos constituem, bem como os educadores o fizeram. Apesar de algum distanciamento da temática, salientamos que há uma relação de alteridade, de modo a compreender a relevância do tema em um exame de abrangência e repercussão nacional, apesar de suas falas estarem orientadas para um viés neoliberal, endereçadas ao público, estudantes, de suas respectivas escolas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Ed. 34, 2016.

FERREIRA, P. Tema da redação do Enem é 'Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 nov. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-e-vestibular/tema-da-redacao-do-enem-desafios-para-formacao-educacional-de-surdos-no-brasil-22015977. Acesso em: 25 set. 2024.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

LADD, P. *Em busca da surdidade I*: a colonização dos Surdos. MARTINI, M. (Trad.). Lisboa: Surd'Universo, 2013.

SKLIAR, C. *A surdez:* um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

INTEGRANDO PLATAFORMAS E ENSINO: UMA PROPOSTA DIDÁTICA DECOLONIAL ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA COMUNIDADE *GAMER* SOBRE A FRANQUIA DE VIDEOGAMES: *MARVEL'S SPIDER-MAN*

Michele Passos Rommel Silva
Alejandra Judith Josiowicz

Marvel's Spider-Man: um marco de resistência nos videogames

Alinhada a um potente produto cultural, as histórias em quadrinhos do Homem Aranha, criadas em 1962 e de autoria de Stan Lee, a franquia de jogos eletrônicos *Marvel's Spider-Man*, que traz o famoso herói como protagonista, teve seu último título, *Marvel's Spider-Man 2*, lançado em 20 de outubro de 2023 pela *Insomniac Games*. O jogo trouxe consigo diversos aspectos decoloniais em sua narrativa, seja promovendo a visibilidade de grupos considerados subalternos em seus personagens ou adotando mecânica e jogabilidade inovadoras. Já desde as histórias em quadrinhos de Stan Lee publicadas nos Estados Unidos na década de 1960, o Homem Aranha trouxe temas pertinentes à luta contra a opressão, especialmente contra o racismo (Bateman, 2015). Foi assim que Spider-Man se tornou um ícone *pop*, também por meio de suas releituras em filmes, desenhos animados e jogos eletrônicos, mas, em muitos casos,

esse potencial de resistência ficou apagado por trás da ênfase na comercialização (Bateman, 2015).

Sendo esse o terceiro jogo da franquia, é o segundo que conta com Miles Morales, jovem negro e de descendência latina, como protagonista da trama. Dessa vez, ele divide o papel principal com Peter Parker, mas, nesse caso, Morales é o protagonista indiscutível (*Insomniac Games*, 2023; *Insomniac Games*, 2020). O protagonista negro, que fora introduzido em 2011, tinha sua existência, até então, restrita ao universo dos quadrinhos, e chegou ao grande público por meio da transposição para o cinema no filme *Homem-Aranha no Aranhaverso*, lançado em 2018 nos Estados Unidos e em 2019 no Brasil (IMDB, 2018).

Ainda nos quadrinhos, quando o personagem negro foi criado em 2011, o anúncio da saída do personagem branco, Peter Parker, do papel de protagonista, para dar espaço a Miles Morales, um personagem afro-latino, fez emergir discursos violentos e racistas na comunidade *geek* (Petri, 2011). Nas plataformas, vozes conservadoras se manifestaram fortemente contra o advento de um herói negro (Petri, 2011). Ao mesmo tempo, a presença de Miles Morales trouxe uma maior identificação de uma parte do público, que não conseguia se identificar com os heróis da ficção, que são predominantemente brancos. Segundo seus criadores, Sara Pichelli e Brian Michael Bendis, a composição do personagem foi inspirada por Barack Obama, ex-presidente estadunidense, e pelo cantor Donald Glover, conhecido por seu nome artístico Childish Gambino, que também empresta sua voz a Miles Morales (Truit, 2014).

Picheli e Bendis construíram o personagem em resposta ao aumento considerável de filhos de imigrantes em seu público leitor, constituído por jovens que não se sentiam representados pelo estereótipo do herói branco (Huffpost, 2016). Dessa forma, o personagem se consolidou não como um substituto para o protagonista branco, mas como um personagem independente que foi confirmado pela própria companhia desenvolvedora, *Insomniac*

Games, como o protagonista mais importante dos jogos do Universo Spider-Man (*The Gamer*, 2023). Essa afirmação consolidou a posição ocupada por Miles Morales, tentando contrarrestar os ataques racistas que o protagonista segue sofrendo, assim como a deslegitimação do público conservador, que continua mesmo após mais de 10 anos de sua criação (*The Gamer*, 2023).

No primeiro jogo da franquia que trouxe o personagem de Miles, lançado em 2018, o jogador assumia controle do personagem apenas por alguns momentos *(Insomniac Games*, 2018). Já no segundo jogo da franquia, lançado em 2020, chamado *Spider-Man: Miles Morales*, ele adquire mais protagonismo, inclusive, aparecendo no nome do jogo. Nele, o jogador assume o papel de Miles, que fala com sua mãe tanto no idioma inglês quanto no espanhol, e sua casa aparece decorada com diversos simbolismos porto-riquenhos (*Insomniac Games*, 2020). Através dessa estética visual, os criadores tentaram transmitir, sem estereótipos, a experiência de uma família latina que reside nos Estados Unidos da América (Dreadxp, 2020).

As reações do público foram variadas. Por um lado, temos algumas que celebraram a conquista de uma diversidade maior no jogo. Por exemplo, o criador de conteúdo de 27 anos, porto-riquenho, P1SM, filmou e publicou sua reação ao ver o trailer de anúncio do jogo *Marvel's Spider-Man: Miles Morales* e declarou: "Representatividade importa... importa!" (*Youtube*, 2020, tradução da autora), emocionando-se ao se sentir legitimamente representado. Diversos jogadores comentaram seu vídeo, afirmando que compartilhavam a mesma emoção, enquanto outros falavam que conseguiram, através de seu conteúdo, compreender esse sentimento – apesar de serem pessoas brancas. Entretanto, também houve reações e comentários racistas e xenófobos em diversas plataformas, como *Youtube* e X (antigo *Twitter*), que tinham como alvo o personagem e todo o cenário afro-latino retratado.

O lançamento de *Marvel's Spider-Man 2* em outubro de 2023 trouxe Miles novamente como protagonista do jogo, que agora era coestrelado por Peter Parker. *Marvel's Spider Man 2* fornece ao jogador a liberdade de estar em um mundo aberto, onde é possível interagir com NPCs (*non-playable characters*, personagens não jogáveis), executando missões que podem – ou não – afetar o desenvolvimento da história principal que, por sua vez, segue um roteiro pré-determinado. A franquia *Marvel's Spider-Man*, em seus três jogos, deixa um legado que explicita como o *videogame*, como produto cultural, ao assumir uma postura decolonial, é capaz de romper barreiras de raça, língua e gênero. Através de uma experiência imersiva, os jogos conseguem, de forma lúdica e prazerosa, transformar a comunidade ao visibilizar grupos considerados subalternos.

Com o lançamento de *Marvel's Spider-Man 2* e a consolidação de Miles como o protagonista da franquia, desatou-se, por um lado, uma cascata de discursos de ódio, que invadiram as plataformas digitais. Dessa forma, grupos conservadores demandavam que o jogo fosse protagonizado pelo que chamavam de "o verdadeiro" *Spider-Man*, pois o único que consideravam legítimo é Peter Parker, o personagem de etnia branca. Por outro lado, é possível ver uma série de reações que celebrava a presença de Morales e demonstrava a sua importância para os *videogames* e seu público.

Ao propor uma atividade didática que envolva analisar os tecnodiscursos (Paveau, 2017), discursos produzidos e compartilhados no meio digital, produzidos sobre um potente produto cultural que faz parte da cultura contemporânea dos jovens, esse artigo tem como principal objetivo perceber como os alunos desenvolvem um pensamento crítico e decolonial acerca dos textos encontrados nas plataformas de redes sociais.

Marco teórico: fundamentação da análise e da proposta

A professora Doris Cristina Matos (2020) define "o decolonial como um processo que busca transcender historicamente a colonialidade através da construção de outras formas de poder, saber e ser, criando novas epistemologias e ontologias" (Matos, 2020, p. 96). Segundo a autora, a decolonialidade é uma nova forma de pensar a experiência vivida que, por meio do enfrentamento dos processos colonizadores que permeiam nossa sociedade, e até mesmo nossos corpos, busca extrapolar historicamente a colonialidade ao compreender as estruturas de nossa sociedade e como, para o povo brasileiro e da América Latina, "os modelos coloniais, patriarcais, heterocisnormativos, ainda são imperantes" (Matos, 2020, p. 98).

Emerge a necessidade de que mediadores e educadores, cientes da importância de formar um aluno questionador, com pensamento crítico-reflexivo, estabeleçam currículos que estejam alinhados com essa virada decolonial. Dada essa mudança de paradigma, Matos (2020) afirma que, como o currículo é uma potência e dá sentido à identidade, "devemos refletir sobre quais poderes estamos perpetuando e sobre quais estamos negligenciando, além de quais identidades estão sendo construídas sobre eles" (Matos, 2020, p. 103). Sendo o ato de educar, por si próprio, um ato político, fundamental para a formação do cidadão, a abordagem de temas emancipatórios e a promoção do debate sobre a colonialidade do poder em espaços de ensino se tornam potentes ferramentas para uma educação decolonial.

Tal como argumenta bell hooks em seu livro *Ensinando a transgredir:* a educação como prática da liberdade (2013), tais mudanças não são facilmente aceitas ou incorporadas pela maioria dos docentes, dado que todos devemos olhar para nós mesmos e reconhecer nossa cumplicidade na aceitação e perpetuação de

preconceitos (hooks, 2013). Considera-se também que discentes, muitas vezes, podem se mostrar desinteressados quanto a temas que consideram não relacionados ao conteúdo da disciplina, aquele que foi estabelecido pelo livro didático e que eles legitimam como único válido a ser ensinado na sala de aula (hooks, 2013).

Assumir um currículo decolonial e aplicá-lo durante o processo de ensino-aprendizagem, é se comprometer em romper práticas coloniais que são intrínsecas em nossa sociedade, que foram inseridas sutilmente nos hábitos, na cultura, nas representações e nos discursos que são normalizados (Matos, 2020). Uma abordagem de ensino decolonial precisa ser interseccional, evitando dicotomias ou o estabelecimento de um suposto *ranking* que estabeleça opressões mais ou menos severas, grupos que sofrem mais ou menos os efeitos da colonialidade (Collins, 2015).

Inúmeros outros combates, não menos importantes, pelo contrário, devem ser reforçados por um currículo decolonial. Podemos citar como exemplo o combate à discriminação social, à xenofobia crescente contra imigrantes, ao extermínio da população indígena, a valorização dos saberes não legitimados pela academia, principalmente os provenientes da população rural, que habita longe das metrópoles, e dos direitos das pessoas da comunidade LGBTQIA+ (Antra, 2024). Segundo pesquisa anual realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 131 pessoas trans de 15 a 40 anos foram assassinadas no Brasil em 2022, tornando-o o país que mais mata transexuais no mundo (Antra, 2024).

Neste trabalho, será utilizada a perspectiva de Análise do Discurso Digital (Josiowicz, Deusdará, Baronas, 2022; Paveau, 2014), que analisa os discursos produzidos no âmbito digital. É importante ressaltar que os tecnodiscursos possuem sentidos linguísticos e tecnológicos indissociáveis, tornando-se, então, co-dependentes (Pinheiro e Nogueira, 2023; Paveau, 2017). Em uma atividade didática que envolva analisar os tecnodiscursos

produzidos pela comunidade *gamer*, será possível promover o debate e o pensamento crítico-reflexivo de estudantes que pertencem a uma geração intrinsecamente conectada e relacionada ao digital.

No contexto educacional contemporâneo, é importante levar em consideração os Estudos das Plataforma e como a tecnologia está relacionada ao modo de vida, através de artefatos tecnológicos e serviços que se transformam em espaços de disputa e controvérsias (D'Andrea, 2020). Leva-se em consideração, também, alguns estudos sobre nativos digitais, que (embora seja um conceito amplamente discutido hoje em dia) ponderam que métodos de ensino tradicionais têm se mostrado, cada vez mais, menos eficazes com gerações de alunos integradas à tecnologia desde seu nascimento (Prensky, 2001). Estando acostumados com a ludicidade e um contato diário com telas provenientes de diversos aparelhos, além da velocidade com a qual obtém informação através deles, alunos de instituições que se apoiam unicamente em métodos tradicionais e restringem o acesso ao digital – isolando aparelhos celulares etc. – em uma sala de aula verticalizada, têm sofrido com a dificuldade de aprender um conteúdo que lhes é transmitido de uma forma que não condiz com a velocidade de seu mundo fora dos muros da escola (Silva, 2021).

A Pandemia de Covid-19 (Sars-cov-2) foi determinante para uma entrada forçada da tecnologia em instituições mais tradicionais, já que a adoção do ensino remoto obrigou os docentes a se reinventarem, aprendendo a utilizar recursos tecnológicos (Silva, 2021). Por sua vez, muitas instituições começaram a ser mais maleáveis quanto à adoção da tecnologia no processo de ensino, já que, segundo Silva (2021), houve um aumento no investimento de recursos tecnológicos, que antes era de 44%, para 64%, apenas no âmbito das escolas particulares (Silva, 2021). Considera-se, então, que ferramentas digitais têm a capacidade

de potencializar o processo de ensino-aprendizagem devido ao seu caráter lúdico, especialmente entre jovens e crianças.

Os *videogames* são um exemplo disso, não apenas devido à sua capacidade de entreter, mas também como espaços de disputa por sentidos sobre raça, classe e gênero (Nakamura, 2012). Afinal, durante muitos anos, jogar *videogames* foi visto como uma prática elitizada exercida, em sua maioria, por homens – especialmente brancos e privilegiados, devido ao alto custo que precisava ser investido para consumir *videogames* e computadores até a década de 2010 (Scalzi, 2012). O aumento exponencial de jogadores mulheres, pretas e *queer*, as quais têm se tornado gradativamente mais influentes e poderosas em um mercado que tem gerado lucros milionários e definido *status*, provocou questionamentos e fortes reações combativas por parte de setores conservadores (Nakamura, 2012).

A ocupação de espaço e o fortalecimento das jogadoras mulheres, pretas e *queers*, cada vez mais presentes nos *videogames*, coincide com uma mudança de paradigma no desenvolvimento nos jogos que, gradativamente, acolhem questionamentos de padrões conservadores e a incorporação de aspectos decoloniais em suas narrativas e personagens, oferecendo visibilidade a grupos oprimidos por aqueles que estão protegidos por seus privilégios (Scalzi, 2012; Nakamura, 2012). Esse novo cenário tem abalado as estruturas tradicionais da comunidade *gamer*, fazendo emergir controvérsias nas plataformas digitais (D'Andrea, 2020), que viraram espaço de intenso conflito entre discursos que defendem as práticas decoloniais e emancipatórias nos jogos e aqueles que, violentamente, tentam restaurar sua narrativa conservadora e preconceituosa (Scalzi, 2012; Nakamura, 2012).

O discurso conservador de grupos dominantes não se restringe às críticas inerentes às narrativas, personagens e posturas decoloniais adotadas pelos desenvolvedores e criadores de jogos eletrônicos. Utilizando vários recursos das plataformas, mensa-

gens, comentários, *posts* e vídeos, para massivamente, atingir e menosprezar mulheres pretas e a comunidade queer, cuja presença na comunidade têm se tornado cada vez mais relevante. Ao assumirem papéis importantes e adquirirem grande influência, elas fazem funcionam como catalisadoras, criando alianças com grande parte do público consumidor de videogames, outrora invisibilizada.

Pesquisadores, estudiosos, desenvolvedores de jogos, autores e influenciadores da comunidade *geek* tentam conscientizar seu público por meio de plataformas digitais como *blogs* e redes sociais. John Scalzi, autor de livros de ficção científica e presidente do *Science Fiction and Fantasy Writers of America*, blogueiro com mais de 50.000 visualizações por dia em sua página, desafiou seus leitores, predominantemente homens brancos, com seu artigo "*Straight White Male: The Lowest Difficulty Setting That There is*" ("Homem Branco Héterossexual: O Mais Fácil Nível De Dificuldade Que Existe") (2012). Nele, Scalzi usa a metáfora dos *videogames* para comparar as dificuldades dos jogos com as da vida real. Fazendo analogia com o nível de dificuldade selecionado ao iniciar um jogo – geralmente divididos em "fácil", "médio" e "difícil", ele afirma que ser um homem branco e heterossexual é jogar o jogo da vida na dificuldade mais fácil (Scalzi, 2012). Ele utiliza uma linguagem acessível para seu público *geek* e *gamer*, reconhecendo o sexismo e a invisibilidade das mulheres na comunidade. Scalzi explicita como o mero ato de jogar se tornou uma forma de privilégio (Scalzi, 2012). Nos comentários de seu *blog,* a resistência é evidente, pois seu público branco e heterossexual nega reconhecer seus privilégios. Scalzi é enfático ao não permitir discursos de ódio em seu *blog*, excluindo-os constantemente na tentativa de manter sua página um lugar seguro para os grupos oprimidos.[1]

1 Comentários no artigo: Straight White Male: The Lowest Difficulty Setting There Is. Link: https://whatever.scalzi.com/2012/05/15/straight-white-male-the-lowest-difficulty-setting-there-is/#comments.

Por sua vez, Lisa Nakamura, professora, pesquisadora e coordenadora de Estudos Digitais na Universidade de Michigan, escreveu um artigo que segue a proposta de Scalzi, nomeando-o: "*Queer female of color: The highest difficulty setting there is? Gaming retoric as gender capital*" (2012). Nele, Nakamura argumenta que as mulheres são constantemente menosprezadas pela comunidade *gamer*, mais ainda quando são pretas e *queer*. Isso se intensifica ao levar em consideração que a cultura *gamer*, os jogos eletrônicos e suas plataformas têm se tornado um meio real de investimento financeiro, aquisição de *status* e influência (Nakamura, 2012). Isso se torna um aspecto determinante para que o patriarcado branco e conservador insista em tentar calar as minorias, impedindo-lhes o acesso e o poder, evitando que elas também ascendam e se tornem vozes importantes. Segundo Nakamura, "É evidente que quanto mais o capital gerado pelos videogames se identifica com a masculinidade branca, mais árdua é a batalha para que exista sua distribuição, posse e circulação" (Nakamura, 2012).

Com a popularização das transmissões on-line de jogos por plataformas como *Twitch*, *Youtube* e *Tiktok*, revela-se também a LGBTfobia do ambiente *gamer*. Durante transmissões, por meio de comentários dos espectadores ou durante partidas *on-line* em que é possível se comunicar via áudio com outros jogadores, diariamente mulheres, negros e membros da comunidade *queer* sofrem comentários preconceituosos, homofóbicos e transfóbicos, além de racistas (PGB, 2024).

Contando com uma suposta certeza de anonimato, esses grupos, que compõem uma grande parcela da comunidade *gamer*, diariamente cometem crimes nas redes e tentam impedir veementemente a participação de grupos subalternos. Seus privilégios, e o anonimato fornecido por seu *nickname*, impulsionam uma sensação de poder que extrapola o digital (BBC, 2017).

Análise dos discursos sobre o jogo *Marvel's Spider-Man 2*

Utilizando a Análise do Discurso Digital como perspectiva, ao coletar 10 postagens feitas em plataformas como o *X*, *Facebook* e *Youtube*, observaremos como tanto discursos violentos quanto discursos de resistência surgem em reação aos aspectos decoloniais presente nos videogames da franquia *Marvel's Spider-Man*. Por questões de respeito à privacidade, não citaremos postagens completas, nem nomes de usuários. Esses discursos foram coletados e selecionados com proximidade ao lançamento do jogo *Marvel's Spider-Man* 2, quando as opiniões, tanto violentas, quanto de celebração, permearam as redes sociais.

Analisamos, primeiramente, as reações violentas, racistas e xenófobas. Na plataforma *X* (http://www.x.com) é possível encontrar inúmeros comentários racistas como as seguintes postagens: "Esse homem aranha negro é bem abaixo do Peter Parker. Peter é bem mais carismático que esse produto do identitarismo[sic]". Em outra postagem da mesma plataforma, um outro usuário afirma: "O cara conseguiu roubar até o lugar do protagonista. Negritude nível máxima essa aí.". Chama a atenção, nessa postagem, a associação de pessoas negras ao ato de cometer roubos, denotando uma visão preconceituosa e racista.

Outra postagem diz: "Depois do mural do BLM [*Black Lives Matter*] do tamanho de um prédio no jogo do miles[sic] eu já esperava que esse 'spider 2' seria daí pra baixo. Os caras nem disfarçam a fórmula. O 1º vem normal, nas sequências, os roteiristas de gênero fluído botam pra ***** na lacração". Nessa postagem, é possível ver como apenas o fato de o jogo trazer o mural do movimento *Black Lives Matter* incomodou parte do público que tenta menosprezar pessoas de sexualidade não binária. O usuário também usa o termo "lacração", amplamente acionado por grupos conservadores para se referir de forma depreciativa a aspectos decoloniais que são defendidos por alguém em alguma mídia. O termo, que se instituiu

e se popularizou na comunidade LGBTQIA+ "para expressar algo absolutamente diferente e arrebatador" (O Globo, 2019), foi apropriado por grupos conservadores e ressignificado.

A comunidade LGBTQIA+ emerge no jogo como parte de uma missão em que *Spider-Man* precisa ajudar um casal homoafetivo e inter-racial a declarar seus sentimentos (*Insomniac Games*, 2023). Nesse contexto, o casal é composto por um rapaz indiano e um rapaz negro. A existência da missão novamente despertou no público reações opostas. Por ser uma missão opcional, parte do público afirmou que se recusava a jogar, além de relatar que acreditavam ser inaceitável uma relação homoafetiva estar sendo retratada no jogo. No comentário postado no vídeo de Youtube que mostra a missão do casal homo afetivo, lemos: "Deus, eu queria tanto socar a tela durante essa missão! "[2]. Esse discurso evidencia como a LGBTQIA+fobia está alinhada à atos violentos. O usuário afirma ter vontade de agredir os personagens em cena devido ao mero fato de se tratar de uma representação de um casal homoafetivo.

Figura 1: Cena da missão homoafetiva que trouxe discursos de celebração e de ódio nas plataformas

Fonte: Marvel's Spider-Man 2 (*Insomniac Games*, 2023).

2 Comentário extraído de vídeo do Youtube no link: https://www.youtube.com/watch?v=PnYPEfhmGlE.

Também aparecem discursos sexistas, em resposta à obrigatoriedade de assumir o papel da personagem Mary Jane, uma mulher. Devido à alteração que a aparência da personagem sofreu, tendo seus visuais menos sexualizados, encontramos no *X* a postagem: "Sim, ela tem traços masculinos, Mary Jane agora parece e age como uma lésbica feminista", entre vários comentários que criticam o empoderamento da personagem.

Entretanto, assim como encontramos discursos violentos, é possível encontrar postagens que celebram a representatividade desses grupos considerados subalternos por meio de seus personagens e sua narrativa. Ao tentar contemplar a diversidade, o jogo insere pessoas com deficiências não somente em sua narrativa, mas também adotando uma inovadora mecânica de acessibilidade através de recursos visuais que facilitam a jogabilidade para daltônicos e deficientes auditivos.

Situando-se em uma Nova Iorque recriada no digital, o jogo estabelece uma relação direta com o espaço urbano já que é possível encontrar, em um ponto específico, um mural que homenageia o movimento *Black Lives Matter*, Vidas Negras Importam[3]. Esse tema, como falamos anteriormente, aparecia no jogo anterior, também através de um mural (*Insomniac Games*, 2020). Dessa forma, o jogo coloca em cena a importância da adoção de temas decoloniais, ao homenagear um movimento de grandiosa potência, consolidado após a trágica morte de George Floyd, afro-americano de 46 anos, vítima da brutalidade policial estadunidense (Silverstein, 2021).

Nessa perspectiva antirracista, a *Insonmaniac Games*, produtora do jogo, na edição de 2023, manteve os aspectos que tanto marcaram os títulos anteriores da franquia. O mural com o grafite homenageando *Black Lives Matter*[4] permanece no jogo, sendo mo-

3 Mural faz homenagem ao *Movimento Black Lives Matter,* em Marvel's Spider Man: Miles Morales. Link: https://www.gamerpoint.com.br/noticias/marvels-spider-man-miles-morales-presta-homenagem-ao-movimento-black-lives-matter/.

4 Novo mural homenageando o movimento *Black Lives Matter em Marvel's Spider Man 2*. *Link*: https://youtu.be/heg6DOAHD9A?t=16.

dificado e agora incluindo mãos que expressam em ASL, *American Sign Language*, a Linguagem Americana de Sinais, a palavra em inglês: *Love*.

Figura 2: Mural do Movimento Vidas Negras Importam (*Black Lives Matter*) que é encontrado no jogo

Fonte: *Marvel's Spider-Man: Miles Morales (Insomniac Games*, **2020).**

Figura 3: Nova versão do mural que pode ser encontrado no último jogo da trilogia, homenageando o Movimento *Black Lives Matter* e utilizando a ASL – *American Sign Language,* com mãos de pessoas de diferentes etnias, para compor a palavra *Love* (amor), visibilizando a comunidade surda

Fonte: *Marvel's Spider-Man 2 (Insomniac Games*, **2023).**

Além disso, é possível encontrar inúmeras postagens de jogadores que celebram os aspectos antirracistas e veem, na presença do protagonista, uma potência que os comove. Um usuário, na plataforma *X*, afirma: "Toda representatividade foi extremamente importante, o final é emocionante, e abriu mais espaço ainda *pro* melhor miranha[sic]"[5]. Outro relato encontrado na rede social X fala, de forma emocionada: "fui muito feliz vendo o miranha[sic] do miles, chorei e sorri pra ***. MT BOM TUDO ISSO FUI MUITO FELIZ TE AMO MILES. MLK[sic] TEM UM SUPER HEROI NEGRO, FILHO. MEU IRMÃO, MINHA CUNHADA E MINHA NAMORADA DIZEM QUE EU PAREÇO O MILES"[6]. Podemos perceber, pela tipografia adotada na postagem, com todas as letras em caixa alta, a emoção no discurso do jogador que se identifica com o protagonista, afirmando sua felicidade ao ser comparado com um personagem pelo qual adquiriu tanto afeto durante a jornada proposta pelo jogo. Através da representatividade trazida por Miles, jogadores negros que não se viam como os heróis dos *videogames*, majoritariamente brancos, criaram uma conexão única com o jogo como espaço coletivo de aliança e dignidade.

É possível encontrar também postagens que celebram a diversidade sexo-genêrica, assim como étnico-racial adotada pelo jogo como na seguinte postagem: "Caras, tô vendo a série do [youtuber] jogando Spider Man 2 e toda hora eu fico muito emocionada e feliz com toda a representatividade nesse jogo, apresentando pessoas lgbt, dando protagonismo a pessoas pretas, e o que eu achei mais legal, PCDs sendo valorizadas tbm! Maravilhoso! "[7]. Percebe-se como a diversidade se torna um dos tópicos principais ao se falar do jogo, justamente por, de forma tão natural, incluir personagens que não coincidem com o padrão heteronormativo.

5 Postagem na plataforma X: https://twitter.com/Brunex92/status/1728127731551052112.
6 Postagem na plataforma X: https://twitter.com/lyracomi/status/1670937842132869120.
7 Postagem na plataforma X: https://twitter.com/lu_chiara_/status/1724251095935881416.

Quanto à representatividade de pessoas com deficiência, *Marvel's Spider-Man 2* traz a personagem Hailey, que é uma artista de rua afro-americana que possui deficiência auditiva. Durante o jogo, Hailey se comunica por meio da linguagem de sinais, e se torna um personagem jogável durante uma missão. Além disso, a música e os sons do jogo desaparecem para o jogador, que precisa se guiar pela vibração do controle. Dessa forma, o jogo se aproxima e explora a experiência do mundo de uma pessoa surda (*Insomniac Games*, 2023). Hailey é uma artista de rua e sua missão se relaciona com os grafites que ela cria nos muros de Nova Iorque. É possível encontrar nas redes relatos de pessoas surdas que se emocionaram ao se identificarem com a personagem, como no relato encontrado na rede social *X*: "sim, é mesmo, ela... igual a mim... não consegue falar. eu também não consigo falar".

Jogadores que não possuem deficiência também foram impactados, compreendendo melhor a deficiência auditiva e seus diversos níveis. Outro relato que podemos encontrar no *X*, afirma: "Meu namorado está jogando o novo spider man 2 e é tãããão legal! Os gráficos são INCRÍVEIS e eles tem uma personagem surda usando ASL meu coração tão feliz!"[8]. Os relatos mostram como a inclusão de personagens com deficiência contempla jogadores que dificilmente se veem representados pela maior parte das mídias digitais já que, quando essa representatividade ocorre, geralmente ela vem carregada de estereótipos que relacionam suas deficiências à fragilidade e inocência.

Podemos perceber, por meio dessa análise, que os aspectos decoloniais adotados no *videogame Marvel's Spider-Man 2* são capazes de gerar tanto discursos violentos quanto discursos de celebração e resistência nas plataformas.

8 Postagem na plataforma X: https://twitter.com/amcc12_93/status/1716312772890529947 .

Proposta de sequência didática decolonial

Abordar gêneros textuais que emergem nas plataformas tecnológicas tem sido uma forma de aproximar a sala de aula da experiência do aluno (Prensky, 2021). É importante considerar que, apesar da proibição do acesso de menores de 13 anos às redes sociais, estabelecida pelos termos de uso da maioria das plataformas (D'Andrea, 2010), e o Projeto de Lei 2.268/2022, que visa a proibir que menores de 12 anos criem contas nessas plataformas (BRASIL, 2022), a Pesquisa *TIC Kids On-line* Brasil divulgou que, em 2023, 86% dos jovens brasileiros de 9 a 17 anos possuíam perfis ativos em redes sociais (Tic Kids Brasil, 2023). Considerando que 85% dos jovens brasileiros em idade escolar jogam *videogames* (Camatta, 2022) e que a plataforma se configura como um espaço de disputa de sentidos, apresenta-se a proposta de analisar postagens em redes sociais sobre o jogo *Marvel's Spider-Man 2*.

Essa proposta didática poderá ser utilizada por docentes em turmas dos últimos anos do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, alinhando o uso do gênero textual "postagem em rede social" à habilidade da BNCC referente ao conteúdo que deverá ser aplicado ao ensino de línguas. As postagens que serão analisadas deverão ser trazidas de forma impressa para os alunos terem uma melhor visualização delas, sem que haja perda de informação ou impossibilidade de realização da atividade devido a limitações técnicas físicas ou tecnológicas (necessidade de sala de aula equipada com computador, acesso à Internet etc).

Quando voltada ao ensino de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, essa atividade se encaixa na habilidade "(EF69LP11): Identificar e analisar posicionamentos defendidos e refutados na escuta de interações polêmicas em entrevistas, discussões e debates (televisivo, em sala de aula, em redes sociais etc.), entre outros, e se posicionar frente a eles" (Brasil, 2018).

Inicialmente, o docente deverá mostrar uma imagem do

personagem *Spider-Man* e perguntar a cada aluno se o reconhece. Aqueles que derem uma resposta positiva, deverão responder por qual mídia o conheceram (histórias em quadrinhos, desenhos animados, videogames, brinquedos etc.). O docente pedirá àqueles que conhecem o personagem digam quais características eles acreditam que *Spider-Man* possui, tanto físicas quanto de personalidade. Depois, os alunos que não o conheciam previamente podem falar as características que imaginavam e o que pensam sobre elas.

Em seguida, o docente apresentará aos alunos um vídeo hospedado na plataforma *Youtube* que tem o gênero "vídeo de reação" (*react vídeos*). Esse gênero se adequa a vídeos que o usuário divulga nas plataformas exibindo sua reação ao assistir determinado conteúdo de mídia. Seu objetivo é mostrar o impacto que aquele vídeo (comumente se trata de um lançamento, uma novidade, um *trailer* de anúncio), causou no produtor de conteúdo (Duarte 2021). Esses vídeos, quase em sua totalidade, são criados sob uma determinada configuração visual: no plano maior, cobrindo toda a tela de exibição, é projetada a mídia. Já em uma miniatura, em um dos cantos da tela, é exibida a filmagem do produtor de conteúdo reagindo àquela mídia que é exibida em plano maior.

O vídeo que será exibido para os alunos é a reação de um produtor de conteúdo ao trailer de lançamento do jogo *Marvel's Spider-Man: Miles Morales*. O vídeo deverá ser exibido com as legendas ativadas. Logo após a exibição, o docente perguntará para os alunos o que eles acharam do *videogame* mostrado e da reação do criador de vídeo. Os alunos deverão falar sobre quais motivos eles acham que levaram o *youtuber* a estar emocionado durante a exibição do trailer.

Após o debate, o docente solicitará que os alunos escrevam um comentário que deixariam naquele vídeo. Nesse momento, é importante ressaltar o conteúdo didático que elucida a diferença de linguagem que deve ser adotada ao utilizar cada gênero textual.

Após a leitura de cada comentário que foi feito pelos alunos, o docente mostrará as postagens que contêm, em sua maioria, discursos de celebração e resistência, sobre o *videogame* e perguntará aos alunos qual comentário fariam sobre o conteúdo do jogo e do vídeo. As respostas, positivas ou negativas, devem ser justificadas em grupo – mesmo que as opiniões sejam divergentes – a partir de um debate. O docente deverá questionar aos alunos se eles acreditam que existam comentários negativos acerca daquilo que foi exaltado na narrativa do jogo, principalmente sobre seus aspectos decoloniais e, então, instruí-los sobre a necessidade e formas de combater o discurso de ódio (Trindade, 2022).

Ao fim da atividade, os alunos terão desenvolvido a oralidade e a escrita por meio da produção textual ao redigir comentários. Através do debate, analisando os discursos encontrados nas redes, terão exercitado o pensamento crítico-reflexivo ao analisar as controvérsias que nelas emergem. Essa prática os levará à reflexão sobre os conflitos que ocorrem entre os discursos que circulam nas plataformas, principalmente o *videogame*, o qual poderão começar a analisar sob uma ótica decolonial.

Conclusão

O pensamento decolonial tem sido, cada vez mais, adotado pelas mídias, como o *videogame*, que inserem elementos da decolonialidade em suas narrativas, em seus personagens e em suas mecânicas. Os discursos violentos que emergem na comunidade *gamer* certificam, ainda mais, a necessidade de uma mudança social que também deve ser impulsionada pelos jogos eletrônicos.

Adotar essas práticas nas instituições de ensino ao incorporar essas políticas em seus currículos é garantir que as futuras gerações internalizem as propostas decoloniais, sendo instruídas a combater a opressão e a valorizar o próximo, independente de raça, gênero, classe, sexualidade, origem, religião etc. A partir da cons-

trução da empatia e da valorização das relações com o próximo, é possível criar grupos de coalizão que, cada vez mais, ocuparão espaços ao confrontar grupos conservadores em uma sociedade onde estarão cada vez mais visíveis e valorizados (Collins, 2015).

A tecnologia, as plataformas como o *videogame*, estão intrinsecamente relacionados ao dia a dia dos alunos. A utilização desse dispositivo lúdico pode ser extremamente válida para instigar seu interesse. Sendo assim, através desta análise, concluímos que o uso de conteúdos relacionados a *videogames*, especialmente quando eles estão fortemente alinhados à decolonialidade, pode potencializar o processo de ensino-aprendizagem associado à formação de um pensamento crítico-reflexivo decolonial.

REFERÊNCIAS

BATEMAN, J. ««A One-In-A-Billion Chance»: The Transformative Effect of Stan Lee and Spider-Man on American Popular Culture» (2015). Other Undergraduate Scholarship. 2. Disponível em: https://digitalcommons.liberty.edu/hist_undergrad_schol/2. Acesso em: 04 jan. 2026.

BERNARDO, A. *Maioria entre gamers no Brasil, mulheres enfrentam preconceito e assédio*. BBC. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39287008. Acesso em: 04 jan. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei 2.268/2022. *Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais*. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: https://shorturl.at/fgKQV . Acesso em: 2 mar. 2024.

CAMATTA, B. *Uso problemático de videogames entre jovens do Brasil é maior que a média de outros países*. Jornal da USP. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/uso-problematico-de-video-games-entre-jovens-do-brasil-e-maior-que-a-media-de-outros-paises/. Acesso em: 3 mar. 2024.

CODAS, M. *Hispanics in games - Miles Morales' Spider-Man game matters, here's why*. Dread XP. Disponível em: https://www.dreadxp.com/editorial/hispanics-in-games-miles-morales-spider-man-game-matters-heres-why/. Acesso em: 04 jan. 2026.

COLLINS, P. H. "Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão". MORENO, R. (Org.). *Reflexões e Práticas de Transformação Feminista.* São Paulo, 2016. p.13-42.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.BR. *Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil:* TIC kids on-line Brasil 2018. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019

D'ANDREA, C. *Pesquisando Plataformas On-line*: Conceitos e Métodos. Salvador: Edufba, 2020.

DUARTE, V. Vídeos de reação: observadores da observação. *Revista temática ISSN 1807-8931*. Paraíba, 11/01/2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/57178. Acesso em: 04 jan. 2026.

FOSTER, G. *The Gamer*. Insomniac Games Confirms Who Its Main Spider-Man Is. Disponível em: https://www.thegamer.com/spider-man-2-insomniac-games-confirms-its-main-spider-man-ending-spoilers-discussion/ . Acesso em: 04 jan. 2026.

hooks, b. *Ensinando a transgredir:* a educação como prática da liberdade /bell hooks; CÍPOLLA, M. B. (Trad.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IGDA. *Developer satisfaction survey 2021*. Disponível em: https://igda.org/resources-archive/developer-satisfaction-survey-summary-report-2021/. Acesso em: 04 jan. 2026.

IMDB. Internet Movie Database, 2018. *Homem-Aranha no Aranhaverso*. Disponível em: < https://www.imdb.com/title/tt4633694/ >. Acesso em: 1 mar. 2024.

INSOMNIAC GAMES. *What Accessibility options does Marvel's Spider-Man 2 feature*? Atualizado em: 21 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://support.insomniac.games/hc/en-us/articles/19834163921037-What-Accessibility-options-does-Marvel-s-Spider-Man-2-feature Acesso em: 1 mar. 2024.

INSOMNIAC GAMES. *Marvel's Spider-man*. Sony Interactive Entertainment, 2018. Jogo eletrônico.

INSOMNIAC GAMES. *Marvel's Spider-man:* Miles Morales. Sony Interactive Entertainment, 2020. Jogo eletrônico.

INSOMNIAC GAMES. *Marvel's Spider-man 2*. Sony Interactive Entertainment, 2023. Jogo eletrônico.

JOSIOWICZ, A. J.; DEUSDARÁ, B.; BARONAS, R.L. Discurso de ódio e discursos de resistência em ambiente digital. *Revista Soletras*, n. 43, 2022.1. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/soletras/article/view/68342. Acesso em: 04 jan. 2026.

MATOS, D. C. V. da S. Decolonialidade e currículo: repensando práticas em espanhol. *In*: MENDONÇA E SILVA, C. A. *América latina e língua espanhola:* discussões decoloniais. Campinas/SP: Pontes Editores, 2020. p. 93-115.

MORENO, C. *Afro-Latino Spider-Man Miles Morales Steps Into Official Spider-Shoes in Reboot*. Huffpost. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/marvel-debuts-afro-latino-spider-man-miles-morales-in-new-issue_n_56b37fdae4b04f9b57d8a272. Acesso em: 04 jan. 2026.

NAKAMURA, L. Queer Female of Color: The Highest Difficulty Setting There Is? Gaming Rhetoric as Gender Capital, Queer Female of Color: The Highest NDifficulty Setting There Is? Gaming Rhetoric as Gender Capital. Ada: *A Journal of Gender, New Media, and Technology*, n. 1, nov. 2012. Disponível em: http://adanewmedia.org/2012/11/issue1-nakamura/ . Acesso em: 28 nov. 2023.

SCALZI, J. *Straight White Male:* The lowest difficulty setting there is. Whatever, 15/05/2012. Disponível em: https://whatever.scalzi.com/2012/05/15/straight-white-male-the-lowest-difficulty-setting-there-is/. Acesso em: 04 jan. 2026.

SIOUX GROUP; GO GAMERS. *Pesquisa Games Brasil 24*. PGB 24. Disponível em: https://www.pesquisagamebrasil.com.br/pt/ . Acesso em: 3 mar. 2024.

SILVA, M. L. F. da; CAMPELO, C. L. F.; BORGES, E. L. de M. Tecnologias na Educação: perspectivas e desafios na formação de professores frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Educação Pública*, v. 21, n. 16, 4 de maio de 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/16/tecnologias-na-educacao-perspectivas-e-desafios-na-formacao-de-professores-frente-a-pandemia-do-novo-coronavirus. Acesso em: 04 jan. 2026.

SILVERSTEIN, J. *The global impact of George Floyd:* How Black Lives Matter protests shaped movements around the world. CBS News, 04 de junho de 2021. Disponível em: https://www.cbsnews.com/news/george-floyd-black-lives-matter-impact/. Acesso em: 04 jan. 2026.

PETRI, A. *Sorry, Peter Parker*. The response to the black Spiderman shows why we need one. Washington Post, 03 de Agosto de 2011. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/blogs/compost/post/sorry-peter-parker-the-response-to-the-black-spiderman-shows-why-we-need-one/2011/08/03/gIQAViObsI_blog.html. Acesso em: 04 jan. 2026.

PINHEIRO, C. L.; NOGUEIRA, S. R. de S. A construção de objetos de tecnodiscurso: questões teórico-metodológicas. *Revista Da Anpoll*, 54(1), e1872, 2023. https://doi.org/10.18309/ranpoll.v54i1.1872. Acesso em: 04 jan. 2026.

TRINDADE, L. V. Discurso de ódio nas redes sociais. RIBEIRO, D. (Coord.). *Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaira, 2022. 176 p.

TRUIT, B. *Spider-Man 'can be anybody' – and now he's Donald Glover*. Usa Today. Disponível em: https://www.usatoday.com/story/life/tv/2014/08/26/donald-glover-ultimate-spider-man-exclusive/14559815/. Acesso em: 04 jan. 2026.

EXPLORANDO *ONE PIECE*: UMA ANÁLISE DO MANGÁ JAPONÊS SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS

Raphael Freires Pessoa
Alejandra J. Josiowicz

Introdução

No mundo, é possível observar um elevado nível de circulação e impacto sociocultural das histórias em quadrinhos, tanto pela sua popularidade em termos de venda e adesão, quanto pela discussão e reação do público consumidor, que varia entre os mais jovens até pessoas com mais idade. No Brasil, conforme estudos de Geane Morato, obras como *Turma da Mônica*, de Maurício de Sousa, exercem papel reconhecido no processo de alfabetização e letramento (Morato, 2011).

Além disso, as histórias em quadrinhos – também conhecidas e referenciadas pelo termo HQs –, operam por meio de textos imagéticos para construir sentidos, demonstrar valores e costumes, oferecer referências sociais e, consequentemente, promover uma visão do que é uma nação, isso quer dizer que o consumo de HQs faz com que o público consumidor passe a ter uma identificação com uma certa comunidade social e cultural leitora (L'Hoeste e Poblete, 2009). Ao analisar o mangá japonês *One Piece*, cuja publicação começou em 1997 e cujo autor é Eiichiro Oda, e que trata sobre temas de conflito e embate de poder, de relações

entre diferentes formas de domínio e controle, utilizamos uma perspectiva decolonial.

Aplicando o conceito de *Soft Power*, cunhado por Joseph Nye Jr. e que assinala estratégias de influência cultural de um país em relação a outros países (Nye, 2004), a pesquisa visa a analisar como essa exposição se torna uma eficaz forma de disseminação cultural e de expansão de horizontes culturais através de HQs, sejam as *comics* americanas, sejam as de origem oriental, como os mangás japoneses. Será discorrido sobre as influências e marcações das HQs como instrumento de circulação cultural, tanto pelo aspecto de produção do Norte Global, quanto pelo de consumo de povos do Sul Global, que, ao mesmo tempo em que se encontram em uma relação de consumo, podem desempenhar papel de resistência e produção de sentidos em relação ao material ao qual são expostos e se manifestar acerca do material exposto e estabelecido.

Metodologia e Objetivos

Esta pesquisa tem por objetivo levantar questionamentos que podem ser ponderados acerca da relação entre a produção e circulação de mangás no mundo e em países geograficamente distantes do Japão. É intenção deste trabalho analisar de que forma o conceito de decolonialidade se relaciona com a circulação dos mangás no mundo. Além disso, como o público consumidor de tais produtos consegue ter acesso a essa obra, isto é, como esse material cultural é distribuído e importado.

Diante o exposto, foi levantada uma bibliografia inicial para construir uma fundamentação teórica que pudesse sustentar a temática da pesquisa. Essa bibliografia foi inicialmente constituída dos seguintes textos: *Dreamland Japan: Writings on Modern Manga,* de Frederik L. Schodt (1996), que trata do impacto cultural da atuação do mercado japonês de mangá; *Situando a língua japonesa*

no contexto da história do ensino de línguas no Brasil, de Geanne Morato (2011), que aborda a ocorrência da imigração japonesa e suas reverberações nos setores cultural e educacional no Brasil; *Redrawing the nation: National identity in Latin/o American comics,* de Héctor Fernández L'Hoeste e Juan Poblete (2009), um livro que apresenta ensaios sobre o mercado editorial das histórias em quadrinhos na América Latina e os usos dos quadrinhos em contextos sociais diversos; *Recentering Globalization: Popular Culture and Japanese Transnationalism,* de Iwabuchi Harumi (2002), que, além de problematizar o orientalismo, aborda a circulação, consumo, impacto o transnacionalismo dos produtos culturais japoneses; *Manga: A Historical Overview,* de Jean-Marie Bouissou (2010), que realiza um profundo acompanhamento sócio-histórico dos elementos formativos do mangá contemporâneo, assim como aspectos que influenciaram suas transformações e utilizações pela sociedade japonesa; *Soft Power – the Means to success in world politics,* de Joseph Samuel Nye Jr. (2004), que cunha o termo *Soft Power*, referente à capacidade de atração a partir do apelo cultural e político, em contraste com o *Hard Power*, que se trata de uma abordagem direta, como interferência econômica ou militar; e *Mangá – O poder dos quadrinhos japoneses,* de Sonia Luyten (2001), que fala sobre as características de criação e consumo do mangá japonês no Japão e no mundo, assim como sua recepção por diversas culturas.

Ademais, dados de institutos de pesquisa como Polaris Market Research (2023) e Deutsche Welle (2003), que promovem pesquisas mercadológicas a nível mundial, foram e são apresentados pela presente pesquisa de forma a expor o aspecto mercantil, financeiro, de circulação e de consumo desse produto cultural nipônico, o mangá, que podem servir de apoio para expor o impacto e a presença da indústria editorial japonesa no mundo.

Após a estruturação inicial do aporte teórico, se fez necessário um *corpus* para que o objetivo principal da pesquisa

fosse analisado, sendo esse objetivo condensado nos seguintes questionamentos: De que forma o conceito de decolonialidade se relaciona com a circulação dos mangás no mundo? Quais os elementos existentes em uma obra de mangá contemporânea que possam demonstrar e se comunicar com conceitos de relações de poder, sob o viés da decolonialidade?

A escolha do mangá japonês *One Piece*, de Eiichiro Oda, cuja publicação começou em 1997, ocorreu por ser uma obra atual, de grande circulação através da perspectiva de análise de estudos culturais, através de um filtro decolonial. Além disso, a pesquisa visa a analisar de que forma o *Soft Power*, conceito de Joseph Nye Jr. sobre manifestação e exposição cultural, é importante para compreender a circulação e consumo de mangás no Brasil.

Relevância

Para compreender a origem e relevância das histórias em quadrinhos, doravante abreviadas para HQs para maior celeridade, o livro *Mangá – An Anthology of Global and Cultural Perspectives,* editado por Toni Johnson-Wood, traça um acompanhamento histórico, cultural e social dos mangás. Na obra, é evidenciada a trajetória do mangá como um produto nipônico primariamente de apelo interno, com inspirações de suas próprias formas de manifestação artísticas, como o teatro *Kabuki*, por exemplo, para uma eventual transformação em uma forma consolidada de apropriação cultural (Bouissou, 2010). Em suma, a partir do mangá, é percebido como o Japão pré-segunda guerra já se utilizava de elementos de outras fontes e as mesclava com as suas próprias. Porém, isso ainda não deu forma ao mangá nos moldes atuais, sejam os de produção, sejam os de distribuição, que os mangás, nem o Japão, passaram a utilizar (Bouissou, 2010, p. 24). Antes da percepção contemporânea, é igualmente interessante observar como, e porquê, houve uma intensificação de inspirações e apli-

cações culturais no mangá, especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, e a reação dos japoneses, em diversas camadas, à derrota nipônica.

Determinadas narrativas passaram a apresentar elementos que fortemente refletiam o trauma dos japoneses, seja pelas experiências vividas, seja pelos sentimentos derivados. Um exemplo é o surgimento de gêneros *mechas*, de grandes robôs, em que eram retratadas as frustrações geracionais através de lutas contra um inimigo externo, e que jovens haveriam de agir para que pudessem salvar, seja o Japão, seja o mundo – isso significa uma alusão aos sentimentos dos mais novos em relação às derrotas dos que vieram antes e lutaram na guerra, seja como forma de escape diante do acontecido, seja como imposição de que as gerações futuras estivessem incumbidas de fazer melhor (Bouissou, 2010, p. 25). Porém, com o passar do tempo, sentimentos que remetessem à guerra, ou até mesmo a enaltecessem, se tornaram malvistos e viraram objetos de aversão (Bouissou, 2010). A indústria do mangá continuou a crescer, com temas voltados ao público masculino, ainda em domínio. Por isso, o gênero esportivo se tornou um dos mais famosos (Schodt, 1996, p. 79), tendo vários proliferado na década de 50, motivando crianças a se engajar em atividades de esportes, por decorrência (Gravett, 2004, p. 54).

Um exemplo de obra com temática esportiva é *Igaguri-kun*, de Eiichi Fukui, lançada em 1951. A narrativa acompanha Igaguri, um jovem de aparência singular e coração generoso, frequentemente alvo de piadas e comentários depreciativos em razão de seu visual. Apesar disso, é recorrente vê-lo ajudando os outros, ainda que suas boas intenções nem sempre sejam reconhecidas. Em determinado momento, decide iniciar a prática do judô, e o mangá passa a se destacar pelo humor peculiar e pela presença de personagens excêntricos.

A partir disso, Igaguri se encontra em situações e eventos onde temas sobre a aceitação e as reflexões sobre a importância

de ser verdadeiro consigo mesmo através da prática de esportes são amplamente abordados. Em 1966, *Speed Racer,* de Yoshida Tatsuo, é lançado, obtendo um sucesso internacional com o passar do tempo, sendo outro exemplo onde o esporte – a corrida automobilística, nesse caso – assume um papel central na narrativa, no desenvolvimento dos personagens e na passagem de mensagens. A partir desse período, inúmeros mangakás – criadores de mangás – passaram a criar obras com temática esportiva, abordando os mais diferentes tipos de esportes. Com isso, mangás com teor esportivo passaram a circular de maneira mais proeminente e frequente, uma vez que os autores passaram a utilizar desse artifício para apresentar suas histórias.

Isso apresenta como a indústria dos mangás se molda aos tempos em que se encontra e, por sua vez, também fomenta tendências que retroalimentam tanto seu público quanto o mercado, como um todo. Nesse sentido, Iwabuchi Harumi afirma que isso ocorre, em grande parte, por iniciativa da mentalidade japonesa. Ele informa que

> A cultura popular japonesa foi profundamente influenciada pela mídia [norte]americana. Em vez de ser dominada pelos produtos [norte]americanos ou ser colonizado pelos EUA, o Japão rapidamente adaptou essas influências ao imitar e particularmente se apropriar dos originais (Iwabuchi, 2002, p. 95).

Com isso, é possível perceber a resistência e grau de adaptação do Japão frente à exposição das *comics* norte-americanas e outros produtos culturais estadunidenses, uma vez que, em vez de incorporar integralmente – ou até mesmo rejeitar em sua totalidade –, a terra do sol nascente se utiliza de elementos para serem aplicados de forma a fortalecer tanto a sua identidade nacional quanto sua produção cultural e midiática.

No que concerne aos elementos gráfico-ilustrativos, em *Mangá – O Poder dos Quadrinhos Japoneses*, Sonia Luyten (2000) informa que xilogravuras japonesas podem ser consideradas uma forma precursora dos mangás atuais (Luyten, 2000, p. 91). Quanto à nomenclatura das HQs nipônicas, foi o renomado pintor japonês Katsushika Hokusai que utilizou pela primeira vez o termo *mangá,* quando uma coleção de xilogravuras foi publicada em 1814, cujo título é *Hokusai Manga*. Porém, somente com a produção artística de Rakuten Kitazawa a definição do termo ganharia a forma com que atualmente é conhecida, cerca de um século após Hokusai (Luyten, 2000, contracapa). Em japonês, a palavra mangá é composta por ideogramas japoneses que significam "involuntário" e "imagem", respectivamente, e é utilizada para fazer referência à HQ, em geral, independentemente de onde seja. Por outro lado, o termo mangá é escolhido para falar sobre HQs que são originárias do Japão.

Com o passar do tempo, os mangás foram tomando proporções maiores e se tornando mais conhecidos e consumidos ao redor do mundo. Dentre algumas motivações, isso ocorre por conta de avanços tecnológicos e de investimento na indústria pelo departamento cultural do país produtor, em consequência de um processo de globalização cada vez mais integralizado e reconhecimento de sua flexibilidade de uso e apresentação de conteúdo (Bouissou, 2011, p. 28). O perfil de consumo é altamente variado, pois os leitores podem ser crianças em nível de aprendizagem de uma língua até adultos com idade avançada, perpassando por acadêmicos, apreciadores e curiosos de todas as idades, diversas culturas, experiências de vida e demais particularidades. Com narrativas cativantes, visuais e apresentações marcantes e uma disponibilidade por via física (livro impresso) ou digital (*sites* de publicação), os mangás se tornaram extremamente populares no Japão, tendo a empresa de consultoria *Polaris Market Research* realizado uma pesquisa informando que a indústria de mangás movimenta bilhões de dólares anualmente e, segundo o jornal

alemão *WD*[1], as HQs nipônicas são o carro-chefe nacional para a estimulação econômica do país (Ryall, 2023).

Mangá como (instrumento de) cultura

Em decorrência dessa extensa e intensa produção e circulação, assim como de seu consumo, a própria terra do sol nascente reconhece mangás como uma forma de expressão cultural de alto nível e valor, sendo reconhecida pela *Cool Japan Foundation*, entidade administrada pelo Ministério de Economia, Comércio e Indústria do Japão e cujo propósito é, dentre outros, investir e disseminar para o exterior diversas produções culturais do país, incluindo suas HQs, além de aspectos como a culinária e os jogos eletrônicos (CJF, 2013).

Não obstante, com o passar dos anos, a publicadora de mangás Tokyopop promoveu o evento de premiação *The Rising Stars of Mang,* no Reino Unido e nos EUA, que durou entre 2002 e 2008. Além disso, o governo japonês promoveu o *International Manga Award*, que teve seu início em 2007, e se trata de uma premiação anual para o incentivo à diplomacia internacional através do uso da cultura popular. Para o Ministério de Relações Exteriores, mangá poderia reforçar o entendimento da cultura japonesa, conforme o discurso proferido pelo então ministro das Relações Exteriores, *Asō Tarō* (Johnson-Wood, 2011, p. 11).

Dessa maneira, há uma instrumentalização dessa mídia como veículo de exercício do *soft power*, termo cunhado por Joseph Nye Jr. que pode ser definido como "a habilidade de conseguir o que você quer através da atração, no lugar da coerção ou pagamentos. Isso ocorre através da atração da cultura, ideias políticas e conduta de um país" (2004, s.p., tradução própria). O autor ainda defende a ideia de que quando condutas de um país são vistas

1 eutsche Welle, comumente abreviado para DW, é uma entidade radiodifusora estatal alemã, financiada pelo orçamento federal de impostos, que oferece serviços em mais de 30 línguas.

como legítimas pelos olhos dos outros, o *soft power* é fortalecido (2004). Autores como Héctor L'Hoeste e Juan Poblete também versam sobre a importância e a validade das narrativas gráficas em relação à identidade nacional, política e cultural de um país (2009, p. 1). Eles ressaltam características marcantes dos mangás e a dimensão que eles tomaram no mercado local e mundial, incluindo o mercado do continente americano.

Da mesma forma, é visto como o Japão já utilizou essa produção imagética para promover ideias e visões antagonistas em relação a vizinhos e desafetos, uma vez que apresentam representações jocosas ou difamatórias, como no caso de obras como *Norakuro*, de Tagawa Suihō (pseudônimo de Takamizawa Nakatarō), onde chineses são representados como porcos covardes (Bouissou, 2011, p. 24). Mio Bryce e Jason Davis, no livro *Manga – An Anthology of Global and Cultural Perspectives*, apontam que "as realidades da cultura política e relações internacionais do Japão também são objeto dos mangás, se tornando veículos populares para a disseminação de discursos populares" (Bryce e Davis, 2011, p. 42). Historicamente, Japão, China e Coréia estabelecem um grau de animosidade, por vezes, velada, entre si, seja no âmbito político, seja no âmbito cultural, o que também se manifesta nas obras em quadrinhos das respectivas nações (*manga*, no caso do Japão; *Manhwa*, no caso da Coréia; *Manhua*, no caso da China).

Exemplo disso é o mangá *Gōmanizumu sengen,* de Yoshinori Kobayashi, que retrata a participação e atuação do Japão em conflitos militares no exterior, gerando controvérsias entre a comunidade internacional e críticas por parte dos historiadores. Por outro lado, o mangá *Megumi*, de Souichi Moto (supervisionado pelos pais de Megumi Yokota, Sakie Yokota e Shigeru Yokota), conta a história de Megumi Yokota, uma adolescente japonesa raptada por espiões norte-coreanos em 1977 (Bryce e Davis, 2011, p. 42), exemplificando muito bem as rivalidades entre Japão e Coreia do Norte.

Nessa mesma perspectiva, o mangá japonês tem sido utilizado como instrumento de difusão de ideais nacionalistas e conservadores, como se observa em *Sensō ron* e *Taiwan ron*, ambos de Yoshinori Kobayashi. As duas obras integram uma série dedicada a releituras da história do Japão, nas quais se exploram, respectivamente, as tensões e rivalidades do país com a China e com a Coreia.

Outros mangás estimulam e promovem ideias xenofóbicas e racistas, como no caso de *Kenkanryū* (Odiando a Onda Coreana), de Yamano Sharin, e Chūgoku Nyūmon: *Yakkai-na rinjin no kenyu* (Introdução à China: Um Vizinho Difícil), de Huáng Wenxiang (conhecido também como Kō Bun'yū) e *Akiyama George* (Bryce e Davis, 2011, p. 42-43). Esses são alguns exemplos de obras nipônicas que não somente apoiam uma perspectiva nacionalista para revisitar o passado de guerra do Japão e seu papel opressor e brutal em operações militares e processos de colonização, como também abertamente promovem sentimentos anti-chineses e anti-coreanos (Bryce e Davis, 2011, p. 43). Nesse sentido, o mangá é parte de uma virada mundial de discursos ultraconservadores, racistas e xenófobos.

Mangá no Brasil

Em relação ao mercado brasileiro, o setor editorial foi revitalizado com o lançamento de obras como *Cavaleiros do Zodíaco* e *Dragon Ball Z,* pela Conrad Editora, uma vez que as respectivas adaptações animadas fizeram bastante sucesso ao serem transmitidas pela extinta *Rede Manchete*, e a editora conseguiu aproveitar essa popularidade para capitalizar, ao lançar edições impressas e traduzidas para o português. Segundo o *blog* Biblioteca Brasileira de Mangás, esse sucesso também alcançou outros mercados latino-americanos, como o mexicano e o argentino (2018).

No que se refere ao mangá *One Piece*, do autor japonês Eiichiro Oda, cuja publicação teve início no Japão em 1997, a editora *Conrad* optou por lançar a obra no Brasil a partir de 2002, em razão de seu êxito em diversos países. Nesse primeiro momento, a publicação brasileira apresentava uma tiragem correspondente a meio volume em relação ao padrão japonês (2018). No Japão, a obra é publicada semanalmente, com lançamentos periódicos de fascículos encadernados que reúnem conjuntos de capítulos, sendo cada volume denominado *tankōbon*. Inicialmente, no Brasil, a Conrad publicava o equivalente a meio *tankōbon* (ou meio volume), modelo que foi alterado quando a Panini, a partir de fevereiro de 2011, passou a publicar os *tankōbon* completos, alcançando e acompanhando o ritmo japonês de lançamento dos volumes (2018).

A leitura do mangá ocorre de maneira diferente da leitura de uma história em quadrinhos ocidental. Em suma, a leitura dos quadros e dos elementos, em geral, ocorre da direita para esquerda, e, quando escrito em língua japonesa, o conteúdo dos balões de fala e pensamento ocorre de cima para baixo. Além disso, a apresentação de certos elementos ocorre de forma distinta de como é nos quadrinhos ocidentais. Por exemplo, em regra, os nomes em japonês são compostos por dois elementos, o nome da família e o nome da pessoa, sendo que o da família é o primeiro a ser falado quando ocorre uma apresentação. Outro exemplo é a indicação de movimento e progressão, é comumente feito da direita para a esquerda. Essa forma de interação apresenta um forte contraste com as produções de quadrinhos ocidentais, em geral, uma vez que a leitura ocorre da esquerda para a direita, há uma utilização ampla de cores e elementos de enquadramento são diferentemente dispostos, tanto de texto quanto de construção de cenário. Porém, essa diferença cultural não impediu que os mangás obtivessem um gradual crescimento em circulação em diversos países ocidentais, alcançando, e até mesmo influenciando na realidade de povos ocidentais, como presença massiva em eventos culturais japoneses (Morato, 2011).

Com o advento da tecnologia digital, principalmente com a expansão das redes sociais e de *streamings*, os mangás passaram a ser também disponibilizados pela publicadora japonesa Shueisha, através de seu *site* oficial, *Viz Media*, assim como através de seu aplicativo *Manga Plus* para celulares. O serviço conta com 224 obras disponibilizadas na língua inglesa, 94 obras disponibilizadas na língua espanhola, 15 obras disponibilizadas na língua francesa, 11 obras disponibilizadas na língua russa, oito obras disponibilizadas na língua indonésia, seis obras disponibilizadas na língua portuguesa do Brasil e três obras disponibilizadas na língua vietnamita. Dessa forma, a distribuição de mangás em diversas línguas, seja física ou digitalmente, inclusive, no Brasil, demonstra uma preocupação do setor de entretenimento japonês em promover um investimento, ainda que singelo, para uma exportação digital de um de seus elementos culturais mais marcantes.

Impactos no Brasil

É notável como os mangás desempenharam um papel relevante para a influência japonesa no Brasil nas últimas duas décadas, que coincidiu com o início da publicação dessas obras no país. Em um tempo no qual os filmes e as séries com atores reais produzidos no Extremo Oriente não alcançaram sucesso aqui, eram as narrativas das histórias em quadrinhos que aproximavam os brasileiros do conhecimento daquela cultura tão distante geográfica, histórica e socialmente falando. Essa aproximação despertou um interesse maior pelo aprendizado de língua japonesa, o que deu impulso a dois fenômenos (Morato, 2011).

Com o passar do tempo, foi se tornando cada vez mais perceptível como essa forma de literatura japonesa, que passou a se apoiar também em adaptações animadas e até mesmo em *live action*, influencia a realidade brasileira, em um momento que outras formas de mídia não conseguiam uma aceitação do mesmo nível

ou intensidade. Os reflexos em uma sociedade localizada em outro ponto do mundo, com cultura, história e população tão diferentes, são complexos e imprevisíveis, porém, é notável a influência da cultura japonesa no Brasil. Por exemplo, isso reverberou fortemente na área da educação, onde o contato cultural, por vezes, advindo do consumo de mangás, passou a ensejar um interesse de aprender a língua japonesa, o que se tornou um elemento motivador mais proeminente do que, por exemplo, ser descendente nipônico (Morato, 2011).

Devido a essa presença desse suporte, são perceptíveis os impactos provenientes da popularização da cultura pop japonesa, em especial os mangás. No próximo segmento, iremos analisar em qual narrativa a obra *One Piece* também pode se destacar por abordar questões como poder, controle, violência e justiça.

Digitalmente, essa obra é disponibilizada em diversos idiomas, incluindo português do Brasil, com a versão da língua inglesa contendo todos os capítulos de graça, através do aplicativo para celulares, e as demais línguas permitindo somente a leitura dos três primeiros capítulos, e dos três lançados mais recentemente, gratuitamente. Entretanto, é comum perceber na comunidade que segue e acompanha a obra (chamado comumente de *fandom*) um intenso debate acerca de disparidades e colocações entre traduções, porém, essa análise deverá ficar por conta de uma pesquisa mais específica no que tange a recepção e forma de consumo do público.

A justiça prevalecerá!?

One Piece, *corpus* deste estudo, cujo parte do conteúdo será apresentado e analisado em seguida, é uma história sobre um jovem pirata de 17 anos, chamado Monkey D Luffy, que aspira se tornar o Rei dos Piratas e vai em busca de tudo que uma pessoa poderia conquistar no mundo. Na sua busca pelo grande tesouro de nome *One Piece*, ele junta uma tripulação que passa por aven-

turas e situações marcantes. Aqui, abordaremos parte da história de *One Piece* que é significativa para analisar como a narrativa de um evento em um mangá japonês pode evidenciar ocorrências em conceitos de decolonialidade e como o entendimento desses conceitos pode ser aplicado/percebido.

No capítulo 556, intitulado "A Justiça Prevalecerá!!", a Marinha, força policial do Governo Mundial, e que também é canal de reforço e aplicação da lei imposta pela entidade controladora, entrou em combate com um grupo notório de piratas, os Piratas do Barba Branca, pois um dos membros desse grupo fora capturado e sentenciado a uma execução pública. Para enfrentar esse grupo de piratas, a Marinha reuniu todo o seu poderio combativo disponível, assim como alguns dos piratas famosos e fortes que atuavam sob o título de Lordes do Mar (no original, *Ōka Shichibukai* – Os Sete Lordes do Mar da Realeza), grupo que o Governo Mundial empregara para ser um grupo que atuasse em conjunto com as organizações governamentais. Um desses *Shichibukai* se chama Doflamingo Donquixote.

Apesar de esse personagem ter sua nomeação em referência a Alonso Quijano (conhecido como Don Quijote de la Mancha; em português, Don Quixote de la Mancha), seus ideais e características são distantes. Enquanto o personagem clássico literário tem o idealismo de cavalheiro e a busca por ideais nobres como temas centrais, o personagem da obra *One Piece* é retratado como um pirata extremamente poderoso e influente, que lidera uma organização criminosa conhecida como Os Piratas do Donquixote. O Shichibukai é mostrado como um homem cruel e manipulador, que busca poder e controle.

No capítulo 556, intitulado "A Justiça Prevalecerá!!", o *Shichibukai* supracitado realizou um discurso sobre como a justiça é arbitrária e dinâmica, pontuando como crianças que não sabem o que é paz e crianças que nunca viram a guerra possuem valores totalmente diferentes. Ele finaliza falando

que quem quer que vença a luta poderá decidir o que é certo e o que é errado, pelo motivo de que quem vencer o conflito será detentor da justiça. Com isso, é possível perceber produções de sentido que envolvem uma instituição da soberania, autoridade de fala e de relações de poder; um processo de fragilização do Estado governamental; uma relativização de valores sociais; uma pluralidade de relações entre o poder estatal e o(s) poder(es) paralelo(s).

João do Amaral (2017) informa que colonialidade "se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas envolve também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade" (Amaral, 2017). E o que pode ser visto no trecho apresentado é uma forma análoga ao formato de manutenção do poder em que a colonialidade definida por Amaral preconiza. Isso implica que, conforme a fala do personagem, as posições são definidas a partir de quem detém o poder e exclusivamente por esse agente.

Em uma associação análoga à segunda parte da fala de Paulo Freire (1968) em *Pedagogia do Oprimido*, quando ele diz que, em um contexto em que a educação não é libertadora, "o sonho do oprimido é ser opressor". Isso é possível perceber na fala de Donquixote Doflamingo, pois, seguindo a sua lógica, é possível estabelecer um parâmetro associativo entre estar no poder, saindo de uma posição de opressão, para passar a controlar aqueles que se encontram sob sua jurisdição, efetivamente se tornando um novo opressor, que ocupou o lugar daquele que estava anteriormente ali.

Concomitantemente com a fala analisada acima, há diálogo entre um almirante da marinha e um soldado, no qual esse confessa estar com medo de morrer e não poder mais ver sua família. O almirante apenas responde que se, de fato, o soldado teme pela família, não deveria desgraçar a memória deles e ter uma morte

honrosa. Nesse momento, utilizando sua posição e força, pessoalmente executa esse soldado pela covardia e falta de convicção no propósito da marinha. Nesse diálogo, é possível perceber a presença de produções de sentido que atravessam questões como pedagogia da crueldade; valorização da honra e masculinidade exacerbada; violência como instrumento de imposição de controle e como resposta para manifestações de medo e hierarquização de poderes e valores sociais.

Essa narrativa remete às considerações de Achille Mbembe (2018) em *Necropolítica:* biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte, em que o autor explicita que soberania é "a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável e quem não é'" (p. 41). Nesse ensaio, Mbembe afirma que há o pressuposto de que "a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer" (p. 5). Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2018a, p. 5). Isso ocorre quando o almirante decide quem vive e quem morre, em uma clara demonstração de violência e poder destrutivo diante uma manifestação de medo.

Além disso, nesse recorte, é possível observar um exemplo da correlação entre violência e gênero, quando Rita Laura Segato (2016), em *La guerra contra las mujeres,* evoca algumas formulações acerca desse assunto. Dentre outros pontos, ela afirma que não se tratam de agressões originadas pela pulsão libidinosa, a fim de alcançar um prazer sexual, mas visa "ao poder e um mandato de pares ou companheiros masculinos que exigem uma prova de pertencimento ao grupo" (p. 18). Dessa maneira, o soldado a não corresponder ao imposto pelo grupo ao qual pertence, a Marinha, se encontra diante de um "par" ou "companheiro" que se utiliza da violência para fazê-lo entender que ele, então, não seria digno

de estar ali e procede à execução. Dessa maneira, corresponde também ao ponto seguinte que Segato apresenta, ao falar que a estrutura funcional hierarquicamente disposta, que o mandato de masculinidade origina, é análoga à ordem da máfia. Essa correlação ocorre uma vez que, ao não corresponder com o que lhe é ordenado, ao não seguir uma atitude imposta por um (homem) superior, que lhe diz que, ao ter medo, envergonha sua família, e que deveria voltar à luta, o soldado acaba quebrando o pacto de masculinidade estabelecido em sua relação ao ser inserido nesse grupo e, por isso, é sentenciado a uma penalidade violenta.

Não obstante, Segato (2016) continua ao indicar que a violência representada é uma violência expressiva, já que ela objetiva apenas uma manutenção do poder e das posições hierárquicas, e não instrumental, o que seria um meio para atingir um objetivo prático. Além disso, ela fala sobre como esse tipo de violência se expressa, se exibe e se consolida de forma truculenta diante do olhar público (p. 18). Quando o almirante executa o soldado, o faz para que sirva de exemplo para que, quem quer que manifestasse atitude ou sentimento parecido, sofresse o mesmo fim.

Ao mesmo tempo, é possível perceber como a busca por justiça, bandeira levantada pela Marinha e pelo Governo Mundial, é uma norma que é arbitrariamente utilizada para seus próprios fins. Joaquín Herrera Flores, escritor, ativista e acadêmico espanhol em *A Reinvenção dos Direitos Humanos* de 2009 pondera que

> não podemos tranquilamente acreditar que, com a existência de uma norma, já temos o acesso aos bens (inclusive se nos referimos à situação dos direitos nos países desenvolvidos econômica e juridicamente) [...] Pode ocorrer que não se queira aplicar por falta de vontade política. Ou quiçá ocorra que uma pessoa ou grupo partam de coordenadas culturais e sociais que impeçam sua colocação em prática. O que fazer com um instrumento que 'temos' se não podemos colocá-

> -lo para funcionar por falta de meios, por falta de políticas públicas ou por razões que apelam a alguma tradição considerada intocável? (Flores, 2009, p. 39).

Com isso, o resultado a se alcançar, com uma justiça que atenda às necessidades de todos na sociedade não é algo automático e inevitável somente por estar na letra da lei, como pensam mentes positivistas jurídicas, e nem algo que seja somente dever do Estado, como pensam os estatistas. Flores discorre sobre o acesso à justiça ser um processo contínuo e comunitário. Ele diz que "tudo dependerá da situação que cada um ocupe nos processos que facilitam ou dificultam o acesso aos bens materiais e imateriais exigíveis em cada contexto cultural para se alcançar a dignidade" (Flores, 2009, p. 38). Ou seja, é com a participação em conjunto que haverá a possibilidade de atingir algo que mais se assemelharia ao conceito de justiça, e não a ação de alguns selecionados que detenham e se utilizam do poder em sua posição. Entendimento esse corroborado pela Organização das Nações Unidas, que, ao outorgar a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, propõe que um dos acessos à justiça é por meio dos Direitos Humanos, e o respeito a eles. A organização diz, ainda, em seu preâmbulo, que

> Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum (ONU, 1948, s.p.).

Estabelecendo, dessa maneira, parâmetros que coíbam atos que atentem à dignidade da pessoa humana. A organização segue em preconizar no seu artigo primeiro que "Todos os seres humanos

nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade" (ONU, 1948). E, em seu artigo terceiro, que "Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal" (ONU, 1948). Assim, conforme os casos analisados, é possível perceber como as narrativas apresentadas demonstram situações em que há uma clara explicitação de uma pedagogia da crueldade, elevação máxima da masculinidade e valorização da honra.

No que tange ao discurso feito pelo *Shichibukai* acerca do que ele acredita como entidade legitimadora e validadora do que é justiça, que é aquele que venceria no final, não importando quem fosse. Essa é uma clara hierarquização de poderes e valores sociais, além de uma tentativa de deslegitimação da ordem social e relativização da justiça, a fim de justificar atos que atentem contra a mesma.

Considerações finais

Os mangás japoneses se apresentam mais do que como um instrumento de entretenimento. Se no período pós-Segunda Guerra Mundial foram tidos como artefatos de exaltação de sentimentos nacionalistas e remédios para as mazelas das perdas decorrentes do conflito militar, essas obras em quadrinhos passaram a ter um papel fundamental na fomentação de pensamentos patrióticos, se tornando instrumentos de produção e disseminação cultural, tanto internamente quanto para outras nações, assumindo papéis de meios de construção de identidade nacional e incentivo de ideais. Portanto, é possível encontrar diversas evidências históricas de como os mangás são utilizados como produto de propagação e exportação cultural.

Durante a análise do mencionado capítulo da obra *One Piece*, *corpus* desta pesquisa, outros aspectos puderam ser identificados:

1 - como conceitos de viés decolonial e de estudo cultural (tais quais relações hierárquicas, dinâmicas entre grupos no poder e grupos marginalizados, ocorrências de violência de gênero, instrumentalização da manutenção de controle e de meios de opressão, entre outros) puderam ser identificados e analisados, através de elementos narrativos, em apresentações verbais, por meio de eventos descritos e/ou narrados e de elementos imagéticos não verbais; 2 - como a circulação do mangá ocorreu através da própria história do Japão até a atualidade do Brasil; 3 - e como ocorre a modulação do uso dessas histórias em quadrinhos, e o grau de adaptabilidade que a nação japonesa emprega para manter sua autonomia e preservar sua identidade diante da comunidade internacional.

O estudo de quadrinhos é um campo rico para pesquisa, no qual é possível perceber manifestações linguísticas e culturais, assim como observar sua circulação, ocorrência e até mesmo influência através do tempo e do espaço.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. do. Arte decolonial. Pra começar a falar do assunto ou: aprendendo a andar pra dançar. *Revista Eletrônica Iberoamérica Social*, 2017. Disponível em: https://iberoamericasocial.com/arte-decolonial-pra-comecar-falar-do-assunto-ou-aprendendo-andar-pra--dancar/. Acesso em: 19 fev. 2024.

BIBLIOTECA BRASILEIRA DE MANGÁS. *Mangá "One Piece" começa a ser vendido em formato digital*. Brasil. 2019. Disponível em: https://blogbbm.com/2019/05/20/manga-one-piece-comeca-a-ser-vendido-em-formato-digital/. Acesso em: 19 fev. 2024.

BIBLIOTECA BRASILEIRA DE MANGÁS. *Os mercados de mangás da América Latina em 2017*. Brasil. 2018. Disponível em: https://blogbbm.com/2018/01/05/retrospectiva-2017-os-mercados-de-mangas-da-america-latina/. Acesso em: 19 fev. 2024.

BIBLIOTECA BRASILEIRA DE MANGÁS. *One Piece*. Brasil. 2023. Disponível em: https://blogbbm.com/manga/one-piece/. Acesso em: 19 fev. 2024.

COOL JAPAN FOUNDATION. *Company Overview*. Tokyo, Japão. 2013. Disponível em: https://www.cj-fund.co.jp/en/about/company.html. Acesso em: 19 fev. 2024.

DEUTSCHE WELLE. *Japan:* Manga to spearhead nation's economic growth. 2023. Disponível em: https://www.dw.com/en/japan-manga-to-spearhead-nations-economic-growth/a-65393781. Acesso em: 19 fev. 2024.

FLORES, J. H. *A reinvenção dos direitos humanos*. GARCIA, C. R. D.; SUXBERGER, A. H. G.; DIAS, J. A. (Trads.). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GRAVETT, P. *Manga*: 60 Years of Japanese Comics. New York: Collins Design, 2004

L'HOESTE, H.; POBLETE, J. (Orgs.). *Redrawing the nation:* National identity in Latin/o American comics. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

LUYTEN, S. *Mangá – O poder dos quadrinhos japoneses*.2. ed. São Paulo: Hedra, 2001.

IWABUCHI, H. *Recentering Globalization:* Popular Culture and Japanese Transnationalism. Durham, NC: Duke University Press. 2002

JOHNSON-WOODS, T. *Manga:* An Anthology of Global and Cultural Perspectives. London, UK. Continuum 2010.

NYE, J. S. *Soft Power – the Means to success in world politics*. New York: PublicAffairs, 2004.

MBEMBE, A. *Necropolítica:* biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Rio de Janeiro: n-1 Edições, 2018.

MORATO, G. Situando a língua japonesa no contexto da história do ensino de línguas no Brasil. *In*: *Revista História do Ensino de Línguas no Brasil*, ano 5, n. 5, 1/2011. Disponível em: http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-5-no-5-12011/190-situando-a-lingua-japonesa-no-contexto-da-historia-do-ensino-de-linguas-no-brasil. Acesso em: 19 fev. 2024.

ONE PIECE. Eiichiro Oda. Shueisha, Shonen Jump. Japão, 1997.

POLARIS MARKET RESEARCH. *Global Manga Market Size, Share & Growth Analysis Report, 2023-2032*. 2023. Disponível em: https://www.polarismarketresearch.com/industry-analysis/manga-market#:~:text=Report%20Summary,16.5%25%20during%20the%20forecast%20 period. Acesso em: 19 fev. 2024.

SCHODT, F. L. *Dreamland Japan:* Writings on Modern Manga. Berkeley, CA: Stone Bridge Press, 1996.

O PENSAMENTO LIBERAL E CONSERVADOR NA AMÉRICA LATINA: JOSÉ GUILHERME MERQUIOR E MARIO VARGAS LLOSA

Ana Karla Canarinos
Wagner Monteiro

Introdução: o liberalismo na América Latina e o problema da *Bildung*

Este capítulo tem como objetivo o estudo da concepção de liberalismo de dois ensaístas liberais latino-americanos: Mario Vargas Llosa, romancista, crítico e teórico peruano; e José Guilherme Merquior, crítico literário e teórico brasileiro. Tendo em vista que a adesão ou a recusa ao liberalismo implica uma determinada concepção de nação, ou mesmo de *Bildung* do país, este capítulo pretende mapear como liberalismo e formação se relacionam no pensamento latino-americano de Mario Vargas e Llosa e José Guilherme Merquior, autores que recusaram o pensamento sociológico de esquerda e preconizaram a teoria conservadora. A opção pelo viés conservador gerou fortes embates com a crítica sociológica de esquerda, o que teve como consequência uma espécie de marginalização dos dois autores na historiografia do pensamento latino-americano, sobretudo, com a valorização das mais diversas vertentes dos *studies* norte-americanos.

A escolha do tema e dos ensaístas como objetos de estudo deste capítulo não ocorreu por uma tentativa de resgatá-los ou

justificá-los das constantes críticas recebidas – no caso de Vargas Llosa – ou do completo ostracismo do rol dos principais crítico literários brasileiros – como o exemplo de José Guilherme Merquior –, mas pela pesquisa sobre a complexidade do liberalismo latino-americano. Roberto Schwarz, em *As ideias fora do lugar* e na brilhante análise de Machado de Assis, em *Um mestre na periferia do capitalismo*, já havia chamado a atenção para as especificidades de nosso liberalismo. Portanto, pretendemos mapear as divergências e convergências de Merquior e Vargas Llosa nas suas concepções pensamento liberal e conservador, sem perder de vista o perene problema da formação sofrido pelos países da América Latina.

Manoel Bomfim, um dos principais sociólogos brasileiros da virada do século XIX para o XX, em *O Brasil nação,* aponta que um dos principais problemas da formação nacional é concernente ao pessoalismo de nossos governantes, cujos interesses não estão localizados no bem comum do país, mas no plano individual. O pessoalismo desencadeou uma espécie de inanidade de ideias e de ideologias, uma vez que os principais líderes liberais se comportavam de maneira tão escravocrata quanto os defensores da escravidão. Ou seja, a volubilidade entre uma ideologia e outra, entre o liberalismo e a escravidão, é o que estrutura o pensamento intelectual. Em *A América Latina:* males de origem*,* Bomfim destaca que tanto no Brasil como no Chile, Peru e México, "as facções dominantes, uma vez abafadas todas as veleidades de verdadeira liberdade e justiça, consagrada a iniquidade, arranjaram-se em dois partidos, idênticos nos processos e na política, com os rótulos cediços – Conservador e Liberal –, que se revezavam no poder" (Bomfim, 2008, p. 218). Segundo o sociólogo, o problema de formação nacional dos países da América Latina estava justamente nesse revezamento do poder, que aparentemente se apresentava como duas ideologias distintas, de modo a criar uma máscara de liberdade, sendo que o resultado era a espoliação dos direitos do povo.

Sob esse aspecto, a ação dos liberais na América Latina teve uma dupla e contraditória função: por um lado, foram os responsáveis pelo desenvolvimento das instituições públicas, por outro lado, foram os repressores brutais dos movimentos populares, não preconizando a liberdade – principal pressuposto do liberalismo europeu. Segundo Emília Viotti da Costa, o liberalismo brasileiro – e, por extensão, podemos pensar o latino-americano – se define tanto pela realidade particular quanto pela base europeia. A fidelidade dupla da formação ideológica e política da América Latina – entre a cópia de um modelo liberal europeu e a sua adaptação a uma sociedade de ordem escravocrata e não burguesa – gerou um tipo de liberalismo muito particular de países na periferia do capitalismo. Entretanto, como destaca Emília Viotti da Costa, da mesma forma que na Europa, a partir do Primeiro e Segundo Império, o conceito de liberalismo se separou completamente da ideia de democracia. "Assim como ocorreu na Europa, liberalismo e democracia, inicialmente confundidos nas reinvindicações abstratas, dissociam-se na prática. Esse processo se dá após a Independência, quando não mais se trata de destruir o pacto colonial" (Costa, 2015, p. 117). Ou seja, a peculiaridade do liberalismo latino-americano não está na sua separação diante do conceito de democracia, mas sim no problema da formação burguesa. "Na Europa, o liberalismo foi uma ideologia essencialmente 'burguesa' usada na luta contra as instituições do Antigo Regime [...]. No Brasil, os adeptos do liberalismo pertenciam, em geral, às categorias rurais ou à sua clientela" (Costa, 2015, p. 118). A má-formação burguesa parece ser a grande diferença em relação à Europa e o nó em torno dos problemas da *Bildung*.

No plano econômico, os Estados Unidos cumpriram um papel fundamental na introdução da economia liberal no contexto latino-americano, sobretudo, tendo em vista que o processo de independência das colônias é consequência da crescente mercantilização econômica de Espanha e Portugal. Isto é, o aumento exponencial da demanda do mercado pela importação de matérias-

-primas com um baixo custo, a exportação do produto finalizado para os países colonizados com um valor muito maior, o forte desenvolvimento das indústrias nos países centrais, bem como a sua proibição nos países periféricos, são alguns dos fatores que favoreceram a independência nos países da América Latina. Ou seja, se o violento processo colonizatório surgiu no século XVII, em prol dos interesses metropolitanos, no século XIX, a independência também satisfez às necessidades mercantilistas dos países centrais. Juntamente com a crescente decadência da monarquia e da aristocracia na Europa, a independência dos Estados Unidos sob o signo do liberalismo abriu espaço para que, no século XIX, James Monroe, em discurso ao Congresso de 2 de dezembro de 1823, no Estado da Virgínia, instituísse a "Doutrina Monroe", cujos pressupostos consistiam no impedimento de criação de novas colônias nas Américas e na proibição da intervenção nos assuntos internos dos países americanos. Justamente com o objetivo de implantar e difundir o liberalismo nos países da América Latina.

De acordo com Luiz Werneck Vianna, no Brasil, o liberalismo esteve relacionado, desde as suas origens, à construção do Estado-Nação. O conceito de não revolução ou revolução-passiva, apresentado em obras como *A revolução passiva:* liberalismo e americanismo no Brasil e *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*, aponta justamente para a dificuldade de formação do Estado brasileiro a partir da ideia de revolução, mudança e transformação. Segundo Vianna, no Brasil, qualificam-se como revolução movimentos políticos que apenas reforçaram o seu contrário, ou seja, a permanência e a manutenção do mesmo sistema. Portanto, ao longo da história nacional, abordam-se as ideias de "Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a *conservação*, para bem cumprir o seu papel" (Vianna, 1998, s/p). Sob a mesma perspectiva, Vivaldo Daglione, em *A evolução político-econômica das Américas: do liberalismo como movimento de libertação política nacional ao mercantilismo como*

movimento de afirmação econômico-nacional (Daglione, 1961, p. 127), destaca a importância dos movimentos revolucionários na América Latina na introdução do liberalismo. De acordo com o autor, "a independência foi resultado da cavalgada libertadora que o liberalismo empreendeu pelas Américas" (Daglione, 1961, p. 127). Entretanto, os ideais de liberdade comercial e individual preconizados pelo liberalismo não condiziam com a posição de país novo, o que resultou no nacionalismo conservador de diversos países.

Merquior e o liberalismo democrático

Em *O liberalismo antigo e moderno*, Merquior faz um panorama das principais vertentes do liberalismo. Segundo o crítico, autores como Locke, Montesquieu e Adam Smith funcionam como as primeiras fontes do liberalismo, uma vez que "a palavra liberalismo simplesmente inexistia em seu sentido político moderno" (Merquior, 2021, p. 36). O crítico data o início do liberalismo coincidindo com a Revolução Gloriosa Inglesa (1688), cujo objetivo era pautado na tolerância religiosa e na defesa de um governo constitucional: "ambos se tornaram pilares do sistema liberal, espalhando-se, com o tempo, pelo Ocidente" (Merquior, 2021, p. 41). As três escolas importantes na concepção moderna de liberalismo é a inglesa, "que vê a liberdade como ausência de coerção ou na ausência de obstáculos externos" (Merquior, 2021, p. 52); a francesa, que defende que "a forma mais elevada de liberdade consistia na autodeterminação, e a política devia refletir a autonomia da personalidade" (Merquior, 2021, p. 53). Por fim, a alemã, cujo centro está "na preocupação humanista de formação da personalidade e aperfeiçoamento pessoal. Educar para a liberdade, e libertar para educar – essa era a ideia da *Bildung*, a contribuição goethiana de Humboldt à filosofia moral" (Merquior, 2021, p.56). O crítico vai trabalhar ao longo de toda a exposição com esses três modelos de análise, tanto no liberalismo clássico

como no conservador, até chegar aos novos liberalismos ou neoliberalismo.

O liberalismo clássico, um primeiro desdobramento desses princípios de liberdade e autonomia, "pode ser sintetizado na figura de um equilíbrio entre democratismo e libertarianismo [...] os liberais clássicos foram basicamente fieis à promessa democrática e ao potencial libertário da ideia liberal" (Merquior, 2021, p.140). Para tanto, o crítico aborda Constant, Tocqueville, Stuart Mill e Madison. No século XIX, aparece o liberalismo conservador, divido em três vertentes:

> A primeira é o tradicionalismo, a crença de que a sabedoria política é de alguma forma de natureza histórica e coletiva, residindo em instituições que passaram pelo teste do tempo. A segunda é o organicismo, a ideia de que a sociedade é um todo, e não apenas uma soma de suas partes ou de seus membros, e como tal possui um valor definitivamente muito superior ao indivíduo. A terceira é o ceticismo político, no sentido de uma desconfiança do pensamento e da teoria quando aplicados à vida pública, especialmente com amplos propósitos inovadores (Merquior, 2021, p. 141).

A crença na tradição é o que une os três modelos. Em contraste ao liberalismo clássico que preconizava os direitos naturais, a história por estágios e a democracia, o conservador buscava "geralmente retardar a democratização da política liberal [...] liberais como Maine e Acton tentaram recorrer ao liberismo (Maine) ou ao federalismo (Acton) contra a maré democrática" (Merquior, 2021, p. 183). Movidos pelo "dissabor pela política de massa ou pela cultura igualitária", autores como Maine, Renan, Acton e Spencer simbolizaram um recuo claro diante da democracia liberal. Na última década do século XIX,

surge o liberalismo social, vertente que não exclui o individualismo, mas repensa a recusa completa da presença do Estado preconizada pelos liberalismos clássico e conservador. Autores como Frances Charles Montague e Thomas Hill Green criticam o darwinismo social e afirmam que as vítimas da evolução não são inteiramente eliminadas, "porém, permanecem como um peso morto no corpo social. Então, por que não os ajudar, especialmente porque a sua degradação termina por prejudicar o conjunto?" (Merquior, 2021, p. 186).

Merquior compactua em maior medida com o liberalismo social, sobretudo, pela forte influência de Wilhem Humboldt, principal referência para essa vertente. Tendo em vista o forte apelo que Humboldt dispensa para o conceito de individualidade como o meio para se alcançar a realização pessoal e a autonomia, Merquior destaca a importância da *Bildung* tanto para o desenvolvimento do pensamento liberal como para a conexão entre liberalismo e humanismo, traçada no texto "Algumas reflexões sobre os liberalismos contemporâneos" (1986). Em *O liberalismo antigo e moderno (*2021), Merquior destaca recorrentemente a centralidade de Humboldt e de seu conceito de *Bildung* para uma melhor concepção de liberdade: "a função do Estado, ensinou, devia consistir na 'remoção de obstáculos' ao autodesenvolvimento humano. Essa era também uma ideia alemã, decorrente de Humboldt. O Estado nunca se podia por no lugar do esforço humano para a *Bildung*" (Merquior, 2021, p. 188), mas era obrigação do Estado proporcionar condições favoráveis ao autodesenvolvimento. A principal figura dessa vertente liberal é o inglês John Maynard Keynes (1883-1946), cujas ideias giravam em torno da morte do *laissez-faire* e da afirmação de que o "problema político da humanidade consiste em combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual" (Merquior, 2021, p. 210).

Ainda na década de 1920, inicia-se um embate contra o liberalismo social com a publicação de *A economia coletiva:*

estudos sobre o socialismo (1922), de Ludwig von Mises. Em 1960, Friedrich August von Hayek, discípulo de Mises, publica *Os fundamentos da Liberdade*, obra que critica de maneira contundente "os sonhos igualitários" (Merquior, 2021, p. 231) e repudia a democracia, como o liberalismo conservador. No entanto, Hayek se afasta do conservadorismo, ao preconizar que o "liberalismo não é contrário à evolução e à mudança, enquanto o conservadorismo tem demasiado apego à autoridade" (Merquior, 2021, p. 231). Em *O Argumento Liberal*, Merquior afirma que essa última fase do liberalismo se configura politicamente no neoliberismo, ou seja, um retorno aos pressupostos do liberalismo clássico – a lógica do *laissez-faire* na economia e o repúdio à democracia no plano político.

É no liberalismo sociológico de Raymond Aron e Noberto Bobbio que Merquior encontra "a síntese democrático-liberal" o que permite ao crítico "contrapor ao hedonismo utilitário dos neoliberistas um liberalismo democrático, apto a responder à altura aos desafios políticos decorrentes das transformações sociais das últimas décadas" (Felipe, 2019, p. 270). Merquior critica a fobia ao Estado presente no neoliberalismo e, em "Raízes da tradição autoritária", publicado em *O Argumento Liberal*, que o liberalismo brasileiro é "paleoliberal", visto que se imiscui das responsabilidades estatais num país de modernização tardia.

> Conforme costumo dizer, nossos neoliberais raciocinam como paleoliberais, saudosistas de uma ordem socioeconômica vitoriana, alheia ao princípio moderno da economia social do mercado e aos deveres do estado num país em desenvolvimento. Por isso é que, observa Schwartzman, entre nós a ideologia liberal termina restrita a grupos sociais muito limitados. Sua conclusão não poderia ser mais sensata: a sociedade brasileira necessita de um estado eficiente – mas este precisa ser, por sua vez, um estado responsável. É

> imprescindível chegarmos, cedo ou tarde – e quanto mais cedo melhor – a um "novo pacto entre estado e sociedade" (Merquior, 2019, p. 209-210).

Portanto, Merquior defende um liberalismo que preconize a liberdade pela descentralização de um poder do Estado ou de um monarca, entretanto, o crítico aponta a importância do Estado na manutenção dos direitos sociais. Somente a partir de um aperfeiçoamento pessoal (a *Bildung*) é que seria possível alcançar a liberdade e, consequentemente, ultrapassar o subdesenvolvimento. Se, por um lado, o liberalismo abriu espaços para que os burgueses pudessem incorporar a *Bildung* com o objetivo de atingir uma representação universal de si mesmo na sociedade, por outro lado, em países subdesenvolvidos, Merquior afirma que a presença de um Estado responsável e eficiente é imprescindível para a garantia do desenvolvimento pessoal das classes inferiores. Sob esse aspecto, Merquior "revela-se um herdeiro mais legítimo do Iluminismo do que da doutrina marxista" (Felipe, 2019, p. 271), sobretudo, na adesão a um pensamento liberal em sua vertente mais socializante.

De acordo com Sérgio Paulo Rouanet, "Merquior sempre aderiu a uma concepção iluminista do homem, fundada no primado da inteligência sobre as paixões. A razão é o mais alto atributo do homem" (Rouanet, 1993, p. 298). É a partir do liberalismo que a igualdade entre os homens pode surgir, uma vez que "a liberdade política será sempre precária sem o aperfeiçoamento da igualdade" (Rouanet, 1993, p. 298). Se a linguagem do liberalismo foi se tornando cada vez mais condizente com o livre mercado, desembocando no neoliberalismo, Merquior foi cada vez mais se aproximando de um liberalismo socializante, pois a liberdade política será sempre precária sem a igualdade econômica. A ditadura brasileira e a do Chile, com Pinochet, nada mais são do que grosseiras falsificações do liberalismo, que preconizaram o livre mercado em detrimento da liberdade de expressão e de escolha

político-ideológica. Merquior preconiza o progresso e a modernidade, e o liberalismo é o caminho escolhido, no entanto, o crítico não se sente um reacionário pela sua escolha. No prefácio de *As ideias e as formas*, o crítico afirma: "É possível atacar o marxismo, a psicanálise e a arte de vanguarda sem ser reacionário em política, ciências humanas e estética?" (Merquior, 1989, p. 15). Certamente, a resposta do crítico é afirmativa. O que Merquior está destacando é que é possível ser liberal, defender a modernidade e o progresso, criticar o marxismo, o formalismo estético e a psicanálise sem ser um reacionário. O crítico compara um posicionamento liberal em arte, sua ideia de democracia, com a Teoria Estética de Theodor Adorno:

> Um certo "aristocratismo" é simplesmente, em nosso tempo de "democratismo" aviltado, condição sine qua non de autenticidade cultural. Pode parecer o contrário: mas a verdade é que o liberalismo genuíno, em arte, se situa do lado da crítica da cultura "aristocrática", e não dos "democráticos" justificadores dos media como eles são (e dos gêneros imbecilizantes que eles impuseram) – pois desde quando o condicionamento das consciências é sinal de liberdade ou democracia?
>
> Os defensores da cultura de massa são de fato muito tolerantes; mas é ao jeito daquele epigrama de Adorno: "O burguês é tolerante: seu amor aos homens como são reflete o seu ódio ao homem como ele deve ser". Tenhamos a decência de não falar em "democratização da cultura" quando o que estiver sendo "democratizado" não for, absolutamente, digno do nome cultura, no sentido crítico-educativo da palavra (Merquior, 1975, p. 20-21).

Merquior, nesse ponto, separa o liberalismo em arte de uma suposta democratização que se relaciona de maneira parcimoniosa

com a indústria cultural. Para o crítico, nesse quesito, o liberalismo estaria muito mais próximo da teoria crítica de Theodor Adorno do que dos que defendem a democracia da cultura.

Mario Vargas Llosa e a formação de um intelectual liberal latino-americano

Se Merquior ainda vislumbra uma função para o Estado em sua historiografia sobre o liberalismo, Vargas Llosa vai na contramão desse discurso e invalida a função do Estado como importante no controle da liberdade econômica e política. Quando Mario Vargas Llosa publica *La llamada de la tribu* (2018), os leitores do Nobel peruano puderam finalmente ler um ensaio em que seu pensamento liberal não é apenas explicado, como esmiuçado. Como não poderia ser diferente, não se trata de uma obra com estrutura científica e com a tentativa de um olhar "neutro" sobre o tema. Antes, lemos, desde o início, a visão apaixonada, construída com linguagem literária e que recorre à sua trajetória como intelectual latino-americano para forjar aquilo que o autor denomina de defesa pela liberdade irrestrita de qualquer cidadão.

Desde as primeiras páginas, Vargas Llosa destaca a leitura que empreendeu em sua juventude de nomes fundamentais do marxismo, como o próprio Marx, Engels, Georges Politzer, Georg Lukács, Antonio Gramsci, e, também, José Carlos Mariátegui, filósofo marxista peruano, além da admiração profunda que mantinha pelo existencialismo de Jean-Paul Sartre. No entanto, o próprio autor sublinha que, em seus anos de um suposto fanatismo comunista, o materialismo histórico lhe fazia sentido, enquanto o materialismo dialético não. Isso é, na contramão do idealismo filosófico, a matéria, vista como emancipada da consciência e daquilo que é espiritual, sempre pareceu um absurdo para o escritor peruano. A ruptura com Sartre se deu justamente quando o autor francês declarou que seu pensamento filosófico não fazia sentido

na prática, em um contexto revolucionário ou enquanto crianças morriam de fome:

> Y también fue importante mi decepción con el próprio Sartre, el día que leí en *Le Monde* una entrevista que le hacía Madeleine Chapsal en la que declaraba que comprendía que los escritores africanos renunciaran a la literatura para hacer primero la revolución y crear un país donde aquella fuera posible. Decía también que, frente a un niño que moría de hambre, "La *Nausée* ne fait pas le poids" ("La *Náusea* no sirve de nada"). [...] ¿Cómo podía afirmar eso quien nos había hecho creer que escribir era una forma de acción, que las palabras eran actos, que escribiendo se influía en la historia? Ahora resultaba que la literatura era un lujo que solo podían permitirse los países que habían alcanzado el socialismo (Vargas Llosa, 2018, p. 16).

Ao entrar na temática da desigualdade social, Vargas Llosa parece atrelar os direitos humanos e a liberdade de expressão exclusivamente ao liberalismo como um sistema autoritário e repressivo que estaria diretamente ligado a governos de ideologia marxista. A civilidade e a ideia de *Bildung*, como dito anteriormente, estariam vinculadas a países desenvolvidos, como o autor mesmo explica, ao mencionar seu fascínio pelos governos de Ronald Reagan e Margaret Tatcher. A política de privatizações e a diminuição de subsídios desses governos são vistas por Vargas Llosa como símbolos de uma prática alinhada a filósofos que tanto Tatcher como o autor peruano admiravam: Friedrich von Hayek e Karl Popper.

A referência a Popper é fundamental para compreender o liberalismo de Vargas Llosa, pois é o autor austríaco quem denomina o irracionalismo do ser humano primitivo como um "espírito da tribo":

> El "espírito tribal", fuente del nacionalismo, ha sido el causante, con el fanatismo religioso, de las mayores matanzas en la historia de la humanidad. En los países civilizados como Gran Bretaña, el llamado de la tribu se manifestaba sobre todo en esos grandes espectáculos [...] (Vargas Llosa, 2018, p. 22).

O capítulo dedicado a *sir* Karl Popper (1902-1994) é o mais longo de *La llamada de la tribu*, pois, como Vargas Llosa afirmara na introdução, é sua principal referência de liberalismo no século XX. Isso se dá, sobretudo, pelo contraponto construído pelo filósofo austríaco à ideia de materialismo dialético de Marx e ao historicismo de Hegel. Para Popper, as ideias antecipam as modificações sociais e a própria Revolução Russa é um exemplo de como foram as ideias marxistas de Lenin que levaram a Rússia ao contexto revolucionário dos primeiros anos do século XX. Um dos focos, portanto, de Popper, que devem ser desconstruídos, diz respeito ao sistema hegeliano que serviria de base para o Estado totalitário, por ser "colectivista, irracional, caudillista, racista y anti-democrático [...] Para Hegel, el Espíritu, fuente de la vida, siempre en movimiento, progresa con la historia encarnándose en el Estado, forma suprema de la Modernidad" (Vargas Llosa, 2018, p. 148). Popper e Vargas Llosa condenam a concepção de progresso forjada por Hegel, pois, para eles, o filósofo alemão idealiza o Estado como uma entidade superior, que teria que ser comandada por um líder ou caudilho, cabendo aos cidadãos um papel hierárquico inferior, irracional, que não permite qualquer contestação ao *status quo*. Merquior (2018, p. 179) vai ainda mais longe ao declarar Karl Popper como um crítico ao historicismo, mas não como um filósofo político, pois as nações que teriam sido vítimas da crença fascista ou comunista teriam acatado de alguma forma as leis do destino histórico. Merquior destaca como o marxismo é uma espécie de historicismo econômico, baseado em uma utopia totalitária.

Popper acaba condenando a ideia de modernidade ligada ao Estado. Embora Popper não cite Domingo Faustino Sarmiento (2016), há uma clara associação entre a ideia acima e os conceitos de "civilização" e "barbárie" do ensaísta argentino. Desse modo, Popper se aproxima da mesma ideia do liberalismo construtor de nações, que como afirma Merquior (2014), constitui uma via conservadora que teve lugar no século XIX argentino, com a figura central de Sarmiento. Para o ensaísta e político argentino, a violência do barbarismo agrário deveria ser solucionada através do progresso citadino, importado pelo modelo europeu. No entanto, Merquior destaca como essa dicotomia entre "civilização" e "barbárie" foi problematizada até mesmo por Sarmiento, quando o político argentino descobriu a pobreza urbana e a riqueza rural na Europa industrial e verificou, baseando-se também no modelo estadunidense, que a única maneira de superar a barbárie consistia em construir a igualdade, que não era o fruto, mas a condição do progresso. A distribuição equânime de propriedades, acesso universal à escola e comunidades urbano-rurais formariam a base da liberdade e da civilização.

A civilização para Popper e Vargas Llosa precisa se distanciar do Estado para que haja a construção de uma sociedade mais "justa" e "livre". Assim, para que a ideia de *Bildung* funcione no liberalismo de Popper, o indivíduo, em um contexto democrático, deve aprender com seus erros, projetar oportunidades e decidir seu destino. Para Pooper, o mundo atual é sempre pior que o próximo e melhor que o anterior e o progresso se constrói irrestritamente a partir da liberdade. Isso é, só há *Bildung*, seja social, humanística, tecnológica, em uma sociedade aberta, oposta à barbárie tribal, anterior à Grécia Antiga dos pré-socráticos.

O ensaio de Vargas Llosa, com sua defesa de Popper e da liberdade, chama a atenção por ignorar o contexto latino-americano e suas especificidades. Em outras palavras, a busca pela liberdade e a não dependência ao Estado demonstram uma tentativa do Nobel

peruano de igualar modelos políticos e econômicos aplicados na Europa e nos Estados Unidos, América Latina e outras regiões de modernização tardia. Há, do mesmo modo, uma tentativa de relação absoluta entre democracia e liberalismo, ignorando a possibilidade de uma democracia social, de esquerda. Assim, aquilo que não é liberal é, para Vargas Llosa, totalitário.

Se Merquior (2014) denomina o liberalismo de Raymond Aron como sociológico, Vargas Llosa destaca como o teórico francês foi além e serviu de contraponto máximo aos marxistas franceses do século XX. Vargas Llosa (2018, p. 212) destaca como, para Aron, o marxismo, assim como o nazismo, é uma típica religião secular do nosso tempo, um ópio para o povo. A palavra ópio tem uma importância enorme para Aron, não em vão, uma de suas principais obras é *L'Opium des intellectuels* (1955), cujas ideias não combatem apenas os comunistas, mas, sobretudo, a intelectualidade de esquerda, como Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty. Para Raymond Aron, intelectuais de esquerda e existencialistas vislumbravam um proletariado revolucionário, ignorando que a classe operária desejava, na verdade, aburguesar-se.

Vargas Llosa (2018) demonstra como tanto Popper como Aron oferecem um contraponto intelectual à "febre ideologizante da época", destacando o relativismo das teorias que buscam respostas definitivas para a sociedade e o homem. Em outras palavras, o pensamento liberal estaria constituído de dúvidas, questionamentos, cuja base estaria assentada em um realismo pragmático, na contramão de supostas "ilusões utópicas" de sua época, como afirma o Nobel peruano (Vargas Llosa, 2018, p. 218).

Esse realismo pragmático que Vargas Llosa destaca em seus teóricos prediletos do liberalismo do século XX não corrige um problema que o próprio romancista peruano aponta: a América Latina e outras regiões de modernização tardia são ignoradas na teorização desses autores. No caso de Raymond Aron, Vargas Llosa (2018, p. 225) afirma que "En un pensador en tantos

sentidos universal, sorprende esta falta de curiosidad por lo que ocurría en los otros dos tercios de la humanidad". Merquior (2018, p. 197) afirma que para Aron as sociedades industriais são semelhantes no nível cultural e produtivo, diferenciando-se na ordem política. No entanto, o pensamento de Aron parece ingênuo quando verificamos que países com diferentes ideologias no campo político mantêm, muitas vezes, os mesmos problemas econômicos. Curioso, também, que Vargas Llosa não questione o fato de que a América Latina foi formada em um contexto de colonização e exploração e que a industrialização, modernização e a *Bildung* seguem parâmetros e ritmos diferentes em nações como a Alemanha, a Espanha e a Argentina. Dito de outro modo, a constituição da América Latina não parece ser o *locus* perfeito para as ideias liberais de autores que apostam no radicalismo e na não dependência total do Estado.

Embora o pensamento liberal de Vargas Llosa, apoiado em alguns teóricos liberais, especialmente do século XX, tenha sido discutido brevemente neste capítulo, pudemos verificar as principais linhas nas quais o Nobel peruano se apoia. Sem citar a palavra *Bildung* em nenhum momento, Vargas Llosa, no entanto, atrela uma sociedade democrática e seus direitos humanos, incluindo o direito ao aborto e ao casamento igualitário, à ideologia liberal. Do mesmo modo, não há qualquer problematização em *La llamada de la tribu* ao fato de que o liberalismo econômico tenha se apoiado num sistema de crenças conservador, cujos pilares se assentam em valores judaico-cristãos, e que fora aplicado, inclusive, por sistemas políticos ditatoriais em diversas regiões do planeta, especialmente, na América Latina.

Conclusão

A implantação do liberalismo na América Latina é atravessada por diversas contradições desde a sua origem. A oposição entre

um sistema colonial e um sistema liberal esteve sempre na base de sua construção no contexto latino-americano. Se no século XIX europeu o conceito de *Bildung* estava cada vez mais relacionado à formação do burguês, em países de modernização tardia (como o Brasil e o Peru), ele está atrelado à tentativa de igualar-se culturalmente, politicamente e economicamente aos países centrais. Ou seja, a dicotomia entre cosmopolitismo e nacionalismo está na base do perene problema da instauração do liberalismo na América Latina.

Sob esse aspecto, José Guilherme Merquior e Mario Vargas Llosa são dois autores e teóricos latino-americanos que representam o pensamento conservador, no desejo de retirar o Brasil e o Peru da condição de atrasados. Ao contrário de críticos marcadamente de esquerda, como Antonio Candido, Roberto Schwarz, Angel Rama, Antonio Cornejo Polar e Nestor Canclini, Merquior e Vargas Llosa apresentam um pensamento distinto, pautado na diminuição da presença do Estado e na crença dos ideais de liberdade defendidos pelo liberalismo.

Através de uma fuga do academicismo e de uma prosa irreverente, os dois autores se posicionam como elementos fora da curva do discurso deliberadamente de esquerda e de críticas mordazes ao capitalismo. O comunismo e o socialismo são características utópicas e românticas, que trazem outros problemas como, por exemplo, o corte da liberdade. Se, por um lado, os dois autores concordam que uma sociedade comunista é impossível de ser implantada e tampouco funciona pelo autoritarismo, por outro lado, os dois autores se distanciam no peso que o Estado cumpre na defesa do liberalismo. Apesar de opor-se à esquerda intelectual brasileira, Merquior não concordava com o liberalismo de Margaret Thatcher e Ronald Regan, tampouco se filiava completamente ao liberalismo preconizado por Popper. De acordo com Merquior, a teoria de Popper funciona muito mais no plano epistemológico do que no plano social, portanto, não pode, de maneira nenhuma,

ser considerada revolucionária. O crítico brasileiro defende a liberdade como prioridade máxima. No entanto, ela precisa passar pela mediação do Estado para que esse controle o perigo de as liberdades individuais transgredirem o bem-estar social.

Na outra ponta do debate, Vargas Llosa defende o Estado mínimo e o ideal de liberdade suprema defendido por Popper. Ao criticar Raymond Aron como mais próximo do marxismo do que do liberalismo, o crítico peruano se afasta de Merquior no peso do papel atribuído ao Estado. Ou seja, Vargas Llosa defende o Estado mínimo, Merquior ainda acredita na potência dessa instituição na instauração do liberalismo na América Latina. Não obstante a diferença em relação ao Estado, os dois se posicionam como fortes defensores do progresso. Se o marxismo, sobretudo, a Escola de Frankfurt, apontou o desenvolvimento da técnica, do esclarecimento e do progresso como consolidação da barbárie intelectual, política e econômica; Merquior e Vargas Llosa preconizam o constante desenvolvimento econômico como bases para que a sociedade saia da condição de atrasada e alcance a universalidade e a educação europeia. Ou seja, o problema da *Bildung* aparece como um elemento central na teoria dos autores, e o único caminho para que ela se consolide e instaure uma verdadeira democracia é através do progresso econômico, intelectual e político, que é possível pela implantação verdadeira e sem impasses do sistema liberal.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, M. *O Brasil Nação*. Brasília: Editora UnB, 2014.

BOMFIM, M. *A América Latina:* males de origem. Biblitoteca Virtual de Ciências Humanas: Rio de Janeiro, 2008. Acesso em: 04 jan. 2026.

COSTA, E. V. da. *Brasil:* história, textos e contextos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DAGLIONE, V. "A evolução político-econômica das Américas: do liberalismo como movimento de libertação política nacional ao mercantilismo como movimento de afirmação econômico-nacional". *Revista de História*. v. 23, n. 46, 1961.

FELIPE, K. A prosa de um liberal neoiluminista. *In*: MERQUIOR, J. G. *O argumento liberal*. São Paulo: É realizações, 2019

GADAMER, H-G. *Truth and Method*. Continun: London, 2004.

KOSELLECK, R. The Anthropological and Semantic Structure of Bildung. *In*: *The practice of conceptual History*. Stanford University Press: Stanford, 2002.

MENDELSOHN, M. On Enlightening the Mind. *In*: MASS, W. P. M. D. *O cânone mínimo:* O Bildungsroman na história da literatura. São Paulo: Unesp, 1999.

MERQUIOR, J. G. *As ideias e as formas.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MERQUIOR, J. G. *O argumento liberal*. São Paulo: É realizações, 2019.

MERQUIOR, J. G. *Liberalism old and new.* Twayne Publishers: Boston, 1991.

ROUANET, S. P. *Mal-estar na modernidade:* ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo.* São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCHWARZ, R. As ideias fora de lugar. *In*: *Ao vencedor as batatas:* forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 2012.

VARGAS LLOSA, M. *La llamada de la tribu*. Madri: Alfaguara, 2018.

VIANNA, L. W. *A revolução passiva:* iberismo e americanismo no Brasil. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2004.

VIANNA, L. W. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/zRmh5j4csLtfRQvRJhrXg3R/?lang=pt. Acesso em: 04 jan. 2026.

A VERDADE, A CIÊNCIA E A HISTÓRIA: O DISCURSO HISTÓRICO EM PERSPECTIVA PÓS-EMPIRISTA

Estêvão de Carvalho Freixo

Introdução

Se, por exercício da imaginação, nos aventurássemos em projetar em um horizonte futuro a ocasião em que a ciência teria testemunhado sua insígnia desbotar o brilho que ainda hoje a faz acreditar possuir a faculdade de impor aos povos "ocidentalizados" a vontade e o arbítrio de sua existência, seríamos provavelmente levados a reconhecer a improbabilidade e até mesmo o ridículo de nossa aposta.

Hoje, porém, uma diversidade de temas e debates viabilizam reflexões sobre o valor e o estatuto dos saberes científicos. Entre algumas das ocorrências mais recentes, pode-se mencionar a discussão em torno do pós-colonialismo, a análise das relações entre saber e poder, a crítica da verdade em sua acepção ontológica, o entendimento da cognição como um processo ativo e não meramente representacional, o desenvolvimento de uma ontologia não essencialista[1], além de outros tópicos de igual interesse e importância.

1 Sobre os temas mencionados, alguns dos nomes que parecem ter exercido um papel estratégico nas discussões associadas a cada um dos tópicos são Jack Goody (2008), Michel Foucault (1979; 1999), Humberto Maturana e Francisco Varela (1995), e Gilbert Simondon (2005).

Esse estado de coisas nos permite agora abordar o problema das ciências, especialmente aquelas alimentadas por pretensões universalistas, desde seu esforço em se fazer prevalecer sobre outras formas de conhecimento que, diante delas, subsistem como saberes concorrentes ou campos de resistência.

Nessa direção, foi Jacob Burckhardt quem, já na metade do século XIX, pôde sublinhar o que as discussões de hoje sobre pós-colonialismo tornaram amplamente aceito – o caráter particular do que veio a se tornar, a partir do Renascimento cultural na Itália, um empreendimento universalista de dominação do ocidente pela imposição de um saber local: "não foi a Antiguidade [leia-se Grécia e Roma antigas] sozinha, mas sua estreita ligação com o espírito italiano, presente a seu lado, que sujeitou o mundo ocidental" (Burckhardt, 2009, p. 177).

Para um encaminhamento preliminar da discussão, será prudente que nos coloquemos, já de partida, uma questão sem a qual nossos argumentos permaneceriam a deslizar na superfície do tema. Será importante que comecemos pela consideração do processo pelo qual ideias particulares ou argumentos isolados vêm a se tornar princípios gerais de conhecimento que, daí em diante, necessitam ser resguardados, reproduzidos e, segundo supomos, instaurados pela via da autoridade.

Para os que se dispuseram a enfrentar o problema do universalismo científico e a operação que leva à verdade de uma ciência a ser edificada, é, em geral, no terreno de uma disputa que os princípios de uma ciência se pretendem totalizantes para elidir no campo adversário o direito à manifestação contrária antes mesmo que os primeiros sons da réplica possam ensaiar a sua pronunciação. Ao evocar o processo pelo qual a Física moderna enterrou a posição aristotélica no subsolo da Antiguidade, Badiou, por exemplo, nos representou esse jogo de força por meio do qual as vozes "vitoriosas" fingem sua completude para afastar os antagonismos.

> A hipótese antecipante, referente ao ser genérico de uma verdade, eu a chamo *forçação*. A forçação é a poderosa ficção de uma verdade *acabada*. (...) Galileu pôde levantar a hipótese de que a natureza toda está escrita em linguagem matemática; o que é a hipótese de uma Física *completa*. Baseado nessa antecipação, ele *força* o adversário aristotélico a abandonar a própria posição (Badiou, 1994, p. 181).

A questão da verdade, alguns quiseram argumentar[2], permanece inseparável do exercício do poder que por meio dela se legitima. É por isso também que o "problema cientificista da ciência como verdade integral" aparece em Badiou (1994, p. 182) como análogo ao "problema político do totalitarismo".

Tomemos, a exemplo disso, o comentário de Ralph Miliband, quando ressaltou o papel do modelo stalinista na arquitetura de poder que se tornou prevalente nos regimes comunistas disciplinados pela escola soviética. Em seu argumento, acrescentou o autor que, tendo morrido Stalin em 1953, sua referência não seria suficiente para justificar que líderes comunistas tenham se aferrado a seus padrões autoritários de governo. Longe de explicar os excessos de tais regimes por uma referência à filosofia marxiana, como quiserem os ideólogos conservadores, Miliband (1990, p. 132) avaliou que

> Sem dúvida, os motivos das pessoas envolvidas eram muito variados - certamente vantagens pessoais, mas também uma espécie de paternalismo autoritário, um medo do que a liberação poderia fazer não só à sua posição mas à natureza do regime, até mesmo uma crença verdadeira de que isso era socialismo e de que elas estavam defendendo-o contra seus vários inimigos internos e externos.

2 Michel Foucault é provavelmente a referência mais emblemática a esse respeito. Mas, junto dele, e, talvez, por meio dele, pronunciaram-se também nesse sentido Edward Said (2021), Judith Butler (2017), Gayatri Spivak (2010), para citar alguns outros nomes de peso.

Segundo Miliband, é porque temiam a abertura radical à qual o modelo marxiano poderia conduzir, ao sugerir, por exemplo, a subordinação do Estado à sociedade nos regimes socialistas, que os autocratas comunistas quiseram persistir em uma "verdade" política cuja função era, essencialmente, a de erigir um muro protetor contra o perigo e a imprevisibilidade da emancipação popular.

Pensando-os criticamente, Miliband (1990, p. 132) refletiu que os empreendimentos comunistas do século XX, por ele considerados como "regimes coletivistas oligárquicos", encontraram seu limite na complexa tarefa de se aceitar as consequências mais radicais de uma democracia disposta a organizar centros de poder não apenas dentro, mas também fora do Estado.

Considerando tal circunstância, um regime que se pretenda a um só tempo democrático e coletivista só poderá cumprir os propósitos aos quais se fia se for verdadeiramente capaz de ofertar a seus cidadãos o direito à profunda diversidade; se for, além disso, tolerante à mudança e, sobretudo, se puder aceitar a difícil decisão de renunciar a uma aspiração universalista. Trata-se, nesse sentido, de caminhar em direção a uma sociedade aberta, participativa e sempre inacabada, que, sem a pretensão de subjugar o curso da história, demonstre uma congênita inclinação para realizar as constantes reformas de que as instituições necessitam para se adaptar às sucessivas e incontornáveis mudanças que a coletividade impõe à formação social (Verbicaro; Oliveira, 2019). Disso, pode-se esperar uma ampliação cada vez maior na horizontalização dos processos decisórios, o que conferirá sentido e orientação à progressão do regime.

No entanto, no que toca à questão da verdade na ciência, que é o que, em primeiro lugar, nos interessa, seria certamente descabido que insistíssemos em não reconhecer a importância que há, para o pensamento, no esforço de se organizar um saber e sua prática correlata a partir de princípios que sejam bem definidos e

tão firmes e duradouros quanto nos demanda a sólida organização de um corpo social. O dilema da verdade é que o seu uso geral, seja no interior da ciência ou mesmo fora dela, não tem por hábito reconhecer seu caráter intrinsecamente processual. "A verdade é percurso", disse Badiou (1994, p. 177), ao retomar a inflexão que Hegel operou sobre esse conceito para superar um entendimento de verdade que a limita à forma do juízo. O autor também reuniu alguns elementos introdutórios ao desenvolvimento de uma teoria da verdade, desde os quais foi preciso estabelecer uma separação conceitual entre verdade e saber:

> Partirei da ideia seguinte: uma verdade é primeiro uma novidade. Aquilo que transmite, aquilo que repete, nós chamaremos um saber. (...) Se toda verdade é uma novidade, qual é o problema filosófico essencial da verdade? É o de seu aparecimento e de seu vir-a-ser. É preciso que se pense uma verdade, não como juízo, mas como um processo real (Badiou, 1994, p. 177).

A verdade, em Badiou, começa então como novidade, aparecimento. É somente a aposta e a decisão de se aferrar a esse novo que pode fazê-lo durar. Sob tal perspectiva, impõe-se que nenhuma verdade pode ser sustentada sem o investimento de uma vontade que nela reconheça alguma importância para a vida:

> Nenhuma regra permite decidir que o evento é um evento. Nada permite dizer: aqui começa uma verdade. Vai precisar fazer uma aposta. Por isso é que uma verdade começa por um *axioma de verdade*. Começa por uma decisão. A decisão de dizer que o evento se deu (Badiou, 1994, p. 179).

Em Badiou, seria, então, por um gesto de fidelização à aposta que se decide fazer que a verdade poderia vir a ser sustentada,

reafirmando-se ou justificando-se sua existência a cada novo retorno realizado em direção a seu axioma fundador. Esse retorno, com efeito, se apresenta amiúde como uma operação fiscalizadora do real. No essencial, porém, cumpre a função de enunciar uma vez mais o evento que se quis privilegiar, a fim de que seu efeito persista em ecoar no campo onde os saberes se encontram, estabelecendo suas relações de aliança e antagonismo. Vê-se, assim, que, em lugar de se definir como um gesto por meio do qual a face cognoscível do real é finalmente exposta, a produção da verdade se apresenta, antes, como artifício comum às posições que pretendem atrair para si o privilégio de decidir sobre os modos de se estar no mundo e dele participar.

Se, todavia, consentimos que a verdade seja o resultado de um processo orientado por uma decisão motivada, convém ainda que nos perguntemos: A que "vontade de verdade", para recuperar a expressão de Nietzsche (1992) em *Além do bem e do mal*, o saber europeu quis eventualmente submeter-se, ocasionando a emergência de um modelo de ciência que, tendo se organizado no início do período moderno, ainda hoje persiste em se afirmar, apesar das transformações intelectuais que, ao longo do século XX, puderam confrontá-lo, colocando seus axiomas em questão?

Pode-se aqui recorrer ao popular argumento de que a dignidade concedida à ciência moderna, seu reconhecimento mais pleno e seu alcance "universal" puderam resultar da vitória de uma cosmovisão construída no seio de uma comunidade – a burguesia europeia – que, orientada pelos ideais da técnica e da razão objetiva, pôde alavancar seu projeto político-econômico, conquistando um lugar de destaque nas formações sociais pós-feudais, a partir de então dirigidas sob seu comando[3]. Inicialmente apoiada nas ciências da natureza, mais diretamente implicadas com os processos produtivos e a expansão do comércio, a ciência moderna e

3 Como ilustração, indicamos os trabalhos de Goldfarb (1989), Saito e Beltran (2014) e Dantas (2008), embora a ampla aceitação da relação estreita entre ciência moderna e burguesia não exija de fato grandes ratificações.

sua aspiração universal puderam ainda penetrar, entre os séculos XVIII e XIX, os saberes investidos no exame da vida humana e da sociedade. A visão de mundo associada às aspirações burguesas e sua orientação racionalista transpuseram-se, por exemplo, ao domínio da história (Benatte, 2014, p. 68), ocasião em que a linguagem e o *ethos* identificados com a pesquisa historiográfica sofreram transformações desde as quais o saber da história precisou redefinir a direção em que se conduziam os trabalhos realizados em seu campo.

Um gesto essencial e mesmo fundante para a idealização de uma ciência histórica pareada aos conhecimentos da natureza foi a recusa da dimensão literária à qual o texto historiográfico se via, até o século XVIII, fortemente associado (Benatte, 2014). Foi preciso empreender, naquele momento, um exercício de controle do imaginário, impondo-se limites à evolução estética do texto, de modo a subtrair-lhe a energia afetiva para fazer restar uma escrita que se pretendia estritamente demonstrativa – pretensão textual que Droysen convenientemente qualificou como de uma "objetividade eunuca" (Benatte, 2014).

Um claro sinal dessa mudança foi a publicação de um manual elaborado por Charles Seignobos e Charles-Victor Langlois, que, ao final do século XIX, reuniu na França um conjunto de premissas em torno das quais pôde-se organizar a comunidade de pesquisa que veio a ser conhecida como Escola Metódica:

> A elisão da bela escrita encontrou um argumento radical naquele que foi considerado o perfeito manual metodológico do historiador "positivista" ou metódico, o famoso e influente Introdução aos Estudos Históricos, de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, publicado na França em 1898 e daí espalhado para o mundo. Nem mesmo Michelet era poupado da acusação de esteticismo retrógrado. (...) Nessa obra, as "pretensões literárias" dos histo-

> riadores eram combatidas em nome da "exposição científica", "objetiva e simples", dos fatos. Em Langlois e Seignobos, o romantismo do começo do século era sentenciado como um renascimento literário que teria contagiado a história, representando um retrocesso em relação à historiografia das Luzes e aos "manuais científicos" alemães da segunda metade do século XVIII (Benatte, 2014, p. 71-72).

Em todo caso, a crítica erigida contra a razão moderna ao longo do século XX (Birman, 2000) fez reaparecer o debate sobre as relações entre história e literatura, entre história e arte, o que se tornou possível com a crise da racionalidade científica, tomada a esse tempo como expediente e instrumento político da burguesia moderna (Benatte, 2014, p. 83). Firmou-se, nesse contexto,

> (...) certo reconhecimento, tornado possível pela crise da idéia de ciência, de que todo saber, do mais mítico ao mais racional, do mais lógico ao mais delirante, é, em última análise, uma narrativa não só "poética", mas poiética, isto é, uma prática cultural produtora (inventora) de sentido (Benatte, 2014, p. 82).

O revirar das concepções científicas e, a partir daí, do ideal científico da história, fez então o saber dos historiadores mergulhar em uma importante e decisiva crise epistemológica. Crise essa que, em especial, pôde revelar o recalque erigido contra o traço inventivo inerente à produção do conhecimento. No âmbito da história, "A representação dessa recusa [do imaginativo, do ficcional] tornou os historiadores inconscientemente cegos ao caráter retórico-po(i)ético de seu discurso" (Benatte, 2014, p. 82).

A reaproximação que hoje se exige à ciência histórica em relação à literatura tornou-se uma questão de se lhe restituir a

própria vitalidade escritural e intelectiva. A objetividade castrada que o legado iluminista e positivista nos impuseram foi, quando menos a partir de Nietzsche (1999), percebida como um imperativo edificado contra o impulso e a expressividade que habilitam as criações humanas – um imperativo que, nesse sentido, se exerce em prejuízo da força em cujo empuxo a vida pode se erguer.

A virada desde a qual se pressente no século XX a necessidade de uma volta à história literária é representada pelo historiador americano David Harlan nessa passagem que introduz o artigo *A história intelectual e o retorno da literatura*:

> Havia um tempo em que os historiadores pensavam haver escapado ao "meramente literário", um tempo em que eles haviam estabelecido os estudos históricos no sólido fundamento do método objetivo e do argumento racional. No entanto, os recentes avanços em crítica literária e em filosofia da linguagem solaparam esta confiança. Agora, após uma ausência de cem anos, a literatura volta à história, montando seu circo de metáfora e alegoria, interpretação e aporia, traço e signo, exigindo que os historiadores aceitem sua presença zombeteira bem no coração daquilo em que, insistiam eles, consistia sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica (Harlan, 2014, p. 13).

É sob o pano de fundo dessa discussão que explora as relações essenciais entre verdade e ciência, e, atentando, especialmente, para a forma como esse debate tem alcançado o campo da história nos últimos cem anos, que pretendemos abordar nas seções seguintes algumas das questões que, de lá para cá, se colocaram à ciência histórica a respeito dos critérios segundo os quais ela pode ser reconhecida e validada como domínio de um saber possível e legítimo.

Tendo em conta que é precisamente no nível do discurso que um saber se torna capaz de autorreflexivamente definir – ou, quando menos, propor – o estatuto de sua erudição ou de seu saber-fazer, situaremos a discussão aqui entabulada em torno da perspectiva adotada por dois autores que, no âmbito da historiografia contemporânea, quiseram refletir a dimensão discursiva da pesquisa histórica. Articulando as contribuições de Michel de Certeau e Paul Ricoeur, que refletem, de um lado, as relações essenciais entre a escrita da história e seus condicionantes institucionais, e, de outro, a existência dos objetos históricos como efeito do funcionamento dos gêneros textuais praticados pelo historiador, investigaremos os meios pelos quais a história busca, na formulação de uma modalidade enunciativa própria, construir a legitimidade do trabalho que realiza, ao mesmo tempo em que marca a singularidade do seu traço e a efetividade de sua pesquisa.

Das condições de possibilidade do discurso da história

Para falar do modo como a história organiza seu discurso, suspenderemos provisoriamente a compreensão mais estritamente empírica do real, desde a qual se impõe a essa ciência que o seu texto esteja plenamente ajustado aos objetos nela representados, e consideraremos outra "posição do real" com a qual Michel de Certeau (2015, p. 26) quis nos indicar o ambiente socioeconômico, político e cultural no interior do qual os produtos da história estão condicionados a adquirir certa forma, destino e utilidade.

Nesse segundo emprego da palavra, em que o real é referido às suas condições de produção, compreende-se que os objetos tematizados na história, o tratamento que lhes é regularmente concedido, as direções de trabalho habitualmente sugeridas em seu campo de pesquisa etc. são indissociáveis do espaço socioinstitucional ao qual o historiador se encontra acadêmica e profissionalmente vinculado. Antes mesmo de localizar o que quer que seja no espaço

de exterioridade com o qual se confronta em sua atividade, deve ele responder às demandas que do interior de sua oficina se lhe impõem na forma de linhas investigativas, privilégios teóricos, atualidades temáticas, rotinas procedimentais etc. De partida, essa circunstância nos mostra o quanto a atividade exercida por esse cientista é institucionalmente implicada e o quão fundamental deve ser a compreensão de que o seu trabalho representa o produto de um processo conduzido sob condições particulares às quais sua tarefa se encontra invariavelmente submetida.

Em vista disso, o modelo desde o qual a história veio a ser compreendida, especialmente no século XIX, como um expediente por meio do qual um "real" já imóvel e inoperante no passado pode ser recuperado e fielmente descrito, é substituído, no argumento de Certeau, por uma concepção de pesquisa em que a referência à realidade não é mais imediatamente dada pelos objetos narrados ou reconstituídos. As coisas se passam como se essa posição do real – agora no sentido daquilo de que o historiador estuda ou examina, aquilo de que ele fala propriamente – fosse, no século XX, deslocada para indicar não mais objetos dados na exterioridade, mas o efeito do trabalho realizado na oficina da história, cujo resultado depende da reunião de um conjunto identificável de condições sem as quais a pesquisa histórica não é possível.

A profissão do historiador, sugere Certeau (2015, p. 45), se realiza no contato com a sociedade, que ele estabelece mediante o emprego de um instrumental técnico. Por isso, os objetos de que ele trata só podem assumir os contornos que essa mesma técnica lhe faculta produzir. Os chamados referentes da escrita historiográfica não se oferecem como unidades primárias e autônomas à qual teria o historiador antes se voltado para depois recolocar em seu texto redesenhando-as tão fielmente quanto possível. Em lugar disso, a verdade histórica – isto é, as representações introduzidas no âmbito da ciência pela escrita do historiador – corresponderia a um ponto de chegada: o produto de uma ati-

vidade ou o resultado de uma rotina procedimental que, ao final de sua elaboração, deve atender às expectativas de um campo de pertencimento, ou, ao contrário, sobre este mesmo campo poderá interceder para, aventurando-se criticamente, mobilizar em seu interior linhas de difração e tensionamento.

Em todo caso, os objetos recortados na historiografia são remetidos por Certeau às condições que fazem a própria história se organizar enquanto domínio de conhecimento, suspendendo-se, por essa via, a primazia de uma verdade que seja inerente às coisas mesmas e que permaneça, no silêncio de sua presença passiva e ao mesmo tempo soberana, à espera de ser descoberta e apreendida pelo investigador no curso de sua exploração empírica.

A acepção de uma verdade científica que separa o real concebido na história e o processo mediante o qual ele se produz será representada por Certeau (2015, p. 46) como uma atitude por meio da qual a história seria levada à condição de um "sonambulismo teórico". Sublinha o autor, a esse respeito, o despertar epistemológico que atestam os trabalhos de nomes como Serge Moscovici, Michel Foucault, Paul Veyne e outros mais.

É, em especial, pela referência que faz ao processo de trabalho do qual a historiografia depende que Certeau (2015, p. 46-47) representará a ciência da história, concedendo-lhe ênfase em sua dimensão operatória. Em sua opinião, a operação que se leva a cabo na pesquisa histórica a um só tempo articula três diferentes aspectos: (i) um *lugar*, que corresponde ao seu assento institucional, meio onde suas atividades se organizam e ao qual o historiador se encontra institucionalmente vinculado; (ii) uma *prática*, isto é, um conjunto de procedimentos destinados à estruturação e análise de materiais, rotina que é disciplinada pelo instrumental teórico recomendado no campo de atividades da história; e (iii) uma *escrita*, que, de acordo com leis silenciosas que regem a instituição científica, reproduz os traços de uma literatura ou de um *corpus*

literário desde o qual se torna possível à história ser reconhecida e legitimada no gênero textual que lhe é próprio.

Baseado no pressuposto de que a escrita da história resulta do funcionamento da "lei de um grupo" ou da "lei de uma pesquisa científica", Certeau (2015, p. 53) sustenta que "A instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma "doutrina" (...) [, mas] a torna possível e, sub-repticiamente, a determina". Não é de se desprezar a forma como esse argumento atinge alguns dos principais postulados ligados ao programa empirista que comandou as ciências humanas durante os Oitocentos.

> Os "fatos históricos" já são constituídos pela introdução de um sentido na "objetividade". Eles enunciam, na linguagem da análise, escolhas que lhes são anteriores, que não resultam, pois, da observação – e que não são nem mesmo "verificáveis", mas apenas "falsificáveis" graças a um exame crítico (Certeau, 2015, p. 48).

Foi Barthes quem, acerca do "fato" e da desconfiança que essa noção, em sua pretensa objetividade, muitas vezes, suscita, pôde ressaltar a relação de subordinação que justapõe o que o historiador diz ao que o seu campo, antes, lhe recomenda dizer:

> O notado procede do notável, mas o notável não é - desde Heródoto, quando a palavra perdeu a sua acepção mítica - senão aquilo que é digno de memória, isto é, digno de ser notado (Barthes, 2004, 176-177).

Nos termos de Certeau, esse argumento adquire contornos semelhantes ao de uma razão institucionalista[4], na qual as ativi-

4 Baremblit (1992, p. 27), em seu *Compêndio de análise institucional e outras correntes:* teoria e prática, sumariza a concepção introduzida pelo movimento institucionalista segundo a qual a sociedade é compreendida como uma rede de instituições em relação. Tais instituições constituiriam lógicas ou árvores de composições lógicas que, estando ou não enunciadas de maneira manifesta, regulam o comportamento e a atividade humana.

dades humanas são reguladas por lógicas operantes no interior de complexos organizacionais. Essa circunstância, que, conforme o autor, estrutura o discurso da história, integraria, nesses termos, a dimensão de um *não-dito*: algo como um conjunto de elementos a partir dos quais esse discurso adquiriria sua existência e funcionamento sem que ao mesmo tempo fossem por ele referidos:

> Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras *impossíveis*; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre *permissão* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa* (Certeau, 1994. p. 63).

A escrita da história e seu funcionamento textual

Das condições de possibilidade do discurso da história, porém, deve-se caminhar à análise da escrita histórica em sua mecânica propriamente textual. Porque é nesse aspecto que se revelam as vias de produção do saber histórico na dimensão incontornável do texto. Nesse sentido, devem-se destacar algumas considerações de Ricoeur (1994), que pensou o gênero textual da ciência histórica não como um dispositivo retórico de imposição do real pela via da mera exposição articulada dos fatos, mas como uma operação mediante a qual os fatos, sendo instaurados no próprio trabalho de estruturação da narrativa, vêm a ser agenciados em um todo coeso e inteligível.

Nesse sentido, Ricoeur, recorrendo à *Poética* de Artistóteles, pôde trabalhar uma compreensão da narrativa histórica que, em lugar de apresentá-la em contraste à narrativa ficcional, estabelece entre esses gêneros uma aproximação com base em dois conceitos operacionais referidos na obra.

O primeiro deles, que Aristóteles nomeia como *mimese*, é compreendido em Ricoeur como o trabalho de representação das ações a partir das quais a narrativa adquire sua forma global. Ricoeur (1994, p. 60) interpreta essa noção em um sentido dinâmico desde o qual se deve remetê-la ao processo ativo da representação, em vez de simplesmente situá-la "em termos de cópia, de réplica do idêntico". O segundo termo, *muthos*, é pelo autor indicado como sendo a operação por meio da qual os fatos, isto é, as ações representadas, são agenciados em um todo ou um sistema coerente. A natureza operacional e, nesse sentido, criadora dessas noções aristotélicas, é insistentemente sublinhada na análise conduzida por Ricoeur (1994, p. 80), a exemplo da afirmação de que

> (...) o termo *poièsis* deixa a marca de seu dinamismo em todos os conceitos da *Poética* e faz deles conceitos operatórios: a *mimese* é uma *atividade* representativa, a *sustasis (ou sunthèsis)* é a operação de arranjar os fatos em sistema e não o próprio sistema.

Além disso, a visão do autor supõe um funcionamento temporal próprio à narrativa que distingue seu resultado de um trabalho conduzido de maneira estritamente empírica, já que o todo de que se compõe a trama da narrativa se estrutura em uma sucessão orientada por uma primazia antes lógica que cronologia

> (...) se a sucessão pode ser assim subordinada a alguma conexão lógica, é porque as ideias de começo, de meio e de fim não são extraídas da experiência: não são traços da ação efetiva, mas efeitos da ordenação do poema (Ricoeur, 1994, p. 67).

Ricoeur propõe ser a trama da narrativa constituída do entrecruzamento de duas dimensões estruturantes. De um lado, uma dimensão episódica, que constitui a série aberta dos acontecimentos relatados, impondo a ordem sucessiva por meio da qual eles se organizam no fio da narrativa. De outro, uma dimensão configurante, com a qual se transforma a sucessão de acontecimentos em uma totalidade significante assim que os eventos são finalmente reunidos em uma dada disposição. Na articulação entre ambas as dimensões, Ricoeur faz o peso da inteligibilidade recair sobre a segunda: para que a história possa assegurar a legitimidade de seu texto e o estatuto de seu saber, os eventos dispostos em sua narrativa devem produzir seu encadeamento por relações de causalidade, e não por simples sucessão.

> Aí reside a oposição-chave: "Uma depois da outra" / "uma por causa da outra" (di'allèla, 52 a 4). Uma depois da outra é a seqüência episódica e, pois, o inverossímil; uma por causa da outra, é o encadeamento causal e, pois, o verossímil" (Ricoeur, 1994, p. 70).

O efeito de verdade na pesquisa historiográfica é, portanto, remetido por Ricoeur à rotina de produção por meio da qual o historiador organiza seu texto. Para o autor, o resultado da investigação é especialmente dependente das disposições do gênero ao qual a enunciação do cientista se associa. Assim, no funcionamento da narrativa histórica, representam-se ativamente os objetos de que se fala enquanto simultaneamente se agenciam os eventos narrados em um todo coerente. E, no contrapeso entre o relato dos acontecimentos e sua articulação em uma configuração geral, a significação do texto é especialmente marcada pelo segundo momento, que torna possível conferir nexo causal e orientação argumentativa à simples justaposição dos eventos.

Considerações finais

Ao longo do texto, fomos levados à percepção de que o primado da empiria, soberano no século XIX, quando então frequentemente se associava à posição positivista no campo da ciência, veio a ser confrontado no século XX com certo conjunto de questões que, estimuladas por uma crítica fundamental da razão moderna, quiseram substituir a referência empírica do real por outros critérios de validação do conhecimento. Critérios que, podemos dizer, foram sugeridos ou desencadeados por espaços de renovação teórica como a crítica literária, a filosofia da linguagem, a fenomenologia heideggeriana, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, os estudos discursivos, a psicanálise, para mencionar alguns. Assim, os indicadores que, na produção do conhecimento histórico, refletiam a delimitação do real hoje também oscilam entre posições que, de um lado, sustentam que o discurso encontra no âmbito institucional de sua produção as condições que possibilitam sua existência e funcionamento e, de outro, procuram desarmar a relação especular entre o texto e seu referente para, em lugar disso, considerar o real como um efeito de operações linguageiras.

Consideradas as concepções de Certeau e Ricoeur, que neste artigo elegemos como material de análise, desejaríamos sumarizá-las na forma de pelo menos dois postulados, que a seguir enumeramos: (i) o discurso da história se elabora desde condições que estabelecem ao historiador o conjunto das coisas sobre as quais ele deve se pronunciar, assim como a forma pela qual deve fazê-lo; (ii) esse discurso, em sua composição textual, se organiza a partir de um ato configurante com o qual os objetos tematizados são instaurados em consequência do trabalho da escrita.

A forma sintética desses postulados que ora apresentamos nos concede perceber que a crise da modernidade instaurada no curso do século XX abriu espaço a um horizonte de reflexão

teórica em que a preocupação com a verdade científica e factual eventualmente se fez substituir por uma atenção aos processos possibilitadores da pesquisa historiográfica, incluindo-se aí tanto o contexto de seu arranjo institucional quanto a dinâmica de seu funcionamento textual.

Nas discussões sobre verdade no âmbito da história, a linguagem e os sistemas de sentido parecem ter se deslocado para o centro do debate por ter sido considerado que através deles se abrem os horizontes de sentido com os quais a ação humana se orienta. Mas também porque a esfera do texto deixou de coincidir com um universo empírico ao qual a linguagem estaria subordinada, passando a se identificar com o resultado de uma operação mediante a qual efeitos representacionais são agenciados em um sistema coerente. Nesse sentido, não se trata mais de representar o transcurso dos acontecimentos tal como "realmente" eles ocorreram. É, em vez disso, a própria linha argumentativa do texto que, dispondo seus objetos em um conjunto sistemático, instaura no discurso os acontecimentos e a temporalidade sobre as quais o seu universo de sentido se sustenta.

Para finalmente concluir, reafirmamos nossa impressão de que as inflexões teóricas introduzidas no campo da teoria da história ao longo do século XX conduzem a uma renovação do debate acerca das bases epistemológicas sobre as quais a pesquisa historiográfica deve agora caminhar. A importância da verdade na ciência e a centralidade do seu valor para a legitimação do discurso científico parece, na discussão que entabulamos, dar lugar a concepções de ciência que reconhecem a dimensão retórica, estética e política da produção intelectual. Configura-se assim um cenário em que a verdade não precisaria mais se apresentar na forma de um juízo absoluto. Passaria, em lugar isso, a ser sustentada como uma possibilidade fidelizada e reproduzida no mundo em consequência de decisões político-existenciais.

REFERÊNCIAS

BADIOU, A. Verdade e sujeito. *Estudos avançados*, v. 8, n. 21, p. 177–184, 1994.

BAREMBLITT, G. F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BARTHES, R. O discurso da história. *In*: *O rumor da língua*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 163–180.

BENATTE, A. P. História, Ciência, Escritura e Política. *In*: *Narrar o passado, repensar a história*. 2. ed. Campinas: Unicamp/IFCH, 2014. p. 61–101.

BIRMAN, J. A psicanálise e a crítica da modernidade. *In*: *A psicanálise e o pensamento moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 108–130.

BURCKHARDT, J. *A cultura do renascimento na Itália:* um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BUTLER, J. *A vida psíquica do poder:* teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

DANTAS, A. M. A Ciência. *Revista Brasileira de Oftalmologia*, v. 67, n. 4, p. 163–164, 2008.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5ª Ed. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GOLDFARB, A. M. A. Ciência e sociedade no século XVII europeu: a formação da cosmologia moderna. *Caderno Catarinense de Ensino de Física*, v. 6, n. Número Especial, p. 49–55, 1989.

GOODY, J. *O roubo da história*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

HARLAN, D. A história intelectual e o retorno da literatura. Em: *Narrar o passado, repensar a história*. 2ª ed. Campinas: Unicamp/IFCH, 2014. p. 13–60.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.

MILIBAND, R. Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas. *Lua nova*, v. 21, p. 127–140, 1990.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, F. Considerações extemporâneas. Em: *Os Pensadores:* Nietzsche - Obras Incompletas. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 267–298.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa (tomo 1)*. Campinas: Papirus, 1994.

SAID, E. W. *Orientalismo*. Lisboa: Edições 70, 2021.

SAITO, F.; BELTRAN, M. H. R. Revisitando as relações entre ciência e "techné": ciência, técnica e tecnologia nas origens da ciência moderna. Em*: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14. Anais*. Belo Horizonte: [s.n.]. p. 1–13.

SIMONDON, G. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2005.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERBICARO, L. P.; OLIVEIRA, A. S. O legado político de Platão sob o olhar liberal de Karl Popper: discussões em torno do advento de regimes democrático-autocráticos. *Revista Opinião Jurídica*, v. 17, n. 24, p. 13–30, 1 jan. 2019.

SOBRE AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES

Alejandra Judith Josiowicz
Professora Adjunta no Departamento de Letras Neolatinas (LNEO) do Instituto de Letras (ILE) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora efetiva no Programa de Pós-graduação em Letras do ILE/UERJ. Coordenadora de Internacionalização do ILE-UERJ, bolsista Prociência (UERJ-FAPERJ) 2021-2024 e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Seu projeto Observatório das Mulheres Latino-americanas no Twitter tem financiamento APQ1 da FAPERJ. Licenciada em Letras pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Master of Arts e PhD in Spanish and Portuguese Languages and Cultures pela Princeton University (PU). Foi Assistant Professor no Department of Foreign Languages da Rutgers University (RU) e Visiting Professor na University of Richmond (UR). Realizou estágio de pós-doutoramento no PPGHCS na Casa de Oswaldo Cruz (COC)/Fiocruz e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV-CPDOC). Foi pesquisadora do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) da Argentina. É coordenadora do Laboratório de Humanidades Digitais da UERJ. Obteve o financiamento PICT – do Ministério de Ciência e Tecnologia da Argentina 2022-2025. Participou (2022-2023) do Hub de América Latina e do Caribe (LAC) da Red Feminista de Investigación sobre Inteligencia Artificial. Membra do Center for Critical Race + Digital Studies .
E-mail: alejandra.josiowicz@gmail.com

Décio Orlando Soares da Rocha

Possui graduação em Português-Literaturas pela Universidade Gama Filho (1976), licenciatura e bacharelado em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1977) e Complementação Pedagógica em Língua Francesa pela Universidade Santa Úrsula (1980). Concluiu curso de mestrado em Letras pela PUC-RJ (1990), D.E.A. em Sciences du Langage - Université Paris III Sorbonne-Nouvelle (1995) e doutorado em Linguística Aplicada pela PUC-SP (1997). De 2010 a 2012, realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal Fluminense (Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de Letras). Foi Professor Titular do Departamento de Estudos da Linguagem do Instituto de Letras da UERJ, onde trabalhou com Linguística e Análise do Discurso (em cursos de graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras). Professor aposentado de Língua francesa do Instituto de Aplicação da Uerj, onde atuou durante 35 anos. É membro do GT-Anpoll Discurso, Trabalho e Ética e coordena o GT-CNPq Cartografias em Discurso e Subjetividade. Também é membro dos GT-CNPq Atelier (PUC-SP) e Práticas de linguagem, trabalho e formação docente (UFF). Tem experiência na área de Linguística Aplicada e Análise do discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: enunciação, prática discursiva, relação linguagem e trabalho, ensino de línguas, produção de subjetividade.

E-mail: rochadm@uol.com.br

Poliana Coeli Costa Arantes

Professora Associada de Língua Alemã do Instituto de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. É pesquisadora do CNPq (Produtividade em Pesquisa), do Programa de Produtividade em Pesquisa Prociência (PR-2/UERJ) e do programa Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), atuando na área de linguística aplicada para o ensino de língua alemã. Doutorou-se em Linguística (2013) pelo Programa de Estudos Linguísticos da UFMG, com período de doutorado sanduíche (bolsa CAPES/DAAD) na *Albert-Ludwigs-Universität Freiburg*. É líder do grupo de pesquisa registrado no CNPq de elaboração de material didático em língua alemã: "Zeitgeist" e autora do primeiro material didático para o ensino de língua alemã em contexto universitário.

E-mails: polianacoeli@gmail.com / polianacoeli@yahoo.com.br

Rodrigo da Silva Campos
Professor Adjunto de Língua Espanhola do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Vice-Diretor do Instituto de Letras (2024-2027). Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa (PPGLILP), no Instituto de Letras, e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPLIN), na Faculdade de Formação de Professores (UERJ). É coordenador do Projeto de Extensão Oficina On-line de Espanhol para Crianças (LICOMzinho). Doutor e Mestre em Letras (Linguística) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui bacharelado e licenciatura em Letras: Português/ Espanhol pela mesma instituição. Orienta pesquisas sobre ensino-aprendizagem e formação de professores de línguas adicionais (em especial, para crianças), livro didático, análise e elaboração de materiais didáticos, educação linguística e interculturalidade, a partir da Linguística Aplicada e da Análise Cartográfica do Discurso. Bolsista Prociência (UERJ).
E-mail: rodrigocampos.rsc@gmail.com

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES
(Em ordem de aparição na obra)

Patrícia Helena da Silva Costa
Professora Adjunta de Língua Inglesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora de Graduação do Instituto de Letras da UERJ. Docente do Curso de Especialização em Linguística Aplicada: Inglês como Língua Estrangeira. Coordenadora do LICOM-PLIC Língua Inglesa Módulo 2 – Programa Línguas para a Comunidade. Responsável pelos seguintes projetos de extensão: "Desenvolvimento Linguístico de Educadores", "Letramentos Humanos: ensino de inglês como língua de ativismo na defesa dos direitos humanos", e "Oficina On-line de Língua Inglesa para Crianças – LICOMzinho". Seus interesses de estudo englobam análise e elaboração de materiais didáticos para o ensino de línguas e promoção do ensino crítico de línguas.
E-mail: patriciahscosta@gmail.com

Ana Cristina Andrade dos Santos
Possui graduação e licenciatura plena em Letras com habilitação em Português-Latim (UERJ/2001) e especialização em Produção Editorial (Universidade Estácio de Sá/2010). Atuou como professora regente de Língua Portuguesa na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ, de 2010 a 2013) e na Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ, 2012 a 2013). Atualmente, é servidora pública da UERJ, no cargo de Técnico Universitário II (desde 2013). Também atua como revisora de textos e como professora particular de Língua Portuguesa e Redação.

Doutoranda e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membra do Laboratório de Humanidades Digitais e participante do grupo de pesquisa "Observatório das Intelectuais Mulheres Hispano-americanas em Plataformas Digitais: análise tecnodiscursiva em perspectiva comparada", ambos do Instituto de Letras da UERJ e coordenados pela docente e pesquisadora Alejandra Judith Josiowicz.
E-mail: anacristina_acas@yahoo.com.br

Juliana Rettich
Doutora em Letras, com especialidade em Linguística (UERJ), mestre em Estudos de Linguagem, com especialidade em Linguística (UERJ), bacharel em Jornalismo (UFRJ), bacharel em Letras: Português/Alemão (UERJ). É docente de Língua Portuguesa na rede privada e atuou como professora substituta de Linguística na UERJ. Seu interesse se centra em corporeidade, produção de subjetividade, educação e questões étnico-raciais sob a perspectiva da Análise Cartográfica do Discurso.
E-mail: jsrettich@gmail.com

Tatiana Jardim
Doutora em Letras (Linguística) pela UERJ, mestra em Estudos de Linguagem e especialista em Língua Portuguesa pela UFF, licenciada em Letras (Português/ Literaturas) pela UNISUAM. Docente de Língua Portuguesa e Literatura da Educação Básica na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Realiza pesquisas relativas à corporeidade, produção de subjetividade e questões étnico-raciais sob a perspectiva da Análise Cartográfica do Discurso.
E-mail: tatiana.goncalves@hotmail.com

Catarina Lobo Gonçalves
Professora Assistente de Língua Francesa no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ), Departamento de Línguas e Literaturas (DLL), Professora de

Didática e Prática de Português/Francês da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bolsista CAPES de Doutorado em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestra pelo mesmo Programa e Universidade.
E-mail: catarinalobog@gmail.com

Barbara Luzzen
Licenciada em Letras: Português/Inglês (UERJ) e mestranda em Estudos Literários pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
E-mail: luzzen.barbara@gmail.com

Beatriz dos Santos Feres
Professora Associada do Departamento de Língua Portuguesa no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutora (2006) e mestre (2003) em Letras/Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, com pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, na área da Teoria da Literatura e Literatura Comparada. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFF, linha de pesquisa "Teorias do texto, do discurso e da tradução".
E-mail: beatrizferes@id.uff.br

Clara Villarinho
Professora Adjunta na Universidade Federal de Juiz de Fora, vinculada ao Departamento de Letras, possui doutorado em Letras, área de concentração Estudos da Linguagem, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2012) e mestrado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008), mesma instituição em que se formou bacharel e licenciada em Letras: Português/Hebraico e Respectivas Literaturas (2005). Desenvolveu estágio pós-doutoral no Núcleo de Estudos em Aquisição da Linguagem e Psicolinguística (NEALP). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Psicolinguística e Aquisição da Linguagem.
E-mail: clara.villarinho@gmail.com

Renê Forster
Graduado em Letras pela UERJ (2005), mestre (UERJ, 2008) e doutor (PUC-Rio, 2013) em Estudos da Linguagem. Atualmente, é Professor Associado do Departamento de Estudos da Linguagem da UERJ. Tendo atuado como pesquisador no campo da Psicolinguística, se interessa particularmente pela investigação do processamento sintático e pela técnica de rastreamento ocular. Mais recentemente, tem se interessado também pelo campo da Comunicação, investigando fenômenos como a Desordem Informacional.
E-mail: rene.forster@gmail.com

Almerindo Cardoso Simões Junior
Licenciatura em Letras (Português/Inglês) pela Universo. Pós-Graduado em Língua Portuguesa (UFRJ), Gênero e Sexualidade (UERJ), Filosofia (FIJ), Tradução do inglês (UNESA) e Inglês e suas literaturas (UNESA). Mestre em Memória Social (UNIRIO) e doutor em Letras/Linguística (UERJ). Professor da SEEDUC/RJ e FAETEC. Contemplado com bolsas da Fulbright (2014 – Ensino de inglês) e DAAD (2019 – Linguística). Tem interesse nos seguintes campos: ensino e aprendizagem das línguas materna e estrangeira e discursos sobre/das masculinidades nas múltiplas linguagens.
E-mail: acsimoesjr@yahoo.com.br

Júlia Gatto de Lira
Cientista social formada pela UFRJ, mestre em filosofia na mesma instituição. Já realizou pesquisa na área da Ciência Política Moderna com o grupo GPDET/UFRJ – Grupo de Pesquisa em Democracia e Teoria. Já realizou pesquisa na área da Filosofia Decolonial com o CPDEL/UFRJ – Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias. Atualmente, realiza pesquisa na Margem: Grupo de Pesquisa de Gênero, Raça, Sexualidade e Decolonialidade na UFRJ e no Laboratório de Filosofia Contemporânea, também na UFRJ. Produz pesquisa acerca do conceito de interseccionalidade, raça, gênero, sexualidade e território. No mestrado, pesquisou as obras de Audre Lorde e a produção de subjetividades lésbicas – seus principais interesses de pesquisa.
E-mail: gattojulia1@gmail.com

Romulo Flores Dias Bolivar
Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa (2022) pela USP. Mestre em Língua Portuguesa (2013) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Língua Portuguesa pelo Liceu Literário Português (2009), sob orientação do acadêmico Evanildo Bechara (ABL/ ABF). Graduado em Letras (Português/ Inglês) pela UniverCidade (2005), estuda também Letras Clássicas (Português/ Latim) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (em conclusão). É professor do Ensino Médio pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, bem como em instituições privadas, e coordenador pedagógico da Sofia – Plataforma de correção de redação e orientação por meio de IA generativa. Atuou como apresentador do Programa "Como se escreve?", da TV Escola (2018); como docente na graduação da Universidade Veiga de Almeida (UVA – 2016 a 2019); na pós-graduação em Língua Portuguesa da Fundação Educacional Unificada Campo-grandense (FEUC – 2014). Atua na área de Filologia, Semiótica e Teorias Linguísticas com ênfase na abordagem sistêmico-funcional, em Estudos de Gramática Normativa, tecnologias da educação e Metodologia Científica. Capacitado como avaliador das bancas IBFC (2017), CESGRANRIO (2013 e 2017), CEPUERJ (2011), Enem (2014 a 2024), CEDERJ (2021) e Vestibular UERJ (2011 a 2014).
E-mail: romulobolivar@usp.br

Bárbara Falcão
Autora, escritora, tradutora e professora de Língua Portuguesa e Espanhola. Atualmente, trabalha como professora de Língua Portuguesa na rede pública de São Paulo. Especialista em Design Instrucional, também atua como autora de material didático para diversas editoras, incluindo projetos transmidiáticos. Mestra em Letras pelo programa PROFLETRAS – USP, é doutoranda do Programa de Filologia e Língua Portuguesa – USP e participa do grupo de estudos Linguagens, Discurso e Ensino, do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa.
E-mail: barbarafalcao@usp.br

Leandro Bolivar
Doutorando em Letras Neolatinas pela UFRJ, com estágio Sanduíche na Universidade Complutense de Madrid financiado pela CAPES e bolsista CNPq. É mestre em Educação e Tecnologias Digitais pela Universidade de Lisboa. Possui MBA em Edição de Didáticos e Sistemas de Ensino pela Casa Educação-SP. Possui especialização em Planejamento, Implementação e Gestão de EaD pela UFF, em Práticas docentes no ensino de Língua Espanhola pela UVA e em Língua Portuguesa pela UERJ. Possui graduação em Letras: Português/Espanhol pela UniverCidade. Tem ampla experiência na Educação Básica e em gestão de equipes. Atuou no Programa de Pós-Graduação lato sensu em Coordenação Pedagógica e Psicopedagogia Escolar do Exército Brasileiro. Foi professor substituto de Língua Espanhola e Literaturas Hispânicas na UERJ e docente do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Língua Espanhola na Central Universitária de Língua e Tradução da Universidade Estácio de Sá. Atualmente, além de fazer parte de bancas de concursos, realizar palestras e comunicações em eventos acadêmicos, é apresentador do canal Divã Científico, no YouTube. É também integrante do Grupo de Estudos em Tecnologias no Ensino-Aprendizagem de Línguas (Geteal/CNPq). Atua principalmente nos seguintes temas: ensino e aprendizagem de línguas, formação de professores, linguística aplicada e tecnologias digitais de informação e comunicação.
E-mail: leandro.gomes.dias.bolivar@letras.ufrj.br

Melissa Coutinho Moreira
Mestranda em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em Língua Espanhola Instrumental para Leitura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), graduada e licenciada em Letras: Português/Espanhol pela UFRJ. Atualmente, é professora de espanhol, atuando em uma escola bilíngue da Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ) e em um centro de idiomas da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Participa, desde 2016, da equipe de elaboração do Material Didático Carioca de Espanhol (1º ao

9º ano) da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Atua principalmente nas seguintes áreas: educação em língua espanhola, ensino para e com crianças, elaboração de material didático, leitura, gêneros discursivos e Linguística Aplicada Suleada.
E-mail: mcm1601@hotmail.com

Danielle Couto Fernandes
Graduada em Letras (Português – Espanhol) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui especialização em Língua Espanhola Instrumental para Leitura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrado em Linguística Aplicada pela mesma instituição. Durante quase 20 anos de trajetória profissional, trabalhou em cursos livres em ambientes corporativos (como instrutora de Ensino de Espanhol e Português para Estrangeiros) e em diversas instituições públicas e privadas (como professora de Espanhol, Português e Redação). Atuou como professora de Espanhol Substituta no Colégio Pedro II, entre 2020 e 2022, no Campus do Engenho Novo II, e, em 2023, no Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ), também como professora de Espanhol. Trabalhou como professora de Língua Portuguesa e Espanhola na Faculdade Gama e Souza, em distintos cursos de graduação, tais como, Turismo, Marketing e Enfermagem. Atualmente, é professora efetiva de Língua Espanhola no Colégio Pedro II, no Campus Engenho Novo II, em regime de dedicação exclusiva. Suas áreas de interesse são os estudos de leitura sob o viés da Análise do Discurso de base enunciativa e os estudos das Ciências do Trabalho.
E-mail: dnfernandes22@gmail.com

Johana Pardo Gonzalez
Professora Adjunta da Faculdade de Letras da UFRJ. Doutora em Ciências Sociais pela UERJ.
E-mail: johanapardo@letras.ufrj.br

Ana Carolina Pires Ribeiro
Mestranda em Estudos Linguísticos em Línguas Neolatinas (PPGLEN-UFRJ) e professora associada ao curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (CEDERJ/CEFET).
E-mail: anacarolinapires@letras.ufrj.br

Alice Marques
Graduanda em Letras Licenciatura Português-Espanhol pela UFRJ.
E-mail: alicemn@letras.ufrj.br

Ana Paula de Oliveira Siqueira
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima (PPGL-UFRR). Especialista em Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (FACETEN). Formada pelo curso de Letras Libras (bacharelado) da UFRR, e em Pedagogia (licenciatura), pela FACETEN (2008). Atua na gestão da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Bairro Buritis, em Boa Vista, Roraima. Desenvolve pesquisa nas áreas dos estudos linguísticos, com foco em lexicologia, lexicografia e terminologia das Línguas de Sinais; educação em saúde da pessoa surda; e Linguística Aplicada das Línguas de Sinais (Lals).
E-mail: anapedagogacorujinha@gmail.com

Alan Ricardo Costa
Professor nos cursos de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em Letras pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestre em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Especialista em Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sob supervisão do Prof. Dr. Vilson Leffa. Na UFRR, coordena o Programa de Estudantes-Convênios de Graduação (PEC-G) e o Laboratório Imprimatur (Labim, CCLA-UFRR). Interesses de pesquisa: letramentos, formação de professores de línguas e Linguística Aplicada.
E-mail: alan.dan.ricardo@gmail.com

Michele Passos Rommel Silva
Doutoranda e mestre em Linguística na UERJ, sob orientação da professora Alejandra Judith Josiowicz, pesquisa os discursos presentes nas plataformas digitais, principalmente nos videogames e na comunidade gamer. Graduada em Letras: Português e Inglês pela Universidade Veiga de Almeida (UVA) e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro (UniverCidade), é membro do grupo de pesquisa "Observatório das Mulheres Latino-Americanas em Plataformas Digitais: Análise tecnodiscursiva em perspectiva comparada" e do projeto de extensão "Laboratório de Humanidades Digitais da UERJ".
E-mail: michelerommel@gmail.com

Alejandra Judith Josiowicz
Professora Adjunta no Departamento de Letras Neolatinas (LNEO) do Instituto de Letras (ILE) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora efetiva no Programa de Pós-graduação em Letras do ILE/UERJ. Coordenadora de Internacionalização do ILE-UERJ, bolsista Prociência (UERJ-FAPERJ) 2021-2024 e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Seu projeto Observatório das Mulheres Latino-americanas no Twitter tem financiamento APQ1 da FAPERJ. Licenciada em Letras pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Master of Arts e PhD in Spanish and Portuguese Languages and Cultures pela Princeton University (PU). Foi Assistant Professor no Department of Foreign Languages da Rutgers University (RU) e Visiting Professor na University of Richmond (UR). Realizou estágio de pós-doutoramento no PPGHCS na Casa de Oswaldo Cruz (COC)/Fiocruz e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV-CPDOC). Foi pesquisadora do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) da Argentina. É coordenadora do Laboratório de Humanidades Digitais da UERJ. Obteve o financiamento PICT – do Ministério de Ciência e Tecnologia da Argentina 2022-2025. Participou (2022-2023) do Hub de América Latina e do Caribe (LAC) da Red Feminista de Investigación sobre Inteligencia Artificial. Membra do Center for Critical Race + Digital Studies .
E-mail: alejandra.josiowicz@gmail.com

Raphael Freires Pessoa
Doutorando e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ e também graduando em Letras – Inglês/Literatura Inglesa pela mesma instituição. Desde 2011, atua como professor de Inglês como Língua Adicional, com interesse em linguística, estudos da língua, uso das tecnologias no aprendizado e na circulação linguística, bem como em estudos culturais e discursivos. É bolsista no projeto de preservação audiovisual do Núcleo de Memória Audiovisual (NuMA) do CTE/Uerj e realiza trabalho voluntário no Projeto de Saberes Linguísticos. Além disso, é bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), onde realizou pesquisa sobre o reconhecimento e tratamento da Comunidade Surda no ordenamento jurídico brasileiro. Também possui formação técnica em Administração e em Libras (Língua Brasileira de Sinais).
E-mail: raphael.pessoa@hotmail.com

Ana Karla Canarinos
Professora de Literatura Brasileira na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio na Sorbonne Université, e mestre em Études Lusophones pela Université Lumière Lyon2. Desenvolve pesquisa na área de teoria literária e crítica literária brasileira e coordena o projeto "Regionalismo e ensino de literatura brasileira".
E-mail: anakarla.canarinos@gmail.com

Wagner Monteiro
Professor de língua espanhola, literatura hispânica e tradução na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutor em Literatura Espanhola e Tradução pela Universidade de São Paulo (USP), concluiu seu doutorado em Letras na UFPR. Foi professor visitante na Universidad Complutense de Madrid, sob a supervisão de Javier Huerta Calvo, e é autor de diversas traduções de textos do século XVII e do XIX, com destaque para a edição comentada de El arte nuevo de hacer comedias en este tiempo, de Lope de Vega (Editora UFPR, 2022), e de Aventuras, inventos e

mistificações, de Silvestre Paradox (Editora 7Letras, 2023), de Pio Baroja. Entre suas obras teóricas, destaca-se a publicação de Introducción a la teoría poética del Siglo de Oro español (Editora Appris, 2019).
E-mail: wagner.hispanista@gmail.com

Estêvão de Carvalho Freixo
Doutorando em História e mestre em Linguística pela UERJ, especialista em Língua Portuguesa pela UNICAM e psicólogo de formação. Foi integrante do Laboratório de Memória e História da Psicologia (CLIO PSYCH) e hoje contribui com o Grupo de Estudos de Análise Cartográfica do Discurso (AnaCarDis), que desenvolve pesquisas articulando Análise do Discurso e abordagem cartográfica no Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. É também autor dos livros Polarização política brasileira: ideologia e discurso na cena política nacional, lançado pela Juruá Editora, em 2019, e A Arqueologia de Foucault e as Ciências do Social, pela Pontes Editores, em 2022.
E-mail: estevaofreixo@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

D

decolonial

10, 13, 14, 15, 16, 26, 30, 31, 32, 40, 47, 97, 202, 241, 243, 244, 264, 266, 290, 291, 292, 303, 305, 306, 310, 312, 328

discurso

2, 11, 12, 15, 18, 19, 21, 25, 28, 29, 34, 35, 40, 41, 44, 49, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 68, 78, 81, 84, 93, 102, 119, 122, 139, 141, 155, 160, 164, 165, 168, 169, 173, 181, 182, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 202, 226, 234, 235, 236, 255, 271, 272, 274, 275, 278, 279, 285, 294, 298, 301, 305, 316, 322, 327, 334, 341, 347, 358, 360, 364, 367, 368, 369, 372, 377, 385

L

linguagem

2, 9, 11, 16, 18, 20, 21, 29, 31, 32, 34, 37, 38, 39, 47, 50, 56, 58, 59, 63, 67, 82, 85, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 115, 116, 134, 138, 155, 160, 161, 173, 186, 188, 199, 209, 245, 256, 259, 265, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 295, 302, 304, 334, 339, 341, 353, 357, 359, 363, 367, 368, 372

S

sentido

19, 20, 21, 24, 26, 32, 34, 37, 48, 51, 52, 57, 58, 59, 62, 65, 67, 68, 73, 75, 76, 82, 106, 107, 108, 111, 112, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 130, 131, 162, 163, 164, 166, 169, 180, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 196, 202, 226, 229, 232, 243, 249, 254, 271, 273, 277, 281, 282, 283, 291, 314, 318, 323, 324, 335, 336, 340, 341, 353, 354, 358, 359, 361, 363, 364, 365, 368